

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

PAULA GONTIJO MARTINS

POR UMA ADMINISTRAÇÃO MENOR:
CARTOGRAFANDO VIDA DE MULHERES QUE DANÇAM NO BAILINHO DA
TIA NANÁ E INVENTAM OUTRAS VELHICES

Belo Horizonte
2021

Paula Gontijo Martins

POR UMA ADMINISTRAÇÃO MENOR:
CARTOGRAFANDO VIDA DE MULHERES QUE DANÇAM NO BAILINHO DA
TIA NANÁ E INVENTAM OUTRAS VELHICES

Versão Final

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri (UFMG).

Belo Horizonte
2021

Ficha catalográfica

M386p Martins, Paula Gontijo.
2021 Por uma administração menor [manuscrito]: cartografando vida de mulheres que dançam no Bailinho da Tia Naná e inventam outras velhices / Paula Gontijo Martins. – 2021.
220 f.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 177-190) apêndices e anexo.

1. Mulheres idosas – Teses. 2. Dança para idosos – Teses. 3. Cartografia – Teses. 4. Administração – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **PAULA GONTIJO MARTINS**, REGISTRO Nº 269/2021. No dia 07 de junho de 2021, às 14:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 18 de maio de 2021, para julgar o trabalho final intitulado "POR UMA ADMINISTRAÇÃO MENOR: CARTOGRAFANDO VIDA DE MULHERES QUE DANÇAM NO BAILINHO DA TIA NANÁ E INVENTAM OUTRAS VELHICES", requisito para a obtenção do **Grau de Doutora em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 07 de junho de 2021.

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof^a. Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa
PPA/UEM

Prof^a. Dr^a. Roberta Carvalho Romagnoli
PPGP/PUC Minas

Prof^a. Dr^a. Kátia Faria de Aguiar
IPS/UFF

Prof. Dr^a. Raquel de Oliveira Barreto
DCSA/CEFET-MG



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 08/06/2021, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel de Oliveira Barreto, Usuário Externo**, em 08/06/2021, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Carvalho Romagnoli, Usuário Externo**, em 08/06/2021, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Yoshie Ichikawa, Usuário Externo**, em 11/06/2021, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Faria de Aguiar, Usuário Externo**, em 13/06/2021, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0770414** e o código CRC **382BC085**.

Dedico esta tese a todas as pessoas que frequentaram o bailinho da tia Naná e que tiveram suas vidas interrompidas nesta pandemia de COVID-19. Dedico esta tese à alegria que aprendi com vocês ali, naquele espaço-tempo de alegria e amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às muitas vidas que possibilitaram este trabalho e o chegar até aqui, ressaltando as pessoas que possibilitam a existência do bailinho da tia Naná. Lá aprendi a enxergar movimento e alegria onde antes não via.

Agradeço a todas as pessoas do bailinho da tia Naná, em especial, às mulheres com as quais conversei, que confiaram neste trabalho e contaram suas histórias. Espero retribuir à altura. À Ana e Regina que me acolheram e se entusiasmaram junto comigo. Elas me deram todo o suporte de que precisava para habitar o salão. À Guiga e Dona Dulce que abriram as portas desse universo de imagens, cores, ritmos, sons, cheiros, sabores. Com vocês, expandi o que sou hoje.

Agradeço a meus pais e minha família, por todo suporte e carinho para poder me dedicar à pesquisa. Agradeço pelo apoio integral ao que escolho persistir.

Ao Vladi, que me ensina enxergar potência, e não a falta; me ensina a enxergar a vida como dobra de arte, rebelde, atenta e respeitosa em sua singularidade. Principalmente neste final do percurso, obrigada pela compreensão e apoio aos momentos de isolamento que possibilitaram esta escrita.

À Luna, que me ensina sobre a máxima potência: o amor. Força com a qual qualquer forma se verga, se transforma. Com quem aprendo outras referências sobre dedicação e entrega.

À Puka, companheira em todos os portos. Quem me ensina sobre a incondicionalidade do amor todos os dias. Amo você.

À Iris, Rodrigo, Fede, Salvi, minha família uruguaia. Nunca imaginei terminar este ciclo amparada por tanto carinho, conforto e amizade. Não existiria tese sem o apoio de vocês.

Às minhas amigas, amigos, amigues de caminhadas tantas. Flavinha, Dri, Di, Dé, Mari, Lo, Nanis, Kellinha, Dê, Pati, Sônia, Nath, Helder, Henrique, Camis, Cecília, Kerem, Naline, Blanca, Jorge, Vero, Vico. Tantos amores: enxergo pelas lentes que construímos juntas. Sou e estou hoje por e com vocês. Muito obrigada.

Ao grupo Escritas Feministas, Lu, Pri, Kelly, Ju, Fer, pelas infinitas leituras, capturas, incentivos, presença em cada *entre* linha desta tese. Apenas com vocês foi possível atravessar 2020 e chegar até aqui.

Ao Carrieri, pela confiança, paciência e cuidado nesses singulares anos de doutorado. Por ter me deixado experimentar, ousar, e assim, aprender. Obrigada.

Ao NEOS, Gabriel, Fernanda, Tito, Fabi, Marllon, Cíntia. À partilha de medos e sonhos. Às trocas de leituras, aos cafés na cantina e à construção conjunta de rotas de fuga! Chegamos.

Por fim, agradeço imensamente ao CEPEAD/UFMG e a CAPES por apoio institucional e financeiro a esta pesquisa, sem os quais a dedicação e a entrega devida tornar-se-ia inviável.

RESUMO

O presente trabalho buscou realizar uma cartografia das forças imanentes da vida de mulheres que dançam no bailinho da tia Naná — baile popular de terceira idade, localizado no centro da cidade de Belo Horizonte/MG. Entendendo a velhice como um modo de existir independente de idade, mas que diz sobre um aguçamento da sensibilidade a singularidades, intensidades e acontecimentos da vida (TOTORA, 2015), com essas mulheres buscamos pistas, dicas, lampejos de outras formas de estar e conviver que tensionam, expandem e reelaboram as práticas convencionais do universo administrativo — seja em suas formas de pensar e produzir conhecimento, seja nas suas formas de fazer e organizar o cotidiano. Tomando como suporte teórico e metodológico o trabalho conjunto de Gilles Deleuze e Félix Guattari, principalmente o que concerne aos livros pertencentes à coletânea *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, traçamos dez mapas de forças, dentro dos quais dialogamos com os seguintes temas: o bailinho da tia Naná e seus modos de existir outros; a velhice como [d]obra de arte; a heteronormatividade e a instituição casamento; violências do sistema social patriarcal e política de localização; cor, interseccionalidade e possibilidades de reinvenção da vida; a dança como esquecer-se; e as aprendizagens *em caminho*. Diante de tais campos de forças, buscamos contribuir para construção de uma *administração menor*. Administração que tensione o pensar e o fazer das relações sociais produtivas e reprodutivas, para que abarquem a imanência da vida, e assim, expanda em atenção e cuidado, forças e formas de atuação até então não autorizadas. Amparados pelos conceitos de *literatura menor*, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1977), *gestão ordinária*, elaborado por Alexandre Carrieri (2012, 2014), e *cuidado menor*, defendido por Luciana Oliveira (2020), argumentamos em prol de uma administração atenta ao que rompe, ao que modifica, ao que inventa desvios às normas; administração cuidadosa com a potência, a alegria, a multiplicidade, a complexidade e a interdependência inerente aos modos de organizar e compor o *entre* das vidas.

PALAVRAS-CHAVES: administração menor; gestão ordinária; cartografia; mulheres; velhice; dança.

ABSTRACT

The present work sought to carry out a cartography of the inherent forces in the lives of women who dance at Aunt Nana's Ball - a popular ballroom dance for the elderly, located in the city center of Belo Horizonte / MG. Understanding old age as a way of existing regardless of age, but one which speaks of a heightened sensitivity to the singularities, intensities and events of life (TOTORA, 2015), with these women we seek clues, tips, flashes of other ways of being and living together that stretch, expand and re-elaborate the conventional practices of the administrative universe - be it in their ways of thinking and producing knowledge or in their ways of tackling and organizing everyday life. Taking the joint work of Gilles Deleuze and Félix Guattari as theoretical and methodological foundation, especially with regard to the books belonging to the collection *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*, we draw up ten strength maps, within which we dialogue with the following themes: heteronormativity and the marriage institution; violations of the patriarchal social system and politics of location; color, intersectionality and possibilities for reinventing life; old age as a work of art; ballroom dancing at Aunt Naná's Bailinho; Aunt Naná's Bailinho and her ways of existing others; dance as forgetting; and learning along the way. In the face of such force fields, we seek to contribute to the construction of a smaller administration. Administration that stretches the thinking and performing of productive and reproductive social relations, so that they embrace the immanence of life, and thus, expand in attention and care the forces and forms of action hitherto unauthorized. Supported by the concept of minor literature developed by Deleuze and Guattari (1977), ordinary management elaborated by Alexandre Carrieri (2012, 2014) and by the concept of minor care defended by Luciana Oliveira (2020), we argue in favor of attentive administration with the power, the joy, the multiplicity, the complexity and the dependence inherent in the ways of organizing and composing the context of everyday lives.

KEY WORDS: minor administration; ordinary management; cartography; women; old age; dance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Exemplo de fluxograma criado após transcrição das entrevistas.....	42
Figura 2. Mapa de Belo Horizonte: residências/bairros das entrevistadas no bailinho da tia Naná.....	47
Figura 3. Cartaz publicitário do bailinho da Tia Naná.....	49
Figura 4. Foto tirada de quadro pendurado na parede da casa de Helena.....	140
Figura 5. Salão de dança (a).....	191
Figura 6. Salão de dança (b).....	191
Figura 7. Salão de dança vazio no horário de almoço.....	192
Figura 8. Varanda onde entrevistas foram realizadas.....	192
Figura 9 e 10. Acesso ao bailinho, segundo perspectiva de quem entra e de quem sai.....	193
Figura 11. Entrada para o bailinho – acesso pela rua Rio de Janeiro.....	193
Figura 12. Cartaz afixado na porta de entrada do bailinho.....	194
Figura 13. Foto do cartaz afixado por Naná (“Beijinho... Só depois das 8h”).....	194
Figura 14. Foto de mesa de lanches produzido por tia Naná (década de 90).....	195
Figura 15. Tia Naná (década de 90).....	195
Quadro 1. Temas e linhas de forças por encontro.....	196
Quadro 2. Temas e linhas forças.....	206
Quadro 3. Matriz sobre as forças encontradas nas entrevistas.....	211

SUMÁRIO

1 Introdução.....	10
1.1 Estudos críticos em administração.....	15
2 Rizomando.....	20
2.1 O olhar micropolítico.....	27
2.2 Sobre a escolha cartográfica.....	31
2.3 Sobre o percurso.....	37
3 O bailinho da tia Naná.....	46
Mapa 1 - 11.10.2019. Belo Horizonte. “Eu posso fazer minha alegria total?”.....	51
O bailinho da tia Naná e seus modos de existir outros.....	57
Mapa 2 - 11.10.2019. Belo Horizonte. “Vamos pegar um café?”.....	62
A velhice como [d]obra de arte.....	66
Mapa 3 - 12.11.2019. Belo Horizonte. “Tem que fazer tudo certinho. Se não, ele pergunta: ‘O sapato agarrou?’.....	77
A dança de salão no bailinho da tia Naná.....	81
Mapa 4 - 15.11.2019. Belo Horizonte. “Fico pensando na banda que vai tocar. É uma vida de glamour.”.....	91
Mapa 5 - 26.11.2019. Belo Horizonte. “Vamos reclamar muito não, boba, porque, se tá ruim com eles, pior sem eles.”.....	97
A heteronormatividade.....	102

Mapa 6 - 18.10.2019. Belo Horizonte. “Esse negócio de feminicídio podia ter acontecido comigo duas vezes.”	109
As Violências do Sistema Social Patriarcal e Política de Localização.....	113
Mapa 7 - 27.11.2019. Belo Horizonte. “Eu não falava que eu queria morrer. Eu falava que eu queria era dormir para eu não acordar nunca mais.”	117
A cor, a interseccionalidade e as possibilidades de reinvenção da vida.....	123
Mapa 8 - 22.11.2019. Belo Horizonte. “Peço para que, quando Deus me levar, que seja de uma vez só. Porque eu não quero ir não. Eu gosto de viver. Mas gosto hoje, porque já sofri demais.”.....	131
Mapa 9 - 12.11.2019. Belo Horizonte. “Eu gosto de dançar sempre.”.....	137
A dança como esquecer-se.....	140
Mapa 10 - 03.06.20. La Paloma/Uruguai. Das aprendizagens.....	147
4 Considerações finais: pistas para uma administração menor.....	158
5 Posfácio: Fragmentos coletivos de uma pandemia (<i>corpoescritas</i> de nós).....	167
6 Referências.....	177
Apêndice 1. Fotos e imagens do bailinho da tia Naná.....	191
Apêndice 2. Temas e linhas de forças por encontro.....	196
Apêndice 3. Temas e linhas de forças.....	206
Apêndice 4. Matriz sobre as forças encontradas nas entrevistas.....	211
Anexo 1. Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	217

1 Introdução

Bom. Chegamos ao final do percurso e venho aqui compartilhar o que pudemos ver, o que pudemos ouvir, o que pudemos escrever sobre o processo de construção da velhice para algumas mulheres que dançam no bailinho da tia Naná, baile popular de terceira idade, localizado no centro-centro de Belo Horizonte.

Descrevo aqui o percurso de doutorado em estudos organizacionais ao qual me dediquei a pesquisar sobre a vida de mulheres que dançam, cartografando as forças imanentes que organizam e compõem a vida de mulheres velhas que dançam quase todos os dias das quatro às oito da noite. E sobre o adjetivo “velhas”, desde já adianto que o uso com muito carinho. Ao longo da pesquisa, fui aprendendo que tal adjetivo conota respeito, e não desprezo; cheio, e não vazio; vida, e não morte. Com Silvana Tótorá (2015)¹, nesta tese defendemos a velhice como um modo de existir que, independentemente de idade, diz sobre um desprender-se das categorias e classificações aos quais somos aprisionados e, assim, colocamo-nos mais sensíveis às singularidades, às intensidades e aos acontecimentos da vida.²

Interessada em expandir as possibilidades de invenção, criação, compreensão das possibilidades de nos organizarmos em sociedade, possibilidades até então não autorizadas, como ressaltam Amon Barros e Alexandre Carrieri (2015), busquei território desconhecido, lá onde trabalham as praticantes³ (ISABELLE STENGERS, 2018), geralmente esquecidas, tidas como insignificantes, para buscar pistas, dicas, fissuras, de outras formas de estar e conviver, e que, dessa forma, pudessem ajudar os estudos em administração a tensionar, expandir e reelaborar o que temos como ideais, modelo ou projeções do que seja organização, seja nas suas formas de pensar e produzir conhecimento, seja nas suas formas de fazer.

1 Inspirada nas orientações para submissão de algumas publicações científicas de estudos feministas e na tese de Luciana Oliveira (2020), **cito nome e sobrenome na primeira citação realizada**, como prática política que garante a identificação de gênero na autoria das publicações. Cito nome e sobrenome nas referências desta tese.

2 Segundo Ana Camarano (2020), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados em maio de 2018 pelo IBGE, evidenciam que a população idosa (mulheres com 60 anos ou mais; e homens com 65 anos ou mais) cresceu 18% entre 2012 e 2017. Em 2012, esse grupo etário era de 25,4 milhões, sendo que, em 2017, superou a marca dos 30,2 milhões. Destaca-se, nesses dados, o processo de feminização da velhice: as mulheres representam 56% da população brasileira com 60 anos ou mais.

3 Com referência a Grada Kilomba (2019), opto por usar a flexão feminina das palavras no caso das generalizações no plural. Dessa forma, como provocação política, tensiono a flexão de gênero implícita à linguagem para forçar pensar de outra forma.

Cheguei ali curiosa por uma história específica, a história de Dona Jandira, senhora de 94 anos, que dança quase todos os dias com seu namorado, trinta anos mais novo que ela. Ela dança das quatro às oito da noite, mesmo que, no outro dia, fique na cama. Aquela história me intrigou e desencadeou as perguntas que propulsionaram esta pesquisa: quais forças sustentam tamanha vontade? Como e por que aquelas mulheres velhas, ao dançar, afrontam o esperado, os modelos vigentes de vida, as formas com as quais estamos habituados? Como estas mulheres nos sinalizam outros modos de existir, outras possibilidades de nos organizarmos?

A partir desse encontro, forcei pensamento, busquei sair de minha zona de conforto (MARINA BETHONICO; ROBERTA ROMAGNOLI, 2016, p. 79). Comecei a frequentar o bailinho, a conversar com as pessoas dali e, pouco a pouco, comecei a ver o que não via, ouvir o que não ouvia; tecer histórias, cartas e mapas sobre outras formas de ser, estar e habitar com as quais antes não estava habituada.

Nas páginas a seguir, apresento o resultado desse processo de busca e apaixonamento.

Ainda nesta introdução, explico o lugar do saber de onde falo, de onde nasce e se situam meus questionamentos dentro da escola da administração. Após introdução, apresento os principais conceitos que balizam esta empreitada de “um corpo cartógrafo” (FLAVIA LIBERMAN, ELIZABETH LIMA, 2015). Explico os porquês das palavras rizoma, mapas, territórios, imanência, linhas de força, bússola ética, micro e macropolítica serem de especial importância para este trabalho, tomando como suporte teórico e metodológico o trabalho conjunto de Gilles Deleuze e Félix Guattari, principalmente no que concerne aos cinco livros pertencentes à coletânea *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Com base nesses dois autores, nesse momento do texto também apresento como a escolha cartográfica e quais conversas teóricas determinaram minha forma de habitar a pesquisa; e descrevo como se deu o percurso desta pesquisa. Compartilho as escolhas, as errâncias, as angústias, bem como os pontos cardiais que auxiliaram os momentos que pediram decisão de rota.

Em sequência, faço uma breve apresentação sobre o histórico e constituição do bailinho da tia Naná, para posteriormente apresentar os dez mapas encontrados no território bailinho. Dez mapas traçados no encontro com as mulheres que ali dançam. Dez mapas nos quais busquei apresentar as forças com as quais me deparei e as quais me atravessaram. Junto a eles, busquei traçar conversas com filósofas, pesquisadoras e artistas para que nos ajudassem a

expandir a capacidade de percepção, reflexão e elaboração das forças presentes ali. Para que nos ajudassem a elaborar outras proposições às organizações do trabalho e da vida hoje existentes.

No primeiro mapa, apresento história de Dona Efigênia e com ela refletimos sobre outros modos de existir da velhice e do cotidiano, promovidas no espaço-tempo bailinho. Com este mapa evidencia-se a importância do coletivo para fazer resistência às instituições bastante doentes. Evidencia-se que não resistimos, não inventamos outros caminhos, sozinhos. É preciso criar alianças, produzir relações baseadas no afeto, como alternativa ética distinta da responsabilização individual tão comum em nosso dia a dia, principalmente entre as relações econômicas.

No segundo mapa conto sobre o caso de Celeste e de momentos em que as mulheres se negaram a conversar comigo. Neste mapa trazemos a discussão sobre a velhice. A velhice como desautomatização do cotidiano, como reencantamento da vida, como afronta ao modelo institucionalizado de ser que mina nossa capacidade de invenção de rotas. Neste mapa, convocamos a velhice para questionar valores e rearticular novas formas de conviver. Seja no ambiente público ou privado.

Em sequência, no terceiro e quarto mapas, trazemos as histórias de Márcia, Cleuza e Selma. Neles discutimos sobre a dança de salão como instituição que, como as demais, existem para manter e perpetuar padrões de funcionamento dos fluxos de poder. No caso, ressaltamos a importância de se olhar criticamente para o que o espetáculo do baile esconde, identificando ali relações sexistas, racistas, inibidoras da diversidade, que ainda guardam resquícios palacianos. Dessa forma, a dança de salão nos ajuda a refletir sobre os padrões segundo os quais estão construídos nossos modelos de conduta social, e a dança no bailinho da tia Naná, mesmo imbuído de todas estas forças, nos ajuda a identificar momentos de fuga, escape, que aquelas pessoas ali encontram para burlar e desconstruir tais padrões. Nos ensina sobre alegria e amizade para driblar forças que nos aprisionam.

O quinto, sexto, sétimo e oitavo abordam questões relativas à condição de ser/estar mulher. Com Dora, discutimos como a heteronormatividade patriarcal perpassa por toda estrutura social a qual pertencemos, sendo assim determinante para a divisão sexual dos trabalhos, dentro e fora de casa. Com Dora e com os demais relatos, denunciemos uma injusta estrutura

econômica atrelada ao papel de “mulher”, responsável por uma economia do cuidado invisibilizada, mal ou não remunerada. Ademais, Judite evidencia a complexidade experimentada por este papel social, o que exige atenção e cuidado em qualquer análise, decisão ou avaliação. Com ela, percebemos que as forças de composição devem ser analisadas em sua articulação. Gênero é a marca de uma posição de subordinação, qualificada por uma quantidade de poderosas variáveis concomitantes.

Neste ínterim, Luzia e Rosana nos trazem a questão da cor, da mulher negra e da interseccionalidade de privilégios e opressões presente nos corpos. O sistema patriarcal, sedimentado pela heteronormatividade, é constitutivamente racista, o que determina e hierarquiza as condições de acesso, possibilidade, oportunidade, retorno financeiro e de recursos básicos para produção e reprodução da vida. Com estas mulheres nos damos conta que a luta pela sobrevivência da mulher negra é incessante, e que os marcadores sociais de opressão vinculados à figura da mulher, quando negra, são ainda mais acentuados, atualizando uma dinâmica social de feminilização e enegrecimento da pobreza (BEATRIZ NASCIMENTO, 2019).

Nestes casos, a dança pertence ao repertório de reinvenções do existir. A dança, a alegria, a amizade, o autocuidado quebram com o padrão de funcionamento sociopolítico e se apresentam como estratégias de insurreição da condição subjugada. No nono mapa, Amélia nos conta sobre a dança como “esquecer-se”. Sobre a alegria do encontro com um corpo potência, despreocupado com funcionalidade ou utilidade. Corpo que experimenta outro estado de consciência e assim possibilita outras composições do cotidiano. Composições valiosas para perseguidores de inventividades do fazer em coletivo.

No último mapa, no décimo mapa, ressaltamos as aprendizagens resultantes do encontro com Maria Francisca. Mulher negra e pobre, com quem aprendemos que a heteronormatividade (tão presente na divisão sexual do trabalho e na definição da economia do cuidado) e a branquitude (que determina a ocupação dos cargos e funções nas instituições) precisam ser questionadas como norma compulsória, até mesmo nesta pesquisa. Norma colonial que invisibiliza, silencia, oprime, apaga, exclui vidas que não cabem nestes padrões. Norma que silencia, exclui e simplifica, branqueia a complexidade.

Por fim, nas considerações finais, buscamos congregas as aprendizagens do percurso e contribuir para o saber e o fazer administrativo, contribuir para a construção de uma **administração menor**. Uma administração com letras minúsculas, atenta e cuidadosa com a imanência da vida, sua complexidade, singularidade e peculiaridade. Uma administração atenta ao que rompe, ao que modifica, aos desvios que possibilitam que a complexidade e a multiplicidade persistam às normatizações.

Amparada pelo conceito de *literatura menor* desenvolvido por Deleuze e Guattari (1977), conceito de *gestão ordinária* elaborado por Alexandre Carrieri (2012, 2014) e pelo conceito de *cuidado menor* defendido por Luciana Oliveira (2020), procuramos elencar pistas, dicas, pontos de atenção para a construção de uma administração inventiva, faceira, aberta e atenta às forças que extrapolam as dimensões do planejar, organizar e avaliar, pilares da escola de administração. Administração que, como as mulheres que dançam, dribla os papéis previamente estabelecidos, dribla as engrenagens para o funcionamento da ordem social a qual pertencemos.

No posfácio, compartilho os bastidores de escrita coletiva concomitante à pandemia de COVID-19. Como grupo de mulheres acadêmicas, feministas e escritoras, nós nos juntamos como condição de continuidade dos nossos trabalhos. No momento do texto, éramos seis mulheres, cada uma em seu canto, atrás de seus computadores, tecendo afeto e escrita - sustento desta tese.⁴

4 É impossível apresentar esta tese sem situá-la historicamente dentro da pandemia de COVID-19 que acomete todo o mundo e que ganha especial destaque no Brasil. Hoje, enquanto reviso esta introdução, são mais de quatrocentos e trinta mil morte no Brasil, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde (dados disponíveis em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html. Dados acessados no dia 15-05-2021). Desde março de 2020, as pessoas foram orientadas a limitarem suas relações sociais e saírem de suas casas o mínimo possível. No caso dos grupos de maior risco, ao qual pertencem as velhas e velhos do bailinho, a atenção deve ser redobrada. O bailinho não acontece desde então. Esta condição mudou radicalmente a vida das pessoas com as quais me relacionei para a realização desta pesquisa entre junho de 2018 e dezembro de 2019.

1.1 Estudos críticos em administração

Segundo Elcemir Paço Cunha (2018), a função “administração” ganha sentido e importância na organização social ocidental com o modo de produção capitalista. O capitalista passa a exercer a função de direção econômica, deixando os trabalhadores exclusivamente ligados à realização do processo produtivo, despidos da potência de controlar as coisas e a si mesmos. Para isso, desenvolvem-se estratégias e ferramentas administrativas segundo razão interessada na maior extração possível de mais valor pela produtividade por unidade de trabalho, determinando diferentes relações com o trabalho e as relações de poder em sociedade.

A necessidade do trabalho controlado, administrado e especializado foi consolidada com a Revolução Industrial e com a intensificação da urbanização ocidental no século XVIII. Nesse período, destaca-se o surgimento das fábricas como um importante marco para o novo padrão de disciplinamento social e para um novo *ethos* do trabalho. As indústrias determinam a racionalidade instrumental e a organização burocrática como condicionantes para as divisões dos tempos e espaços sociais, com vistas à administração e maximização do retorno econômico (FABIO VIZEU, 2010).

Com a expansão industrial, a necessidade de sistematização das práticas racionalizadoras da gestão do trabalho e a necessidade de especialização da mão de obra, institucionaliza-se a função gerencial e administrativa. Concentra-se poder na figura do gestor para organizar e articular a fragmentação do trabalho, garantir a eficiência operacional e a maximização do lucro. A gestão passa a ser uma atividade privilegiada inserida em um modelo político e social de controle (ELOISE DELLAGNELO; CLÓVIS MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Na contramão da organização produtiva moderna, funcionalista e instrumental, hegemônica até os dias atuais, surgem estudos e críticas que buscam desconstruir a estrutura de controle social atrelada à concepção de sujeito, às escolhas epistemológicas e aos modelos de gestão

empregados, denunciando formas de opressão e exploração existentes nessas relações de poder, perpetuando desigualdades entre determinados grupos e classes⁵.

Estudos críticos⁶ reconhecem a importância de sistemas de gestão alternativos aos padrões hegemônicos (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014). Ganham destaque organizações que se preocupam com a autonomia⁷ e a participação ativa de sujeitos no trabalho, a horizontalidade, a dialogicidade e transdisciplinaridade das ações, assim como com a necessidade de se pensar sobre a sustentabilidade social e ecológica das respectivas atividades (MARIANA SOUZA, 2016). Organizações alternativas, contra-hegemônicas, de resistência (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008; BARCELLOS; DELLAGNELO; UGLIONE, 2015), ou complexas⁸, se são possíveis de serem nomeadas, que buscariam romper com a polarização, hierarquização e concentração de poder e de recursos entre quem dirige as ações e quem as executa (PAÇO CUNHA, 2018).

Trata-se de organizações que, de alguma forma, ou, em determinados processos, logram romper com o que é dual, estático, para abrir possibilidades para outras articulações de forças entre saber e poder, outras práticas de gestão que contribuam com novas dinâmicas “desindividualizadas, múltiplas e deslocadas, multiplicando as formas e domínios de intervenção da ação política” (FOUCAULT, 1991, p. 2).

5 Segundo o Relatório Social Mundial das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2020), a expansão econômica das últimas décadas tem falhado em reduzir a profunda divisão dentro e entre os países. Desde os anos 1990, a desigualdade avançou em nações que abrigam 71% da população. Os 2.153 bilionários do planeta possuem uma renda igual à de 4,6 bilhões de pessoas, 60% da população global. O 1% mais rico do globo retém o dobro da renda de 6,9 bilhões (a população mundial é de 7,7 bilhões). O Brasil é vice-campeão mundial de concentração de renda. O 1% mais rico embolsa 28,3% do PIB. No âmbito micropolítico, de acordo com pesquisas de Ronaldo Souza e Magnólia Mendes (2016, p. 04), o crescente desenvolvimento das doenças psíquicas está diretamente relacionado às características que marcam o mercado de trabalho da contemporaneidade, tais como a “maximização da competitividade no mercado de produtos e serviços e a lógica fordista/toyotista de produtividade/qualidade total”.

6 O termo crítico aqui empregado não está comprometido com uma escola específica, como a Escola de Frankfurt, mas sim com “um amplo conjunto de abordagens teóricas que possam ajudar a compreender o caráter opressivo da administração e sugerir diferentes caminhos” (RAFAEL ALCADIPANI, 2005, p. 211).

7 É importante ressaltar que entendo autonomia como função de autonomia, “como exercício, movimento, práticas de transformação, estando referida ao presente, à realidade, às circunstâncias nas quais produzimos o cotidiano” (ROCHA, Marisa; AGUIAR, Kátia, 2003, p. 67).

8 Nos referimos aqui ao conceito de complexidade amparados no trabalho filosófico desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Segundo eles, somos constituídos por relações múltiplas entre forças e formas. Relações não identitárias e em constante movimento, em constante interação e transformação. Para os autores, não existem identidades fixas. Tudo é movimento vivo no tempo e no espaço, por isso, complexas.

De uma forma geral, os estudos críticos buscam criticar as estruturas que perpetuam relações de poder totalizadoras, unificantes, em que a diferença, a exceção, os desvios não são permitidos, devem ser eliminados ou minimizados, contribuindo para uma construção social baseada na idealização de um padrão excludente (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000). E, assim, coadunam que é preciso explorar, analisar, questionar as formas de gestão dos processos produtivos postos, aliando-se à busca por “uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estava autorizada” (CARRIERI, 2014, p. 46).

Segundo essa linha de raciocínio da qual fazemos parte, acreditamos que, diante de formas de organizar unificantes e totalizadoras, é necessário tornar visíveis “*praxis* de intelectuais orgânicos” (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p. 185) que, segundo a lógica da multiplicidade, do agenciamento coletivo, amplia a potência da ação e da invenção, fazendo-se possíveis outras lógicas para as relações entre as vidas. São formas de saber e de fazer em que “a produção possa estar desconectada da propriedade, a eficiência do disciplinamento, o trabalho da alienação, o rendimento da exploração, o capital do dinheiro” (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p. 185).

Dentro dessa gama de estudos, destacamos os estudos organizacionais pós-estruturalistas, guardando suas devidas diferenças epistemológicas. Autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Gattari, Suely Rolnik, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe rompem com a lógica funcional moderna, partindo da concepção fragmentada do sujeito e da ideia de que o discurso não constitui uma estrutura, mas um acontecimento pertencente à ordem histórica. A ação política no pós-estruturalismo veicula-se à busca de uma vida ética como expansão das diversas e múltiplas formas de subjetividades possíveis e da não replicação de modelos prontos que perpetuam formas de exclusão que se tenta combater.

Para Foucault (2008), não há um melhor caminho. Ele é múltiplo. Não há emancipação a priori. Há uma pluralidade e particularidade das demandas emancipatórias constituídas por contingências históricas. Não há Verdade. Foucault (1987) nos lembra de que as verdades resultam de regimes discursivos que constroem proposições. A humanidade lida com os regimes de verdade de cada época. A realidade é construída e resulta de processos histórico-sociais. As verdades são muitas. E assim, é preciso buscar quem as diz e quem as produz, como e por que os sujeitos usam e dão sentido às ideias e suas práticas.

No estudo da administração, urge a necessidade de historicizar conceitos, assumindo a transitoriedade do conhecimento, questionar o que é tido como modelo universal, bem como abrir o conceito para outras modalidades de uso (BARROS, CARRIERI, 2015). Carrieri, em sua tese de professor titular (2012), nos trabalhos coletivos com Amon Barros (2015) e com Denis Perdição e Ana Rosa Aguiar (2014), propõe o conceito de *gestão ordinária* como possibilidade de visibilização, abertura e expansão do campo de estudos da administração, por meio do estudo das práticas do dia a dia de pessoas comuns. Nesta tese, propomos contribuir com este conceito, colocando ênfase nas práticas de pessoas comuns que desviam, rompem, causam fissura, nos momentos de escape e transfiguração das nossas formas instituídas de organizar a rotina. Ênfase na *ciência nômade* ou *menor*, como intitula Deleuze e Guattari (2012). Ciência guiada pelo *devenir* (de movimento turbilhonar e fluído), que se opõe às leis, às regras, às normatizações dos aparelhos do Estado⁹. Ciência que inventa problemas - pensamentos instáveis, abertos, atravessados por afetos.

O conhecimento normalmente intitulado de popular com suas próprias práticas de organização das atividades, de seus pequenos empreendimentos, são injustamente estigmatizados, rotulados como amadores e improvisados, indignos de credibilidade. No entanto, são justamente estes “sujeitos sem história” (MARIA IZILDA MATOS, 2002), os “praticantes” (STENGERS, 2018), os “sujeitos de experiência” (DIDI-HUBERMAN, 2011) que, nas suas formas de saber e fazer cotidianas e corriqueiras, criam dissonância aos modelos tidos como universais, puros e neutros, tidos como adequados para qualquer sujeito e realidade (CARRIERI, PERDIGÃO, AGUIAR, 2014)¹⁰ e, assim, possibilitam reinvenção de rota.

Como propõe Georges Didi-Huberman (2011), coadunamos que seja preciso profanar o que é tido como sagrado, e, dessa maneira, olhar a gestão para além do convencional, do que está posto pela perspectiva hegemônica, e observar os “vaga-lumes” (a dança viva dos vaga-

⁹ Segundo Deleuze e Guattari (2012), o aparelho de Estado, como o nome já diz, é o Estado. São as instituições. Elas são concretas e localizáveis: o governo, a justiça, a escola, a universidade, a família, a igreja e as religiões. Mas também podem ser um pouco mais abstratas. Uma certa moral, certa ideologia subjacente e subliminar. Os aparelhos de Estado operam pela centralidade do poder (hierarquias bem definidas), pela codificação do espaço e pela ciência régia (hegemônica, a ciência do Estado). São formas de institucionalização do pensar, do fazer e do agir. Ou seja, sistemas que dominam, organizam, regem, determinam, estabelecem, punem. A preocupação do Estado é conservar. (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p. 19) Conservar o poder, conservar a propriedade privada, conservar a religião, conservar o lucro, conservar o casamento heterossexual, conservar a monogamia.

¹⁰ Para Thomas Wood Jr. e Ana Paula Paes de Paula (2002a; 2002b), esses modelos universais são denominados como *pop-management* ou gerencialismo, institucionalizado pelo *mainstream* da Administração.

lumes) no presente de sua sobrevivência, ou seja, as condições de resistências imanentes, as condições antropológicas de criar outras relações de poder a nosso espaço-tempo.

Segundo o entendimento de que a gestão não apenas ocorre no cotidiano, mas, também, é uma “gestão do próprio cotidiano, exercida pelos sujeitos comuns em prol de sua sobrevivência” (CARRIERI *et al.*, 2018, p. 03); esta tese argumenta em prol de uma *administração menor*: Uma administração que tensione o pensar e o fazer das relações sociais produtivas e reprodutivas, para que abarquem a imanência da vida, e, assim, expanda em atenção e cuidado, forças e formas de atuação até então não autorizadas. Administração atenta a modos de existir revolucionários, vaga-lumes, que iluminam, dão pistas, para uma vida mais potente, alegre, inventiva.

Quando Deleuze e Guattari (1977) referem-se aos escritos de Kafka como uma literatura menor, não se referem a um povo ou uma língua menos importantes. Minoritário, seja na expressão (linguagem), seja nas relações entre corpos (conteúdos), é um experimento-invenção que afronta o padrão ou modelo de uma maioria. Não se distingue pelo número, mas sim por fazer valer a potência de um devir. “Minoritário é diferenciar-se, subtrair-se, promover desvios, escapar traçando uma linha de fuga de tudo o que é identificável. Um escritor ou poeta minoritário é aquele que inventa na língua e faz nascer o novo no mundo: objetos e individuações” (TOTORA, 2015, p. 203).

Assim, junto às mulheres que dançam no bailinho da tia Naná, suas histórias de vidas, suas formas de dançar, buscamos nesta tese fazer um estudo menor sobre a dança na vida dessas mulheres, atentos ao que escapa, ao que difere, ao que irrompe o usual; atentos ao que há de inventivo, transcriativo. Busca-se contribuir para a expansão das pesquisas em administração, seu pensar, seu estudar, bem como argumentam Raquel Barreto, Alexandre Carrieri e Roberta Romagnoli (2020) ao discutirem as contribuições do pensamento deleuze-guattariano para os Estudos Organizacionais. Procura-se contribuir para as possibilidades do fazer administrativo. Administração menor, inventiva, atenta ao imanente, que organiza e também compõe o *entre* das vidas corriqueiras.

2 Rizomando...

Este é o texto que entrego como fechamento de um ciclo de doutoramento. E como todo texto, é apenas uma parte. Nestes quatro anos, muita coisa aconteceu. Dores e perdas, descobertas e “engravidamentos”. Não cabe nas páginas, mas é imprescindível dizer que são esses acontecimentos que preenchem os *entre* das linhas. Estudei autoras e autores antes inimagináveis. Formulei teorias, inventei pesquisas, viajei a outros países e universos interiores. Ouvei muitas histórias de gente bonita, de gente sofrida. E já, lá no meio do percurso, fiquei sabendo de um bailinho de terceira idade, o bailinho da tia Naná, no centro-centro de Belo Horizonte, onde velhas e velhos dançam das quatro às oito da noite, quase todos os dias da semana.

Algo no salão me hipnotizou, principalmente aquelas senhoras. Mulheres velhas, pertencentes a classes populares e trabalhadoras, mulheres de muitas cores, moradoras de bairros periféricos, afastados, que viajavam de duas a quatro horas por dia para dançar. Batom vermelho, cabelos escovados, unhas pintadas, salto alto, muito brilho. Fiquei incomodada, quis voltar. Voltei mais umas quantas vezes e decidi que concentraria meus esforços do doutorado ali, mais especificamente, no acompanhar aquelas mulheres. Queria me aproximar daquelas vidas em dança, daquelas alegrias que invejei.

Decidi então me lançar naquele território. Decidi cartografar aquele rizoma que me assombrou. E agora, apresento os mapas que encontrei, os mapas das forças que atravessaram meu corpo como vetor. Mapa das forças que me *afectaram* de setembro de 2018 a dezembro de 2019. Forças que *afectaram* minha forma e desejo de estar no mundo (DELEUZE, 2002b).

Antes de mais nada, é preciso explicar por que uso essa palavra: *afectaram*; por que digo *mapas*, o que são *rizomas*, o que implica dizer que me proponho a fazer uma *cartografia*. É o que faço a seguir. Para Gilles Deleuze (1998, 2019), toda forma, qualquer que seja, um corpo, um espaço, um território, é um composto de forças, um composto de relações de forças. As

formas estão no plano do visível; já as forças, no plano do invisível. E são estas forças, extrínsecas aos corpos, que estão *entre* os corpos, que *affectam* suas formas, não como afeto, sentimento, emoção, e sim como intensidades e movimentos que modificam/alteram a potência de vida; forças que *affectam*¹¹ o que um corpo é capaz, fazendo referência direta à filosofia espinozista.

Associado à compreensão da vida como um complexo de forças, temos o conceito rizoma, apresentado por Deleuze e Guattari (2011), no primeiro volume do livro *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Inspirados na biologia, trazem o conceito para a filosofia e explicam que rizoma é um sistema. Um sistema inerente à vida. Um sistema a-centrado, não hierárquico, de múltiplas conexões, múltiplas entradas e saídas, que muda sua constituição a cada nova relação que estabelece ou desfaz. A grama seria um rizoma, o bambuzal seria um rizoma, o movimento de muitos ratos juntos, o fluxo das sinapses em nossos cérebros. É tudo aquilo que se caracteriza pelo seu fluxo, pelo seu movimento, sem um centro gerador ou subdivisões hierárquicas.

Nas palavras dos autores, rizoma constitui um “mapa aberto [de forças], conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. [...] É uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 21).

Um dos princípios básicos do rizoma é ser formado pela complexidade de múltiplas conexões que fazem e se desfazem, por conexões que acontecem em determinado momento e que se restabelecem de outra maneira num segundo momento. Dessa forma, em um sistema rizomático, não existe início ou fim, apenas meio, processualidade. Uma relação não deriva necessariamente de um núcleo originário, mas, sim, de várias conexões e situações concomitantes. O sistema rizomático diz sobre a complexidade, a multiplicidade e a processualidade da diversidade de forças que *affectam* a vida.

Se não há núcleo gerador; se não há princípio, nem fim; o que existe é movimento e intensidades. O que há são forças que atuam concomitantes de forma complexa. E assim, não há como dividir o que se vê, o que se sente, em categorias dicotômicas, excludentes, como:

¹¹ *Affectar*. A partir de então, sempre que utilizarmos esse conceito no texto, nós o destacaremos em itálico para ressaltar sua diferença com o significado da palavra afetar, relacionado a sentimento.

sujeito ou objeto, conteúdo ou forma, abstrato ou concreto, passado ou futuro, homem ou mulher, verdadeiro ou falso. Interage-se com fluxos de forças imanentes no infinito presente do agora, formados e deformados por complexas relações de diferentes intensidades.

Segundo a Professora Renata Aspis (2021, p. 48 – no prelo), o rizoma

“não para de criar conexões. Não há ordem. É heterogeneidade em profusão. Os rizomas não são estruturas. [Neles] não há identidade, [...] não há lógica binária. Não se exclui uma terceira possibilidade no ser das coisas. A lógica do ‘ou é isto ou é não-isto’ não vale, já não há exclusão na contradição”.

Já não há exclusão na contradição. Por meio do rizoma, percebe-se a vida como um todo integrado em movimento infinito, em que não há um OU outro, mas um E outro. Substitui-se o “ou” por “e”. É possível pensar em mulheres velhas e ativas, mulheres depressivas e alegres, mulheres reprimidas em seus matrimônios e dançantes, mulheres casadas e amantes, mães e putas, doentes e saudáveis, sexistas e progressistas, conservadoras e libertárias. É possível pensar para além do que tomamos por contraditório, em suas fissuras, em seus desvios, em suas múltiplas possibilidades de reconexões.

Um rizoma funciona na imanência, outro conceito caro para nós nesta tese. “Imanência que existe em si-mesma” (DELEUZE, 2002a, p. 12). Imanência que não existe em algo. Não é imanente a algo. Não depende de um objeto e não pertence a nenhum sujeito. As substâncias existem *na* imanência, e não devido a ela. Mais uma vez, não há princípio gerador, há fluxo que transmuta.

Deleuze (2002a) identifica a vida como *pura potência*, independente de um ser ou ato. Vida não vinculada a sujeitos ou objetos individuais e específicos, identificados com nomes e letras maiúsculas. Imanência como “uma vida”, com artigo indefinido, ao mesmo tempo: singular, única e desprendida da individuação. No plano de imanência, não importam Lucianas, Claudetes ou Josés. Importa a vida que perpassa esses sujeitos e também se faz *entre* eles, possibilitando-nos perceber que o dentro e o fora, o extensivo e o intensivo, as formas e as forças coexistem como na dobra — são inseparáveis, um existe com ao outro. Assim, em sociedade, rizoma que é, compartilhamos um plano de imanência no qual a complexidade é invocada com suas contradições. Não há exclusão e sim soma — já que falamos de vetores e forças, e não de núcleos geradores individuais.

Isso é importante, pois, ao se propor cartografar as forças constituintes do rizoma bailinho, ou melhor, da vida das mulheres que dançam no bailinho, não estamos interessados na identificação ou representação do que seja mulher, dança ou bailinho. Estamos interessados nas forças, na complexidade das relações, na potência que perpassa essas substâncias — nas forças que se dão e estão *entre* esses fatores, em plena processualidade e transformação. Estamos interessados em perseguir como a dança no bailinho da tia Naná *afecta* a vida das mulheres e vice-versa.

No que tange a uma tese inserida no campo dos estudos organizacionais, por meio do entendimento do plano de imanência, somos convocados a observar planos de organização e planos de composição de forma concomitante, em sua multiplicidade. *Planos de organização* lidam com as classificações, com as padronizações, com as identidades, com a reprodução do mesmo a partir de um centro. É objeto de estudo e interesse da escola de administração. Mas, também, há os *planos de consistência* (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016) ou *planos de composição* (SCHOPKE, 2004; KLINGER, 2014) que saem do domínio da representação, dos modelos, das classificações, e entram no domínio da experimentação de forças. Forças que diferem. Foras que destoam. Forças invisíveis que escapam às formas estabelecidas. Experimentação de movimentos de dessubjetivação, estabelecida *entre* o sujeito e o objeto, onde acontecem encontros múltiplos e singulares (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016, p. 85).

O que é revolucionário neste enfoque da vida é que a escolha por tal forma de pensar e também de estar no mundo constitui uma quebra com o modo de saber-fazer ocidental moderno; é uma quebra com o modelo de saber e fazer que funda e estrutura os estudos administrativos. “Deleuze fez uma crítica a toda a tradição da filosofia ocidental a respeito de como esta entende o funcionamento do pensamento” (ASPIS, 2021, p. 61 – no prelo). Para a filosofia ocidental, pensar é a mesma coisa que conhecer. Isto quer dizer que o que está “fora” do pensamento, é, de certa forma, domesticado pelo pensamento. O pensamento atribui forma às coisas do mundo, buscando representar este “fora”, o que Deleuze chamou de imagem dogmática do pensamento (ASPIS, 2021 – no prelo).

O pensamento deleuziano rompe com o paradigma da representação que entende o conhecimento como reconhecimento, o pensamento com uma instância seletiva que deve buscar se

enquadrar em modelos específicos (SCHOPKE, 2004). E romper com a representação significa que a potência do pensamento está na sua associação com a vida, com a sustentação da diferença e da atividade inventiva, criadora, cujo desafio é exatamente se livrar dos modelos, dos protocolos, dos ideais a seguir. É experimentar no lugar de reconhecer. (ROMAGNOLI, 2017, p. 427).

David Lapoujade (2000) explica que, segundo a filosofia proposta por Deleuze, o conhecimento, o processo de conhecer, se dá em saltos, por junção de pedaços, por conexões de partes diversas. Como um rizoma. O conhecimento não se forma por um processo linear, homogêneo, contínuo, coerente. Acumulamos partes, juntamos relações de entendimentos e, assim, formamos uma grande colcha de retalhos com os mais variados tipos de panos, linhas, costuras, enlaces e buracos. Em conversa com Willian James, Lapoujade (2000) explica que as experiências dizem sobre as relações. Como dito anteriormente, são relações que não estão contidas nas coisas em si, mas que se dão *entre* as coisas, independentemente dos sujeitos, de suas classificações identitárias ou definições a priori. Assim, para se conhecer um fato, é preciso perseguir as relações, e não as coisas ou os sujeitos (nós mesmos).

Para conhecer as mulheres velhas do bailinho, é preciso perseguir, cartografar o movimento das forças que se dão entre elas e a dança, quais histórias trazem, quais histórias levam, como conciliam os afazeres cotidianos com a dança, como encontram e (re)encontram a dança em suas vidas. O intuito não é representar imagens, mas, sim, perseguir o movimento das forças presentes no pulsar das vidas que se encontram ali. Relações rizomáticas, múltiplas, infinitas, que constroem e reconstroem vínculos com outros fatos. Para Lapoujade (2000), a vida é como um tecido composto por linhas de relações caóticas, sobrepostas, entrecruzadas, que vamos compreendendo à medida que vamos perseguindo suas tramas. Um entendimento de um movimento pode levar a outro. Como na dança. Saber fazer um passo pode nos conectar a outro. Fluímos de um entendimento a outro, compondo nosso próprio movimento.

E para tal fluidez ser possível, é preciso desfazer-se das mochilas de classificações simplificadoras que carregamos e perceber o mundo como uma infinidade de possibilidades de relações conectáveis e desconectáveis, como potência em criação. É preciso perceber o movimento das relações, fluxo que elas percorrem em dado corpo, em dada situação, e perceber suas transformações. Por isso, o encantamento com mulheres dançantes. Mulheres

moventes em conexão com outros corpos despreocupadas com nossas classificações de coerência, em reinvenção dos modos de existir que eu até então conhecia como mulher velha. Foi um choque ver mulheres velhas dançando quatro horas seguidas sem sinais de cansaço. Ver leveza e alegria suspensas no caótico ritmo de trabalho e comércio do centro da cidade de Belo Horizonte. Saber de romances e paixões vividas após os setenta ou oitenta anos. Sentir o sexismo existente no salão concomitante às amizades, seduções e brincadeiras. Mulheres marcadas pelo conservadorismo da geração que nasceram e contraventoras das expectativas de maridos e familiares do que venha a ser uma mulher velha.

No que tange ao fazer, é por meio do processo cartográfico que Deleuze e Guattari (2011) nos convidam a acompanhar a complexidade deste emaranhado de linhas que dão forma aos rizomas. No caso, desenhar e explicitar a complexidade do plano imanente de forças que compõem a vida das mulheres que dançam no bailinho da tia Naná, mapeando os aprisionamentos e as potências que aí são produzidas. E como fazer isso?

No livro *Mil Platôs*, no texto “Micropolícia e Segmentariedade” (1996), Deleuze e Guattari explicam que identificamos as relações entre forças pela forma de funcionamento, por seus efeitos nos corpos, que se dão na ordem do macro e do micropolítico.

A macropolítica se organiza por classificações, segmentos, linhas. Dentro desta esfera de forças, somos segmentarizados de forma binária, circular, linear, que, de certa forma, recaem a um centro. A macropolítica está estratificada em categorias que condicionam a vida no plano de organização, como explicamos anteriormente, que nos subdivide em diferentes classes, gênero, cor, escolaridade, nacionalidade, endereços. São estas as segmentariedades molares que funcionam por sobrecodificação, por classificação e exclusão. Elas “contornam a vida em linhas duras, administra o cotidiano e a experiência em formas visíveis e instituídas” (ROMAGNOLI, 2017, p. 424).

Já a micropolítica se faz perceptível nos fluxos das intensidades, nos fluxos (de crenças e de desejos), no movimento das intensidades que atravessam os estratos, os territórios, os corpos, pela natureza de sua “massa”. Situada no plano de consistência ou composição, a micropolítica pulsa e não se subdivide em estamentos. São as segmentariedades moleculares, os agenciamentos moleculares, os movimentos imprevisíveis das forças, por exemplo, a

micropolítica do desejo — “microformações que moldam as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 85).

A micropolítica é molecular e sempre invisível. Ela diz dos microfascismos¹² e das invenções, que são conquistadas nas relações. “Pode atuar tanto para oprimir, quanto para sustentar agenciamentos com forças inéditas, produzir processos inventivos” (ROMAGNOLI, 2017, p. 424). Tais processos colocamos em foco nesta tese: nos efeitos moleculares invisíveis, reativos (microfascismos) ou ativos (inventivos), que determinam o fluxo da vida (ROLNIK, 2019).

Há que ressaltar que, para Deleuze e Guattari, “tudo é política”. Não há como dissociar uma da outra. “[...] A macro e a micropolítica estão entrelaçadas e uma perpassa a outra, são inseparáveis pois coexistem” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 82). Eles explicam que “a linha de segmentos (macropolítica) mergulha e se prolonga num fluxo de quanta (micropolítico) que não para de remanejar seus segmentos, agita-los” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 89). “O processo de segmentaridade, a formação de estratos homogêneos que classificam e atuam como modelos, age no molar/macro e ainda no molecular/micro por meio de segmentações finas, que atuam como territórios que aquietam e nos acomodam ao conhecido” (ROMAGNOLI, 2017, p. 424). O macro determina, condiciona e vibra no micro, e vice e versa.

Se pensarmos estas forças ou estas relações políticas como linhas, e se atribuirmos à palavra linha um sentido mais amplo, mais geral, Deleuze e Guattari (1996) nos advertem que é preciso buscar não apenas duas, mas três tipos. Três linhas que não apenas coexistem, mas são imanentes entre si, “se transformam e passam uma nas outras” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.95). São elas: as de segmentaridade dura, as flexíveis e as linhas de fuga; que se diferem pela modalidade de funcionamento de cada uma.

As linhas duras relacionam-se com o funcionamento molar, reprodutivo, homogêneo e dicotômico da realidade. Já as linhas flexíveis estão relacionadas com os fluxos moleculares e inventivos, à produção de diferença, caracterizado pela invasão intensiva. O terceiro tipo de

12 Os fluxos se tornam microfascismos quando o desejo deseja sua própria repressão, buscando igualar, comparar, excluir e desvencilhar-se da diferença. Os microfascismos afloram a partir do medo e das inseguranças e emergem como uma micropolítica reativa, como denomina Rolnik (2019), na dificuldade com a alteridade (ROMAGNOLI, 2017).

linhas, as linhas de fuga, estão relacionadas com o imprevisível, com o encontro de uma saída pela diferença, pelo heterogêneo (DELEUZE; PARNET, 1998).

Buscamos, então, habitar aquele salão, deixando-nos *afectar* por estas forças-linhas. Apurando a percepção de seus efeitos naquele salão, no corpo delas, no meu corpo, buscamos perceber o funcionamento de linhas duras, flexíveis, de fuga, com especial atenção para o campo micropolítico, para o campo das composições, para aquilo que não é usual nos estudos organizacionais, e, assim, possibilitar a expansão ética da escola que habitamos.

2.1 O olhar micropolítico

No que tange aos efeitos micropolíticos, Suely Rolnik, em seu último livro, *Esferas da Insurreição* (2019), explica que a micropolítica pode ser compreendida como forças ativas e reativas atreladas à vida. As forças ativas seriam as que geram potencialidade de vida, no sentido espinosista, ou seja, potência que se expande dado determinado encontro ou relação, diferentemente do entendimento de potência como princípio ou origem. E as forças reativas, as que, ao contrário, diminuem a potencialidade do viver, “pressionam na direção da conservação das formas em que a vida se encontra materializada” (ROLNIK, 2019, p. 56), diminuem as forças de criação e transcrição (cooperação, criação conjunta) que são inerentes a qualquer processo vital.

A micropolítica ativa estaria conduzida por bússola ética: bússola que orienta as ações do desejo no sentido de uma criação de uma diferença, resposta capaz de gerar novo equilíbrio para a energia vital, ou seja, gerar o que para Deleuze configura-se um acontecimento. E a micropolítica reativa, por sua vez, é conduzida por bússola moral que insiste em se manter em pontos já conhecidos, que expropria força de criação, e ampara-se no medo do desfalecimento, no mal-estar convertido em angústia.

Em campanha para que reforçemos as ações guiadas pela ética, pela vida, Rolnik (2019) explica que o modelo de subjetivação ao qual pertencemos atualmente, modelo que ela intitula com “colonial-capitalístico”¹³ (p. 103), apoia-se em uma micropolítica adoecida, em que as forças reativas, de diminuição da vida, de repetição de padrões já dados, são reafirmadas e proliferam-se em intensidade. Com referência à psicanálise freudiana, para Rolnik (2019), as forças reativas coadunam com uma sociedade neurótica, em que o desconforto, interpretado como coisa ruim, gera duas condições de aprisionamento: a culpa por suposta deficiência de si mesmo (sentimentos de inferioridade, vergonha); ou a culpa pela suposta maldade externa a si mesmo (sensações paranoides, ódio e ressentimento). Dessa forma, compartilhamos um modo de subjetivação que coloniza e extrai mais valia não apenas de nossas forças produtivas, mas, também das nossas forças reprodutivas. É um modo de subjetivação que coloniza a vida em seu âmbito macro e micropolítico, conscientes e inconscientes, em que prevalece a repetição de identidades viciadas. Dentro da bússola moral, a subjetividade fica reduzida ao sujeito/indivíduo, convertendo o mundo em um vasto mercado de produção e consumo, no qual a “subjetividade tem ao seu dispor uma série de imagens para identificar-se, com as quais estabelecerá uma relação de consumo, que lhe permitirá recobrar o alívio fugaz de um quimérico equilíbrio” (ROLNIK, 2019, p. 70).

No que tange à condição de mulher, a subjetividade reduzida ao sujeito/indivíduo está diretamente atrelada à construção de papéis de gênero subservientes ao discurso cultural hegemônico. Segundo Judith Butler (2007), tal discurso estabelece limites, funções, papéis, com base em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem de uma suposta racionalidade universal.

Nesta tese, partimos do pressuposto de que gênero “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se

13 Rolnik (2019) explica que capitalístico é uma noção proposta por Felix Guattari, que parte da ideia de Karl Marx de que o capital sobrecodifica os valores de troca, submetendo, assim, o conjunto do processo produtivo a seus desígnios. Guattari estende essa ideia aos modos de subjetivação que, sob o regime capitalista, são igualmente sobrecodificados. Isso tem por efeito apagar as singularidades próprias de cada vida. Mais grave ainda é seu efeito de interrupção dos devires — processos de singularização que se desencadeariam nos encontros entre corpos e suas próprias características — assim como de bloqueio da transmutação da realidade e da transvalorização de valores que tais processos tenderiam a produzir. O sufixo “ístico” acrescentado pelo autor refere-se a essa sobrecodificação, uma das operações micropolíticas medulares desse regime, a qual incide sobre todos os domínios da existência humana. Rolnik (2019) considera esse “estupro profanador da vida” como “colonial-cafetinístico”, pois expropria a força vital de todos os elementos que compõe a biosfera (ROLNIK, 2019, p. 103–104).

cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). E assim, nós nos aliamos ao projeto político nômade de Rosi Braidotti, em repúdio a qualquer essência monolítica definida de uma vez e para sempre. Coadunamos com o entendimento de mulher “como conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias” (BRAIDOTTI, 2000, p. 30), definidas por variáveis que se cruzam e sobrepõem tais como classe, raça, idade, estilo de vida, preferência sexual, limitações/possibilidades físicas, entre outras.

No que tange à condição de velhas, esta subjetividade reduzida ao sujeito também se atrela ao processo de *reprivatização da velhice*, como afirma Guita Debert (1994, 2011, 2012); e a construção de um ideal de “qualidade de vida” e “bem-estar”, como explica Tótora (2015). Para as autoras, a partir dos anos oitenta, a velhice passa por processo no qual o “idoso” deve-se responsabilizar-se pela gestão da própria vida. Ao sujeito é encarnada a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de seu bem estar, bem como por buscar o conforto e o reequilíbrio de suas angústias, segundo um padrão definido a seguir, colonizando relações em formas utilitárias e isoladas de sobrevivência.

Assim, o consumo de identidades pré-fixadas, sejam como mulheres, seja como velhas, segundo os interesses da economia de produção capitalista, substitui formas ativas de reinvenção e germinação de outros modos de existir singulares; “debilita a potência coletiva de criação e cooperação” (ROLNIK, 2019, p. 150). Na contramão, buscamos contribuir com formas de pensar não falocêntricas de resistência às determinações hegemônicas: “secreta, lateral, estendida, oposta às ramificações visíveis, verticais das árvores ocidentais do conhecimento; defensoras de bases móveis para uma visão pós-humanista da subjetividade, [...] onde são possíveis corpos andrógenos, unissex e sem idade” (BRAIDOTTI, 2000, p. 98).

Perguntamos então: quando e como as mulheres velhas que dançam rompem com as cenas pacatas instituídas e, guiadas pela bússola ética, criam novas condições de existência?

Em busca de respostas, nesta tese buscamos perseguir as forças que nos atravessaram nos encontros com estas mulheres no salão, desenhando mapas indicativos nos quais a vida ainda circula, em que a vida se renova, a vida se reinventa e aumenta sua potência. Ressaltamos, porém, que estar sensível e dar visibilidade aos processos ativos exige um esforço constante de descolonização. Descolonização de nossos desejos, de nossas expectativas e do nosso

fazer, para que seja possível enxergar e também transformar reações em ações; para que seja possível dar passagem às forças de criação e transcrição coletiva, para sairmos do modo de subjetivação de indivíduo e perceber a vida em sua intensidade, conexão e integralidade.

Assumimos como campo problemático a experimentação do pensamento como potência na elaboração de mapas cartográficos que visem explicitar o entrelaçamento de forças políticas produzidas e produtoras de mulheres que dançam no bailinho da tia Naná. Objetivamos não apenas explicitar as segmentaridades duras (máquinas abstratas de sobrecodificação), mas, também, e aí se faz a diferença, buscar o tecido molecular em que mergulham os agenciamentos, forças ativas e reativas das quais nos fala Rolnik (2019). Atenção ao indiscernível, ou aquilo que não pode ser centralizado. Atenção “às pequenas imitações, oposições, invenções, matéria sub-representativa” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 90); ao que vaza, ao que foge, ao que escapa às organizações binárias, ao que escapa à colonização de nossas forças vitais de criação e transcrição.

Em outras palavras, este trabalho buscou sustentar a imanência das linhas traçadas no campo, a coexistência de funcionamentos diferentes da realidade: um funcionamento molar, hierárquico e estratificado e um funcionamento conectivo que se liga ao intensivo, à potência da vida, em combate à naturalização e simplificação do ser idoso, da sexualidade, dos papéis de gênero, do horror à velhice, da exclusão social. Buscamos rastrear onde a vida circula. Na dança, na solidariedade, no cuidado, no corpo, ao que circula *entre*, o que afetou meu corpo e afeta outros corpos ali. As transgressões de um modelo de subjetivação colonizado por forças reativas, forças que conservam as formas e estruturas às quais estão estruturadas, forças que as individualizam em processos de culpa, isolamento, raiva e introspecção, e passam ou se conectam, também, com forças que criam, reinventam, conectam com outros corpos, integram-se, reinventando os modos de existir de mulheres e de velhas instituídos.

2.2 Sobre a escolha cartográfica

“Se eu ‘participasse’, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse ‘observar’, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para ‘observar’. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado”. [...] “Tudo se passou como se tivesse tentado fazer da ‘participação’ um instrumento de conhecimento” (JEANNE FAVRET-SAADA, 2005, p. 157).

“É preciso se aproximar e chegar tão perto para ver de longe. [...] Eu filmo [escrevo] dia após dia em busca de alguma coisa leva tempo aprender como fazer” (MARÍLIA GARCIA, 2018, p. 35).

“Leva tempo aprender como fazer.” Escrevo dia após dia, buscando algo que não sei o que é. Vou ao bailinho, dia após dia, sem saber bem o que busco ali. Busca de coisas minúsculas que me dão pistas do passar do tempo. Leituras minúsculas que diferenciam as imagens de um cotidiano. Olho para o bailinho como imagem repetida. Mesmo do mesmo. Cotidiano como quase morte, até ver movimento. “leva tempo aprender como fazer”. Não aprendi ainda. Desânimo e falta de vontade. Só de longe, percebo a alegria dos corpos. Eu reparo em um casal. Ela da saia de três cores. Ele o senhor de cavanhaque charmoso. Brincam com elegância. Há beleza na troca. Tenho vontade de dançar com eles (Fragmento de um dia a bordo¹⁴. 14.10.2019).

Deleuze e Guattari (1995) nos convidam a desenhar e explicitar a complexidade do emaranhado de linhas de relações e forças políticas que dão forma aos rizomas da vida. Eles ressaltam que a preocupação com a complexidade singular e com as contradições não excludentes estejam não apenas no momento de explicitar os mapas encontrados — como na escrita sobre o processo —, mas também na atitude do pesquisador, na sua forma de estar em

¹⁴ Nesta tese, utilizaremos o termo diário de bordo em substituição ao diário de campo. Fazemos referência à teoria cartográfica que busca evidenciar no território o que ele tem de movimento, potência, processualidade, em substituição ao que parece estático. O diário de bordo faz referência à pesquisa como viagem, como passagem, como transitoriedade. Outra questão incitada pela palavra “bordo” é a distinção entre cartografia e etnografia. A cartografia não constitui uma metodologia de pesquisa. Configura-se como um processo teórico-metodológico, por um estado de ser/estar. Nela não há separação entre sujeito e objeto; não há sujeito cognoscente separado do campo a ser analisado, como poderia se dar em alguns estudos etnográficos. Na cartografia, pensa-se, pesquisa-se e interage-se com os processos em profusão aos quais estamos imersos; aos quais modificamos e nos modificamos ao mesmo tempo. Buscamos aprofundar essa discussão nesta seção da tese.

pesquisa, sua forma de olhar, escutar, agir e pensar. Para Deleuze e Guattari (1995), cartografar constitui uma atitude, um estado de ser.

Dessa forma, cartografar e perseguir as linhas de forças que compõem uma determinada experiência perpassa o exercício de desconstruir as separações estanques e dicotômicas usuais de nosso cotidiano como: mente ou corpo, concreto ou abstrato, sujeito ou objeto, matéria ou forças, e, até mesmo, passado ou futuro. Se falamos de fluxos de forças em profusão, apenas existem o presente e sua complexidade. Para cartografar, é preciso encarnar o artesão prospector que modela à medida que percebe os fluxos da matéria que interage (LAPOUJADE, 2000). Fazer conhecendo. Elaborar um mapa geográfico das relações do agora, sem a presunção de uma verdade única, sistemática, originária. “Experimentar uma forma de resistência ao modo de pensar colonizado pelo humanismo logocêntrico europeu, que andou sempre de mãos dadas com o capitalismo” (ASPIS, 2021, p. 126 – no prelo).

No mesmo sentido, segundo Johnny Alvarez e Eduardo Passos (2015), cartografar é habitar territórios existenciais, modificando e sendo modificado por eles. A cartografia se justifica não como método para ser aplicado, mas para ser experimentada como atitude, como compromisso e interesse de implicação na realidade.

Com estes desafios, seis diretrizes ajudaram no agir cartográfico. Discuto as seis diretrizes a seguir e pontuo as estratégias que fui desenvolvendo em percurso.

(1) Não há como desassociar sujeito cognoscente daquilo que se busca conhecer. Conhecer não é representar a realidade. Cognição é também criação, é também produção, de si e do que se conhece (WALTER BENJAMIN, 2006; EDUARDO PASSOS, ANDRÉ EIRADO, 2015). Dessa forma, escrevo em primeira pessoa do singular e, em alguns momentos, em primeira pessoa do plural, invocando os(as) interlocutores(as) que tive neste caminho.

Não há como desassociar os sujeitos de pesquisa de sua bagagem teórica, de seu repertório de imagens e perguntas. Ao longo do texto, busquei explicitar as mochilas classificatórias das quais não me desvincilhei, expus meus espantos, surpresas, os incômodos causados pelos encontros. Criei as narrativas junto às mulheres com as quais conversei. E agora apresento a colcha de retalhos com as partes que consegui escutar.

Reconheço os riscos desta escrita em primeira pessoa. Os riscos de uma escrita que não avance em sua dimensão política. No entanto, não encontrei outra forma em que pudesse posicionar-me e, ao mesmo tempo, fazer de meu corpo vetor para os atravessamentos políticos desse percurso. Talvez ainda encontre uma alternativa. Talvez ainda inventemos outra linguagem em que o pessoal e o impessoal estejam imbricados. Não existe um nem outro. Por enquanto, como trabalho acadêmico, busco limpar a escrita dos excessos do ego e manter aquilo que é comum, aquilo que é potência de *afecção* para além do meu eu. Neste sentido, compartilho da definição de escrita acadêmica elaborada por Renata Aspis (2021, p. 25 – no prelo):

“a escrita acadêmica [...] se define pela potência de transformação que traz, pelo atrito de ideias que produz e solta faíscas. Se esse texto mover o pensamento de quem o recebe, pronto, sua existência já se torna relevante. [...] Escrevo para ser lida. Escrevo para *afectar*. Escrevo para colocar o pensamento em movimento, incitar que busque conexões; o meu, em primeiro lugar”. (grifo nosso)

Sobre o processo de escrita, também invoco aqui a potência criativa de formas feministas de explicitação política. Com referência ao trabalho acadêmico e artístico de Grada Kilomba (2019) e Sophie Calle¹⁵, coloquei na parede histórias particulares de mulheres velhas para trazer para a discussão política as possibilidades de existência dadas e criadas para e por este grupo. Foi por meio do estudo das “narrativas autobiográficas” (KILOMBA, 2019) fornecidas pelas senhoras que identifiquei e elegi as discussões teóricas de cada seção.

Segundo Kilomba (2019), as narrativas autobiográficas permitem que a pesquisa esteja centrada em sujeitos. Sujeitos que recordam e elegem compartilhar suas histórias e experiências pessoais, no direito de autorrepresentarem-se. Assim, a pesquisa pode examinar a autopercepção e complexidade identitária descritas na perspectiva do sujeito, dedicando ao sujeito respeito político, social e individual. Kilomba (2019) também ressalta a importância da “análise episódica” (KILOMBA, 2019, p. 88) das narrativas, permitindo que estas sejam escritas em formatos de contos, o que transgride e enriquece o modelo acadêmico tradicional.

Com estas referências em mente, debrucei-me sobre as narrativas. Busquei dissolver teoria e prática, forma e conteúdo, e explicitar o campo de imanência ao qual tive contato. Busquei

¹⁵ Sophie Calle é escritora, fotógrafa, artista de instalação e artista conceitual francesa, nascida em 1953. O trabalho de Calle evoca o movimento literário francês dos anos 1960 conhecido como *Oulipo*, e frequentemente retrata a vulnerabilidade humana e sua intimidade. Dados disponíveis em: <https://www.tate.org.uk/art/artists/sophie-calle-2692>. Acesso em 15-05-2021.

atentar-me às palavras, às formas de contar e narrar, na tentativa de não diminuir a vida que encontrei ali. Assim, esta tese também tem como objetivo contribuir para a criação de outras formas de escrita acadêmica, outras formas de expressão que possibilitem reflexão, bem como convocar bell hooks (1995), Glória Anzaldúa (2000), Grada Kilomba (2019). É preciso expandir as possibilidades de construção de ciência para além dos modelos até então validados, marcadamente masculino, branco, heterossexual, capitalista. É preciso ampliar as formas de expressão respeitando a complexidade e a diversidade da vida, fazendo-se artistas-pesquisadores que possibilitam o habitar fronteiras epistemológicas que abrem outras possibilidades do que é conhecido (RENATA MARQUEZ, 2009).

*

(2) Não há como desassociar o caminho, o percurso e as ferramentas de pesquisa escolhidas (ROMAGNOLI, 2009). Escolhi a cartografia como suporte teórico e metodológico para a pesquisa e com ela assumi o caráter processual desta construção, buscando estar aberta e atenta à “calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa” (PASSOS *et al.*, 2015, p. 13).

Desde o início, tinha em mente que esta pesquisa não possuía um objeto a ser esmiuçado, analisado, para ser, posteriormente, descrito e representado. Não havia uma verdade a ser desvendada. Foi preciso desapego ao caminho pré-definido, desapego a um plano certo que me conduzisse a algum resultado. Inúmeras vezes identifiquei este desejo entre as minhas ansiedades. Levei tempo para aprender a deixar com que os encontros me guiassem e criar uma estratégia de registro do percurso para lidar melhor com a insegurança.

No próximo texto, “sobre o percurso”, descrevo com detalhes o que foi feito no caminho de tese. Compartilho desvios, medos e decisões para a elaboração deste texto.

*

(3) Não exploramos ou coletamos dados, produzimos os dados em coletivo, em polifonia com a pesquisa, por meio de um processo coletivo de construção de conhecimento (LAURA BARROS; VIRGÍNIA KASTRUP, 2015). Escutei e vivenciei o que as pessoas que ali estavam me permitiram. Em cada encontro, expliquei minhas intenções de pesquisa, mas as

conversas eram conduzidas em conjunto. Elas selecionaram o que queriam dizer e partilhar. Da mesma forma, no salão, minha presença transformava o ambiente. O que vi, senti, escutei está marcado por esta presença. Os casais sabiam que eu estava ali. E muitas vezes senti que incomodava por minha diferença de cor, idade, postura, roupas. Pelo meu olhar. Uma vez no banheiro, uma senhora comentou que achava que eu era “gringa”. Lá fora, ao me despedir, uma me chama de “princesinha”, de forma carinhosa, mas bastante distintiva. Demorei para construir confiança e tranquilidade para estar no grupo.

*

(4) A pesquisa será sempre incompleta, parcial, limitada. Não há final, não há *pódim* de chegada. Há interrupção e delimitação da pesquisa. Segundo Deleuze e Guattari (2011), nos mapas, tampouco há nomes próprios, o que há são forças que atravessam, determinadas por sua longitude, latitude, temporalidade e intensidade. Assim, em cada mapa-texto, sem nenhuma pretensão de totalidade, busquei evidenciar o emaranhado de linhas e forças que pude perceber e que me foram apresentadas naquele determinado e situado espaço-tempo.

Essa perspectiva coaduna com que Dona Haraway (1995), em seu texto “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, argumenta sobre as contribuições feministas para a construção de conhecimento. Para a autora, parcialidade e a não universalidade são as condições de se fazer ouvir corpos — sempre complexos, contraditórios, estruturantes e estruturados — em contraposição ao simplismo de um lugar nenhum da ciência positiva. Vivemos desde lugares específicos, dentro de limites e contradições, desde uma “corporificação finita continuada” (HARAWAY, 1995, p. 34).

Juliana Góes (2019) explica que, para Haraway,

“afirmar a existência de uma única verdade tem o mesmo impacto que afirmar que tudo vale, pois ambos impedem a crítica. Localizar o saber, portanto, não significa dizer que existem várias perspectivas e que todas devem ser aceitas. Significa reconhecer que o conhecimento é parcial, e ao invés de se buscar leis universais e explicações globais, as comunidades devem traduzir o seu conhecimento uma para as outras”.

A proposta de objetividade feminista discutida por Haraway (1995) abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento, ao darmos conta de que não estamos no comando do mundo. Haraway propõe que a produção de conhecimento seja

entendida como processos dialógicos contínuos entre diversas comunidades e grupos subalternos. Esse diálogo consiste no traduzir-se um para o outro e buscar, através da orientação da solidariedade, e não da competitividade, a emancipação de todas e todos. Por meio desta perspectiva, abandona-se “a ideia de que o conhecimento é produzido individualmente e passa a entendê-lo como prática coletiva” (GOES, 2019, p. 8).

*

(5) Abertura para a existência de contradições não excludentes e para a multiplicidade de universos que coexistem, na tentativa de construção de “projeto-outro” de escuta, escrita e reelaboração epistêmica, buscando, assim, desconstruir binarismo superior/inferior que polariza e simplifica sujeitos, lugares e saberes.

Afastar dos condicionamentos advindos do sistema dicotômico colonial/moderno, os quais nos fazem ver o outro como objeto de pesquisa, e não como sujeito, perpassa a decolonialidade de nós mesmos e do nosso eu-pesquisador(a) (SILVA, MARTINS, CARRIERI, 2020), já que “o esquema binário (saber/não saber; sujeito/objeto) consiste possivelmente no instrumento mais eficiente do poder” (RITA SEGATO, 2012, p. 126). A desconstrução deste lugar de pesquisador(a), professor(a), oficinairo(a), que sabe e leva o saber para o outro, possibilita a reconstrução de si ao escutar o outro, sem se portar com o “marco-zero” do saber (SANTIAGO CASTRO-GOMES, 2005).

Para ensejar a formação de uma “epistemologia para a próxima revolução” (LINDA ALCOFF, 2016), o exercício foi abrir-se para o diverso, ordinário, para aquilo que é vivido no cotidiano, para os comentários corriqueiros, para as histórias comumente invalidadas pela racionalidade colonial/moderna/científica. Histórias menores “imprescindíveis para que a racionalidade deixe de ser universalizada e passe ser plural, diversificada e inclusiva aos saberes produzidos pelos outros” (SILVA, MARTINS, CARRIERI, 2020, p. 504).

*

(6) Compromisso ético. Entendimento do conhecimento como possibilidade de cuidado de determinado território existencial, e não como dominação ou controle de conceitos (ALVAREZ; PASSOS, 2015). Pesquisar sobre a vida das senhoras que dançam, pesquisar

sobre o bailinho, estabelece compromisso com elas e com aquele espaço. Algumas senhoras apenas me concederam entrevista, pois viam nela a possibilidade de manutenção, continuidade, partilha da importância daquele local. Ao apresentar este trabalho, preocupo-me em como ele retorna para elas, para suas vidas, para seus companheiros e famílias¹⁶. Eu me preocupo com a repercussão do que gero aqui. Omitimos os nomes próprios e as informações que possam identificá-las. Não vinculamos os bairros de residência aos pseudônimos criados. E, mesmo que ainda não tenha sido possível, temos como objetivo retornar as histórias escritas para cada senhora. Desejo que as reflexões que trago, de alguma forma, nos alimente.

2.3 Sobre o percurso

*Acho que não estou conseguindo, não consigo. Coleta de dados? Onde é que tem uma plantação de dados? Quando é a época da colheita? Vamos para o campo, meu campo, quando é que esse campo ficou meu? Não me sinto dona dele. Observar, mas observar como, em que tipo de lupa é necessário que se tornem os olhos, que tipo de telescópio, está parecendo um caleidoscópio, fico tonta, vou enjoar, não tem como parar o gira-gira, por favor? O que é que você viu? Não vi nada, estava tudo girando, ruminando nas minhas impressões que eu ia jogando fora porque não achava relevante, sabe, não combinavam com as teorias que eu li, parece que não está dando certo, sabe, não sei como planejei, o tempo está passando e eu não consigo observar aquilo que fui observar, **só acontecem outras coisas, coisas irrelevantes**, se continuar assim vou perder o prazo, não posso. O que faço agora? Criar categorias de análise? Como se faz isso? O que é que se deve considerar importante, como as pessoas costumam determinar o que é relevante em uma pesquisa, gente, isso não tem um manual, não? Como as pessoas conseguem fazer isso? Olha, estou muito angustiada, o tempo está passando e **parece cada vez mais que o que estou fazendo não tem a menor consistência**, como vou defender isso?, peloamordedeus, estou travada, não estou conseguindo escrever nada, escrever o que, se tudo deu errado, sei lá, aconteceram outras coisas, qual caminho tomar?, alguém me arranja um facão aí, uma foice, preciso abrir caminho nesse matagal,*

¹⁶ Até o momento, não foi possível retornar o material produzido para as mulheres com as quais conversei, muito menos para as pessoas do bailinho em geral. Tal retorno e as conversas que poderiam surgir deste evento engrandeceriam sobremaneira o estudo, as reflexões. Devido minha gravidez no percurso, a pandemia e certo distanciamento disparado por estes fatores, hoje troco mensagens com apenas algumas senhoras, sem contar que os bailes foram suspensos em março de 2020 e ainda não retornaram. Tenho a intenção de compartilhar o estudo com as mulheres que o coproduziram, no entanto, ainda não pude visualizar a forma e o momento em como fazê-lo.

nessa escuridão, nessa solidão, isso é muito difícil de fazer com essa bússola de brinquedo e tem um monstro faminto vindo aí atrás, ele sente o cheiro do meu medo, tento correr, mas não saio do lugar; gente, preciso acordar desse pesadelo, não é possível, vou ter um troço (ASPIS, 2021, p. 26 – no prelo. Grifos meus).

Concentrar e escrever. No tempo que é possível escrever. Tento terminar esta tese. Muito difícil concentrar. Não é isso que tenho que escrever. Tenho que escrever outra coisa. Sobre a tese. Sobre o bailinho. Sobre como cheguei ali e como fiquei ali. Como se deu o processo. Demorei muito para entender, de fato, algumas coisas.

Eu entrei no doutorado propondo fazer uma cartografia. Mas, na verdade, eu não tinha nenhuma noção do que isso significaria. Eu me apaixonei pelas descrições dos autores, pela liberdade do processo, sabendo que seria difícil encontrar outra proposta teórico-metodológica que me possibilitaria buscar o que nem mesmo eu sabia o que era.

Essa é a questão. Cheguei ao bailinho não sabendo ao certo o que queria. Como faria, o que buscaria, o que faria ali. Eu tinha outra pesquisa em mente e no papel. Já vinha coletando histórias de mulheres. Mulheres que viviam no campo. Mulheres que trabalham com artesanato e arte. Mulheres sim, velhas, rurais, que tramalhavam por conta das próprias mãos. Assim eu vinha. Ouvindo. Ouvindo. Aprendendo a ouvir. E registrando do meu jeito essas *ouvidanças*.

Quando soube do bailinho, eu quis ir lá ver, mas sem saber muito bem o que e por que. Fui. Fiquei. As coisas que observava ali faziam sentido nas discussões sobre cartografia ministrada por Raquel e Carrieri. Também, gostei muito da possibilidade de escrever cartas sobre a vivência no bailinho e aos poucos ir tecendo a pesquisa, tecendo os incômodos com os desejos com as vontades de estar com os desejos e vontades de abandonar.

Tinha algo ali que me incomodava profundamente. Eu sentia certo encantamento por aquelas mulheres no salão. Aquele batom vermelho, aquela audácia. Ao mesmo tempo, incômodo, medo. Não sentia liberdade para dançar. Eu me achava estranha, chata, incomodando. Vergonha. Tudo junto. No entanto, mesmo com tudo isso, achei que seria bom insistir. Focar. Determinar que ali seria onde encontraria minha tese. E assim foi. Carrieri me apoiou e pronto.

Mas e agora? Pelo menos o local estava decidido. O que fazer? Sendo uma pesquisa em administração, o que seria buscado ali? A gestão? A gestão do espaço? Não era isso. Estava nas mulheres a questão.

Com muita liberdade, fui deixando a pesquisa acontecer. Eu fui frequentando. Escrevendo cartas para Raquel, para Carrieri, para Heitor. Busquei vários interlocutores para o que sentia quando estava ali. Não funcionou muito bem. Passei a escrever diários e diários. E tão pouco fazia muito sentido. Chegou a ponto que parecia que tudo estava bastante repetido. Isso mesmo. Repetido. Inocência minha.

No início, frequentei o bailinho com Heitor e sua avó. Eu e Heitor tínhamos um projeto em comum. Ele, com as imagens; eu, com a escrita. Tentamos dançar. Fomos nos fazendo mais familiares no bailinho. Dona Jandira, sua avó, nos ajudou muito nesse processo e nos apresentou para suas amigas, além de nos dar o aval para chegar e permanecer. Se não fosse Dona Jandira, talvez não teria sido possível a permanência naquele local tão próprio, tão familiar, tão fechado. Hoje vejo.

Continuei, mesmo depois que eu e Heitor não estávamos mais juntos. Continuei. Foi muito mais difícil ir para lá sem ele. No entanto, isso me forçou a buscar outras formas de aproximação. Foi bem mais difícil, chegar, sentar-se sozinha à mesa e sentir aquele estranhamento todo.

Depois de sete meses frequentando o salão, senti que poderia iniciar as tentativas de entrevistas. Eu precisava escutar aquelas mulheres. Ali mesmo, ou nas suas casas. Como elas desejassem. No princípio, imaginei que seria importante me aproximar de algumas senhoras e traçar com elas uma rotina de pesquisa, estar com elas em casa, depois no caminho para o bailinho, depois no bailinho, a volta. Pensei que cartografar passaria por acompanhar os caminhos que elas faziam, os percursos delas em suas vidas para estarem ali. Eu idealizei esta possibilidade, pensando também no conceito de gestão ordinária, pensando como faria para observar a gestão do dia a dia delas, em casa, na rua, na dança.

Não consegui chegar nem perto disso. As primeiras tentativas de aproximação se deram por meio da Ana (nora da tia Naná, hoje, uma das responsáveis pelo bailinho e sua administração). Pedi para Ana abordar algumas senhoras e pedir para marcar conversas

comigo. Ana não conseguiu marcar nenhuma entrevista. Nenhuma senhora se dispôs a conversar comigo assim, por meio da intervenção dela. Foi com o tempo, eu no salão, sentando perto e iniciando conversas sem importância (que pareciam sem importância), que fui conseguindo, pouco a pouco, perguntar, pedir, para conversar um pouco mais sobre a vida delas, sobre a dança.

A primeira foi Guilhermina, que não quis que eu gravasse a conversa. Ela não gosta da sua voz. E concedeu a entrevista convicta de que sua fala poderia, de alguma forma, ajudar no bailinho. Foi incrível ouvi-la. Como não pude gravar, depois da conversa, saí com muita pressa para encontrar um local onde pudesse escrever tudo que pudesse. As expressões, os comentários. Lembro-me da ansiedade, do medo de esquecer!

E durante as conversas, como fazer? Eu me perguntava como seria possível buscar encontros, quebrando com a rigidez de cada uma em seu território. Como seria possível habitar, fazer movimentar, o *entre*? (DELEUZE; PARNET, 1998).

Conversamos sem roteiro estruturado. Disse que seria importante entender as relações da dança com a vida dela e que me contasse o que sentisse vontade. Para mim, era importante que elas conduzissem a conversa para onde quisessem. Inocência dizer que não influenciei as falas. Ao escutar as entrevistas, é claro que a construção foi conjunta. Cada comentário meu induzia novo rumo à história. Pouco a pouco, fui aprendendo a interferir menos, ouvir mais. A construir junto território de interlocução, com o desafio de estimular a circulação de forças, resistindo às falas e aos comentários que reduzem as experiências a informações, reduzindo sentidos a respostas precisas.

Guilhermina me levou a Efigênia, que me levou a Judite e, assim, fui indo. Havia dias que não tinha entrevista marcada, ia sozinha, sentava-me à mesa e esperava para ver se encontrava alguma situação em que pudesse conversar com alguém.

O apoio de Ana e Regina (filha de ti Naná) foi fundamental. Quando me sentia muito deslocada, sem saber onde situar-me, eu sentava com elas na recepção. Ficava ali ao lado delas, conversando, e olhando para o salão. Isso também ajudou muito. Elas me apresentavam para as pessoas, contavam casos. Os casais chegavam a perguntar se eu era filha de Regina, conseqüentemente, neta de Naná. Percebi que com elas por perto duvidavam menos, a

resistência com a minha presença era menor. Por outro lado, a proximidade com elas fez com que as pessoas do salão associassem a minha pessoa com a instituição bailinho. Certamente, este fato determinou falas.

Todas as quartas-feiras eu estava no bailinho. Eu chegava às duas e meia da tarde, para acompanhar os preparativos ou fazer entrevistas, e ficava até umas seis horas. Assim, as pessoas que frequentavam o dia já sabiam que iriam me ver. De alguma forma, esperavam minha presença. Digo isso, pois as pessoas ali costumam ir ao bailinho no mesmo dia da semana. Por exemplo, Dona Jandira vai todas as quartas, já Helena só vai às quintas e sextas.

A questão do horário para chegar e sair, além do tempo de presença no bailinho, também demandou amadurecimento. Eu me sentia muito cansada e duvidava sobre a hora de ir embora. Se já tinha sido suficiente, se deveria ficar mais. Eu me perguntava sobre o tempo “médio” de uma entrevista. E assim por diante. Demorei a aprender a respeitar os sinais de meu corpo e não buscar parâmetro alheio ao que vivenciava. Ao final do processo, questionei menos. Fazia uma entrevista e ia embora. A entrevista durava o quanto nos permitíamos. No caso de Selma, interrompi o processo e disse que precisava ir.

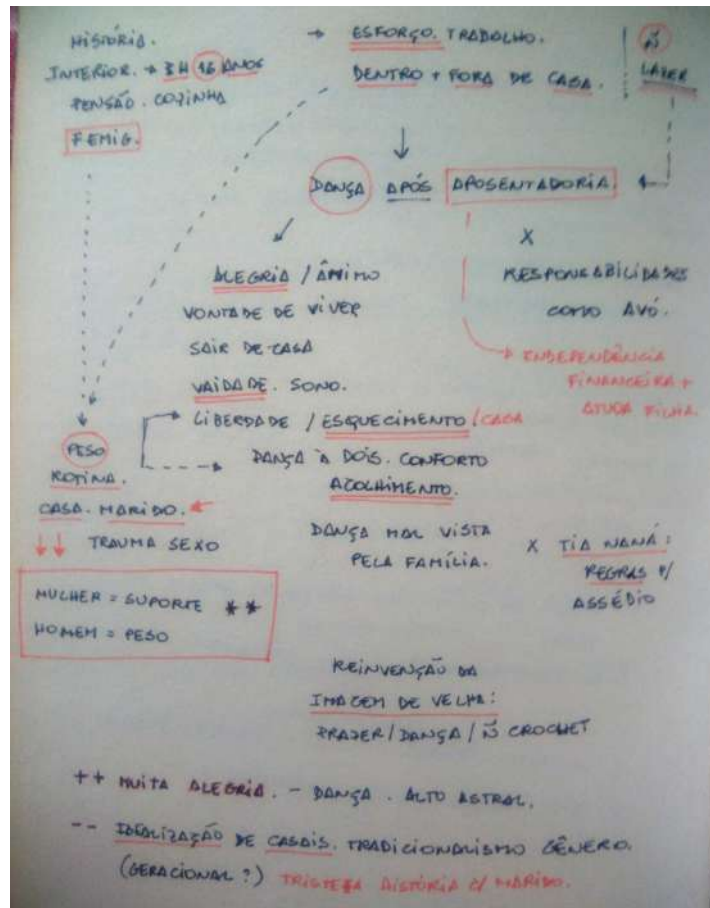
A estratégia de fazer entrevistas ali no bailinho, na varanda, demarcou uma etapa importante na pesquisa. As pessoas passaram a ver o que eu fazia. A confirmar e validar com outras mulheres que viam sendo entrevistadas. Na varanda, podíamos conversar, a música não atrapalhava tanto. Foi como estar na dobra, dentro e fora do bailinho ao mesmo tempo. Isso ajudou muito.

Outro momento crucial do fazer cartográfico está na escrita, depois das transcrições, na tentativa de achar uma forma para colocar no papel a profusão de forças encontradas. Eu já vinha confiando na construção em fluxo, sem a cobrança de possuir controle e direção de tudo. Era o desejo de que a potência dos encontros conduzisse o processo de produção conjunta desta tese. Mas depois, depois que reuni em mãos, os tantos diários (cinco cadernos ao total), as seis cartas do início da pesquisa e dezesseis entrevistas em áudio e em papel transcritas, eu me deparei com uma quantidade de informação inimaginável.

Para cada arquivo (carta, diário ou transcrição), coloquei no papel, em forma de fluxograma, os temas, os conceitos, as forças que identifiquei. Busquei marcar as relações entre estes

fatores. Depois disso, para cada arquivo, escrevi um pouco sobre as linhas duras e as linhas de fuga que enxergava ali. Abaixo coloco um exemplo de fluxo criado para uma das entrevistas.

Figura 1. Exemplo de fluxograma criado após transcrição das entrevistas



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No entanto, mesmo com essa primeira sistematização, não soube o que fazer. Com medo, repeti o que era de costume em outras pesquisas: iniciei a organização dos dados por agrupamento de questões semelhantes, categorização e hierarquização de temas.

Elaborei duas grandes tabelas. Duas enormes tabelas (APÊNDICES 2 E 3). Uma organizada a partir dos temas em comum. E dos temas, surgiram os seus subtemas, que indicavam o local de onde surgiram. Ou seja, uma organização por grandes construtos temáticos que me levavam aos nomes das mulheres ou às cartas e aos diários que tinham aquele construto em comum. Organização arbórea. Não foi suficiente. Não consegui ver escrita que saísse dali.

Assim, resolvi organizar outra tabela. No caminho contrário da outra, a partir dos nomes das mulheres, cartas e diários, o que chamei de encontros, elenquei os temas mais relevantes, as linhas de duras e as linhas de fuga de cada um. Outro grande e enorme arquivo em que busquei resumir todos os encontros, por nomes, temas e linhas. Organização radicular. Naquele momento, a tabela também não ajudou muito. No entanto, depois de ler e reler as duas propostas, resolvi fazer outra. Uma matriz, buscando cruzar as duas tabelas anteriores, uma matriz em que, por encontro, busquei elencar o que eles traziam sobre os temas que havia organizado na primeira tabela, o que me ajudou a visualizar onde e como coincidiam e se repetiam nos outros encontros.

Essa matriz (APÊNDICE 4) ajudou a organizar o início da escrita. Ajudou a selecionar os encontros e as discussões que gostaria de aprofundar. No meio do processo, a escrita foi tomando vida própria, um encontro foi chamando o outro, e, logo, a matriz foi abandonada. Ficou em segundo plano, mas ajudou. Ao final, os temas abordados na matriz não são exatamente os mesmos que compuseram a tese entregue. No entanto, ajudou a perceber intersecções, pontos fortes, clareando o que as outras duas tabelas traziam.

Agora, olhando para o processo como um todo, percebo que, no princípio, as duas primeiras tabelas enrijeceram meu raciocínio, habituada aos métodos de pesquisa tradicionais. Eu buscava algo do tipo amostral, causal. Buscava comprovar algo, quantitativamente, pela repetição de temas. Percebi que as tabelas me levaram a fazer comparações, o que não contribuiu para o processo a que me propunha. Sentindo essas contradições, fiquei sem conseguir escrever um tempo. Sem saber como fazer.

A cartografia se propõe a mapear intensidades, ou seja, diferenças, desvios, aquilo que destoa e possibilita a sobrevivência da vida. Neste caso, não faz sentido listar as repetições, as coincidências, se delas não for possível observar as fissuras, as linhas que escapam do habitual e sinalizam outros caminhos. Apenas com estas faíscas seria possível capturar o plano de imanência ao qual nos propusemos nesta tese. Apenas com estas faíscas seria possível obter pistas da complexa profusão de forças, planos, encontros e agenciamentos que a vida possibilita.

Repetindo o habitual, demorei a me dar conta, faticamente, do meu vício pelas categorias em tese. Quando percebi, voltei aos fluxos e desenhos iniciais, junto à última matriz criada, e

selecionei os encontros que mais me impactaram. Encontros ruminados. Encontros que me incomodavam. Encontros que gostaria de compartilhar. Desses encontros, decidi escrever com maior liberdade. Tentei trazer os relatos de forma mais íntima, convocando liberdade para o diálogo em texto. Assim, encontros chamaram outros, chamaram memórias de eventos ocorridos durante o processo de pesquisa, chamaram também temas para o aprofundamento teórico.

Demorei para entender que a cartografia se faz em todo o processo da pesquisa, do pensar, o chegar ao local, os registros, à escrita que compartilha o processo. A cartografia convoca o corpo, o corpo como vetor, para que deixe, por meio dele, explicitar as forças do evento — o encontro entre você e a situação específica. Durante a escrita, julgamentos morais sobre o meu fazer me impediam de continuar e fluir de forma a trazer o processo de experimentação. Demorei para entender que a cartografia se faz autorizando o corpo a fluir, deixar, evocar, conduzir o processo, buscando não se ater aos julgamentos predeterminantes do que deveria ser uma boa pesquisa.

Nos momentos em que consegui deixar com que a escrita fluísse nesta espécie de corpo sem órgãos, encontrei o texto que queria. Um texto sincero em suas limitações. Texto que intenciona desprender-se de um juízo moral sobre as mulheres, texto que conversa e compartilha com elas as dificuldades, às alegrias, a complexidade inerente à vida. Percebi que, para cartografar as forças que atravessam uma situação, é preciso percebê-las no próprio corpo. Não consegui entrar neste estado de sintonia todo o tempo. Mas pude perceber que aí, nesses momentos de fluxo em dança, eu poderia dizer que cartografava. E assim, sigo: buscando este estado de presença que compartilha e convida a leitora ou o leitor a experimentar o que foi vivenciado em sua intensidade e complexidade.

Destaco a formação do grupo Escritas Feministas como determinante para o amadurecimento de meu olhar sobre a pesquisa e de meu processo de escrita. O grupo foi determinante para atravessar o ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19 e por minha gravidez.

Organizado por Luciana Oliveira, somos hoje sete mulheres que nos reunimos a cada quinze dias para conversar, ouvir e estudar texto escrito por uma de nós. Assim, compartilhamos angústias, dificuldades e pensamos juntas sobre a escrita. Compartilhamos leituras e

reflexões, criando rede de apoio que possibilite o tensionamento crítico das formas instituídas de construção de conhecimento.

Juntas, escrevemos texto coletivo, texto fragmento, texto rizoma, texto menor, com diversas entradas e saídas, no qual compartilhamos nossas particulares possibilidades de escrita, atravessadas pelas forças de uma pandemia. Cada uma em seu canto, conectadas por seus aparelhos eletrônicos, ousamos fazer texto a múltiplas mãos, reivindicando outras formas de habitação acadêmica. Habitação que também se dá por afetos que potencializam a vontade de continuar. Habitação que acolhe não apenas mulheres, mas todas as outras vozes caladas pelo modelo colonial de organizar e valorar a vida, pois juntas acreditamos que é preciso colocar em roda formas de fazer que ajudem a deslocar velhos padrões de exclusão; colocar em roda e fazer espiralar a potência de criação de novos devires.

Em nosso fazer, convocamos Conceição Evaristo, Gloria Anzaldúa, Grada Kilomba, como interlocutoras para integrar o texto coletivo em nossas teses e dissertações. Com o propósito de situar o momento histórico desta tese, bem como desestabilizar as normas que regem nossos trabalhos, trago parte do texto coletivo no posfácio: “fragmentos de uma escrita coletiva (corpo escrita de nós)”. Resultado do que foi estar junto nesta *escrevivência*¹⁷.

Concomitante ao grupo, vivenciei uma gestação. Fiz as últimas entrevistas e todas as transcrições grávida. Após o parto, fiquei quatro meses sem tocar na tese e volto para concluir o texto com Luna nos braços. Tal condição não apenas transformou minha relação com o tempo, minha possibilidade de dedicação à escrita e forma de expressão, bem como meu entendimento e implicação sobre as falas das senhoras ao que concerne o performar mulher. Não há como negar que os exemplos trazidos por elas sobre o trabalho cotidiano de cuidado do ambiente doméstico adquiriram outra ressonância em meu corpo e, assim, na escrita.

17 No prefácio do livro *Becos da Memória*, reeditado em 2017, Conceição Evaristo explica: “gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. [...] estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. [...] Sim, invento, sem o menor pudor. [...] Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. [...] Continuo no premeditado ato de traçar uma *escrevivência*” (EVARISTO, 2017, p. 7 – grifo nosso).

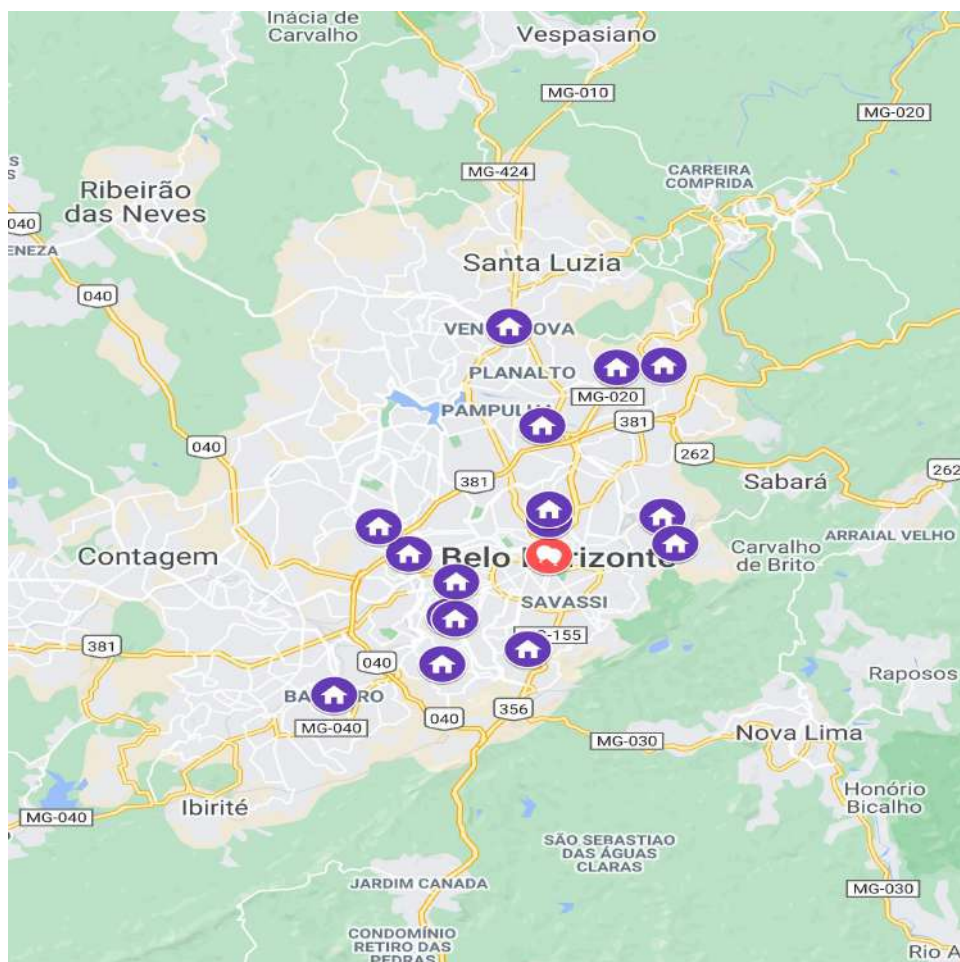
3 O bailinho da tia Naná

Antes de apresentar os mapas encontrados, faço uma breve apresentação do histórico e constituição atual do bailinho da tia Naná. Os detalhes menores sobre o bailinho serão discutidos ao longo da tese, no decorrer das conversas com as mulheres desta pesquisa.

O bailinho da tia Naná constitui baile beneficente para a terceira idade, criado por tia Naná, Maria Godoy Marcondes, no ano de 1989. Os primeiros bailes aconteceram no edifício JK, no centro de Belo Horizonte, no local onde seu filho possuía um restaurante. Depois desse local, já ocupou diferentes salões no centro da cidade, como na Avenida Afonso Pena, na Rua Espírito Santos e na Rua Rio de Janeiro, onde em 2021 completa sete anos de instalação. Destacamos que localizar-se no centro da cidade sempre foi fator preponderante para o bailinho. Ali constitui o ponto médio para velhos e velhas oriundos de diferentes bairros, além de ser ponto de parada da maioria das linhas de transporte público da cidade.

A seguir compartilhamos mapa com a localização aproximada das residências das dezesseis entrevistadas na pesquisa. O ponto central, em vermelho, constitui o bailinho da tia Naná. A abrangência do mapa (12 km de raio a partir da localização do bailinho) evidencia as grandes distâncias percorridas por estas mulheres para dançarem até quatro vezes na semana, bem como a diversidade de bairros que compõem o público do bailinho, bairros, em sua maioria, populares, habitados por classes trabalhadoras de Belo Horizonte. O acesso detalhado ao mapa pode ser realizado pelo link disponibilizado logo abaixo.

Figura 2. Mapa de Belo Horizonte: residências/bairros das entrevistadas no bailinho da tia Naná



Fonte: Elaborada pela autora.

Link para acesso ao mapa: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1CP0wds2a4VIOrPp3jNq5viPnlSUxv6I&usp=sharing>

Regina, filha de tia Naná, conta que os primeiros bailes aconteciam de forma muito simples: dirigidos por sua mãe, com aparelho de som caseiro e entrada livre (sem custos). Naná arcava com todas as despesas referentes à limpeza e alimentação do bailinho. Aos poucos, o público foi aumentando, e Naná passou a contratar músicos ao vivo. A partir de então, passou a cobrar para a entrada no salão (atualmente o valor cobrado é de R\$ 10,00 — dez reais — por dia e

por pessoa). Mas dinheiro nunca foi empecilho para frequentar o baile. Naná (hoje, Ana e Regina) sempre permitiu a entrada das pessoas que alegavam não poder arcar com o valor diário ou com o total semanal do bailinho.

Atualmente, o bailinho se situa na Rua Rio de Janeiro, número 195, esquina com a Avenida Santos Dumont onde se concentra a maioria dos pontos de ônibus da região metropolitana. Localiza-se no segundo andar de um casarão antigo, onde divide espaço com o restaurante Cheiro Verde, restaurante de comida vendida por peso. Após as 14h30min, organizadores e participantes do bailinho chegam para acomodar as mesas, liberar o salão, limpar o ambiente e preparar o café. Às 15h30min, Judite começa a vender as cartelas de bingo. E às 16h, a música começa a tocar.

Tia Naná faleceu em 2016, ao cumprir noventa anos. Desde então, Ana, nora de tia Naná, e Regina, filha de Naná, passaram a ser responsáveis por toda a organização do evento. São elas as responsáveis pelas cobranças, pagamentos e contratações, limpeza, controle do volume e qualidade das músicas, resolução de qualquer tipo de adversidades e conflitos que possa ocorrer no salão. Como funcionária, contam unicamente com a assistência de Creuza, que, desde os primeiros bailes, foi o braço direito de Naná. Além dela, atualmente trabalham com um sistema de monitores voluntariados. Cerca de seis monitores homens e duas monitoras mulheres frequentam o bailinho sem custos e recebem financeiramente em eventos específicos, o que difere bastante do período quando Naná estava viva. Na época, o bailinho chegou a oferecer aulas de dança e contava com monitores contratados.

Sobre sua forma de funcionamento, o bailinho acontece das 16h às 20h todas as semanas, de terça a sexta feira, onde, em média dançam cerca de duzentas pessoas. Dançam ritmos musicais próprios para a dança em par como soltinho, forró, samba de gafieira, tango, bolero e salsa. Às 18h fazem um pequeno intervalo no qual jogam uma partida de bingo e logo voltam a dançar. As rodadas de bingo foram criadas pelos próprios participantes para financiarem o café, o açúcar e os biscoitos Maria que são servidos religiosamente todas as tardes.

Como será descrito em outro momento da tese, o bailinho da tia Naná é reconhecidamente diferenciado pela organização, limpeza e luminosidade se comparado a outros salões de baile de terceira idade localizados no centro da cidade. Em conversa com os participantes, eles também destacam a segurança que sentem para deixarem seus pertences em cima das mesas e

dançarem tranquilos. Destacam que há uma vigília compartilhada entre amigos que não encontram em outros lugares.

Abaixo compartilhamos cartaz publicitário do bailinho encontrado em antigo blog criado para o grupo.

Figura 3. Cartaz publicitário do bailinho da Tia Naná



Fonte: Disponível em: <https://bhdancadesalaomural.blogspot.com/2016/01/bailinho-da-tia-Naná.html>. Acesso em nov de 2019.

Com referência às conversas que tive no salão, destaco que a maioria das pessoas que frequentam o bailinho são mulheres e homens não brancos(as), aposentadas e aposentados por trabalhos que exigem bastante esforço físico: prestação de serviços domésticos (seja de limpeza, manutenção ou alimentação), serventes escolares, balconistas de comércios locais, vigias de prédios, donas de casa com trabalhos complementares informais. Dona Jandira fazia pães e biscoitos para vender. Seu Tomás é reparador de ar-condicionado. Aos 60 anos, sobe e desce escada todos os dias.

Assim, pesquisar a vida das mulheres velhas que frequentam o bailinho significou deparar-me com a realidade de mulheres não brancas e pobres do Brasil, o que merece atenção específica. É importante frisar que o racismo no Brasil constitui um dos fundamentos da identidade

nacional (SUELY CARNEIRO, 2019a), entendendo que a cor da pele é determinante para as possibilidades e acessibilidade à educação de qualidade, sistema de saúde, emprego e renda, bem como construção de rede de afetos, construção de imaginário e percepção de si, de forma positiva e não violenta (CARNEIRO, 2019a; BEATRIZ NASCIMENTO, 2019).

Dessa forma, não há como falar do bailinho, conversar sobre a vida com essas mulheres, sem considerar como as diferentes tonalidades de cor *afectam* seus modos de existir. Conversamos com mulheres que residem em bairros periféricos, onde convivem com outras mulheres que trabalham diariamente e historicamente a serviço de brancos e brancas, pertencentes a classes sociais mais abastadas que as delas. Mulheres historicamente vinculadas a atividades de trabalho de baixa ou baixíssima remuneração/reconhecimento, perpetuando lugares e silos de pobreza neste país. Mulheres que, antes de mulheres, são descendentes das negras, mulatas, empregadas domésticas e mães de leite (GONZALES, 2019a, 2019b), que destoam da “boa aparência” exigida nos anúncios de emprego e que lideram a maioria das residências situadas abaixo da linha da pobreza de nosso país (THINKOLGA, 2020). Mulheres que são exemplos de força e resistência diária, cimento basilar da construção social, econômica e cultural deste país (GONZALES, 2019a, NASCIMENTO, 2019).

Assim, nos mapas a seguir, não há como lê-los, observá-los, sem ter em conta os condicionantes de um país améfrico e ladino (indígena e africano antes de qualquer outra coisa), capturado por neurose cultural de desejo ao branqueamento, como há mais de quarenta anos nos alerta Lélia Gonzales (2019a, 2019b). País e situações bastante singulares em suas relações/dinâmicas entre raça, classe, gênero e sexualidade, questões estas que discutiremos com maior profundidade no decorrer da tese.¹⁸

¹⁸ Como parte do esforço de explicitar a complexidade inerente da junção destas forças, nesta tese buscamos localizar e nomear o gênero, a cor, a sexualidade, nossa e de todas as entrevistadas.

Mapa 1 – 11.10.2019. Belo Horizonte. “Eu posso fazer minha alegria total?”

Efigênia estava sozinha na mesa. Eu a vi e fui ao seu encontro. Perguntei se poderia chegar um dia mais cedo para conversar, para que ela me contasse sobre a relação dela com a dança. “*Mas não pode ser agora?*”, ela perguntou. Eu disse que sim, claro, como ela preferisse. Ela olhou para a varanda para ver se tinha algum lugar para a conversa. Lugar perfeito: na varanda, fora e dentro, um pouco mais afastado da música, ainda na vibração do bailinho. Naquele momento, me “caiu a ficha” sobre a importância das pessoas no salão me verem fazendo as entrevistas, conversando com as mulheres. Aquilo gerava um murmurinho sadio. Notavam meu trabalho e possibilitava que mulheres que quisessem falar me procurassem, como no caso de Luzia, Márcia e Francisca.

Efigênia começou a falar da importância do bailinho para ela. Entendi que contar sobre o bailinho era algo importante, necessário, e que falar poderia ajudar o bailinho de alguma forma. Ela retomou dizendo que o bailinho é tradição. Tradição repete. “*E por isso não pode acabar.*” Ela disse que começou a frequentar o bailinho na época dos bailes no Edifício JK¹⁹. Por volta de 1989. Ela não lembra bem. Ela disse que era em um lugar fechado e já havia músico. Ela fala da Tia Naná com tanta gratidão que se emociona. Conta que Tia Naná contratava maquiadora e cabeleireira, que organizava desfiles das senhoras, e que ela, Efigênia, alugava vestido de festa para os eventos!

Efigênia foi ao bailinho pela primeira vez por um anúncio de rádio. “Naná era jornalista”, diz. Ouviu e foi. Isso foi depois que Efigênia aposentou. Diz que se aposentou cedo, com cinquenta anos.

19 O Conjunto Governador Kubitschek, conhecido como Edifício JK ou Conjunto JK, é um conjunto residencial composto por duas áreas que compreendem dois grandes edifícios, nomeadamente o Bloco A e o Bloco B. O conjunto está localizado no bairro Santo Agostinho, região centro-sul de Belo Horizonte. Atualmente é considerado um monumento histórico.

- *“Aposentei mais por invalidez... Eu trabalhava muito... em escola. Eu era servente escolar. Eu varria sala, trabalhava na cozinha, eu tinha que limpar o refeitório todo. Tinha que limpar o gabinete. Tinha a biblioteca. Limpava de tudo. Os corredores lá das salas, eram encerados com escovão. Eu trabalhei demais. Era animada, minha filha!”*

Quando pergunto sobre o que mudou quando começou a dançar, diz que passou a ser uma pessoa mais alegre e que a disposição só aumenta. Ela conta: *“Hoje eu sou mais animada. Terreiro de casa é grande. Varro o terreiro, gosto de planta. Minha casa é cheia de planta. Aí molho as plantas, varro o terreiro, lavo banheiro, faço comida, faço o serviço todo. E hoje eu tô ficando mais animada que antes. Que hoje eu tenho 81 anos. E faço tudo! Faço tudo! Não tenho ninguém para me ajudar. Faço tudo, tudo. A minha animação é essa. Eu sei que tenho que vir. E trabalho naquela animação. Hoje lavei roupa, arrumei casa, lavei banheiro. Deixei a cozinha arrumada. Deixei tudo arrumado. Vou chegar lá, e não tem nada para fazer”*.

O valor e a dimensão que o cuidar da casa ocupa na vida dessas mulheres me impressionam. Deixar tudo arrumado, voltar para casa e já estar tudo “pronto”, sem nenhuma “obrigação” para fazer, se repete continuamente nas falas. O cuidar do âmbito doméstico é algo completamente impregnado à subjetividade. E como não contam com ajuda dos esposos, filhos(as) e netos(as), não podem e nem pensam em contratar alguém para fazer tais serviços, assumem toda a responsabilidade sozinhas. Efigênia tem 81 anos e “dá conta” de toda casa, terreiro, plantas, antes de ir dançar. Antes. Sempre antes.

Federici (2017) demonstra que a imagem de mulher casta e obediente, submissa, protetora da casa e do lar, esconde a exploração de 500 anos de trabalho não remunerado, de servidão e superveniência, o não compartilhamento de riquezas passadas de geração em geração. Dessa forma, a autora defende que o movimento de caças às bruxas, entre os séculos XVI e XVII no continente europeu, estava diretamente relacionado à construção do modo de ser mulher adequado ao sistema capitalista e à possibilidade de acumulação de capital pela não remuneração do trabalho feminino — não identificado como trabalho.

Ao reduzir as mulheres a não trabalhadoras e redefinir a família como o lugar para a produção da força de trabalho, no incipiente modelo de produção capitalista, a família se torna um microestado e uma microigreja que determinam o novo modelo de feminilidade, de esposa, de mulher: passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre, sempre

ocupada em suas tarefas. Como não constitui trabalho, não há tempo livre. É o modelo ideal para o novo contrato sexual que ali surgia (FEDERICI, 2017).

Além da construção de uma obrigação rotineira ininterrupta, reflito sobre o grau de exigência destas atividades. Há um padrão estabelecido do que é uma casa “arrumada”, determinado pelos senhores e senhoras de classes sociais que não se dedicam às atividades domésticas menos valorizadas. Pessoas que pagam o valor hora/trabalho muito menor que o próprio para executar e manter esse “padrão de qualidade”, imputando um imaginário social irreal, racista e sexista, para as famílias (em sua maioria, as mulheres) que autogerem o cotidiano domiciliar.

Fica evidente que a construção da subjetividade da mulher atrelada ao cuidado doméstico se dá pela colonização do tempo que teria para si mesma. Antes que a casa esteja limpa, antes da louça lavada, da roupa estendida, não se “pode” e não “consegue” fazer outra coisa. Estudar, ler, escrever, divertir-se, ouvir música, acessar bens culturais, encontrar-se com amigas(os), nem pensar. Esta colonização dos tempos que “restam” contribuem para que a mulher dedique-se ao outro em detrimento de si, impedindo que participem da lógica *empreendedor de si* em pé de igualdade com segmentos masculinos, contribuindo significativamente para a feminilização da pobreza²⁰.

Eu pergunto sobre seu marido. Ele morreu há oito meses. Ela ainda se recupera da perda, mas é com a dança que ela vai retomando a vida. Ela entendeu que não vai mudar nada se ficar em casa chorando.

Ele nunca gostou de dançar. Não frequentou o bailinho com ela. Ao contrário, ele tinha era ciúmes, pois achava que ali só tinha farra e assanhamento, por mais que ela explicasse que não, que ali é um ambiente familiar, muito respeitoso.

20 Segundo *Relatório Tempo de Cuidar* elaborado pela OXFAM (2020), a diferença de renda entre homens e mulheres aumenta no auge da idade produtiva e reprodutiva das mulheres. A falta de tempo aumenta ainda mais o fosso entre gêneros. Em todo o mundo, 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho, frente a 6% dos homens, o que se deve a atividades não remuneradas (não consideradas trabalho) pela prestação de cuidado. Segundo o mesmo relatório, meninas que realizam um grande volume de trabalho de cuidado apresentam taxas de frequência escolar mais baixas que outras meninas. Diane Helene (2019) traz alguns dados sobre o contexto atual brasileiro no que concerne à disparidade entre mulheres e homens ao acesso a recursos financeiros. Segundo ela, com base no Pnad/IBGE (2015), o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens com mais 15 anos de idade foi de R\$ 2.058 (e de R\$ 2.509, no caso dos homens brancos); e o das mulheres, de R\$1.567 (e de R \$1.027, no caso de mulheres negras).

“Músico e não dançava”, ela afirma. “E não gostava que eu viesse dançar. Você acha que eu falava para ele que eu vinha dançar? Negativo! Eu vendo Avon, eu vendo Natura. Ai eu falava com ele. Óh, tô indo cobrar Natura. Óh, tô indo entregar pedido. Sempre falava isso. Se eu falasse que vinha dançar, ele vinha atrás, né? Eu fui num outro baile, perto da minha casa. Chegando lá tinha um amigo dele lá. E eu dançando. Esse amigo dele chegou para ele e falou: ‘Oh seu Zé, não sabia que sua esposa era pé de valsa, não?’ Ai acabou. Acabou. Não pude ir lá mais. Mas aqui não. Aqui, ninguém conhece ele. Nunca soube. E não desconfiava não. Eu falava para as minhas amigas: ‘Enquanto meu marido for vivo, eu não posso parar de vender Avon ou Natura, porque, como é que eu ia falar com ele se eu parasse de vender?’ Era a desculpa que eu tinha boa, minha filha. Uai. Você tem que arrumar uma desculpa. Porque ele não gostava não.”

Segundo Deslandes (2015), o prazer, o distanciamento do lar, o que contribui para que a mulher ganhe sua própria independência, ataca a moral capitalista. Por isso, a dança, a rua, o baile, as amizades fora do círculo familiar são classificadas como vulgares, assanhadas, por isso a importância de que o bailinho da tia Naná seja visto como um ambiente familiar, *“uma segunda casa”*, como ela mesma argumenta. Efigênia repete, várias vezes, que o bailinho é como a extensão da casa dela. Uma família. Fala de família muitas vezes. Disse também que suas filhas já foram lá. Elas viram o quão tranquilo é. Disseram para o pai sobre o bailinho, mas não adiantou. É preciso mentir, fugir, dizer que está trabalhando, ao invés de dançando. O lazer e o encontro social para a mulher devem ser limitados, para que não perca, assim, sua produtividade como esposa e ama de casa.

O bailinho é tido como um ambiente familiar em várias conversas que tive. Este era um aspecto importante para Tia Naná. Era preciso desconstruir o lugar da dança como um lugar de *“depravação”* para que fosse permitido frequentá-lo — pelas famílias e pelas próprias mulheres. Como explicado anteriormente, família e religiosidade são características importantes para as mulheres daquele salão. Características que confortam, limitam e possibilitam que elas estejam ali.

Eu peço para Efigênia me contar sobre algum evento, alguma coisa que lembra que a marcou no bailinho, pergunta que incorporei no meu repertório de perguntas.

Ela parou, pensou. Ficou um tempo quieta, como se avaliasse se iria contar ou não. Depois de um tempinho, ela conta que teve um aniversário dela para o qual Naná organizou uma festa. Dia seis de janeiro, dia de reis. Nesse dia, ela lembra que não sabia de nada. Ela não queria festa, mas que, quando chegou, ficou tão, tão feliz que não cabia nela mesma.

“Oh gente! A animação foi tão grande. Na hora do intervalo, a tia Naná me chamou: ‘Efigênia vem cá, nós vamos cantar parabéns para você’, ela disse. Eu fiquei tão entusiasmada que comecei a dançar, eu ria. Gente do Céu! Parece que eu tô na minha casa! Não é que é mesmo? Eu falei para ela: ‘Eu posso fazer minha alegria total?’. E ela: ‘Efigênia, o que você quiser fazer, você pode fazer’.

Eu dançava com um, dançava com outro! Esse ano foi muito agradável para mim. Eu fiquei no meio do salão pulando, levantando os braços, você precisa de ver, rodando... Gente, alguém vai falar que eu tô ficando meio doida, mas não, a alegria chegou e eu não tive como segurar não. Eu achei que eu estava em casa. E pensando bem, eu acho que estava em casa mesmo. Porque esse bailinho aqui é a continuação da casa da gente. Já que eu sei falar isso, vou repetir toda vez que puder.

Fiquei pensando nas implicações desta fala, sobre a alegria, sobre o sentimento de estar em casa. E mesmo que, para muitas mulheres, estar em casa seja sinônimo de trabalho e opressão²¹, a casa de que aqui fala Efigênia é o lugar de aconchego, onde, em algumas circunstâncias, também é possível encontrar tranquilidade para ser o que é.

Suely Rolnik (1998) fala da subjetividade antropofágica nômade que nos deixa “em casa”, em conforto de ser, “ser sendo”, sem meta a cumprir, tipo ou classificação a obedecer. Construção de “ser sendo” como processo, e não como probabilidade de erro e acerto, em que o outro é fonte de heterogeneidade que te alimenta, que te transforma. Outro diferente de juiz, policial ou detetive; outro como aliança. Para a Rolnik (1998), este “estar em casa” possibilita alegria,

21 Vide o significativo aumento da violência doméstica em período de isolamento domiciliar devido à pandemia COVID-19. Segundo dados do Ligue 180 disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, houve um aumento de cerca de 17% no número de ligações com denúncias de violência contra a mulher durante o mês de março, período inicial da recomendação do distanciamento social no país 28. No Rio de Janeiro, dados do plantão do Ministério Público Estadual revelam um aumento de 50% nos casos de violência doméstica já no primeiro final de semana após os decretos estaduais que propuseram o distanciamento social, sendo a maior parte das denúncias envolvendo violência contra a mulher (EMANUELE MARQUES, 2020).

aprendizado, vida. Subjetividade que acolhe e que não se alimenta pela falta. Alimenta-se do outro, expandindo junto.

Penso assim a alegria do salão, baseada na leveza da soma, e não na culpa do não ser, do que falta, do erro. Ali, aquelas senhoras não são velhas ou novas, cansadas ou dispostas, feias ou bonitas. São as mulheres que são. Do jeito que são, mesmo que por alguns momentos. Requebrando em ritmo próprio, balançando suas saias como bem querem, dançando sem dar satisfação. O sentir-se em casa que desperta desejo e potência do criar; que possibilita e autoriza a liberdade de ser em movimento, em transformação (ROLNIK, 1998). Energia de criação que movimenta o baile. Energia esta que me prendeu ali e que faz com que aquelas mulheres tenham tamanha conexão com aquele espaço.

Penso no bailinho como inspiração para formações coletivas, associações ou instituições. Espaços que promovam a ação por meio da alegria, da amizade, das alianças, que invistam no que sobra, no que está, no que existe de potência e que o foco não esteja no problema, no que é preciso solucionar – como se aprende nas escolas administrativas. Espaços-casas em que sujeitas e sujeitas possam expandir o que são, a partir do que são e não de um modelo prospectado.

Guilhermina foi na mesa nos cumprimentar. Ficou um pouco e riram. Efigênia diz que ela e Guilhermina são amigas desde que Guilhermina começou a dançar. “Minha companheira”, diz Guilhermina. Companheira, amiga que lhe acolhe no “salão-casa”. Depois que Guilhermina se foi, a conversa acabou por si só. Efigênia foi se levantando e vi que já estava cansada. Desligo o gravador, agradeço muito e voltamos para o salão. Agora eu entendo por que Efigênia sempre chega mais tarde, por que ela vende Natura e Avon, antes e durante o bailinho. De forma própria, ela acha fissura, possibilita fuga, possibilita alegria.

Eu fui para a mesa de Ana na portaria. O dia tinha sido intenso. Tinha vontade de ir embora. E mesmo tendo gravado a conversa, queria escrever tudo que havia passado, como havia me proposto. Fiquei pensando ali sobre o respeito ao cansaço, ou se deveria insistir mais. Essa era uma pergunta que sempre me vinha. O quanto deveria ficar no bailinho, o quanto deveria durar “uma entrevista”, em busca de algum “padrão”.

Fiquei olhando um pouco mais o salão e decidi ir embora. Repeti o caminho pela Av. Santos Dumont. Sentei-me à mesma mesa na padaria. Mas não tinha mais força. Desisti de escrever. Fui para casa descansar com uma única coisa na cabeça: como Tia Naná tinha entendido que aquele baile fazia tão bem aos idosos. Fiquei muito impressionada com a alegria e a gratidão descrita por Efigênia.

O bailinho da tia Naná e seus modos de existir outros

Naná incentivou a dança e a relação entre corpos. Incentivou a alegria, a amizade, a solidariedade. De alguma forma, ela percebeu a potência destas relações naqueles corpos velhos. Investiu quase trinta anos de sua vida naquele espaço. Como consequência, o bailinho vem possibilitando a criação de uma comunidade de cuidado entre pares. Pares, em outros lugares classificados como velhos e pobres, “defasados”, em termos do mercado de consumo contemporâneo.

Efigênia diz do bailinho como “tradição”. Ela explica *“como um espaço que precisa ser preservado pelo bem que faz e gera”*. Eu entendo “tradição” como patrimônio de relevância e importância, que deve ser divulgado, protegido, cuidado. É por isso que ela concede a entrevista, pois é preciso dar o valor e o reconhecimento necessários àquele lugar tão especial para ela.

Efigênia não foi a única a enfatizar o bailinho como espaço importante e que precisa de atenção, pois, de alguma forma, aquele espaço alimenta relações diferentes de “outros lugares” — não apenas comparando a outros salões de dança. Ana, Eliana, Judite, Helena, Amélia enfatizam a importância do bailinho como uma comunidade de escuta e amparo aos idosos. O grupo cuida-se entre si, atentos à saúde um dos outros. Se algum falta, buscam notícias para saber o porquê, se passam bem, se precisam de algo. Comunidade de troca de recursos, onde trocam roupas e remédios. Ana conta sobre as vaquinhas que já fizeram para

ajudar amigos em situações de doença grave. E também sobre o trabalho de acolhimento quando voltam de tratamentos intensivos. Judite diz que ali tem seus amigos e a família que lhe resta hoje. Helena diz que ali se cura do câncer, e Amélia, mesmo quando era cega, dava seu jeito de chegar sozinha ao centro, pelo tanto que aquele espaço a revigora.

Percebo, assim, o bailinho como espaço de produção de alianças, que suspendem o que percebemos em lugares institucionalizados para o consumo do lazer em nossa sociedade contemporânea. Arriscaria dizer, um espaço de produção de outros modos de existir.

Nos livros *A vertigem por um fio* (2000) e *Aveso do Niilismo* (2016), Pelbart explicita formas de existir que destoam do *modus operandi* tradicional, que aprendemos como certo, como valor, como o detentor de estima social e que pressupõe sucesso. *Modus operandi* coerentes com a projeção de progresso capitalista. O autor, pelo relato de diversas experiências com autistas, artistas, ou relatos de grupos específicos, por que não de velhas e velhos, expande as possibilidades de existência e demonstra que, para além do ser humano cartesiano, racional e individualista, do “penso, logo existo”, há outros tipos de comportamento que podem compor nosso repertório de ações e atitudes humanas. Os diversos modos de existência geram imagens que nos transformam por possibilitar a desconstrução da ideia de origem, princípio, essência. Percebe-se que nada está dado, pronto, sedimentado. Há modos de existência a serem descobertos, que estão para além do controle biopolítico da subjetividade contemporânea, domesticados simbolicamente (MAURIZIO LAZZARATO, 1998, 2014). Os diversos modos de existir, de amar, de sentir, de ver, de estar, abrem-se para o possível, para a potência, para o diferente.

O desapego com a finalidade, a não preocupação com uma meta a cumprir, o dançar por dançar, o rir por rir. A amizade, a alegria, a ajuda e a solidariedade sem a expectativa de retorno. O trabalho sem finalidade lucrativa. O simples estar despretenso do “passar o tempo”. Uma comunidade de velhos quebra com normatizações de uma sociedade em que a produção e o progresso são conceitos balizadores. A condição da velhice, em seu tempo livre do teor produtivista, sem grandes expectativas de projetos futuros (a longo prazo), insistem na experiência de um presente, infinito no seu agora, em que as relações humanas ganham predominância aos projetos econômicos em prospecção (BENJAMIN, 2006).

Ecléa Bosi (2003), ao refletir sobre a memória de velhos, percebe que uma sociedade voltada para o progresso, onde há uma exaltação obsessiva do sucesso, sucesso como um fim em si, leva os indivíduos a prezarem menos pelas regras comuns, engendrando uma desmobilização daquilo que é coletivo, até mesmo das próprias instituições. Ocorre no sentido contrário, quando um grupo de pessoas estabelece uma rotina de encontro para se divertir, se ajudar, se escutar. Ou, quando um grupo de mulheres organiza-se em roda para dançarem do jeito que desejam. Percebe-se, mesmo que em alguns momentos, articulação solidária, interessada em construir relações baseadas no afeto, e não no consumo. E por que não, formação de assembleia, segundo Butler (2018, p. 15), como “forma provisória e plural de coexistência que constitui alternativa ética e social distinta da ‘responsabilização’”.

Em relatos como o de Efigênia, que encontra espaço para fazer “sua alegria total”, junto, em confiança com os demais; ou quando observo Amélia dançando sozinha pelo salão, brincando com os casais, afrontando as regras da dança, com liberdade para mover seu corpo de forma única, desestabilizando moralismos ou mesmo imagens do que seria uma pessoa velha, “recatada e do lar”²², encontramos pessoas dispostas a desconstruir uma “responsabilidade individualizadora e enlouquecedora” em favor da construção de um “*ethos* de solidariedade que afirmaria a dependência mútua, a dependência de infraestruturas e de redes sociais viáveis, abrindo caminho para uma forma de improvisação no processo de elaborar formas coletivas e institucionais de abordar a condição precária de todo humano” (BUTLER, 2018, p. 19).

Mesmo que não seja absoluto. Mesmo que não seja o tempo todo. Mesmo que não tenham suas contradições e violências. Mesmo que também repliquem uma série de opressões sexistas, classistas, racistas. Utilizando o vocabulário de Rolnik (2019), é possível pensar que o grupo que frequenta o bailinho também combate junto a “cafetinagem de pulção”, denunciado pela autora: cafetinagem que retira e coloniza nossa energia de vida — engrenagem do sistema capitalista de produção. E, combater a tal cafetinagem implica construir para si outro tipo de corpo, um corpo que dança, “abandonando a carapaça de um corpo estruturado na dinâmica do abuso. [Para] construir territórios relacionais temporários.

22 Em abril de 2016, a revista *Veja* fez um perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente da República Michel Temer. A matéria “Marcela Temer: bela, recatada e do lar” foi criticada por diversas feministas, artistas, humoristas que recusam essa figura de feminilidade ainda presente no imaginário patriarcal. Uma mulher recatada e devota ao casamento, à família e à casa. Disponível em: <http://veja.brasil.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em março de 2021.

Territórios onde se produzem sinergias coletivas, provedoras de um acolhimento recíproco que favorece os processos de experimentação de modos de existência distintos dos hegemônicos, valorizando e legitimando a sua ousadia” (ROLNIK, 2019, p. 141).

Para Lazzarato (1998), são estes espaços onde haveria a possibilidade de se inventar dispositivos de produção de subjetividade que correspondam ao tempo potência, tempo de vida, em que a subjetividade não esteja atrelada aos processos de subjetivação em nosso cotidiano. Parece que tia Naná viabilizou a construção conjunta deste tipo de espaço. Espaço político de invenção de subjetividade, imagem, velhice, mulher, casa e família.

Em conversa com Priscila Tamis sobre este fragmento de texto relacionado ao encontro com Efigênia, pensamos sobre a potência subversiva dessas mulheres contra as precarizações inerentes às instituições: *casa-corpo* e *casa-família*, mesmo que não seja elaborado por elas dessa forma.

No sentido *casa-corpo*, como mulheres, o corpo constitui instituição de aprisionamento, se entendermos o performar mulher diretamente relacionado ao modelo de produção capitalista em que o útero e a maternidade são peças fundamentais para a produção e reprodução da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho (FEDERICI, 2017). Como bem coloca Preciado (2019, p. 80 e 81) com referência a Silvia Federici (2017):

“no capitalismo colonial, o útero constituiu-se como um órgão-trabalho, cuja produção de riqueza biopolítica foi totalmente expropriada e oculta sob a cobertura de uma função puramente biológica. [...] Simultaneamente, a atividade reprodutiva é investida de uma mais-valia simbólica (a realização da mulher através da maternidade), que assegura e intensifica sua captura”.

Neste sentido, o corpo cumpre sua função casa, domicílio doméstico e privado, primeiro território colonizado, que restringe significativamente as possibilidades do ser.

Em sentido contrário, estas mulheres que dançam contam sobre um corpo que expande quem são, que potencializa a vontade de viver, que lhe permite ser como estão, subvertem o sentido domesticável que foi atribuído historicamente ao corpo da mulher. Corpo associado à alegria e potência, associado à casa no sentido de lugar da espontaneidade e tranquilidade de “ser sendo” (ROLNIK, 1998) sem comparações, faltas e erros. Corpos vaga-lumes, corpos que faíscam, corpos que brincam na escuridão. Com a dança elas transitam entre uma *casa-corpo*

de aprisionamentos e uma *casa-corpo* de libertações (mesmo que momentâneas), subvertendo e possibilitando vida. Pequenas doses que transvaloram o veneno em alegria.

Da mesma forma, pensamos o par *casa-família*. Num primeiro momento, a casa associada ao sentido de família se vincula às obrigações e castrações, burguesas e domésticas, atribuídas à mulher: o cuidado, a alimentação, a limpeza, a higiene. Ou seja, às garantias para que a mão de obra esteja alimentada, asseada e descansada. A casa associada à família, como abordado nas falas de Efigênia, conota ao espaço os valores de confiança, afeto, acolhimento, aliança, construção conjunta, transformando radicalmente as possibilidades de atuação.

Assim, com a dança como aliada, estas mulheres ensinam sobre novos sentidos de corpo e de família. Ensinam sobre as possibilidades de construção de outros modos de existir e de ocupar os espaços. Sobre a construção de outras casas. Espaços-casas que alimentam vida.

Mapa 2 - 11.10.2019. Belo Horizonte. “Vamos pegar um café?”

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2019

Fui ao bailinho, mesmo sem querer. Resisto incrivelmente. Prometo-me um sorvete e funciona! Vou mais animada. Chego lá e vejo Ana na mesa da portaria. Pergunto sobre Regina, mas ela está viajando. Eliana estava radiante — a comemoração de seu aniversário foi no salão, no dia anterior. Vejo uma senhora de saia longa de crochet. Ela dança miudinho, numa alegria só. Exalava prazer. Fiquei um tempo observando. Cumprimentei Guilhermina, mas ela não me deu muita bola. Passei ao lado de uma senhora que sempre senta sozinha, ao lado de uma pilastra. Eu já sabia que ela não era muito receptiva, tinha uma cara mais fechada. Não sorria muito. Mesmo assim, me aproximei, fui até ela perguntar se gostaria de conversar comigo. Me agachei ao seu lado, expliquei meu interesse sobre sua história com a dança. Ela logo me olhou com uma cara muito feia. Começou a falar que já passou. Que essa história ela não conta mais. Explicou um tanto de coisa que não entendi. A música tinha começado. Fiquei me perguntando se ela tinha entendido o que eu tinha dito. Ela dizia algo sobre “já foi”. Que já tinha ajudado, ou contado sobre a Tia Naná. Não era nada daquilo, mas eu não tinha como explicar. A música e os ânimos não ajudavam. Assim que consegui, interrompi. Agradei. Disse que ela não precisava dizer nada que não tivesse vontade. Sai agradecendo. Queria fugir dali. Depois, ao contar à Ana, ela me explicou que esta senhora perdeu uma filha e que, depois disso, fechou-se bastante.

Depois desse “toco”, sentei perto da janela. Achei um cantinho onde seria pouco vista, mas que poderia ver. Fiquei ali, mexi no celular, tentei ficar (ou parecer) à vontade. Ana me vê. Eu ofereço ajuda com os biscoitos. Diz que não precisa. Ela olha para a senhora que estava duas mesas atrás de mim. Eu já a tinha visto lá, mas não sabia como me aproximar. Ela estava calada, corpo encurvado, um pouco cabisbaixa. Ela não parecia querer conversar. Mas Ana foi mais rápida. Foi me apresentando Claudete e já colocou ao lado dela uma

cadeira para eu sentar. Disse que eu estava escrevendo histórias do bailinho e a incentivou a conversar comigo. Claudete deu um sorrisinho e continuou na mesma posição. Eu perguntei algo do tipo: “A senhora vem aqui há muito tempo?” e ela disse que sim com a cabeça, buscando ser simpática. Tentei perguntar, puxar papo com algumas perguntas. Me senti um tanto idiota. Ela me olhava como quem pensasse “que essa menina quer comigo?”.

Depois de um tempo... ela falou: “É que conheci uma pessoa aqui. Já faz 15 anos. Ele veio ontem”. Depois de mais um tempo, disse que mora com a irmã. Que as duas são sozinhas. Disse que a solidão é a pior coisa. E contou que ela e a irmã saem de casa juntas. Ela vai dançar e a irmã jogar baralho. Uma para cada lado.

Depois, um silêncio... e: “Vamos pegar um café?”

A mesa de café já estava cheia de gente. O salão estava cheio. Ana disse que era por causa de Marlon, o músico do dia. Eles o adoram. Por isso as quartas feiras são tão cheias. Em volta da mesa, os casais brincavam uns com os outros. Riam. Senti leveza, senti também confiança. Pareciam estar à vontade com seus corpos, com seus pares, com a comida, com os conhecidos. É como se ali não tivessem grandes problemas. São gente do jeito que são. Gente que dança, namora, tem prazer.

Voltamos à mesa. Claudete pegou uma bolsinha e disse: “Vou fumar, tá?” Sem perspectiva de convite algum para que eu a acompanhasse. Fiquei ali com cara de tacho, mas fiquei sentada ainda um tempo. Enrolando com o café frio. Guardando o fundinho do copo descartável como se guardasse o tempo. Continuei olhando para a mesa do café. A senhora da saia longa de crochet, me chama atenção novamente. Ela estava sentada com um companheiro. Ela sai para pegar café, mas antes guarda com cuidado o lanche de casa na bolsa. Levanta-se e fica ali balançando de forma gostosa, com o copinho na mão.

Claudete não voltou e eu decidi pedir abrigo na mesa de Estela. Ela estava logo à frente, com suas duas irmãs. Peguei a minha bolsa e fui para lá. Pedi para sentar com elas e fui bem acolhida. Estela disse que não vinha ao bailinho há alguns dias, pois não estava bem. Estava muito nervosa. Me mostrou os roxos no braço que aparecem quando ela está assim. Eu pergunto se a dança não ajuda. Ela responde que sim, mas nem sempre. Estela perdeu o marido e a filha de uma só vez. Morreram com dias de diferença. Ela olha algumas fotos no

celular e me mostra as de seu aniversário. Contratou Marlon para tocar na sua casa e convidou o pessoal do bailinho para lá. Ana, o marido dela, Dona Jandira. Conversamos mais um tempo ali, quando Guilhermina apareceu. Foi me chamar, pois Efigênia, sua amiga, havia chegado e me esperava para conversar. Que emoção! Depois de dois “tocos”, um convite para conversa. Me despedi de Estela e suas irmãs e fui encontrar Efigênia.

(Fragmento diário de bordo da autora do dia 11/10/2019)

O dia onze de outubro foi emblemático, marcado pela dificuldade de ir, pelo encontro de resistências potentes que me forçaram a pensar sobre meu posicionamento no salão, sobre o posicionamento das mulheres em relação à pesquisa, sobre a velhice. Ou melhor, sobre as muitas velhices possíveis, ou os vários *modos de ser velho*, como ressalta Raquel Barreto (2018).

Compro um sorvete para ajudar o ânimo. Neste dia, ainda eram bastante obscuros os porquês das minhas resistências. Do cansaço que sentia. Da vontade de não ir. No diário do mesmo dia, encontro escrito: “sento num canto como uma menina, com medo que me tirem para dançar”. Medo. Depois que passei a ir sozinha ao bailinho, esse medo era ainda maior. Tinha receio que os senhores me pedissem para dançar. Antes de velhos, são homens. E só depois fui me dar conta da dureza desses papéis no salão, motivo pelo qual eu preferia “me fazer de menina”. As mulheres também me intimidavam. A liberdade, a ousadia, a sedução. Sentia-me sem lugar naquele jogo todo. Me cansava.

No mesmo dia, duas senhoras se recusam a conversar comigo. Prepotência minha achar que todas deveriam querer falar. Petulância invadir aquele espaço com perguntas, questionário, gravador, papel e caneta. Esse sentimento me atravessava com frequência e compunha as resistências em ir para lá. Sentia que invadia um território bastante cuidado, sagrado, suspenso, na vida daquelas pessoas. Secreto também, pois o bailinho também é território de encontros amorosos proibidos. Minha presença os forçava a lembrar o mundo lá fora. De certa forma, eu incomodava.

A primeira senhora se nega enfaticamente a falar. A comunicação é difícil. Não consigo me expressar, me explicar, mas não importa. Não é não. Sem cerimônias, me pede parar sair. Sem rodeios, sem meias palavras. Ela não tem compromisso algum com o papel de “moça boazinha”. Claudete tão pouco queria falar comigo. Estava em paz no seu canto. “Por que essa menina vem querer saber da minha vida?” - deve ter se perguntado. Mas fala um pouquinho. Fala que tem um companheiro, e há quinze anos se encontram ali. Fala que vive com sua irmã, que ela dança, e a irmã joga cartas, e que a solidão, “*a solidão minha filha, é muito difícil*”.

Ficou um amargo silêncio no ar. Senti como vergonha de tê-la feito lembrar isso, essa tal solidão. Ela me convida a buscar um café — ou para que eu vá tomar um café. Ela não quer minha companhia. Como não entendo o recado, ela sai para fumar e não volta. Fico ali na mesa, dando voltas naquele cafezinho olhando para aquelas pessoas. Pessoas velhas. Pessoas velhas e solitárias? Pessoas velhas e por isso solitárias? E aqueles sorrisos? Aquela dancinha miúda tão gostosa da senhora de *crochet*?

Não seria a primeira vez que encontraria o não para minha proposta de conversa. Judite se esqueceu de nosso encontro. Márcia simplesmente não apareceu no dia e hora marcados. Antônia disse que gosta de dançar e ponto. Não tinha mais nada para falar.

Assim, naquele dia, destaco três questões que me forçam a pensar: 1. A potência das recusas em conversar comigo. As duas senhoras explicitam sua autonomia em dizer não. Não quero conversar com você. Não quero fazer parte desta pesquisa. Perfeito; 2. A pequena e intensa conversa com Claudete. A solidão. O que a velhice tem a ver com a solidão? Ou o que a solidão tem a ver com a velhice?; e 3. As mil possibilidades de ser velho. Ser como são. Da forma como estão. A velhice como multiplicidade, como arte.

A velhice como [d]obra de arte

Diante do perigo, a holotúria se divide em duas:
deixando uma sua metade ser devorada pelo mundo,
salvando-se com a outra metade.

Ela se bifurca subitamente em naufrágio e salvação,
em resgate e promessa, no que foi e no que será.

No centro do seu corpo irrompe um precipício
de duas bordas que se tornam estranhas uma à outra.

Sobre uma das bordas, a morte, sobre outra, a vida.
Aqui o desespero, ali a coragem.

Se há balança, nenhum prato pesa mais que o outro.
Se há justiça, ei-la aqui.

**Morrer apenas o estritamente necessário, sem ultrapassar a medida.
Renascer o tanto preciso a partir do resto que se preservou.**

Nós também sabemos nos dividir, é verdade.
Mas apenas em corpo e sussurros partidos.
Em corpo e poesia.

Aqui a garganta, do outro lado, o riso,
leve, logo abafado.

Aqui o coração pesado, ali o **Não-Morrer-Demais**,
três pequenas palavras que são as três plumas de um voo.

O abismo não nos divide.
O abismo nos cerca.

(AUTONOMIA, poema de Wislawa Szymborska. Tradução Coletiva, publicado em:
Inimigo Rumor 10 – grifos nossos)²³

Quando cheguei ao bailinho, demorei para ver velhas e velhos ali. Pelo menos, segundo as mochilas de classificações que carrego. Antes, vi cores, movimentos, vaidade e audácia. E via

²³ Poesia que inicia o texto *Corpo Isolado, Revolta e Poesia*, De Salvador Schavelzon (2019), disponível em <http://n-ledicoes.org/046>. Acesso em 20-10-2020.

apenas mulheres. Sentava e ficava ali admirando, invejando, como aquelas mulheres brincavam consigo mesmas, reboavam com autêntico prazer, dançavam e cantavam à frente do palco, com bastante liberdade.

Claro que fui conhecer o salão sabendo que era um baile de terceira idade, mas demorei a problematizar a questão da velhice. Mesmo nas conversas, falávamos sobre “outras coisas”, outras forças, sobre a vida em casa, as rotinas, as relações com a família, a relação com a dança. Nunca sobre a velhice, assim, diretamente.

No dia onze, especificamente, sai de lá com o tema na cabeça. Refletindo sobre a liberdade das recusas — da tranquilidade do *não*; nas perdas inerentes à vida; e na solidão citada por Claudete. Seria a solidão inerente à velhice? Outras velhices seriam possíveis?

Em sua tese de doutorado, Almir Sais (2011), evocando a teoria foucaultiana, propõe discussão sobre a velhice como um dispositivo de segurança. Velhice como dispositivo resultante de determinada composição de forças que cria formas de viver e discursos de verdade. Como máquina de fazer ver e de fazer falar, positivadora sobre a vida de velhos e velhas.

Para Foucault (2006), a vida é composta por relações de forças que não possuem formato, mas que dão/fazem forma e legitimidade (caráter de verdade) aos modos de existir. Isso não quer dizer que a velhice não exista, mas que há diagramas de forças que dão forma e sentido à velhice em cada contexto histórico, cabíveis de serem (re)formatados.

Sais (2011) diferencia envelhecer e velhice. De certa forma, diferencia o que é biológico, do que é cultural, sem deixar de assumir que um é indissociável ao outro. O envelhecer como tempo que avança inerente a qualquer corpo vivo. Para envelhecer, basta estar vivo. A velhice, por outro lado, como modo de existir, modo de experimentar a existência em relação ao diagrama de forças de seu tempo histórico.

Sais (2011) argumenta que a velhice como dispositivo atual possui suas bases constitutivas no século XVIII, com a passagem do Estado de Polícia para o Estado Moderno europeu. Período em que se aprimoram as estratégias de governamentalidade que não apenas visam disciplinar os corpos, mas também gerir a população como um todo. Gestão que se dá segundo critérios

econômicos, com base em cálculos que buscam otimizar a razão custos/benefício, que amparam decisões políticas que permitem viver, ou deixam morrer²⁴. Assim se decide quem, como, onde e quando se deve cuidar, amparar, subsidiar, fazer com que permaneça vivo. Ou para quem (como, onde e quando) não há ação, não há capital disponível ou suficiente, o que Foucault (2008) conceitua como biopolítica.

Segundo este raciocínio, a quantidade, a longevidade e os modos de existir de velhos passam a ser determinados pelos interesses políticos e econômicos previdenciários do Estado. A *norma*, segundo Butler (2007), aqui considerada como o poder regulatório do Estado, passa a produzir, delimitar e condicionar o existir como velho: a quais pessoas é permitido viver, quais pessoas deve-se deixar morrer; quem recebe assistência e garantias, e quem não.

Outro fator determinante ainda no século XVIII para pensar a velhice como dispositivo foi a consolidação do modelo de produção capitalista (advindo da Revolução Francesa e Revolução Industrial) que não apenas determinou a divisão técnica e social do trabalho, mas sobretudo o esquitejamento psicológico da população. Para responder às novas demandas de trabalho, “o adulto responsável economicamente passa a dever ser psicologicamente maduro, economicamente ativo e clinicamente saudável” (SAIS, 2011, p. 81). O seu oposto, o velho (ou a criança), é enquadrado como sujeito fraco, imoral ou doente. Ou seja, aquele que não possui a capacidade produtiva correspondente aos interesses econômicos vigentes torna-se sinônimo de deficiência e lentidão. Portanto, a velhice é comumente associada à perda e à morte — perda e morte das forças produtivas a serviço do capitalismo.

24 Em meados do século XVIII, outra classe de pensadores, a princípio marginais, começaram a questionar a racionalidade do Estado de Polícia vigente, exigindo uma racionalidade econômica para governar a população e sua circulação. A racionalidade econômica teria por base 4 princípios. 1) A busca e respeito à “naturalidade específica das relações dos homens entre si” (Foucault, 2008, p. 470); 2) a reivindicação da racionalidade científica, em que a regra da evidência deve ser aplicada ao estudo da sociedade; 3) a defesa de que a população deve ser administrada segundo “o que têm de natural e a partir do que têm de natural” (FOUCAULT, 2008, p. 92); 4) a defesa de que é preciso gerir e não apenas regulamentar. O Estado deveria assegurar a gestão da sociedade civil, organizando e racionalizando seus dispositivos de segurança. Diante de uma sociedade urbanizada, disciplinada dentro de espaço arquitetado, o Estado passa a gerir o bem estar e a circulação da população, diante das incertezas provenientes da *má sorte*, como catástrofes naturais e mudanças climáticas, e da *má natureza do homem*. Deverão ser calculados os custos e os benefícios de cada política, estabelecidos os limites aceitáveis para os eventos e prevenidos os efeitos corretivos, necessários para que a curva normal seja mantida (FOUCAULT, 2008). Nesta nova razão do Estado, o poder de polícia, poder “ativo”, que coordena, regulamenta e limita as ações da população, é complementado por ações de cunho “negativo”, por meio das quais se impedirá que certo número de desordem se produza. Assim, paralelamente à polícia, a ordem social é garantida pela razão econômica, pela gestão da população por meio de dispositivos/mecanismos de segurança.

Neste aspecto, o processo de construção da velhice se assemelha à construção dos papéis de mulher burguesa ocidental a partir do século XVII. Segundo Federici (2017), foi preciso desvalorizar e tratar como menor, inferior, e até mesmo demonizar o que de alguma forma ameaçava o modelo de produção que se estabelecia. Os valores comunais, os saberes do corpo e de cura, ancorados à figura feminina e da bruxa, estão atrelados à sabedoria e memória da velhice, que desestabilizam (ou não contribuem com) o modelo burguês e urbano de trabalho. Segundo este digrama de forças, o construto mulher, velha e feia não encontra modo de manter-se vivo em sociedade.

Fruto desta construção histórica, Simone de Beauvoir (2018), na obra *A velhice* (primeira publicação em janeiro de 1970), denuncia o estado de abandono, descaso e exclusão da velhice europeia em meados do século XX, como consequências da cultura da falta à qual a velhice foi vinculada a partir do século XVIII. Beauvoir denuncia a “conspiração do silêncio” ao qual esta parcela da população foi submetida e busca, assim, retomar historicamente a construção social ocidental da velhice desde a antiguidade até a contemporaneidade. No entanto, Beauvoir adverte que é impossível escrever uma história sobre a velhice. Não há circularidade, muito menos linearidade. Os casos são bastantes particulares. Ela adverte que é bastante recente o crescimento desta parcela da população em comparação às demais e que os registros históricos sobre a participação política de homens velhos na sociedade se misturam com a figura do adulto velho. E esta é a vinculação. A figura da velhice está atrelada ao macho velho, sábio ou ridicularizado. Sobre a mulher velha, existem pouquíssimas referências (BEAUVOIR, 2018).

No Brasil, Guita Debert (1994, 2011, 2012) argumenta que historicamente não é muito diferente do contexto europeu. Descrições e apontamentos sobre a participação política e social de velhos são datados na contemporaneidade, a partir do século XX. Debert desenvolve importante investigação sobre a condição do velho no Brasil a partir da década de 80. E atualiza as considerações de Beauvoir (2018).

Debert (2012) evidencia que houve um deslocamento da imagem do velho como sujeito da falta, incapaz e inútil: *fonte de miséria*, como Sais (2011) e Beauvoir (2018) argumentam; para uma imagem mais positiva e ativa na sociedade: o velho como *fonte de recursos*, consumidor em potencial e pilar econômico de inúmeras famílias. Situação que ainda perdura.

Dados trazidos por Ana Camarano (2020), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IPEA, 2018), apontam que a renda dos domicílios onde residem idosos é maior que a renda dos domicílios sem idosos. Em 20,6% do total dos domicílios brasileiros, a renda do idoso é responsável por mais de 50% da renda total da casa. E, em 12,9 milhões de domicílios, ou seja, 18,1% do total de domicílios brasileiros, a renda do idoso é a única fonte de renda do domicílio.

Segundo os estudos de Debret (2011, 2012), três fatores foram fundamentais para a transformação da *miséria* em *recursos*:

1. A universalização das aposentadorias e da pensão na velhice, a qual capitaliza os velhos e garante direitos sociais dos quais outras faixas etárias estão excluídas. Rogério Constanzi *et al.* (2018), de acordo os dados do PNDA/IPEA Contínua de 2018, afirmam que 33,9% dos 71,3 milhões de domicílios brasileiros possuem ao menos um idoso residindo. Nestes domicílios, o idoso contribui com 69,8% da renda, sendo esta 56,3% advinda de pensões ou aposentadoria. Esta posição modifica por completo a relação de dependência e de interesse dos outros entes na família à manutenção e ao prolongamento da vida dos idosos e das idosas em questão.

2. Modo pelo qual as concepções sobre o corpo e a saúde são reelaboradas nas sociedades ocidentais contemporâneas, implicando ao indivíduo a responsabilidade pela sua própria saúde. É o resultado de ampla campanha estatal e midiática sobre o esforço e o trabalho corporal disciplinado que cada um deve ter consigo mesmo. Sobre este aspecto, fomenta-se o *empreendedor de si*, como discutiremos a seguir.

3. Mudanças no aparelho econômico-produtivo do país, redefinindo formas de consumo e demandas políticas relacionadas à aposentadoria, para um contingente cada vez maior e mais jovem da população.

São três fatores bastante coerentes com situações observadas no bailinho.

Como mencionado nos encontros, as senhoras contam sobre a importância econômica que exercem na família, por vezes, sustentando mais de uma geração. A aposentadoria própria, somada à pensão ou aposentadoria do esposo, garante o pagamento do aluguel e das contas

básicas da maioria das famílias entrevistadas, sem entrar na questão das horas de trabalho doméstico dispendido com o cuidado das casas, dos cônjuges, netos e demais familiares. É um trabalho não remunerado, indispensável à continuidade do trabalho dos outros integrantes da residência ou família²⁵.

Sobre o modo pelo qual as concepções sobre o corpo e a saúde são reelaboradas, Tia Naná cria o bailinho no final da década de oitenta, justamente preocupada em minimizar os “problemas” da velhice e construir uma perspectiva positiva e ativa do ser velho.

Ao final dos anos oitenta e início da década de noventa, no Brasil e no mundo, inventa-se a *terceira idade*, com programas de tratamento e entretenimento para velhos. Surgem grupos de dança, escolas, universidades, empresas de lazer e turismo especializadas para este segmento da população. Segundo Debret (1994, 2012), reprivatiza-se a velhice. O velho que foi responsabilidade da família, e depois do Estado, *deve* assumir a responsabilidade sobre si, esforçando-se para retardar e evitar os efeitos do tempo em seu corpo. O bailinho tem na dança argumento para o reestabelecimento físico e psicológico das pessoas que ali estão. Todas as mulheres com as quais conversei fizeram questão de apontar os benefícios que a dança lhes proporciona, entre eles: cura de diabetes; cura pressão alta; ajuda para dormir; agilidade, equilíbrio e força física; mudança na alimentação, no prazer, no sexo. A rotina semanal de dança é apresentada como um esforço pessoal de autocuidado.

No entanto, é preciso atenção aos riscos e perigos dessa *nova cultura* do velho. Na década de noventa, Debert (2011, 2012) já alertava para a precarização das políticas públicas e para a precariedade dos tratamentos dos velhos que não pertencem mais ao mercado de consumo; aos velhos não mais ativos e que dependem de maior assistência e cuidado, pertencentes à velhice avançada. A parceria entre gerontólogos, geriatras, políticas estatais, movimentos sociais e mídia dissemina a possibilidade de uma velhice com menos dor e mais ativa, também determina formas de existir de velho, dependentes do consumo de uma forma de vida, de tratamentos e biotecnologias não acessíveis para todos e criam um segmento de velhos excluídos destes benefícios da *melhor idade*. Se não há rede de apoio, coletiva e

²⁵ Neste sentido, segundo os Anais da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (BRASIL, 2010, p. 12), uma mulher muito jovem passa em média de 23 minutos por dia cuidando de alguém. A mulher de 30 a 49 anos passa 50 minutos. A mulher de idade média de 50 a 64 anos, 154 minutos. A mulher idosa, de 64 a 75, vai passar muito mais horas, 201 minutos. E a mulher velha, que julgamos receptora exclusiva de cuidados, é a que dispende mais tempo cuidando de alguém: 318 minutos. As mulheres de 85 anos ou mais passam três vezes mais tempo cuidando do que as mulheres muito jovens.

solidária, que dê suporte e que crie resistência em coletivo, atrás de um novo programa individualizante, esconde-se uma rede de interesses político-econômicos que reposicionam o velho como mercado consumidor de programas, tratamentos e entretenimento.

Segundo Silvana Tótora (2015), esta nova cultura do velho, da qual fala Debert, resulta de interesses políticos e econômicos responsáveis por aumento substancial das taxas de longevidade e expectativa de vida, que tiveram um *boom* a partir da década de setenta. A partir de então, intensifica-se a distinção de duas figuras: o velho e a velha, como sinônimos de incapacidade, fraqueza, vulnerabilidade e dispêndio; e o idoso e a idosa, ou termos como melhor idade, velhice ativa, que fazem conotação a sujeitos e sujeitas que permanecem e participam do mercado de trabalho e de consumo, como mão de obra e consumidores de um estilo de vida que lhes promete “bem-estar”.

Tótora, em seu livro *Velhice: uma estética da existência*, de 2015, argumenta que a senha para que o discurso sobre o velho seja aceito é a defesa do envelhecimento com qualidade de vida e para uma velhice ativa, consumidores de uma estrutura de prevenção contra os males que acometem o corpo, reduzindo-os apenas aos aspectos biológicos. Lógica individualizante vinculada aos valores da sociedade de consumo, na qual é possível comprar e vender estilos de vida saudáveis.

Neste sentido, Ivania Skuda e Aline Vaz (2018, p. 206) reiteram que os discursos atuais que alimentam a ideia de “melhor idade”, do momento para a “qualidade de vida” e do “envelhecimento ativo”, observam a velhice como possibilidade de refazer performances da juventude e reduzem a velhice a uma faixa etária ou a um problema de ordem social, financeira e demográfica. Para elas, há nessas visões uma ideia do envelhecimento como se fosse uma doença ou um destino coletivo cruel e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade individual de fracasso para aqueles que não aderirem às novas dinâmicas anti-idade, culpando o indivíduo que não “envelheceu bem”.

Dessa forma, a reprivatização da velhice (DEBERT, 1994, 2012) coaduna com o conceito de velhice como dispositivo (SAIS, 2011), porque fazem funcionar determinado estilo de vida, não apenas para as idades mais avançadas, mas, de forma geral, para toda sociedade. É um estilo de vida individualizado, em que o sujeito e a sujeita assumem a responsabilidade do

cuidado próprio, amparados por consumos determinados que garantem uma suposta maximização dos retornos e minimização de danos (TOTORA, 2015).

Trata-se de um estilo de vida em que se assume a responsabilidade de gestão da vida como empresa, fazendo-se *empreendedor(a) de si mesmo*, modo particular de sujeição pertencente à governamentalidade neoliberal, no qual os indivíduos são “livres” no mercado, sob a condição de assumirem o risco empresarial de gerirem seu próprio capital. Segundo a dinâmica de risco e retorno, é preciso adotar estratégias eficientes no mercado. É preciso contínuo *investimento* em si para que o sujeito acumule capital humano em forma de aptidões, capacidades, habilidades e competências que lhe garantam merecida “qualidade de vida”. Caso contrário, o sujeito é também responsável pelo próprio fracasso (MARGARETH RAGO, 2019).

Como explica Butler (2018, p. 14–15), este modelo de funcionamento social obedece a uma lógica empresarial sobre o existir bastante cruel, “já que a racionalidade neoliberal exige autossuficiência como uma ideia moral, ao mesmo tempo que suas formas de organização do poder trabalham para destruir essa possibilidade no nível econômico”. No momento em que alguém se prova incapaz de se adequar à norma da autossuficiência econômica (quando alguém não consegue pagar por assistência à saúde ou lançar mão de cuidados médicos privados, por exemplo), o indivíduo é confrontado com uma moralidade política que exige a responsabilidade individual ou que opera em um modelo de privatização do cuidado, fazendo com que se sinta ainda mais isolado. E quanto mais estruturas coletivas e sociais de apoio deixam de existir (pois não há financiamento público e coletivo para tais ações), mais isolado esse indivíduo se percebe em sua sensação de fracasso moral. Este processo gera ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àquelas pessoas que dependem dele, redefinindo o conceito de responsabilidade como “exigência de se tornar um *empreendedor de si mesmo* em condições que tornam uma vocação dúbia impossível” (BUTLER, 2018, p. 15).

Dessa forma, é ilusório pensar que há “progresso” com atitudes mais tolerantes em relação às idades. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição do mercado de trabalho e consumo — e nele não há lugar para a velhice. Impor o dever da liberdade sem os recursos que permitem uma escolha verdadeiramente livre é, numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, uma receita para uma vida sem

dignidade, repleta de humilhação e autodepreciação (DEBERT, 1994, 2011, 2012; TOTORA, 2015, LINS; ANDRADE, 2018).

A partir de outra perspectiva, Tatora (2015) propõe chave de leitura ética para se pensar a velhice: como modo singular; avesso ao modelo de produção de um corpo são ou de uma velhice ativa para o mercado de trabalho ou/e de consumo. Tatora (2015) defende a vida como relações de forças em imanência, e, assim, a velhice, como [d]obra de arte.

Como mencionado anteriormente, Deleuze (1998) explica que, para Foucault, as forças são extrínsecas aos sujeitos — elas agem, *afectam*, desde o fora. Como rizomas, não possuem começo ou fim, estão em profusão e interação constante. Elas *afectam* e são *afectadas*. As forças não possuem forma. São movimento em profusão e, portanto, pura potência em *devenir*.

No entanto, as forças não são apáticas às formas. As forças *afectam* as formas desde o fora — campo de criação e resistência. E as formas, cristalizações no tempo, sofrem interferências das forças. Elas moldam, deformam, reformam, (re)padronizam segundo o diagrama de forças aos quais estão submetidas em determinado território. E assim se criam as dobras, as envergaduras, as invaginações, como respostas à interação força e forma. Momento em que o fora e o dentro se tornam uma coisa só. Momento em que a forma incorpora o *devenir*.

Para Deleuze (1989), a vida se faz nas dobras. No vergar-se diante das forças. Na reinvenção das formas. Na (re)invenção dos modos de existir. “Como o processo embrionário do ovo que se dobra para se dividir e multiplicar-se” (TOTORA, 2015, p. 75).

A velhice como dobra de arte apresenta-se como esta capacidade de vergar-se, dobrar-se, transformar-se, inventar-se, de forma singular e única, sem modelos a cumprir, obedecer ou seguir. A velhice como dobra de arte diz sobre certa sabedoria adquirida pela interação, manipulação, dança com as forças, entendendo que tudo é movimento — processo passível de transformação. Sabedoria em vergar o tempo, gerir o próprio ritmo, respeitar o movimento cabível para suas próprias formas, diante das forças presentes. Sabedoria aprendida em experimentações de si, buscando conhecer-se, conhecer seus “dentros”, seus “foras”, os ritmos próprios de transformação. Sabedoria em “desautomatizar o cotidiano e dar novo sentido à rotina sensível; em criar possibilidades de escape e retorno construídas com o

mundo na busca por pequenas crises da vida diária. [...] Exercício de construção poética do percorrer e do desfrutar o tempo” (SKUDA; VAZ, 2018, p. 204).

O que não é fácil. É preciso aprender a envelhecer e a desenvolver uma inteligência sensível. É preciso aprender a dobrar as forças e potencializar a vida que pede passagem. Dobrar as forças e redefinir os diagramas que nos assujeitam. Compor outras possibilidades de relações que permitem a vida.

O que leva tempo, mas não um tempo cronológico (*cronos*), e sim um tempo oportuno (*kairós*) impossível de ser medido em anos. Tempo de experiências medida em acontecimentos. A velhice, se assim compreendida, nada teria que ver com idade, mas com intensidade de vida. Experimentações de devires rebeldes aos modos de subjetivação que doutrina, limitam, disciplinam, normatizam, distanciam a relação entre si e a exclusividade/singularidade das forças que nos organizam e nos compõem.

Na mesma perspectiva, em defesa da complexidade da vida, Raquel Barreto (2018), em sua tese de doutorado, defende a velhice como rizoma. Defende a liberdade sobre o vivido, por meio do combate ao modelo único de velhice. Convida-nos a pensar a velhice como um *vir a ser*, como fluxo e fluidez, como construção transitória e plural. Para a autora,

são múltiplas as perspectivas, interesses e formas de olhar esse fenômeno [velhice], mas que se revelam estanques, parciais e reducionistas. Tais perspectivas colocam em risco a complexidade que marca a questão do envelhecimento e, especificamente, a concepção de velhice e do *ser velho*. É nesse registro que defendemos o entendimento da velhice sob uma perspectiva rizomática, que em nenhum momento se pauta na (inconsistente) definição universal de quem é o velho, mas nos cruzamentos que permitem essa construção transitória e plural. Nesse contexto, não falaremos de envelhecimento – como processo – mas de *modos de ser velho* na sociedade contemporânea (BARRETO, 2018, p. 138).

As mulheres do bailinho da tia Naná nos dão pistas, nos ajudam a encontrar saídas, para encontrarmos modos de ser velhas em vida. Seja na recusa aos papéis instituídos de esposa, dona de casa e avó, na recusa às entrevistas, na composição de cada peça de roupa, no batom e unhas vermelhas, na dança miúda com a saia de *crochet*, na partilha de café com biscoitos Maria, no livre dançar sozinhas ou em grupo em frente ao palco, nos jogos de sedução e namoros, ou mesmo quando dançam, por três, quatro horas e se esquecem das dores e doenças do corpo. E, mesmo que a dança seja tida como “ferramenta” individual para cuidar da saúde,

“bom exercício”, “cura para um tanto de doenças” ou promessa de “bem-estar” (como as senhoras relatam nas entrevistas), ou seja, um produto a ser vendido/consumido; há também aposta na vida como potência. Aposta na construção de um espaço coletivo de cuidado, onde possam experimentar a alegria de simplesmente *ser sendo*.

Não um cuidado tutelado que retira do sujeito sua autonomia e liberdade e impõe regras prescritivas e padrões de vida formatados. Em contrapartida, tem-se um *cuidado menor*, como aponta Luciana Oliveira (2020). Cuidado atento às especificidades e multiplicidades da vida. Cuidado com a produção de encontros potentes, produtor de rede de confiança que ampare as escolhas individuais e coletivas. Aposta que a velhice não precisa estar, necessariamente, associada à solidão, as perdas e dificuldades. Claudete diz que a solidão é muito difícil. E assim, Claudete e as pessoas com as quais convivi naquele salão buscam formas de pensar e fazer, produzir forças e formas, que articulem encontros potentes e associações solidárias para que seja possível construir também outras dimensões, outros diagramas, outras velhices: *velhices-acontecimentos*. Ou seja, revoluções moleculares que expandem a liberdade de (re)criação das velhices em nós, a cada momento. A cada instante. Expansão da liberdade de escolha do que queremos deixar viver e do que queremos deixar morrer no tempo do agora, permitida por meio da criação de uma rede de confiança e amparo.

Mapa 3 – 12.11.2019. Belo Horizonte. “Tem que fazer tudo certinho. Se não, ele pergunta: ‘O sapato agarrou?’.

Depois que entrevistei Amélia, fui cumprimentar Guilhermina, Efigênia, Eliana, algumas pessoas que eu reconhecia no salão. No caminho, encontro Márcia. Uma mulher que a vejo só de vez em quando, mas que se apresenta muito solícita, muito alegre, querendo conversar. Nesse dia em especial, ela queria falar. Insistiu para que eu me sentasse à mesa com ela e a escutasse. Ali, naquele momento, daquele jeito mesmo.

Ela me leva para sua mesa e pega uma cerveja. Ela quer falar, quer contar, levanta a sobrancelha entusiasmada. Pergunta sobre a pesquisa, sobre o que venho escrevendo e a conto. Conto sobre as histórias das mulheres com a dança, com o bailinho e pergunto se ela gosta de dançar.

Ela responde que nem tanto assim. Diz que a vida é uma luta. Uma luta. Tem muitas dores. Sofre de fibromialgia, síndrome de pé, tornozelos e mãos. Ela diz que vai aprendendo a viver sozinha, pois entrou em depressão após a separação do marido e a morte da mãe. Não teve filhos e ficou completamente sozinha. Hoje, ela vive administrando os imóveis que recebeu de herança.

Márcia, mulher branca, heterossexual, cabelos castanhos claros na altura do ombro, acha neurose dançar todos os dias, principalmente ali, “*que não se tem a melhor das visões*”, referindo-se aos homens que ali frequentam. Ela acha o povo muito velho para ela. Mas gosta das amigas que tem no lugar e da liberdade de dançar só (o que nem sempre é permitido em outros lugares). Dança só, ouve música, relaxa. Gosta de dançar, mas sabe que não sabe. Diz que não tem equilíbrio, coordenação, nem ritmo. Perdeu tudo com a doença. E dança assim mesmo. Ela fala que homem tá em falta ali. Prefere ir ao Bolota (outro baile de terceira idade, que acontece aos sábados). E tem sua regra: finais de semana e feriados, não fica em casa.

Márcia estava agitada. Ela queria uma companhia. Ela ri ao contar que insistiu muito para que Cleuza, a da mesa ao lado, lhe desse confiança e se fizessem amigas.

Neste momento, Cleuza chega e senta-se mais perto de nós. Começa a suspender a barra do vestido com alfinetes. Diz que morre de calor! Enquanto coloca alfinetes, Cláudio, monitor, se aproxima e pergunta se Márcia não quer dançar. Ele fica olhando as pernas de Cleuza, tentando entender o que acontecia ali. Ela, debochada, abre as pernas e brinca: “Que foi? Nunca viu não?” E puxa o vestido para cima. Todos riem, ela continua a colocar os alfinetes.

Cláudio e Márcia saem para dançar. Cleuza pega outra cerveja e senta-se comigo à mesa. Ela tem uma beleza única. Cabelo cor de mel, do mesmo tom da sua pele, arrumado com cuidado e intimidade. Olhos pretos pequenos, muito pretos, sintonizados com a delicadeza dos seus traços. Uma mulher delicada e forte, ousada, que não transparece fragilidade.

Diz que não gosta de ficar conversando, não. Vai sozinha ao bailinho, compra sua cerveja, senta mais ao fundo, para que ninguém a importune, e dança. Dança sem hora para parar. Tem hora apenas para chegar. Diz que não dá satisfação para ninguém e que ali se esquece. Esquece-se dela mesma. Só dança.

Eu pergunto quando começou a dançar. Ela fala que dança desde os treze anos, quando seu pai levava homens para dançar com ela. Ele era dono de uma venda na Pedreira Padre Lopes. Era um homem importante na favela, que tinha dinheiro e muitas mulheres. Sobre a mãe, diz que era uma boba: trabalhava o dia todo, não bebia e morreu aos 54 anos de vida amargurada. *“Mãe índia, de cabelo pretinho e liso. Pequeninha, passou apertado para criar os quatro filhos que teve.”*

Cleuza casou-se aos vinte e um anos. Quando eu comento “*que novinha...*”, ela responde: “*Que isso! Na minha época, as meninas casavam com dezesseis, com dezessete anos! Minha filha teve seu primeiro filho com dezessete!*” Fiquei quieta. Ainda não havia me dado conta do universo que nos separava.

Casada, Cleuza dançava escondido. Dizia que ia trabalhar e ia dançar. Na verdade, ela fazia as duas coisas. Sempre trabalhou como cabeleireira, em salão ou nas casas das clientes. Saía para trabalhar e depois ia dançar. Quando saía de casa, já deixava a cama com almofadas para

parecer que estava dormindo. Seu marido, quando chegava bêbado gritando: “onde está aquela puta, piranha!”, as pessoas na casa diziam que era para ele falar baixo, pois estava dormindo. Quando ela chegava, já deixava a roupa velha e a toquinha separadas, para ele nem perceber. Diz que explicava para sua filha, que “*é preciso se dar o respeito, para ser respeitada!*”. Ela saía, dançava, namorava; mas em casa, ninguém sabia. Ela fazia tudo escondido.

Aquela frase fica parada dentro de mim. “Como pode querer que a mulher vá viver sem mentir”²⁶. Cleuza sabe bem do que é preciso para ser “respeitada”. Previne suas filhas. A mulher que experimenta sua sexualidade, que sai de casa, que vai para a rua, costuma ser punida, expulsa do grupo. “A mulher que assume o risco de experimentar sua sexualidade, desvincular-se da menina modelo, do anjo do lar ou da boa mãe, está em perigo, pois toda experiência sexual para uma mulher conduz a sua exclusão social” (DESPENDES, 2015, p. 50).

Eu pergunto se ela fez aula de dança, se conheceu a tia Naná. Disse que aprendeu a dançar sendo conduzida, e que tia Naná conheceu muito, desde quando o bailinho era perto do Minas Centro, ali perto do Mercado Central. Ela não parece ter muito a falar da relação com Naná. Pergunto se ela achava Naná brava, ou autoritária. Ela diz que não.

Cleuza se diferencia das mulheres que vinha entrevistando até então. Não veio do interior, nasceu na favela em Belo Horizonte. O pai não a proíbe de dançar, ao contrário, leva os homens para dançar com ela. Com o marido, dribla a instituição matrimônio. Da mesma forma, a figura da tia Naná não a intimida. Cleuza não vai ao bailinho para fazer amizades. Não quer conversar com as pessoas, isola-se ao fundo. Vai para dançar. E dança até querer parar.

Ela diz ter aprendido cedo a lidar com a dureza da vida. Eu me pergunto se não seria “aprendido cedo a driblar os papéis de mulher”. Ela julga sua mãe como boba por não ter exigido seus direitos de esposa, por não ter sabido dar-se prazer, como o “sair de casa”, “beber”, “paquerar”. Cleuza encontra suas saídas, desvia, abre frestas. Diz que nunca deixou

26 Trecho da música “Dom de iludir” de autoria de Caetano Veloso. LP Totalmente demais, faixa 11, 3, 24, 1986.

de dançar e, com a “desculpa” do trabalho, não tinha hora para voltar para casa. Cleuza conta sobre seu compromisso consigo mesma, bastante incisiva quando fala de suas vontades.

No entanto, quando eu pergunto sobre o homem com o qual sempre a vejo dançar (eles chamam atenção no salão), ela conta que, por causa dele, teve bursite e inflamação nos quadris. Já ficou duas horas e meia dançando com ele e que é muito difícil.

Ele fica bravo se você erra o passo. Tem que fazer tudo certinho. Se não, ele pergunta: ‘O sapato agarrou?’. Ele é muito exigente. E ele não dança comigo quando a namorada está. Só dança comigo e com Judite, quando a namorada não está.

Hoje, ela disse que fica mais esperta. Vai dançar com ele, mas deixa Judite de sobreaviso. Quando não aguenta mais, passa ele para ela.

Há vários pontos da conversa com Cleuza que me forçam a pensar. Aquela mulher nada convencional que se apresentava até então submete-se às regras sexistas do salão a ponto de ficar doente. Cleuza dança com uma desenvoltura e maestria invejáveis. Desliza no salão com este parceiro sobre o qual falávamos. No entanto, eu não imaginava o rigor e a exigência que poderiam habitar naquele ambiente. Rigor e exigência de uma relação na qual o homem conduz e a mulher deve adequar-se.

A partir desse ponto da conversa, a mulher que não vai ao salão para fazer amizades começa a contar sobre as doenças que tem, que teve, os remédios, os tratamentos. Fala quase 30 minutos sobre o assunto. Conta sobre todos os tipos de médicos aos quais foi, as coisas pelas quais passou, sobre suas fragilidades, que até então eu não tinha visto. A música alta, o cansaço, me fizeram perder o fio da meada da conversa. Já não entendia mais por que ela me contava tudo aquilo, os detalhes. Só entendi que ela continua a dançar. Com herpes nos ossos, bursite, inflamação. Continua a dançar. Todos os dias, sem hora para sair, apenas para chegar.

Cleuza reitera a importância da dança na sua vida. Volta a dizer que se esquece. E que lá, na tia Naná, as pessoas de sua casa não fazem ideia de onde ela está. Ela diz que já deixa tudo dela ali mesmo: sapato de salto alto, blusa, vestido. Afirma que é amiga do André, o moço do bar, e deixa a bolsa com ele. Mais uma vez, ela acha seu jeito.

Já é tarde e estou muito cansada. Foi a terceira conversa do dia. Cleuza quer ir dançar. Um senhor a chama, e ela vai. Fico na mesa mais um pouco olhando os casais dançando com as falas de Márcia e Cleuza ainda ressoando. Elas deixam em mim o contraste de mulheres que encontram passagem por frestas tão pequenas, tão duras, cada uma, de sua maneira. E dançam. E dançam.

A dança de salão no bailinho da tia Naná

“um senhor chegou e perguntou se eu queria dançar. Eu disse que sim. Me encaminhou para o salão. Fiquei sem saber o que fazer, mas ele sabia. Eu tentei manter uma distância que achei, assim, cabível. Percebi que eu delimiti esse espaço. Aí, dançamos umas três músicas e Heitor chegou. [...] Logo uma moça me olhou e apontou: “seu namorado chegou”. Eu disse que sim com a cabeça. Fiquei sem graça. Eu fiquei sem saber se tinha feito algo errado. Essa foi a sensação. Não saber se tinha infringido algum limite, infringido alguma regra. Me senti um pouco mal. [...] Enquanto dançava com o senhor, ele cantava junto com a música que dizia: “as mocinhas da cidade, são bonitas e dançam bem”. Fiquei incomodada. Por algum momento, não sabia se ele teria a intenção de se aproximar de mim. Códigos que não entendi. Mas senti que os homens dali poderiam pensar que eu estaria “disponível”. Fui para a mesa. Eu suava muito.”(fragmento do diário de bordo do dia 13-12-2018).

Fazia tempo que queria conversar com a Cleuza. Eu a admirava dançar de longe. Parava para observar quando ela entrava no salão. No entanto, quando escutei sobre a exigência da autoridade masculina daquele arranjo, eu me surpreendi. Não percebi tal relação ali. Cleuza diz que dançar com ele é difícil, pois ele é exigente. Se algo sai “errado”, ele pergunta se o “sapato dela” agarrou, e que sob estas condições dançou quase duas horas e meia e ficou doente depois. E ainda diz que ele só dança com ela, se a namorada dele não está. Uma série de marcadores reiteram a dança de salão como um espaço que reforça, reitera, reafirma a norma heterossexual, sexista e excludente, desvelando sentimentos que eu tinha enquanto estava ali e que não entendia muito bem. Alguns sentimentos e situações descrevo no fragmento exposto logo acima. Ao mesmo tempo, Márcia dança sem equilíbrio, sem ritmo,

dança do jeito que dá. Dança sozinha. Cleuza dança sem hora para ir embora. Antagonismos que habitam o mesmo espaço. Tudo junto e misturado. Busco, então, saber um pouco mais sobre a Dança Social de Salão, como ela é identificada nos festivais e concursos, e como esta dança acontece no bailinho da tia Naná.

A dança de salão possui sua origem na corte europeia, mais especificamente, na corte francesa e italiana a partir do século XV, e constituía um evento social e político, pois se configurava como um espaço pedagógico, de vigília e controle dos hábitos, costumes, tendências, e regras de etiqueta importantes para a manutenção das estruturas palacianas. As danças formais e os bailes de Luís XIV na corte de Versalhes providenciavam os modelos de etiqueta para toda a Europa: era o cenário perfeito para homens e mulheres demonstrarem suas habilidades na dança, seu conhecimento e domínio do comportamento “refinado” (daquela classe social específica) — qualidades exigidas para a aceitação social (DÉBORA FERREIRA, SAMUEL SAMWAYS, 2018).

No Brasil, a dança de salão chega com a coroa. Ela é incentivada por Dom João VI para a “educação cívica” das classes mais abastadas do país (PAOLA SILVEIRA, 2018). Com o tempo, a dança cortês se misturou com os ritmos africanos e latinos, como o samba, a salsa e o merengue, e ganhou salões menos abastados, abrangendo o público popular, como o bailinho da Tia Naná. No entanto, não deixou de afirmar seu conservadorismo, hierarquizando e estabelecendo os padrões de conduta para ricos, ricos e pobres, negras, negros, não negras e não negras, homens e mulheres.

A dança de salão constitui-se basicamente pelo par “cavalheiro e dama”, em que o cavalheiro conduz a dama com passos tidos como “condução-resposta”. Neste sistema, o cavalheiro é responsável por construir a dança: pensar, guiar e elaborar a sequência de movimentos. Ele indica os passos ao seu par que deve responder com exatidão ao comando dado. Assim, cabe à dama acatar e ser guiada. Como indicado pela fala de Cleuza, tais estruturas reforçam os estereótipos de gênero, corpo, comportamento e gestualidade segundo normas binárias, patriarcais e heterossexistas. O homem provedor, viril, valente e sedutor conduz, decide, orienta. E, do outro lado, oposto e complementar, a mulher delicada e sedutora, submissa e servil, aceita as ordens masculinas com subserviência, “enfeitando”²⁷ o espetáculo

27 Não cabe a dama criar ou pensar os passos, a dança. A dama tem a liberdade apenas de elaborar “enfeites”. Estes são descritos nos manuais de dança com acessórios que sensualizam e embelezam a dança. No entanto,

(SILVEIRA, 2018). Este par mantém o poder concentrado na figura masculina, determina única composição possível de casais, exclui outras possibilidades de arranjos de gênero e limita o potencial de criação na dança, ou seja, reforça a sujeição da mulher ao homem e simplifica radicalmente as possibilidades de invenção das formas de estar no salão.

Em mais de um ano frequentando o bailinho da tia Naná, não vi nenhum casal homossexual no salão. Em realidade, não percebi nenhuma pessoa homo, bi, trans, ou qualquer variação do tradicional homem ou mulher no salão. Presenciei mulheres dançando sozinhas. Mas nem mulher dançando com mulher, cheguei a ver. Eliana conta que, em trinta anos de baile, suspeita que apenas um monitor era *gay*. Mulheres homossexuais, nunca viu ali.

A estrutura binária homem-mulher, condutor-conduzida, condução-resposta, também reforça a ideia de acerto e erro, impossibilitando a criação e a improvisação de movimentos. Existe um limite de passos, previamente estruturados. Assim, o homem, dá o comando, e a mulher não tem opção de escolha. Muda-se apenas a sequência de passos escolhida pelo condutor. Além da castração das possibilidades de criação conjunta, na grande maioria dos casos, a culpa do “erro” recai à mulher. “O sapato agarrou?”, ele pergunta à Cleuza, como se a causa do “estrago” da dança apenas partisse dela. Tradicionalmente, não há alternância de comandos, alternância de papéis possíveis, para que as duas partes experimentem diferentes lugares da dança, desconstruindo o lugar de dominação (MÍRIAM STRACK, 2017).

Antes da conversa com Cleuza, esta relação de dominação não estava tão explícita para mim. O clima de amizade e descontração do salão, além da beleza do movimento dos corpos, suspendeu meu olhar crítico, fazendo-me naturalizar relações. Naturalizar as relações. Aí está o grande perigo desta dança.

A dança de salão, ou a dança em par, é tida como um dos espetáculos mais vistos e consumidos no mundo (FERREIRA; SAMWAYS, 2018). E assim, ela se destaca como dispositivo de poder na construção das normas de gênero e sexualidade, camuflando as violências implícitas neste sistema. A fala de Cleuza deixa isso muito claro. Eu ansiava vê-la

estes não podem, de forma alguma, atrapalhar a sequência de movimentos pensados e propostos pelo cavalheiro. Ferreira e Samways (2018, p. 172) salientam que, curiosamente, a ideia de que a dama pode interferir na condução, pedindo mais tempo para os enfeites e/ou modificando o caminho proposto inicialmente, desde que não atrapalhe as decisões de seus parceiros, tem sido apontada como solução para o monopólio masculino da condução. No entanto, não é uma medida suficientemente igualitária, uma vez que as principais decisões e o controle final da dança continuam pertencendo ao cavalheiro.

entrar para dançar no salão, sem imaginar que, naquela dança, ela estaria submetida às determinações do seu parceiro, ou mesmo, sentindo dor. Ou, no caso de minha experiência de dança no salão, não relacionei meu incômodo com os comportamentos do senhor que me tirou para dançar, como algo estrutural daquela dança.

Ainda sobre esta diferenciação e hierarquização homem e mulher, as violências se estendem para antes e depois da dança, antes e depois do salão. Ao perguntar para Judite sobre o machismo no salão, ela responde:

“Eles são machões. A mulher não pode. Só eles que podem. E se chamar para dançar e não aceitar, eles acham ruim, né? Como uma desfeita que tá fazendo com eles. Porque antigamente, se um homem chamasse para dançar e ela não fosse, ele não podia chamar mais. Eles até matavam. Regra antiga. E muita gente vem até hoje assim. Até hoje tem disso.”

Hábitos vêm mudando, no entanto, tradicionalmente, apenas os homens podem convidar mulheres para dançar. Segundo as regras da dança, a mulher não deve tomar iniciativa. Ela deve ser eleita por ele. À mulher também não lhe cabe negar uma dança. Ela deve aceitar todos os convites, goste ou não goste, esteja cansada ou não. E, por outro lado, o homem não convida a mulher para dançar até que tenha certeza de que já não está “comprometida” com o outro homem. Rosana diz que, se uma senhora dança muito tempo com um parceiro, mesmo que não estejam juntos como namorados, outros homens não a tiram para dançar com medo de alguma confusão. Estas mulheres ficam um bom tempo sem dançar, até que o mal entendido seja desfeito. Brigas por ciúmes são frequentes.

As roupas também fazem parte dos requisitos e do processo de demarcação dos papéis a cumprir, demarcação da propriedade dos corpos. Os homens portam paletó, calça social, sapatos de couro, por vezes, chapéu. Às mulheres são obrigatórios os saltos altos, as saias rodadas, fendas ou decotes que marquem o corpo e contribuam para a atração do evento. Pazotte e Samway (2018, p. 172) apontam que, se a condução pode ser pensada como uma tecnologia de controle dos corpos, o salto alto é um dos dispositivos. Ele coloca a mulher na ponta dos pés, em posição de dependência da estabilidade do homem, facilita a manipulação de seu corpo para giros e pivôs e dificulta a tração necessária para que ela manipule o corpo do homem. Ou seja, dificulta que ela inverta os papéis e assuma o poder da situação.

Outra violência recorrente nos salões é a represália ou punição às mulheres que não correspondem às expectativas masculinas. Mulheres que interferem nos passos, mulheres que não respondem ou contestam indicações da dança, mulheres que convidam para dançar, dançam sozinhas ou com outra mulher. Estas são “conhecidas” como “damas rebeldes”, “mandonas”, “saidinhas”, “difíceis”, “autoritárias”, “mulher-homem”, “vulgares” e assim por diante. Jucélia conta que, em sua experiência nos salões de dança, uma vez ouviu professores comentando sobre as punições que deram para mulheres que se recusaram a dançar com eles. Os professores combinavam entre si de não convidá-la por um tempo, dando-lhe “chá de cadeira”, como dizem. Em um caso, combinaram de nunca mais dançarem com ela. Berenice Bento (2011), ao analisar as condições escolares (e institucionais) que reiteram o padrão heterossexual, intitula como *heteroterrorismo* as práticas citadas acima. Elas são bastante comuns e frequentes, determinando radicalmente as experiências de determinados espaços. Há mulheres que nunca voltam a dançar. Pessoas que nem experimentam entrar no salão.

No mesmo sentido, as relações amorosas construídas no salão são marcadas pelas expectativas palacianas de príncipes e princesas. Como ressaltado por Luzia, na maioria das vezes, as mulheres se frustram ou se ferem. Os “homens de baile” não são confiáveis para uma relação dedicada e monogâmica como esperam. Os homens “pé de valsa” que gostam e frequentam salão, geralmente reforçam o estereótipo do homem conquistador, que possui várias mulheres. Uma em cada salão, como ela explica. Diley, professor de dança, brinca ao apontar Roberto como “*empregado da Cemig*²⁸”, por ter uns vinte “*firos* [filhos]” pela cidade. Luzia conta sobre sua própria experiência em que cada namorado determinou uma fase da sua relação com a dança. Conta que com o último namorado se envolveu amorosamente rápido demais, pois estava muito frágil e carente, buscava alguém que lhe desse força. Uma simples aproximação com um beijo foi suficiente para que ela iniciasse uma relação.

*

Ao mesmo tempo, mesmo com todo o “heteroterrorismo” ali presente, também há rompimento, escape, aos preconceitos relacionados ao gênero e à velhice. Também experimentam encontros potentes, independentemente da idade cronológica. Dona Jandira,

28 Fundada em 1952, o Grupo Cemig constitui empresa integrada do setor de energia elétrica do Brasil. Atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e ainda na distribuição de gás natural.

com noventa anos, namora Antônio, trinta anos mais novo. Dançam todas as quartas, logo depois que Antônio sai do trabalho. Dona Jandira conta que, depois de quarenta anos dentro de um modelo de casamento de que não gostava, hoje, velha, encontrou uma forma de relacionar que lhe agrada. Dora relata sobre a importância do simples contato com o corpo masculino, o abraço da dança como um momento de apoio, companheirismo e mesmo de carinho, mesmo sem envolvimento como namorados. Márcia conta que dança sem saber dançar, sem ter equilíbrio, sem ter forças nas pernas, que vai lá pelas amigas e que gosta de dançar só. Como ela, muitas ali dançam sozinhas, dançam com amigas, aproximam-se do palco, cantam e se divertem com o músico do dia. Sentem-se à vontade para dançarem como querem.

Naquele espaço específico, distintas forças atravessam a dureza do tradicionalismo da dança de salão, fazendo com que outras formas de habitarem aquele espaço seja possível. Tanto que demorei para sentir tamanha violência de gênero. Antes que tal percepção viesse à tona, o clima de amizade me impressionou, as brincadeiras, a vaidade, o batom vermelho e o rebolar de senhoras com oitenta anos ou mais. Os casais de namorados dançando com carinho. A própria Cleuza, de forma debochada, longe de parecer uma “dama”, brinca com o monitor, quando ele olha suas pernas enquanto ela arruma seu vestido.

É importante destacar que, nas diversas entrevistas, o bailinho da tia Naná é apontado como diferente dos outros salões. O bailinho da tia Naná apresenta características bastante particulares devido à direção do empreendimento dada pela própria Naná. Sua figura é fundamental nesse processo, principalmente, no que tange a: 1. organização, limpeza, cuidado com os detalhes; 2. regras de conduta, rigor com a formação e relação entre os casais e suas vestimentas; 3. clima de acolhimento e segurança que transmite, o que algumas senhoras classificam como “familiar”; e 4. o que Helena chama de “visão humanística” de tia Naná, que Ana e Regina buscam seguir até hoje.

Naná tinha extrema preocupação e cuidado com a limpeza, organização, qualidade dos alimentos e bebidas oferecidos, manutenção de um ambiente claro e iluminado. Ana comenta sobre a qualidade dos cafés que Naná mesmo preparava e financiava. Hoje não são mais possíveis, pois o valor da entrada do bailinho não comporta o investimento necessário. Ana também fala do rigor que Naná tinha com a música e com a banda. Naná criou um sistema de

rotação de estilos musicais que depois foi imitado por outros bailes. De cinco em cinco músicas, um estilo musical diferente.

Em conversa com Silvana e Ailton, eles também enfatizam os detalhes da organização estrutural do salão. Falam da limpeza, da luminosidade que chega a incomodar, a ausência de bebida alcoólica, o capricho com os lanches e a qualidade da música. É perceptível a diferença do bailinho com os outros bares abertos para a rua. No meu caminho, próximo ao bailinho, vi casais dançando em alguns bares. Mas eram lugares sujos, mais escuros, onde casais dançavam mais colados e o clima de namoro era mais evidente. O bailinho da tia Naná realmente se distingue dos outros locais de dança no centro de Belo Horizonte. A luminosidade e a limpeza são os aspectos perceptíveis.

Naná criou uma série de regras de conduta para o bailinho que não existem em outros lugares. Uma delas é “namoro só depois das oito”, frase distribuída entre os pilares e as paredes do salão. Acrobacias, exibicionismos, danças muito próximas, roupas e saias curtas, decotes eram e são proibidas. Cleuza, contratada por Naná, é ainda hoje responsável por abordar os casais que não se “portam bem” no salão e convidá-los a se retirarem, caso seja necessário.

Nas conversas, vários relatam as intervenções de Naná, executadas por Cleuza. Casais namorando na varanda. Mulheres com saias curtas ou decotes. Nem mesmo “selinhos”, beijinhos leves na boca, entre casais casados eram permitidos. Seu Jorge, senhor de 93 anos que frequenta o salão todos os dias, me diz, lembrando-se de Naná, que ela era muito brava. Conta que ele e sua falecida esposa esperavam serem expulsos do baile, pois, virava e mexia, se beijavam discretamente durante a dança, que tem saudade disso.

Amélia compara o bailinho com o salão do Arimatéa, situado alguns quarteirões dali (tia Naná). Ela diz que os dois se diferenciam pelas “regras de namoro”:

“O Arimatéa, por exemplo, abre mão. Quem quiser beijar, pode. Quando chega o momento assim de quase terminar, ele apagava as luzes e deixava só os pisca-pisca. Para mim não dava certo. Aqui não. Aqui é um ambiente sadio, onde a gente brinca, conta caso. Isso tudo para mim é importante. Para eu trazer outras colegas. Isso é importante. O ambiente. Pode vir meus filhos. Duas filhas minhas de vez em quando elas vem.”

Amélia não enxerga bem. As luzes são extremamente necessárias. Mas, para além das luzes, ela fala de um ambiente sadio como isento de abordagens amorosas ou exposição de intimidades entre casais. O que perpassa o pudor que limita a experimentação sexual também gera segurança e determinado conforto para algumas mulheres. As regras também limitam relações sexistas usuais do universo da dança de salão apontados anteriormente. A restrição do namoro, a determinação das distâncias entre os casais, a recriminação de ações exibicionistas e a exigência de que os monitores dançam com todas as mulheres diminuem consideravelmente o clima de conquista, a disputa, o galanteio cavalheiresco que encanta, mas também empoderam o masculino de forma desigual e oprime.

No mesmo sentido da fala de Rosana, Sônia fala das roupas. Diz que hoje é mais “liberal” e que tem mulheres que até de *short* às vezes aparecem. Transparência, decotes grandes, ela não gosta. Ela preferia como era antigamente. Percebe-se que as regras de Naná eram bastante restritivas e, por isso, determinavam (e determinam) as mulheres que frequentam aquele espaço.

No que se refere ao momento em que o homem convida a mulher para dançar, Regina, filha de Naná, conta que para sua mãe era muito importante que o bailinho fosse um lugar acolhedor, onde todos pudessem dançar em clima de amizade, sem discriminação e seleção dos pares. O bailinho nasce como um programa beneficente para a terceira idade e conserva seu ideal social igualitário. Para Naná, era importante que todos no salão dançassem. E para isso investia no clima de amizade com festas, brincadeiras e atividades de integração, viagens e almoços com o grupo; e instrua os monitores para que não deixassem nenhuma mulher sem dançar no dia.

Com os monitores de dança, Naná fazia reuniões semanais. Ela os vigiava e os dirigia. Elaborou uma cartilha com as regras de conduta de um bom monitor. Era preciso que dançassem com todas, não apenas com as mulheres mais bonitas e que soubessem dançar. Pelo contrário. Sua filha Regina diz que sua mãe fazia questão de que os monitores priorizassem as senhoras com mais dificuldades, ou aquelas que quase não eram tiradas para dançar. Ao final de cada dia, Naná sabia exatamente com quantas e quais mulheres os monitores tinham dançado. Amélia fala desta “inclusão” do bailinho que não há em outros lugares. Ela, antes cega, não era chamada para dançar nos outros lugares que frequentava.

Mas, ali, sente-se acolhida. Sente-se que está entre amigos e fala de um lugar em que “não se escolhe” com quem se dança.

Como exposto anteriormente, Amélia ressalta que, no bailinho da tia Naná, ela encontrou um espaço de confiança e amizade, para driblar as duras regras da dança de salão e, assim, poder dançar sozinha, de sua própria forma e brincar com todos, da sua maneira. Isso não é possível em outros salões. Ela diz que lá:

“Ninguém desfaz de ninguém. Nos outros bailinhos eles escolhem demais. Escolhem com quem vai dançar. Aqui todos são amigos, todos são conhecidos. Se vem pela primeira vez, gosta e volta depois”.

A segurança física do local constitui outro ponto diferenciador. “*Aqui podemos deixar a bolsa na mesa*”, as senhoras costumam dizer. De certa forma, no bailinho estão atentos uns aos outros. Sabem quando alguém novo chega. Estão atentos a quem entra e quem sai. Há um certo clima de cuidado e vigília entre eles. Não há histórico de roubos. Apenas um relato neste sentido em trinta anos. Um roubo de celular de uma senhora que dançava com um moço que ninguém conhecia.

Quanto à segurança física e moral, principalmente das mulheres, Judite, por exemplo, que já sofreu vários tipos de abusos de seus ex-companheiros, diz que no bailinho se sente protegida pela rede de apoio que Ana, Cleuza e Regina asseguram, dando continuidade ao trabalho de Naná. A única vez que se sentiu desrespeitada por um homem recorreu a Ana e obteve apoio. O senhor foi expulso do bailinho por quatro dias.

Esta rede de apoio mútuo que se forma ali, esse cuidado com o espaço, com as pessoas, para Helena, é consequência do que chama de “visão humanística” de Naná que, segundo ela, Ana ainda preserva. Ela diz que essa “visão humanística” é o que baliza as relações de amizade e respeito, buscando diminuir as possibilidades de violências daquele local de dança.

Dessa forma, a dança de salão que acontece no bailinho da tia Naná é bastante específica. Ela carrega consigo a herança sexista, racista, classista e elitista de sua constituição e, assim, todas as violências decorrentes destes sistemas de hierarquização e exclusão. No entanto, Naná, com seu rigor e claras intenções beneficentes, pois criou o bailinho como um projeto

social, acessou pessoas que talvez não dançariam em espaços formais de dança de salão. Naná nos ensina sobre a construção de espaços que fomentem laços de amizade que se sobreponham às frequentes dicotomias, ao clima de conquista e competição presente em espaços tradicionais da dança, bem como em qualquer outro ambiente coletivo.

Depois de refletir sobre o caso de Márcia e Cleuza, sobre os fundamentos da dança de salão e as especificidades do bailinho, achei pertinente trazer a seguir o relato de Selma. Com ela, mulher, branca, heterossexual, de classe média, que frequenta outros salões, foi possível identificar as típicas relações cultivadas pela dança de salão e também perceber de forma incisiva as diferenças existentes, principalmente no que tange à classe social abordada por Naná.

Mapa 4 - 15.11.2019. Belo Horizonte. “Fico pensando na banda que vai tocar. É uma vida de glamour.”

O encontro com Selma foi algo completamente fora do esperado. Ela foi indicada por Helena, e, até o momento da entrevista, achei que Selma também dançava no bailinho da tia Naná. No entanto, quando cheguei a sua casa, já estranhei. Selma pertence a uma classe social muito mais alta do que as mulheres que vinha conversando. E, durante a conversa, entendi que frequenta bailes bastante diferentes do da tia Naná. A conversa foi incômoda para mim. Ao final, estava extremamente cansada, sem paciência, com muita vontade de ir embora. Com Selma, assim como relato no caso de Cleuza, acesso uma dimensão da dança de salão elitista, classista, sexista, que não tinha acessado até então.

Destacando o fato de que Selma não pertence ao universo da tia Naná, trago a conversa para cá, pois ela enriquece duas discussões realizadas na tese. A primeira é sobre a heteronormatividade e a instituição casamento, que serão trabalhadas a seguir junto ao caso de Dora. E a segunda é sobre o classismo e sexismo da dança de salão, trazidos no caso anterior por Cleuza.

Selma conta que começou a dançar há uns quarenta anos atrás, escondida do marido. Ela dançava depois de sua aula de hidroginástica, no clube. Um dia, um amigo em comum perguntou a seu marido por que ele não estava dançando com ela, já que Selma ia progredindo bem nas aulas. Na hora, o marido não falou nada. Em casa, proibiu-a de continuar. Muito ciumento, não gostava que ela dançasse sem ele. E ele não gostava de dançar.

Na realidade, ele não queria que ela tivesse uma vida para além da casa. *“Ele não quis nem que eu tirasse carteira de motorista! Mulher dele não podia dirigir, pois mulher no volante era para ser cantada.”* Depois de um tempo, até o clube passou a ser um problema. O marido tratou de fazer uma piscina para ela dentro de casa. Ela diz: *“A gente era assim, bem submissa, né? Isso há mais tempo atrás... Comecei a fazer hidro aqui no lote”*.

A privação do universo público à mulher se repete continuamente nas entrevistas, mesmo mudando a classe social, casada ou não. Casada, o marido de Selma a privava de dançar, fazer academia fora de casa e até mesmo dirigir. Ela deveria estar exclusivamente dedicada aos assuntos familiares e domiciliares. No entanto, após o casamento, a restrição continua.

Depois que seu marido morreu, ela voltou a dançar. Disse ter passado por um período depressivo, uns dois anos achando que iria cuidar de casa e ser avó. “*E era isso mesmo*”, afirma. Até que, com o apoio dos filhos, começou a frequentar uma psicanalista que a incentivou a voltar a viajar, a dançar, a fazer o que gostava antes. Ela começou a ir a um baile no bairro Betânia, em companhia do irmão que acabava de se separar e também buscava uma distração. Daí não parou mais.

Selma descreve como a dança transformou sua relação com o seu próprio corpo, reorganizando seus hábitos e sua rotina. Com a dança, passou a ter o compromisso de se cuidar, se arrumar, cuidar da alimentação e da força física. Traçou compromissos diários, e, a partir de então, os horários para a casa, com os filhos e com os netos passaram a ser pautados pelos tempos disponíveis dela, e não deles. Selma transformou o que ela esperava dela mesma como velha. Retomou sua vida para além do âmbito doméstico, com horários próprios e decisões próprias. E assim, transforma suas relações com familiares e amigos, e surgem novas relações.

Logo que começou a frequentar os bailes, Selma começou a namorar. Demorou três meses para “*namorar mesmo*”, diz. Achava que não daria conta:

- Ai eu conheci esse [primeiro namorado] lá... mas menina, eu demorei uns três meses para ter um relacionamento mesmo com ele. Porque .. para mim, quando eu fiquei viúva, eu pensei: vou ficar em casa, cuidar de neto, cuidar de casa, e pronto, né? Até minha netinha mais velha, como a mãe e o pai trabalhavam o dia inteiro, ela ficava era comigo. Ai bom, gostei, ficamos juntos uns dez meses. Mas, nossa mãe, não trazia aqui em casa. Porque meu filho, até hoje ele não aceita. Não. Ele faz de conta que não sabe, que não entende. Quando fala nesse assunto, ele sai de perto.

- As suas filhas aceitam?

- *A mais nova, mais ou menos, a mais velha que me dá toda força. E ainda fala assim: 'mãe, se eu fosse viúva, eu seria a viúva mais safada de Belo Horizonte'. Porque meu marido foi o meu primeiro e único homem. Lógico, normal. Ah, mas depois disso, eu já namorei uns quatro ou cinco.'*

A fala de Selma retoma a condição de liberdade que é dada pela viuvez, citada na primeira história com Dora. Viuvez para a mulher como sinônimo de liberdade sexual e financeira. Selma conta que seu marido foi seu primeiro e único homem até iniciar a dançar e que sua filha diz que, se ficasse viúva, seria a viúva mais safada de Belo Horizonte. Dessa forma, a “viuvez” não representa apenas uma liberdade quanto ao homem específico, mas também à instituição que, para a geração de Selma, também representava a castidade e virgindade antes do casamento. A viuvez possibilita uma redescoberta da sexualidade. Selma diz que demorou três meses, após iniciar o namoro, para realmente iniciar uma intimidade com o parceiro. Dona Jandira diz que demorou um ano.

A redescoberta da sexualidade, a possibilidade de experimentar outros corpos e relações, é acompanhada por uma liberdade do papel social de esposa. Elas contam que não querem mais se casar, não querem mais ter que responder a obrigações a nenhum homem, como ter uma frequência de encontros, muito menos em relação a cuidados da casa. Selma lembra que teve um dia que o namorado dela queria ficar para dormir com ela. Ela já tinha marcado de dançar. O baile estava tão bom que nem ligou para ele depois que saiu de lá. No outro dia, na hora do almoço, ele ligou, sem poder “cobrar nada”. Outro exemplo é a mudança de expectativa dos padrões de companheiros. A amiga de Selma gosta de namorar homens mais novos que ela, e não mais velhos, como manda o figurino: “*mulher mais nova, homem mais velho*”, diz Selma.

É importante frisar que as novas experiências e formatos de relações também são possíveis devido à liberdade financeira que adquirem. Com a aposentadoria delas ou pensão deixada pelos maridos, elas podem se sustentar independentes da figura masculina. Inaugura-se uma nova fase na vida. Assim, com base nestas falas, a viuvez poderia ser apontada como: 1) liberdade do papel social de esposa; 2) liberdade da repressão sexual imposta pela instituição casamento, antes e durante sua existência; e, também, 3) independência financeira em relação ao homem.

No que concerne aos bailes, Selma diz que frequenta vários, como Dairéu, Minas I, Cidade Nova, e foi citando diversos nomes. Alguns já deixaram de frequentar. Foi no bailinho da tia Naná uma vez apenas: “*muito simples, né?!?*”, comenta. Aos poucos, fui entendendo que os lugares que Selma frequenta pertencem a outra classe social. No baile de que gosta muito, “Cabeça de Prata”, realizado pelo Clube Minas I, só entram sócios e acima de 50 anos. A entrada é R\$ 70,00, incluso *buffet* e bebida de todo tipo, banda e 20 monitores para dançar. No Dairéu, cobra-se o valor de R\$ 25,00, só para entrar. Pelo que Selma conta, os bailes exigem roupa de gala. Restaurante com garçom. Música com banda orquestrada ao vivo. Os bailes acontecem das oito à meia-noite. E o atrativo é justamente esse: o glamour, a pompa, a tradição. O vestido mais bonito, o cabelo, a maquiagem. Ela acaba de ser *miss* Tauá Araxá²⁹ e passará à faixa de rainha Dairéu no próximo dia vinte e três de novembro.

Selma sinaliza esse lugar da riqueza, da nobreza, da pompa, como um lugar de fetiche da dança de salão. Gosta de se sentir como uma princesa, uma rainha, uma *miss*. Ser galanteada. “*Se eu ficar sem sair para dançar, me deprime. É uma emoção, uma expectativa. Fico pensando na banda que vai tocar. É uma vida de glamour.*”

Estes depoimentos fortaleceram meu entendimento do lugar que a dança de salão ocupa para a manutenção da normatividade heterossexual, por onde também passa a manutenção de privilégios econômicos. Como aponta Despentes (2015, p. 51), família, virilidade guerrilheira, pudor, corpos subjugados, sexualidades confiscadas, tudo aquilo que tenta atribuir um papel para cada sexo, interessa a uma classe social que “necessita que as coisas sigam como estão e não nos diz a verdade sobre suas profundas motivações”.

As regras da própria dança estimulam o fetiche à riqueza. Neste universo, as pessoas buscam e pedem para se sentirem em um mundo encantado pela fartura e poder. Os mais adaptados às expectativas são recompensados. As coroações de rainhas, princesas e *misters* são o exemplo mais claro deste aspecto. A competição entre roupas, cabelo e maquiagem é estimulada, e os vencedores dos anos anteriores não perdem seus postos. São os jurados das próximas competições, ou seja, acumulam poder.

No bailinho da tia Naná, os desfiles e concursos também aconteciam. Efigênia conta com nostalgia de quando Naná contratava cabeleireiro e maquiadora para o cuidado das mulheres

29 Grande Hotel Termas de Araxá (Minas Gerais/Brasil), luxuoso resort inaugurado em 1944.

antes dos bailes e desfiles. O fetiche ao luxo e à riqueza também está presente no bailinho, no entanto, de forma coletiva e acessível financeiramente. Efigênia adorava. Ela diz que alugava vestido de gala para as ocasiões.

Sobre a questão do padrão feminino a ser seguido, Selma fala da necessidade da mulher ser mais “feminina”, de usar roupas adequadas para a dança, que valorizem seu corpo e sua forma de dançar: *“Eu nunca danço de calça. Só se for pantalone. Eu gosto é de vestido. Eu acho que a dança é uma coisa bem feminina. A gente tem que caracterizar mais. Não é entrar nessa de que agora é igual. De igual para igual. Acho que a mulher deve ser mais feminina, querer que o homem seja um cavalheiro.”*

Selma explicita a heteronormatividade constituinte da dança de salão. Neste sentido, acontece de forma parecida no bailinho. As mulheres performam, repetem, reiteram continuamente como se veste, como se porta, como se dança, como age uma mulher. A crítica ao padrão não é nem se quer cogitada. A estilização repetida do corpo feminino “se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). A diferença está na possibilidade de acesso aos recursos materiais que fazem parte do ato performativo, ou seja, o acesso às roupas, aos cuidados, cosméticos e acessórios que fazem parte do figurino.

Já eram dez da noite, e eu estava muito cansada. Eu digo que preciso ir e já olho se há *Uber*³⁰ disponível. Ela percebe que quero ir e lamenta, pois tinha pensado que ficaríamos mais tempo juntas. Tinha separado outros álbuns de fotografia para vermos. Eu, sinceramente, não conseguiria mais. Precisava ir embora. Agradei imensamente e expliquei que o dia tinha sido “puxado”. O *Uber* chegou e entrei no carro, com a sensação de que tinha acessado um universo da dança de salão que me incomodava profundamente. Eu me apaixonei pelo bailinho ao me deparar com a liberdade e alegria que sentia vindo daquelas mulheres. O espetáculo anulou uma série de críticas à estrutura social atrelada à dança que agora se faziam evidentes. O encontro com Selma foi crucial para este desvelamento. Agora, ao escrever, entendo algumas das causas do incômodo e cansaço que sentia no salão. Incômodo e cansaço que senti na casa de Selma. Incômodo e cansaço ao perceber a complexidade das forças que

30 *Uber* é uma empresa multinacional americana, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas baseada na localização, oferecendo um serviço semelhante ao tradicional táxi. É conhecido popularmente como serviços de "carona remunerada".

nos aprisionam em uma sociedade regida por dicotomias tão duras e opressoras. Neste tempo de pesquisa, eu não aprendi a dançar.

É importante destacar que hoje em dia, há muitas escolas de danças que são bastante críticas aos fundamentos sexistas da dança de salão, ao conservadorismo dicotômico, bem como a ideia de “erro” e “acerto”³¹. Críticas e questões que podem ser perfeitamente estendidas às instituições ou organizações de trabalho – espaços onde pessoas se propõem a estar/fazer algo junto. Algumas escolas ou iniciativas de professoras e professores específicos buscam quebrar as estruturas dicotômicas e hierárquicas que geram tanta opressão e exclusão no salão e na vida; e fomentam danças em que os “corpos passam a ser compreendidos em suas singularidades, como espaço de atravessamento de vontade, massa, pensamento, peso, altura, emoção, intenção, e podem entrar em diálogos nos quais o gênero não é fator determinante na geração de movimentos” (FERREIRA; SAMWAYS, 2018, p. 176).

Estas iniciativas são inspiradoras para a promoção de espaços livres, abertos a formação de novos/diferentes grupos e pares. Espaços que potencializem processos de criação e invenção, por meio da cocriação, da co-condução, em substituição ao modelo “cavalheiro-dama”, “condução-resposta”, cujo espectro de visão e poder decisório estão concentrados e assim limitados.

³¹ Ferreira e Samways (2018) destacam a metodologia Condução Mútua que o professor Samuel Samways vem desenvolvendo em seus trabalhos e pesquisas. Em Campinas, a professora Carolina Polezi desenvolve a pedagogia da Condução Compartilhada. Ela também busca metodologia crítica, traz outras possibilidades de baile e formação de casais. Em São Paulo, a Dois Rumos Cia de Dança promove grupos de estudo e bailes contemporâneos de dança de salão, nos quais as pessoas são encorajadas a dançar de modo livre em relação à heteronormatividade. Na Argentina e no Uruguai, há muitos anos, o movimento do Tango *queer* retoma as bases não eurocênicas da dança, desconstruindo sua formação, e possibilitando outros arranjos, abertos à improvisação e à partilha no processo de condução. Em Belo Horizonte, destaca-se o Forró Queer, organizado pela professora Laura James, mulher transexual e ativista *queer*, que estimula os praticantes a aprender ambos os papéis e a formar pares de dança independentemente de gênero. Assim, hoje em dia, encontramos vários exemplos e iniciativas como estas, em processo de desconstrução do padrão social binário, heterossexista e patriarcal ao qual vivemos e reproduzimos (FERREIRA; SAMWAYS, 2018).

Mapa 5 - 26.11.2019. Belo Horizonte. “Vamos reclamar muito não, boba, porque, se tá ruim com eles, pior sem eles.”

Tudo certo. Chego ao bailinho como combinamos, e ela chegou logo depois. Cabelo escovado, batom roxo, brincos de argola coloridos, saia rodada e salto 15 (quinze). Sentamos na varanda. Ligando o gravador, primeiro espanto: Dora tem setenta e um anos. Ela aparenta no máximo uns sessenta. Ela diz que “o segredo é dormir cedo, acordar cedo e dançar, dançar muito!”.

Dora, mulher não branca, heterossexual, cabelos pretos na altura do ombro, conta que começou a dançar depois que se aposentou. Antes, gostava, mas não tinha como.

“Olha, dançar mesmo, dançar como a gente dança aqui, eu nunca dancei, não. Eu dançava muito forrozinho com meu marido. Assim que eu casei, ele gostava da dança. A gente ia em festinha, daquelas que quase não tem ninguém para dançar. Que tem que tirar o chapéu da cabeça do outro para trocar de par, sabe? Em casa de família. E eu sempre gostei daquilo. Mas aí eu tive meus filhos. Graças a Deus, tive três filhos. Agora tenho quatro — ganhei um neto. E eu já trabalhava. Então o serviço tava muito para mim. Meu marido não ia mais dançar, e parei também. Aquele sufoco, levar menino para a aula. Meus pais, começaram a morar comigo, e aí, eu não tava podendo mais conciliar aquilo tudo. Serviço; fazia supletivo à noite; estudar e trabalhar; cuidar de filho, de marido, de pai e de mãe; então eu larguei a dança de lado.

Foi aí... quando eu fiz quarenta anos, eu tava lá trabalhando, que coloquei na cabeça. Olhei no espelho e falei: ‘poxa, Dora, quarenta anos! A vida começa hoje’. Eu mesma falando comigo. ‘A vida começa hoje’. E verdade. Dos quarenta, até agora, foram melhores do que de zero aos quarenta. Dos quarenta até agora, aconteceu muita coisa, conheci a dança, conheci a vida. Eu sou feliz é agora. Parece que tudo que eu não pude ter ou Deus me tirou quando eu era nova, ele tá me dando agora depois que eu sou velha”.

Dora contagia com sua alegria e a relaciona à dança.

Quem apresentou Dora à dança foi sua vizinha Cláudia, preocupada com a amiga. *“Ela achou que eu ficaria doente. Ela sabia o quanto eu gosto de sair, que sempre trabalhei fora. Ela encarnou no meu pé e, enquanto ela não me trouxe para a tia Naná, que era lá em cima, ela não sossegou. ‘Vamos lá, você tem que conhecer a tia Naná. Você nunca ouviu ela falando no radinho, não?’ Eu não tinha ouvido nada. Fomos juntas umas duas vezes lá. Eu achei ótimo. Logo depois, Cláudia parou de ir. Foi olhar neto. E eu peguei o gosto para dançar. Eu pensava: ‘oh gente, a Cláudia me larga aqui nesse antro da perdição e vai olhar neto, isso não tá certo, não.’ Mas aí foi passando o tempo, e acho assim que, se ela não tivesse me trazido para cá, eu já estava doente.”*

Dora fala que a dança, além de ajudar sua saúde, ajuda nas questões de casa. Arruma tudo pela manhã, deixa tudo pronto para sair à tarde. Acorda antes das cinco. Limpa, cozinha. Deixa toda a comida para marido e filho (que não comem comida do dia anterior). Prepara a insulina do marido diabético e injeta. Depois do almoço, ela se arruma, sai, todos os dias, e volta depois das oito. Quando volta para casa, é o tempo de tomar um banho, dar insulina para o marido e dormir. E dorme como um anjo, ela diz.

A dança também a ajuda a esquecer e acalmar. Diz que, quando dança, não se lembra de nada: da casa, das amolações. Diz que, quando está em casa, o marido acha ruim de alguma coisa, ou o filho passa e reclama. *“Que isso, que aquilo”*. Ela às vezes reflete consigo que gosta tanto de dançar porque a dança a tira de casa. Talvez, se não tivesse um marido tão difícil, não gostasse tanto assim de sair.

“Eu acho que, se eu não tivesse o meu marido, vê se você me entende, eu não dava tanto valor para as minhas saídas. Eu não era assim. Eu não gostava tanto daqui. Eu fico pensando que eu tenho esse lenga-lenga com a terceira idade, e gosto e venho, porque é uma maneira de sair fora do meu marido. Mas, se não fosse ele, eu tava tranquila lá dentro de casa. Será que não?”

Dora destaca que, quando dança nos grupos de terceira idade, encontra pessoas que estão na mesma fase, compartilham os mesmos assuntos. Fala do prazer de estar entre pares, que é muito diferente de estar entre a família, os filhos, genros e netos.

Buscando outras linhas de forças, pergunto sobre a relação dos casais no salão. Explico que, em muitas das entrevistas que faço, os namoros são importante ali no bailinho. Mas ela fala que isso não é para ela, pois vai ali só para dançar. Eu digo que percebo que a dança movimentava a libido das senhoras na terceira idade. Ela repete a palavra libido e diz que não tem mais “isso”, não. E conta que as relações sexuais com seu marido eram tão ruins que pegou desgosto. Nunca mais pensou nisso. Diz que vai no bailinho para outra coisa.

“Eu acho que não tenho libido mais, não. Não... há não.. eu não tenho mais essa vontade mais não. Eu não sei se é porque tem gente me esperando. [pausa] Na verdade, acho que eu tenho outra visão dessas coisas. O meu marido era muito, assim, tipo sem educação, grosso. Grosso mesmo. Aí eu chegava do serviço, tomava meu banho, arrumava a marmitta para mim e para ele, ia dormir. Aí ele chegava da rua, chegava tonto, mal tomava banho, quando eu acordava, ela já tava lá me cutucando. Acho que por isso eu não tenho mais vontade desses trem não.”

Dora aborda sua relação com o marido e, depois de falar sobre a sua “não libido”, conta sobre a conversa com uma amiga e o que pensa das relações de casamento.

“Porque mulher quando separa, ou fica viúva, ou coisa assim, ela não quer saber mais de casar. Porque, se ela teve um marido bom, ela fala: ‘Ah não, eu tive um marido bom, outro não vai ter igual’. E, se ela teve um marido ruim; ela fala: ‘Ah, vai que eu extrapolo de novo, não vou querer saber mais de homem não’. As mulheres pensam bem assim. Agora os homens não. Se separam, ‘rapidim’ arrumam outra. Eles falam: ‘Ah, eu dei sorte na primeira. Vou dar da outra vez’. E se a primeira mulher foi ruim, eles falam: ‘Se dessa vez eu não dei sorte, agora eu vou dar’. E casa de novo, não é?”

Dora espera um momento, cala e depois faz um longo desabafo. Registro-o abaixo:

“Aí menina, se eu te contar uma coisa, você não me xinga não? Oh menina, tem hora que vem uns pensamentos ruins na minha cabeça. Não... é porque eu vejo tanta mulher passar dificuldade com marido. Porque igual uma vizinha lá. Eu tava cuidando do meu marido e ajudando ela a cuidar do marido dela. Tem umas cinco lá perto de casa que o marido adoeceu, teve diabetes, teve câncer, teve isso, teve aquilo, eles tuodo foram embora, e elas ficaram boazinha lá vivendo... E mais. Por incrível que pareça, né? Não tinha nem muro

beirando o quintal. Depois que o marido foi embora, elas murô, fez o andar de cima. Parece que o dinheiro aparece. Agora, eu não. Eu viajei. O vizinho que minha amiga tava cuidando dele morreu. E o Aloísio tá lá.”

Pensa mais um pouco e continua: *“Uma amiga minha, mora na frente da minha casa. O marido dela era pior que o meu. E eles trabalharam juntos. Ela chama Sônia. A gente tava reclamando. Ela reclamando do marido dela, eu do meu. Aí eu falei assim com ela: ‘Vamos reclamar muito não, boba, porque, se tá ruim com eles, pior sem eles’. Aí ela falou assim: ‘É mesmo Dora, deixa para lá’. Quando foi daí um ano, o marido dela morreu. Deu uns seis meses ela foi lá em casa. Dei ela café e falei: ‘Sônia, igual aquele dia que a gente tava conversando. Eu falei com você para gente não reclamar dos nossos maridos, que tá ruim com eles, melhor sem eles. E aí? O seu já foi. O que você me diz, eu posso perguntar para você, né? O que você tá achando da sua vida?’ E ela falou assim: ‘Oh Dora, que paz!’ (risos). Tipo assim. Quase que falou, mas não falou: morra de inveja! ‘Então, Sônia, não é aquele negócio então, não?’ Ela falou: ‘Não, Dora, aquele ditado é só para boi dormir. Porque não tem nada a ver’. O meu lá, se eu não tô, nem come. E se eu tiver lá, nem comida no prato ele põe. Ele chega, grita, grita, grita. Aí, eu não tô, ele vai lá e serve. Mas parece que faz picardia. Joga comida pela casa toda. E limpar nada. Aí eu tenho que tolerar, né? Aí tem dia que eu chego em casa, olho, tá tudo sujo, aí eu falo, não tem problema, não, eu dancei bastante mesmo. Faço a insulina nele. Falo: ‘Cê quer comer alguma coisa? Porque já tô indo dormir’. Ele fala, ‘não, já comi’. Aí passo insulina e vou dormir.”*

Quando Dora termina de contar, como um desabafo mesmo, de uma vez, a banda já estava montada e começava a repassar os instrumentos. Dora se lembrou da dança e se animou. Ela perguntou se tinha falado tudo. Disse que acha que extrapolou, que tinha que ter falado mais era da tia Naná. *“Mas, bora, né? Bora, né? Vamos dançar!”*

Nós nos levantamos. Nos despedimos, nos abraçamos. Ela foi direto para a pista de dança. Eu juntei minhas coisas e fui embora. Queria escrever.

Fiquei com o último desabafo de Dora na cabeça. A partir de sua história, fiquei pensando no que significa “ser mulher”. Fiquei pensando nas relações de casamento que chegam a minar o desejo sexual de uma pessoa; as humilhações que Dora diz ter *“que tolerar, né?”*; além de

“*extrapolar*”, caso haja dois casamentos bem-sucedidos — coisa impossível, melhor ficar sozinha.

Dora teve vida profissional que a possibilitou aposentar e ter recursos financeiros próprios que pagam suas danças e seus programas com a terceira idade. Ela não fala de dependência financeira do marido, e mesmo assim, não menciona separar-se dele ou sair de casa. Mesmo com toda sua história, a instituição casamento é tão forte para ela que inveja quando vê pares de dança que são casados e deseja-me sorte para que no futuro eu dance com um esposo. E também, recrimina quando mulheres na rua a elogiam, pois tem medo de que seja um elogio lésbico. Enfim, fiquei com todas essas linhas atravessadas em mim.

A história de Dora nos convida a refletir como a heteronormatividade patriarcal perpassa por toda estrutura social da qual pertencemos. De casa à rua. Do salão ao serviço. A dicotomia heterossexual e hierarquização de gêneros são determinantes para a divisão sexual do trabalho. 94% dos cargos de chefia no Brasil são ocupados por homens (BENTO, 2002). Mulheres são maioria em profissões relacionadas ao cuidado (por exemplo, educação infantil, enfermagem, serviço social, psicologia, entre outras), como espécie de extensão do trabalho realizado no âmbito privado (OLIVEIRA, 2020). No caso de mulheres negras, os números são ainda mais alarmantes. Homens brancos ganham 159% a mais que mulheres negras nas mesmas ocupações (THINKOLGA, 2020).

Pergunto quais seriam as formas de administração ou organização de processos que possibilitariam outros arranjos que ajudassem a quebrar estas divisões, dicotomias, estas polarizações, que perpetuam a concentração de poder, prazeres, tempos e retornos a determinado grupo. Com Dora, organizações que possibilitassem a dança entre tais categorias, destituindo a dureza das regras patriarcais. Instauração de microdanças reinventivas.

A heteronormatividade

Judith Butler (2003, 2007, 2018) dialoga com Simone de Beauvoir, Lucy Irigaray, Monique Wittig, Teresa de Laurens, entre outras teóricas feministas, defende que não há identidade fechada. Em suas palavras, “se alguém ‘é’ uma mulher, certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20). Isso porque dizer que uma pessoa é mulher ou homem varia consideravelmente segundo o contexto histórico e as interseções raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais discursivamente constituídas.

Butler (2007, p. 281) concebe as identidades como práticas, práticas que significam, o que resulta conceber os “sujeitos como resultado de um discurso delimitado por *normas*”. Discursos inscritos nos atos que dão significado ao mundo e que são generalizados nos usos da linguagem. Assim, “atos, gestos e realizações são *performados* no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem afirmar são invenções fabricadas e preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2007, p. 266). Ou seja, segundo a autora, não há definição fechada do que somos ou podemos ser. Os conceitos que utilizamos para nos identificar são resultantes de nossas práticas, de nossas construções diárias que, de tanto dizer, fazer e repetir, não questionamos e naturalizamos sua existência. Neste sentido, o gênero seria então um “conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

Não se é uma mulher, performa-se mulher. Isso significa dizer que, no momento da enunciação linguística, no caso, *mulher*, fazemos algo acontecer, damos à *mulher* sua existência. O filósofo John. L. Austin é responsável pelo termo “performar”. Segundo ele, “o enunciado dá existência àquilo que declara (ilocucionário) ou faz com que uma série de eventos aconteça como consequência do enunciado (perlocucionário)” (BUTLER, 2018, p. 24).

Neste sentido, não haveria nenhum motivo para classificar os corpos humanos em sexo feminino e masculino, mulher ou homem, Dora como uma mulher. Estas classificações só fazem sentido devido aos interesses que carregam. Esta é a denúncia realizada por Butler em sua tese de doutorado de 1989, afirmando que tais classificações identitárias existem devido a necessidades econômicas respaldadas pela naturalização da heterossexualidade (BUTLER, 2007). Para a filósofa, o corpo não é um ser, senão, um limite variável. O corpo é uma superfície cuja permeabilidade está politicamente regulada. “Uma prática significativa dentro de um campo cultural no qual a hierarquia de gêneros e a heterossexualidade são obrigatórias” (BUTLER, 2007, p. 271). É na célula familiar heterossexual, ou melhor, no útero da mãe de família, que o bem de produção mais valioso é (re)produzido: a mão de obra operária (PRECIADO, 2018).

Assim, questionar o que é “ser mulher” no caso de Dora é pensar sobre as forças que a fazem mulher, e não outra classificação. É pensar o que condiciona e reitera um corpo mulher dentro do campo de forças da heteronormatividade capitalista, e também pensar o não mulher, tudo aquilo que é apagado da multiplicidade que nos constitui como sujeitas³², para que o significado e significante mulher continuem ilesos. É preciso que Dora acredite, se adéque e reafirme reiteradamente ser mulher.

Em conversa com Dora, ela evidencia que contrai e repete as atividades contratuais de mulher como esposa, mãe e trabalhadora doméstica. Cozinha, lava, passa, cuida, como prioridade em

32 Grada Kilomba, em sua Carta da Autora à Edição Brasileira, do livro *Memória da Plantação* (2019), explica a necessidade de suspensão do termo *sujeito* na língua portuguesa e necessidade de encontrar outras terminologias que englobem outras variantes de gênero. Faço dela as minhas reflexões nesta tese e busco usar o termo *sujeitas* quando cabível. Nas palavras de Kilomba (2019, p. 15): “na língua inglesa, termo *subject* não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino – *o sujeito* – sem permitir variações no gênero feminino – *a sujeita* – ou nos vários gêneros LGBTQIA+ - *xs sujeitxs* -, que seriam identificados como erros ortográficos. É importante compreender o que é uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como erro. Isto revela as problemáticas de relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias”. Sobre a sigla LGBTQIA+, ela é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQI+, diz respeito ao gênero. L: lésbica; é toda mulher que se identifica como mulher e tem preferências sexuais por outras mulheres. G: gays; é todo homem que se identifica como homem e tem preferências sexuais por outros homens. B: bissexuais; pessoas que têm preferências sexuais por dois ou mais gêneros. T: transexuais, travestis e transgêneros; pessoas que não se identificam com os gêneros impostos pela sociedade, masculino ou feminino, atribuídos na hora do nascimento e que têm como base os órgãos sexuais. Q: queer; pessoas que não se identificam com os padrões de heteronormatividade impostos pela sociedade e transitam entre os “gêneros”, sem também necessariamente concordar com tais rótulos. I: intersexuais; antigamente chamadas de hermafroditas, são pessoas que não conseguem ser definidas de maneira distinta em masculino ou feminino. +: engloba todas as outras letrinhas de LGBTT2QQIAAP, como o “A” de assexualidade e o “P” de panssexualidade. (Reportagem: Você sabe o que significa LGBTIQ+ ? Publicado em 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/voce-sabe-o-que-significa-a-sigla-lgbtqi/>.)

sua rotina. Trabalhou e estudou fora de casa e, durante grande parte da vida, assumiu jornadas triplas em dedicação à família. Ela não fala sobre a opção de escolha de casar ou de ter filhos. Conta que foi morar em Belo Horizonte, sozinha, ainda muito nova. Morava em pensão que pagava com faxinas e serviço de cozinheira em residências familiares. Estudava a noite. Passou em concurso público e trouxe o namorado de sua cidade natal para a capital. Com ele se casou, e, assim, o trabalho triplicou. Ela diz ter saudade de quando morava sozinha, de quando ainda não era mãe de família. Mas que era muito boba na época. Não saía, não dançava. Não aproveitou enquanto podia.

Dora não sai para dançar antes que a casa esteja em ordem. Não dorme antes de manipular o remédio de seu esposo. Assim revela a prioridade do cuidado doméstico antes de si mesma. O cuidado da família para Dora constitui ação primordial. Aprendeu isso com sua mãe e com as mulheres de sua família. Repetimos. Repetimos a norma. Dora teve três filhos e, agora, com o neto, quatro. Reconhece a importância da dança, recrimina a amiga que parou de dançar para cuidar de neto, no entanto, sente orgulho em dizer que, quando necessário, não dança para ficar com ele pelas tardes.

A mulher, em suas múltiplas funções, “deve dar conta” de muita coisa. Dora descreve a força necessária para não se deixar abater pelas “chateações” de maridos e filhos. E, neste momento, a dança lhe ajuda a escapar do circuito doméstico. Ela diz que toma banho, veste sua melhor roupa, coloca seu salto e sai de casa para dançar. Dora sai de casa. Toma a decisão de sair do âmbito doméstico de onde está inscrito seu roteiro “mulher”. E na rua, no baile, no âmbito público, ela encontra pares, outras e outros como ela que também arriscaram mover-se. Dora foge, desvia da norma.

Dora diz sobre a importância de encontrar com outras pessoas fora do âmbito familiar. Com os outros, como diz, ela encontra de tudo: “*gente melhor e pior*” que ela. Ri, dança, brinca, se diverte. Se chateia também. Descreve a potência de encontros que aumentam sua vontade de viver. E que ressignificam a sua vontade de continuar a dançar, a voltar para casa, a recomeçar o dia e seus afazeres domésticos, “suas obrigações”.

Seu corpo sente as dores e o peso das violências da instituição casamento, segundo o contrato heterossexual. O cansaço, a tristeza, a vontade de que seu marido não exista. Seu corpo reclama, gera incômodos. Indica o “mal-estar” (ROLNIK, 2019) das situações vivenciadas,

pede socorro. No entanto, romper com estas linhas de força é difícil. Apenas menciona a dissolução do casamento, caso uma das partes morra. Dora, em momento algum, fala em separação ou abandonar sua casa.

Dora casou-se no início da década de setenta. Em suas falas, a instituição casamento é praticamente obrigatória, sinônimo de estabilidade e segurança. O homem representa o oposto complementar que assegura força para a possibilidade de uma vida mais confortável econômica e simbolicamente. Dora acredita nesta instituição mesmo que o exemplo de sua vida diga o contrário. Ela percebe as contradições inerentes à sua experiência ao relatar que quem trouxe o marido para Belo Horizonte, arrumou-lhe casa e trabalho, estudou e assegurou à família estabilidade financeira foi ela mesma. Ela culpa o vício em bebida do marido, mas não questiona a instituição, muito menos menciona a possibilidade de não haver casado.

Quando Dora conta sobre a diferença de comportamento entre homens e mulheres quando se separam, ela deixa algumas pistas sobre as razões de seu aprisionamento. Ela não vê opção. Para ela, uma mulher não volta a casar, pois não encontrará homem diferente do que existe. Serão iguais ou piores, diz. Assim, não há opção, multiplicidade, variedade de caminhos. O caminho dado é único. Relações homossexuais não são nem cogitadas. Não aparece no seu repertório. Quando elogiada na rua por mulheres, conta que não gosta, por ter medo de serem mulheres lésbicas. Dora se fecha e repete a norma.

Sob estas condições, a viuvez, mais uma vez é trazida como sinônimo de liberdade. A morte do marido rompe com a instituição casamento como máquina de produção e (re)produção (FEDERICI, 2017) e possibilita a reinvenção de relações. Muitas ali no salão casaram virgens, e a viuvez reabilita a vida sexual, ou mesmo o encontro de companhia amiga ou amigo. Em conversa com outra mulher do bailinho — Helena —, ela diz que, após a morte dos maridos, elas se sentem “*donas do mundo*”. Ou seria melhor: mundo sem dono?

No entanto, nem sempre a morte do companheiro é suficiente para romper com as forças heteronormativas. Algumas senhoras continuam sendo vigiadas pela família, filhos, amigos ou vizinhos, que não admitem que elas estabeleçam novas relações amorosas após a morte do “pai”. Em outros casos, algumas mulheres contam sobre a depressão. Elas mesmas não conseguem lidar com rompimento brusco com tal modelo de vida. A morte do marido somada à aposentadoria desestabilizam uma rotina dedicada ao cuidado do outro e, quando se

encontram sós, não sabem como cuidar de si mesmas, ou não sabem como potencializarem-se de vida e de prazer. Essa habilidade não foi apreendida, tampouco receberam tais ensinamentos ao longo da vida (DEBERT, 1994).

A falta do domínio do próprio corpo, do próprio tempo, o encontro com seus próprios desejos é recorrente nas entrelinhas das entrevistas. Corpos marcados pela dedicação ao outro, à família, aos filhos e maridos. Corpos violentados. Dora conta que não possui mais “libido”, querendo explicar que não possui mais interesse em relações sexuais. Perdeu a vontade por completo depois das recorrentes violações do marido.

Dessa forma, é revolucionário quando Dora conta que aos quarenta anos institui que sua vida começa ali. Naquele aniversário. Com Dora, percebo que o desvio da norma, as microfissuras da heteronormatividade perpassam os micromomentos em que a mulher efetivamente delibera sobre seus desejos, suas vontades, nos momentos em que pôde fazer escolha sincera de autocuidado. Mesmo que seja não deixar o almoço pronto. Estar no presente, conectada com aquilo que deseja fazer. Optar por conversar com uma amiga ou um amigo, assistir a um programa de tevê ou tomar um copo de cerveja, ao invés de varrer a casa ou lavar a roupa. Microprazeres.

No que tange às questões econômicas, o caso de Dora evidencia a introjeção do modelo máquina de reprodução da mão de obra de trabalho (RICH, 2019, FEDERICI, 2017), não acontece apenas em seu período “fértil” ou propício para a procriação. Ele também acontece com o corpo de mulheres velhas. O trabalho e a exploração continuam após a velhice. Dora ressalta seus mil afazeres não remunerados após a aposentadoria e acrescenta as responsabilidades com o neto.

Sobre o trabalho não remunerado, trago também outras falas. Guilhermina conta sobre as responsabilidades adquiridas depois que seu marido morreu, depois da aposentadoria e pensão que a tornou arrimo econômico da família. Guilhermina conta que seu filho, a nora e a neta, moram no mesmo lote. Seu filho mora em casa com ela. A nora e a neta moram ao fundo. Ela paga todas as contas referente à moradia: aluguel, água e luz. Assume a responsabilidade da pensão que o filho não pagou.

Dona Jandira, Cleuza, Rosana, também sustentam as contas maiores da casa, onde moram filhos e netos. Esta situação fica ainda mais evidente em classes populares, em que a casa própria e a aposentadoria dos idosos se tornam o meio de vida dos descendentes. Destaco que são as mulheres as protagonistas neste papel. Em geral, por viverem mais tempo que seus maridos, elas ficam com os bens do casal e, por vezes, com a aposentadoria do esposo. Assim, se tornam o principal meio econômico para o restante da família, privando-as, em alguns casos, de usufruírem os bens conquistados durante a vida produtiva, dentro e fora de casa.

Há de se ressaltar que o cuidado das(os) netas(os) também recaem às avós quando pais/mães não possuem condições para cuidarem de seus(suas) filhos(as) durante o turno de trabalho ou outras atividades. Esta mão de obra também não é avaliada como custo doméstico, atividade em que as mulheres desempenham papel predominante.

Podemos apontar aqui a permanência de uma exploração da mulher, mesmo idosa. Se o trabalho doméstico não remunerado constitui umas das principais formas de acumulação de capital masculina (FEDERICI, 2017), após a aposentadoria, a mulher continua não possuindo poder de usufruto da renda que poderia ser a ela revertida. O capital continua a ser expropriado da figura feminina. No caso de algumas mulheres, a expropriação é dupla, pois, mesmo com a idade avançada, não há substituição de mão de obra dentro de casa. E a renda acumulada por outros meios (aposentadoria e herança), a ela, não é destinada.

Em conversa com um amigo que mora com a avó, ele diz que passou a percebê-la como “mulher” apenas depois que a velhice a limitou fazer os trabalhos domésticos que ele passou a assumir. Foi nesse momento que ele se deu conta do “peso” mulher que sua avó carrega. Essa conversa me marcou profundamente. Trabalhos invisíveis. Desapropriação de tempo, saúde e beleza, como destaca Paul Preciado (2019).

Junto às linhas duras, Dora dança. Ela sai de casa e se enfeita. Ela se veste diferentemente de uma “dona de casa”. Coloca seu salto e se submete aos padrões de beleza femininos. Seduz. Dança no salão com outros homens, sem que seu marido saiba ao certo sobre essa rotina. Sai do âmbito doméstico, da casa, do lar e transita no universo público. Infringe as normas de conduta de seu contrato matrimonial. Infringe as regras do salão e dança com vários homens. Dora encontra suas próprias formas de reinvenção e potencialização da vida e segue cuidando da casa, dos filhos, do marido e agora do neto.

Espelhando o cenário macropolítico, o relato de Dora reitera o posicionamento de Suely Rolnik (2019) no que tange às questões de gênero. Para a autora, é preciso identificar as microestruturas de uma subjetividade colonizada por seus padrões dicotômicos, redutores da complexidade que sustenta a passagem da vida. Certo ou errado, casa ou rua, casada ou solteira, mulher casada ou depravada, mãe ou puta, mulher que cuida ou mulher que dança, eu ou o outro. Modelos excludentes que abafam a complexidade, replicam modelos dicotômicos e despotencializam a capacidade de autodeterminação da vida.

*

A partir das provocações resultantes da história de Dora, trago outra história. A história de Judite. Mulher branca, heterossexual, sessenta anos, desquitada, nascida no norte de Minas Gerais e hoje residente em Belo Horizonte. Mulher e muitas outras coisas mais.

Mapa 6 - 18.10.2019. Belo Horizonte. “Esse negócio de feminicídio podia ter acontecido comigo duas vezes.”

Chego às 14h. Judite já estava no salão. Depois entendo que chega cedo todos os dias. Ela leva sacolas com coisas sem importância, só para reservar as mesas. Reserva dez mesas, mais a dela. Conta que um dia chegou e tinha um moço sentado lá. Ela não falou nada, mas uma senhorinha que estava atrás, o cutucou dizendo: *“oh moço, dá a mesinha dela, que ela só senta aí”*. Ele bateu na mesa, olhou para Judite e perguntou: *“Você comprou essa mesa por quanto?”*. Judite saiu de fininho e sentou em outro lugar. Aí passou a chegar mais cedo. Tem dia que antes das duas da tarde. O bailinho começa às quatro!

Judite estava toda de preto e brilho. Saia curta, rodada. Maquiada. Cintura bem marcada. Ela recolhe os descansos de pratos da mesa do restaurante. Pergunto se posso ajudar. *“Claro que não. Se não, não pagam meu salário”*, brinca.

Ela recolhe as coisas do restaurante, limpa e organiza o salão. Separa as mesas de suas amigas. Depois, começa a vender as cartelas de bingo.

Assim que terminou, procurou um lugar mais fresco para sentarmos. Fazia muito calor no dia, e o salão estava um forno. Nós nos acomodamos perto da janela.

Ela insiste que não sabe se pode ajudar na pesquisa, mas, logo depois de uma pausa, diz que dança desde que nasceu, que se *“tivesse nascido na capital, teria sido bailarina, uma Ana Bota Fogo, alguma dessas coisas, por que eu adoro isso”*.

Judite é de uma pequena cidade no norte de Minas Gerais. Sempre gostou de dançar. Não dançou mais porque seu pai era muito ciumento, não deixava as filhas dançarem. Para dançar, ela diz, tinha que sair escondido. Onde morava não era sempre que tinha baile. Depois que casou, dançava com o marido. Ele não sabia quase nada. Dois pra lá, dois pra cá. Dança

social, como dizem. Não sabia dança de salão. Mas fazia como se soubesse. Quando eles entravam no salão, sempre muito arrumados, as pessoas reparavam, paravam para ver.

Mas essa dança não durou muito. Logo perdeu a vontade de dançar com ele. E com outro homem, não podia. Ela explica:

“Chegou ao ponto que nosso casamento virou uma porcaria. Ele era muito safado. A minha sorte é que eu deixei de gostar dele. Ele aprontava, mas não queria me deixar. Falava que me amava e que coisa. Não ia me deixar. Aí, depois que eu decidi, que eu peguei ele com uma mulher — por que ele negava, negava, negava — as chantagens começaram. Que morria, que matava, que morria. Que isso, que aquilo. E nesse ponto parei de dançar também. Se tivesse um homem aí sentado e olhasse pra lá, nossa... teve um dia que ele falou que quase que me batia. A minha sorte é que não me bateu. Se não, eu ia morrer.”

Reinaldo, seu marido, só aceitou a separação quando o pai de Judite estava para morrer. Quando se casaram, seu pai pagou um dote ao marido. Era o costume. O pai pagou um dote para todas as filhas, e a mãe deu o enxoval e a mobília do quarto. Com esse dinheiro, seu marido montou um negócio, compraram a casa e mobiliaram. Viviam confortáveis. No início, tinham uma revendedora de gás, depois uma revendedora de carros, onde os dois trabalhavam.

Ela conta:

“Ele falou bem assim: ‘Já que seu pai vai morrer (e meu pai lá na cama) e você não mudou nada comigo, agora eu aceito separar. Você deixa as coisas que nós temos comigo e depois você recebe sua herança’. Bem assim. Desse jeito. Aí eu falei que tava errado. ‘O que nós temos foi meu pai que deu e eu ajudei você a trabalhar’. Com essas mesmas palavras. ‘Mas só para ficar livre do céu eu aceito’. A gente não tinha filho mesmo porque ele tinha problema, ele era estéril, foi desse jeito. Aí nós fomos num advogado na segunda. Não era divórcio direto ainda, era em 1991. Era desquite primeiro e depois separava. Nós fomos no advogado na segunda, só não desquitamos na terça porque o promotor estava viajando. Mas na quarta, fomos lá e desquitamos”.

Judite saiu sem nada do casamento, só com as roupas. Levou também a mobília que foi presente de sua mãe. Ela alugou uma casinha, mobiliou e começou a ir para o Paraguai comprar mercadoria.

“Montei uma lojinha onde morava, me reestruturei! Cheguei a comprar uma casinha em Porto Seguro, que era pertinho dali.” Conta com o maior orgulho. Ela ia para o Paraguai uma vez ao mês. Às vezes, em 10 dias, já tinha vendido tudo. Ela diz que na época era bom negócio, já que a fiscalização não era tão rígida, não era preciso ter laranjas na fronteira. Ela mesma fazia tudo.

No entanto, esse ex-marido fazia de sua vida um inferno. Tentou matá-la duas vezes, uma com um revólver, dentro do carro, outra vez, quase atropelada. Ela diz ser *“muito iluminada para estar viva”*.

“Esse negócio de feminicídio³³ podia ter acontecido comigo duas vezes, além dos assédios! Quando na lojinha entrava um homem, o dito cujo logo ligava. Perguntava se eu tinha ‘dado’ muito. Que era para eu ter cuidado com Aids e se tinha horário para ele na agenda. Assusto com telefone até hoje.”

Nessa conjuntura, mesmo separada, ela não dançava mais. Ela ia para os bailes, mas ninguém a tirava para o salão. *“Se escondiam atrás das taças, tinham medo dele. Ele entrava todo pomposo”*. Judite pega meu caderno, coloca embaixo do braço, estufa o peito e o imita com sua carteira com revólver embaixo do braço. *“Era um boy, andava armado e de carro novo. Impressionava a todos e me tinha como um troféu.”*

Em dada situação, ela quis mudar da cidade onde estavam, mas tinha sua mãe. Depois de 10 anos da morte de seu pai, sua mãe adoeceu. Judite passou a vir para Belo Horizonte acompanhando a mãe durante o tratamento. Ficava mês aqui, mês lá. Depois da morte da sua mãe, veio para BH morar com uma tia mais próxima. Com o dinheiro da herança, comprou uma casa no barreiro e, assim, aqui ficou.

33 Desde 2015, o Brasil tem uma lei específica para enquadrar homicídios cometidos contra mulheres que envolvam violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher. A Lei do Feminicídio inclui o assassinato de mulheres na lista de crimes hediondos determinando penalidades mais duras e inafiançáveis, sendo previstas punições de 12 a 30 anos de prisão (OLIVEIRA, 2020, p. 15).

Foi com a tia que voltou a dançar. Começou a frequentar o Orion e outros bailes também. Conta que no início, quando os homens a chamavam para dançar, não aceitava, dizia que não sabia dançar e ficava sentada. Até que um dia, um senhorzinho, que ela não viu mais nunca, que já era bem idoso, falou com ela assim: “*Oh minha filha, deixa a gente te jogar para lá pra cá, você aprende. Você tem muito jeito*”. Aí ela foi deixando. Diz que o pouco que dança hoje foi assim, que nunca fez aula de dança.

Diz também que, de primeiro, ela dançava com qualquer um. “*Com bêbado, com tudo, agora não danço mais, não*”. Agora só dança com quem ela quer. “*De primeiro eu era boba demais. Ficava com dó de falar não, sabe? Os bichinhos saíam sem graça. Agora não*”.

*

Os relatos de Judite explicitam as violências inerentes ao sistema heteronormativo patriarcal que iniciamos a discutir com o caso de Dora. O fato de não ter tido filhos diferencia o tipo de atividades desempenhadas por ela na família, no entanto, não deixa de ser condição para o repasse de bens de um homem para outro e continuidade para uma infinidade de violências naturalizadas, por ela e por toda rede de conhecidos que não interferem na situação. Ao contrário, eles se afastam.

Segundo Carmen Alemany (2009) e Luciana Oliveira (2020), violências cometidas contra as mulheres no âmbito de suas relações de afeto se manifestam de múltiplas formas — agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais — e englobam atos que, por meio de força, ameaça e/ou coação, infringem, na vida privada ou pública das mulheres, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, produzindo opressões, intimidações e humilhações que atingem diretamente seus corpos e suas subjetividades.

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, compilados na edição de 2019 do Atlas da Violência, pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ao todo foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, o maior número desde 2007. É uma média de 13 homicídios por dia, sendo que a maior parte das vítimas (66%) é negra e é morta por armas de fogo (53,8%); em boa parte dos casos, essas mortes acontecem dentro de casa

(39,3%) por uma pessoa conhecida ou íntima, o que faz do ambiente doméstico e familiar espaço que apresenta maior perigo para as mulheres (BRUNA PEREIRA, 2016).

Diante deste cenário, somados aos relatos de Judite, trazemos a seguir discussão sobre o funcionamento de tais violências, como elas condicionam/limitam o existir mulher nos mais diversos ambientes e algumas possibilidades de fuga identificadas.

As Violências do Sistema Social Patriarcal e Política de Localização

O fragmento da história de Judite dá prosseguimento à discussão iniciada com o caso de Dora. Nele, fica bastante evidente a questão das propriedades do corpo feminino, primeiro por parte do pai, depois do marido. Com Judite, também se evidencia a importância de localizar e situar as especificidades de cada mulher, existem dores compartilhadas, no entanto as condições materiais de cada corpo são bastante específicas.

Rose Braidotti (2000, p. 222) explica que o sistema social patriarcal em que vivemos, além de objetificar as mulheres como mercadorias, destinadas a serem utilizadas como moeda de troca, perpetua o controle homosocial masculino, ou seja, constrói um sistema de poder em que o capital material e simbólico é passado das mãos de um homem para o outro, no caso, de um pai de família para outro. Assim, “a família se torna a unidade de poder que sela a riqueza dos homens e estabelece a heterossexualidade como a economia política dominante para ambos os sexos”.

No caso de Judite, o pai não deixa as filhas dançarem. Não gosta, tem ciúmes. A dança desestabiliza o controle que ele possui sobre aquelas vidas. A dança possibilita outros encontros, outros percursos, que podem ameaçar a soberania paterna sobre o destino de Judite

e suas irmãs. Como propriedade, o pai possui o poder de venda daqueles corpos. E é preciso cuidar para que tenham melhor preço — quanto maior a oferta (exposição), menor a demanda.

O dote é a explicitação desta transação econômica. O pai, como fornecedor, o marido como receptor. Mas, no caso, é o pai que paga para que a filha seja bem comprada. Junto com a filha, o marido adquire outras mercadorias. Ele passa, assim, a ser o responsável por cuidar e manter aquele corpo. Entrelaçadas às relações de compra e venda, oferta e demanda, mantêm-se as estruturas de poder nas mãos masculinas. O homem que detém transfere a filha para o poder de outro homem, dando continuidade à transferência de poder. Ademais, o contrato de casamento apenas é desfeito quando o marido recebe garantia de que ficará com o dinheiro do pai dela.

O marido dá continuidade ao poder e ao controle exercido sobre Judite. Ela conta que ele a tinha como um troféu, como uma boneca de luxo. Determinava como ela se vestia, como e onde trabalharia; quando, onde e com quem poderia dançar, até mesmo depois da separação. Após o desquite, continua perseguindo-a e vigiando-a. Limitando suas possibilidades de encontros. Judite passou muitos anos de sua vida assustando-se com o toque do telefone, pelo histórico das ameaças que recebia. Penso sobre a quantidade de “toques de telefone” que modelam sua forma de existir. Judite, por muito tempo, não soube dizer não ao convite para dançar, mesmo quando não desejava.

Adrienne Rich (2019, p. 106 – tradução livre) define o patriarcado como

“um sistema familiar e social, ideológico e político com o qual os homens – através de força, pressão direta, rituais, tradição, lei ou linguagem, costumes, etiqueta, educação e divisão do trabalho – determinam qual é ou não é o papel que as mulheres devem interpretar com o fim de estar submetidas ao homem em todas as circunstâncias”.

Tal submissão coloniza a subjetividade e naturaliza a violência de tal forma, que as mulheres apenas relatam os incômodos no corpo das forças em questão. São percepções das forças na dimensão extrapessoal, como intitula Rolnik (2019). Tardamos ou muitas vezes não elaboramos no âmbito pessoal a relação de forças em questão, desenvolvendo atitudes reativas, que repetem e fortalecem a heteronormatividade.

Apesar de explicitar a dor que sentia, Judite não mencionou em nenhum momento a possibilidade de acionar a polícia ou denunciar o ex-marido; não menciona ajuda de familiares ou amigos com a questão. Ela enfrenta a situação, acha suas próprias linhas de fuga, mas sozinha. Ela não reconhece a legitimidade e possibilidade de ajuda externa. Quando ela fala “esse negócio de feminicídio podia ter acontecido comigo duas vezes”, ela expressa o contentamento por hoje ter encontrado um “nome” para aquilo que vivenciou e, ainda assim, não cogita a denúncia do ocorrido.

Judite expressa certo sentimento de culpa por ter se casado com determinado sujeito, imputando responsabilidade individual sobre as violências sofridas. Ela comenta sobre sua desilusão com o homem que seu marido se tornou, mas que já desconfiava de algumas atitudes. Diz que não deveria ter se casado com ele, pois era um homem que gostava demais de dinheiro e, mesmo vindo de família mais simples que a dela, esbanjava como se fosse rico. Ela conta com certa vergonha, com certa timidez, que poderia ter construído uma história diferente.

Culpa. Culpa por imputar em si mesma a responsabilidade de cumprir o papel de mulher bem casada, bem sucedida, responsável pela constância do lar, com habilidade para cuidar do marido e manter a família unida. Culpa pela responsabilidade individualizada de um sujeito racional que possui sob controle as forças de sua vida. Modelos prescritos por um projeto de sujeito moderno, gerido por um sistema capitalista colonial, que tem como base a heterossexualidade compulsória (BRAIDOTTI, 2000; BUTLER, 2003, 2007; ROLNIK, 2019; RICH, 2019).

No entanto, Judite não se vitimiza. Desfaz o contrato de casamento, mesmo perdendo muito dinheiro, e abre novo capítulo de sua vida. Começa a viajar para o Paraguai e a vender as mercadorias trazidas em sua cidade. Reestabelece-se financeiramente. Volta a dançar. Desvia da norma. Junto a tantos traumas, Judite potencializa-se de vida, cria novas possibilidades de pensar-se e (re)fazer-se. Muda de cidade, constrói outra casa, estabelece novos círculos de amizade.

As forças devem ser analisadas em sua articulação, evidenciando a complexidade experimentada pela condição de mulher. As condições de mulher, heterossexual, rica e branca, determinam as potencialidades e possibilidades de Judite, seus privilégios e opressões. Gênero

não é em absoluto uma categoria monolítica, como se todas as mulheres fossem iguais. Antes disso, gênero é a marca de uma posição de subordinação, qualificada por uma quantidade de poderosas variáveis concomitantes (DAVIS, 2016; LOURD, 2019; CARNEIRO, 2019a; BRAIDOTTI, 2000).

Rich (2019), bebendo das contribuições teóricas do feminismo negro na década de setenta, reitera a importância de uma política de localização ao analisar as condições de cada mulher. É preciso ter em consideração a memória histórica da opressão em vez de adotar um referente empírico para um grupo dominante. A autora enfatiza a importância de situar e localizar as especificidades da própria realidade social, étnica, de classe, economia e sexual de cada uma, destacando a importância das condições materiais que determinam a posição de suas falas. A política de localização determina o enfoque do tempo e da história, salientando que as violências de gênero estão envolvidas na complexa trama de forças, bastante diferente do sistema binário.

Com Dora, Judite e Luzia, próxima história que trago, explicita-se a composição da subjetividade feminina como uma rede de formações simultâneas, rizomáticas, interseccionais, como será trabalhado a seguir, o que “ênfatiza a natureza situada, específica, corporizada das sujeitas, e ao mesmo tempo nega seu essencialismo biológico ou psíquico” (BRAIDOTTI, 2000, p. 183).

Mapa 7 - 27.11.2019. Belo Horizonte. “Eu não falava que eu queria morrer. Eu falava que eu queria era dormir para eu não acordar nunca mais.”

Luzia. Mulher negra, heterossexual, nascida no dia 31 de agosto de 1943, no interior de Minas Gerais. Alta, esbelta, cabelos negros até o ombro, vestida com cores fortes, vermelho e roxo, saia rodada de renda, decote e muito brilho.

Eu já tinha começado uma conversa com Luzia, na semana anterior. Ela me procurou, interessada pelas conversas que estava fazendo no bailinho. Ela queria me contar sua história. Disse que foi dançarina de gafeira e que depois começou a filmar os bailes, que tem gravado em fitas VHS trinta anos de bailes de gafeira em Belo Horizonte. Fiquei bem entusiasmada com o encontro. Marcamos para continuar a conversar no bailinho mesmo, na quarta-feira às 14h.

No dia marcado, ela chegou pontualmente e nos sentamos na varanda, onde eu já estava criando um certo “espaço de entrevistas” no baile. Luzia iniciou contando sobre como começou a dançar e pouco a pouco fui perguntando sobre sua história como “filmadora”. O que não imaginava era que, antes de começar a dançar, antes de começar a filmar os bailes, Luzia guarda uma multiplicidade de histórias que destaco aqui, neste momento da tese. Luzia relata sua especialidade: reinventar a vida. Com extraordinária inteligência financeira, garante sua sobrevivência e da família, mesmo diante da interseccionalidade de tantas violências.

Mais ou menos, depois de uns quarenta minutos de conversa, eu pergunto se ela era de Belo Horizonte mesmo. E ela responde que não:

- Nasci no interior. Vim pra cá tinha dezessete anos, trabalhar em casa de família. Gente que morava lá me trouxe pra cá, pra trabalhar com eles. Mas na época que fiz enfermagem, como te falei, eu não morava aqui não. Eu morava em São Paulo.

Eu me espanto e pergunto como chegou lá.

- *Eu fui acompanhar meu marido e acabei parando na capital. Aquele amor pelo meu marido, minha filha. Nossa... um amor demais. Ai, chegou lá, ele também bebia, não pagava aluguel, sabe onde eu fui parar? Na rua. E em São Paulo, ninguém ajuda ninguém não. Cidade grande. Fiquei um ano e quatro meses na rua. O problema é que “de pronto” eu arrumei essas meninas gêmeas, fiquei grávida. Você sabe que é sair da maternidade e chegar em casa e não ter uma colher de fubá? Não... eu fui mendiga mesmo. Amor demais. Por isso que eu não ponho amor em ninguém mais. Eu tenho medo de pegar amor. Eu apanhei demais.³⁴*

Interrogo:

- *E como você fez para criar seus filhos?*

- *Pedia. E o povo dava. Dava roupa velha, pão velho. Tudo velho. E ainda tinha minha irmã que eu criei. Ela tinha dez anos. Ela carregava uma, a que era mais magrinha. Eu carregava a outra. Eu ia no posto de saúde pra arrumar leite para as crianças. Andava longe, ali a pé, com fome. Eu não falava que eu queria morrer. Eu falava que eu queria era dormir para eu não acordar nunca mais.*

- *E teu marido?*

- *Na rua, bebendo. Não pensava em nada, não. Eu morava embaixo de lona, e tinha cinco cachorro. Os cachorro que olhava os mulambo de noite. Olhava minhas meninas. Aquela mulambada, aquele trem da rua.*

Aí, quando o médico abriu a porta, eu entrei. Entrei chorando, mas chorando mesmo. Falei: ‘Doutor, se você não puder arrumar um leite para essas criança, infelizmente, o primeiro carro grande que passar na rua eu vou pular nele’. Eu ia pular mesmo. A mente já tava pra isso. Minha irmã levou aquelas sacolas de plástico preta suja, ele colocou dez latas de leite lá dentro. E falou que ia me dar uma receita de vitamina pra abrir o apetite. Eu falei: ‘Abrir o apetite pra quê Doutor. Apetite eu tenho. Eu não tenho é o que comer.’ Ai ele falou que ia

³⁴ Luzia conta que, no hospital, quando foi ter as filhas, desabafou com a equipe médica que não tinha condição de criar as duas filhas. Depois do parto, quando ela estava descendo o elevador para ir embora, uma senhora apareceu para levar uma das crianças. Luzia ficou muito brava e não deixou. Lutou sozinha. Seu marido a tinha abandonado lá. Em dezessete conversas, esse foi o segundo depoimento que escutei sobre a mesma violência de adoção forçada. Volto, relato e reflito sobre o fato no mapa 10 “das aprendizagens”.

me dar um pedido de cesta básica. Nó, aquilo para mim foi a melhor coisa do mundo. Aqueles feijão tudo partido, sabe? Cozinhava no fogão de lenha, lá na barraca.

- E como você saiu disso, Luzia?

- Foi Deus que me tirou. Aí eu fui. Aí eu invadi uma área lá, onde é o aeroporto de Cumbica. Invadi uma área e fui pedindo tábuas velhas, para fazer um barraco. Eu, minha irmã, minhas meninas. Meu marido, quando ele chegava lá tonto, falava: “Oh gata, o que você fizer tá feito. Se vira”. Aí, o pessoal do André Luiz me deu um monte de talha velha. Eu tinha um radinho de pilha, desse tamanhinho [Luzia mostra com a distância entre as mãos o tamanho do radinho], que eu tinha que bater nele pra funcionar, de tão velho e tão ruim. Aí falei com um caminhoneiro assim, falei assim: “Leva essas madeiras para mim? Eu te dou o rádio para pagar o carreto”. Ele respondeu que não dava não, que só levava com dinheiro. Implorei, pedi para ele olhar minha situação. Aí ele levou. Aquele monte de tábuas podre. Resto de lote, né? Do lado de lá, só tinha granfino. Só tinha granfino.

A partir daí, ela prossegue com os diálogos e a narrativa:

- Aí veio um granfino lá: ‘Aqui não, aqui não pode invadir não’. Eu falei:

- Moço, como é que você chama?

- Damião

- Damião, você tem coragem de matar eu, mais essas crianças? Se você tiver coragem de matar, eu só saio daqui morta. Eu queria morrer mesmo. Aí ele falou:

- Vou chamar a polícia.

- Chama. Chama. Você mora ali, não mora?

- Moro.

- Eu moro na rua. Eu mando vagabundo por fogo aí na sua casa. Chama a polícia pra você ver. É melhor você me matar. Se você chamar a polícia, eu vou mandar pôr fogo na sua casa.

Menina, ele baixou. Correu. Não falou mais nada.

Eu fiz um combinho assim, tudo caindo, tudo podre assim, juntei um povo lá, construíram o “trem” tudo caindo. E, pra mim, aquilo era a casa mais bonita do mundo. A casa mais bonita de tudo. Um quartinho. Aí foi chegando os baianos:

- ‘oh gente, diz que tem uma dona aí que dá um pedaço’.

Eu, eu! [risos] Escuta:

- Ah, pode invadir aí. Pode pegar. Só que, com aquele povo lá de cima, a gente não vai mexer com eles, não. Eles ficam na deles, a gente fica na nossa.

E foi assim mesmo. Morei lá oito anos. Nesse barraco. Eu fui pedindo talba, sabe? E esse moço que levou a mudança para mim, as talbas. Ele pagava aluguel. Aí eu falei pra ele:

- Eu vou pedindo as tábuas, você vai carregando, te dou um pedaço de terra e você vai construir sua casa, seu barraco. Aí eu ia pedindo as talbas e dando para ele. Ele trazia para mim de graça. Ele construiu três cômodo, eu também construí três.

Nós viramos um favelão. Nossa. Os baianos vai trazendo o povo, né? Virou aquele favelão. Barraco quase cai daqui, dali, mas ninguém, nunca caiu. Destruíram lá para fazer o aeroporto.

Eu cerquei um pedaço que tinha uma bica d’água. Enquanto o meu pedaço não pegou a bica, eu não parei de cercar. Aí todo mundo panhava água. Eu fui cercando até chegar na bica, para o pessoal poder panhar também, né, pra nós beber. Agora para lavar roupa, a gente cavou poço. Combinamos assim, cada um cavou um poço. Lá a água dava com cinco, seis metros. Mas a água lá, dava mais sapo que água. Aí, que que eu fiz? Eu plantei mandioca, banana, arrumei uma galinhada, uma pataiada, uma fartura de trêm pra comer. Tudo nesse terreno. Aí meu marido foi trabalhar com saca de caminhão. Ele guiava os mantimento tudo para lá.”

Eu intervenho e pergunto:

- *Ele levava até o endereço? [Santa ignorância!]*

- *Não. Ele roubava os mantimentos que ele levava. Eram uns três. Ele ia furando o feijão e outro ia costurando. Aí quando eles chegavam, empilhavam, e juntavam tudo na lona. O dono do armazém nem via. Era uma fatura de feijão, arroz, açúcar. A gente dividia tudo. Assim foi minha vida. E hoje, moro numa casa de treze cômodos sozinha. Em cima tem quatro quartos.*

- *E como você saiu de lá?*

- *Eu vim embora. Eu larguei meu marido no barraco que tava quase caindo. E vim. Depois que eu fiz meu barraco, eu fui trabalhar em casa de família, de diarista. Beleza. E fiz o curso de enfermagem, à noite. De atendente de enfermagem. Passei com a nota sete e meio. Seis meses de curso. Sem ninguém falar nada. Direção de Deus. Minha irmã olhava as meninas. Fiz estágio dois meses, passei no estágio. Arrumei esse serviço de pediatria, num hospital chamado Menino Jesus. Trabalhei lá quase cinco anos. Aí deu vontade de voltar pra Minas. Eu falei com meu marido: “Eu vou embora”. Ele não acreditou. Acertei lá no hospital que eu trabalhava. Acertou direitinho. Deixei tudo lá, pra começar tudo de novo aqui em Minas. Começar tudo de novo.*

Oh, eles acertaram comigo, eu lembro que eu recebi onze mil reais naquela época. Mas meu marido jogava na minha cara que já tinha me ajudado muito a cuidar dos meus irmãos. Eu falava pra ele: “Um dia te pago”. Menina, eu peguei dez mil e falei: “Toma”. Vim bora. Vim com mil e pouco. Mas eu já tinha feito um barraco para mim. Eu entrei de férias, vim aqui e fiz um barraco para mim, de dois cômodos. Já tinha onde entrar. Na beira do rio Arrudas. Veio aquela enchente de oitenta e dois, a enchente levou tudo. Fiquei sem nada. Lá no Alto Vera Cruz [bairro da cidade de Belo Horizonte]. Mas aí, como minha carteira já tinha assinado e tava boa, né? Eu arrumei serviço lá no hospital do Padre Eustáquio. Trabalhei quatro anos lá. Pediatria também.

Mais ou menos um mês depois que eu tinha vindo, eu tava saindo para o trabalho, amanhecendo o dia, o raio do meu marido chega. Com um caminhão parecendo a arca de noé. Trouxe as galinhas, trouxe os cachorro. Os patos não trouxe, não, porque não tinha jeito de trazer. Deu “pros outros”. Quando eu vejo aquele caminhão... “Onde a vaca vai, o boi vai

atrás”, né? Mas foi bom. Foi bom ele ter vindo. Ele foi trabalhar no Iraque e ajudou muito. Ainda vivemos uns sete anos juntos...”

- Então, quando teu marido morreu, teus filhos estavam todos pequenos?

- Tudo pequeno. Mas na época que ele morreu, morreu no Iraque, na Mendes Júnior. A Mendes Júnior me deu quatro seguros [para Luzia e para os três filhos]. Então a parte financeira eu tinha dinheiro. E era muito dinheiro na época. Que eu que fiz? Peguei esse dinheiro e comprei imóvel. Aquela revolta de ele ter morrido, fui comprando imóvel. Imóvel baratinho. Na época que o Collor³⁵ tomou o dinheiro, o juros estava 70%. Então você punha mil reais e ganhava setecentos. O pessoal empolgou. Eu fiz o contrário. Comprei casa bonita, chique. Baratinho. Aí eu comprei seis imóveis. Quando o Collor tomou o dinheiro, eu não tinha um centavo no banco. Tudo investido. Minha revolta foi tanta que eu falei: “Vou comprar casa para meus filhos. Quando eles foram de maior, eu dou para eles”. E fui comprando. Hoje, todos eles têm casa boa, todos eles. Só esse, que peguei para criar depois, que morava comigo que eu dei um predinho. Um predinho de dois andares. Embaixo a inquilina mora e com o dinheiro ele paga para olhar a menininha.

*

Luzia começa a dançar, não só depois da morte do marido, mas depois de ter sido empregada doméstica, pedinte, mendiga, líder da favela, diarista, enfermeira, construtora. A dança pertence ao seu repertório de reinvenções do existir, reinvenções do existir mulher e negra. Esforços que reiteram injustas relações econômicas atreladas ao papel “mulher”, que tanto nega sua complexidade, quando cria uma economia do cuidado invisibilizada, mal ou não remunerada.

Luzia acaba de falar e eu fico sem saber o que dizer. Ela se emociona quando se lembra do que passou e se orgulha de quando fala da condição dos filhos hoje. E, mesmo tendo relatado a perda do gosto pela vida em algumas passagens, ao final, após todo o relato, ainda fala da alegria de quando não se espera nada.

35 Fernando Affonso Collor de Melo foi presidente do Brasil de 1990 até sua renúncia em 1992.

Depois de um tempinho em silêncio, diz: “*Tá bom, né?*”. “*Já tá bom de conversa, não é?*”. Numa boa, com um sorriso no rosto, encerra o encontro do dia. A música já estava alta. Ela diz que naquele dia não dançará, mas foi para ver as pessoas no salão.

A cor, a interseccionalidade e as possibilidades de reinvenção da vida

Luzia vivenciou coisas completamente diferentes do meu repertório de experiências, denunciando minha branquitude de classe média. Sobre ela, tenho mais dificuldade para escrever. Quais palavras usar. Desconfio da minha prepotência em apontar linhas de forças. Volto na literatura negra para pedir ajuda. Sinto o desconforto e mal-estar nesta escrita. Estudo, insisto e peço licença.

Luzia apresenta uma série de questões vinculadas à heteronormatividade e ao patriarcado, que viemos abordando até então. Sua história está repleta de violências relacionadas ao fato de se enquadrar na categoria mulher, heterossexual, mãe de família. Entregue a um grande amor, ela contrai, repete e reitera normas que também a aprisionam. Devido às expectativas de uma relação amorosa, muda-se para São Paulo, vai morar na rua. Desilude-se. Hoje diz que tem medo de “*pegar amor*”, pois já apanhou demais. Luzia, mulher negra, de classe trabalhadora, que, sem recursos financeiros ou rede de apoio e responsável por uma irmã caçula, se vê grávida de gêmeas nas ruas da grande São Paulo. E assim, relata luta diária por sobrevivência.

Não há como não falar de cor e de classe depois de escutá-la. O sistema patriarcal, sedimentado pela heteronormatividade, é constitutivamente racista, o que determina e hierarquiza as condições de acesso, possibilidade, oportunidade, retorno financeiro e de recursos básicos para produção e reprodução da vida. E, ao ocupar os últimos lugares desta fila, como destaca Audre Lorde (2019a, 2019b), a luta pela sobrevivência de uma mulher

negra é incessante. Constante. Absoluta. A vida da negra é costurada por privação, violência e opressão. Não tem como suspender esta condição.

Kimberlé Crenshaw (2002) intitulou de interseccionalidade de gênero esta situação de acúmulo e sobreposição de opressões e privilégios que caracterizam a vida de cada mulher. Crenshaw salienta que, além da discriminação de gênero, a qual de algum modo todas as mulheres estão sujeitas, é preciso levar em conta raça, classe, casta, cor, etnia, religião, origem nacional, orientação sexual, deficiências físicas e todo tipo de “diferenças que fazem diferença no modo como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (p. 173). São fatores que devem ser considerados de forma integrada, pois determinam a forma como cada mulher experiencia as possibilidades de existir e se reinventar.

Angela Davis (2016), em “Mulheres, Raça e Classe”, de 1981, mesmo antes de a conceitualização de interseccionalidade cunhada por Crenshaw ganhar destaque, considera as opressões estruturais como indissociáveis. Não há como discutir sobre gênero, raça e classe se não integrados. E dentro do movimento feminista, há que se fazer o esforço em explicitar onde e como estas opressões se reforçam mutuamente, entrecruzando sistemas de violência e opressão, além de denunciar o racismo existente dentro do próprio movimento.

Ressaltando as reflexões trazidas pelo feminismo negro, Suely Carneiro (2019a, p. 314) pergunta:

quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? [...] Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? [...] Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? [...] Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que feita da costela de Adão, de que mulher/[cultura] estamos falando?

A autora enfatiza que, como Luzias, mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis ou incapazes. Sempre trabalharam ombro a ombro com homens na lavoura, nos campos, na rua e dentro da casa de senhores e senhorinhas. Como Luzia, não são rainhas de nada. Moram na rua, passam fome e se deparam com a frase “exige-se boa aparência” nos anúncios de emprego. Mulheres originárias de uma cultura em que não existe Adão e são destratadas pelo sistema de saúde como identidade-objeto.

No caso brasileiro, a violação colonial contra mulheres negras e indígenas povoou o território e (ainda) determina a identidade nacional (GONZALES, 2019a; NASCIMENTO, 2019). O racismo constitui eixo articulador entre categorias de opressão, das quais o gênero não pode ser analisado em separado. Suely Carneiro (2019a, 2019b) salienta que o conceito de violência racial é aspecto determinante da condição de vida de oitenta por cento da população do país que não é branca, metade da população feminina do país.

Luzia, logo na adolescência, “é levada” para a capital para trabalhar em casa de família. Mais tarde, ao acompanhar um grande amor, não tem acesso à moradia, sistema de saúde público, muito menos alimentação e educação. Mora na rua e passa fome com suas filhas e irmã. No hospital, ao parir um casal de gêmeas, luta para não ter uma de suas filhas levadas por uma senhora rica. Virginie Despentes (2015) e Grada Kilomba (2019) fazem o exercício de contar a mesma história modificando o sexo e a cor da protagonista, explicitando estranhamentos que marcam o sexismo e o racismo incrustado às situações contadas. A história de Luzia não seria possível se fosse homem, nem mesmo se fosse branca, muito menos se fosse homem, branco e rico. Raramente um homem ou uma mulher branca é “levada para a capital” para trabalhar em casa de família. Imagina um homem ir parar na rua, grávido, por seguir um grande amor? Será que, depois de parir, tentariam levar uma de suas filhas? Com mulheres brancas, com recursos econômicos, tampouco aconteceria. Fica evidente a violência inerente ao fato de Luzia ser Luzia — mulher, negra e pobre.

Na mesma trama desta história, a forma como Luzia conta sobre a construção de suas duas casas, a primeira, no terreno que virou o Aeroporto de Cumbica (São Paulo), e depois, a casa na beira do rio Arrudas (Belo Horizonte), que a enchente levou, revela a composição de gênero, raça e classe no desenho e na construção urbana. Segundo Diane Helene (2019, p. 962), no Brasil, os “subúrbios, cidades-dormitórios, periferias e cidades-satélites são, ao mesmo tempo, territórios negligenciados pelas políticas públicas e espaços de habitação das classes mais pobres”. Mulheres negras são maioria nas ocupações de espaços não formalizados, sem infraestrutura pública. São também maioria nas taxas de êxodo urbano em busca de possibilidades de moradia.

Para Butler (2018, p. 27–28), as condições descritas por Luzia, compartilhadas com tantas outras mulheres, somam-se ao que conceitua como precariedade:

“situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.[...] Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. [...] Condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes”.

E assim, ao pensar sobre tal precarização, não há como negar a força do projeto colonial do qual fazemos parte. É um projeto de colonização do ser (CATHERINE WALSH, 2012; MARIA LUGONES, 2014) e do inconsciente (ROLNIK, 2019), em que a hierarquização de raças, a heteronormatividade patriarcal e o sistema capitalista de produção apenas funcionam se estão juntos, determinando as condições de oferta de mão de obra e fazendo com que seres feminilizados, pretos e pobres constituam a “carne mais barata do mercado”³⁶, perpetuando opressões, negações de acessos e possibilidades. Isso porque, como destaca Luciana Itikawa (2016, p. 57), “não há neutralidade na ocupação da periferia do capitalismo”.

O que surpreende é que, no limite da precarização, Luzia cria devir. Luzia cria novas possibilidades de vida. Cria comunidade de ajuda recíproca e rede de solidariedade. Ela elabora “formas coletivas e institucionais de abordar a condição precária induzida em favor de um *ethos* de solidariedade que afirma a dependência mútua, a dependência de infraestruturas e de redes sociais viáveis” (BUTLER, 2018, p. 19). Ela “contamina” outras pessoas com sua força de ação e gera relações de reciprocidade para a resolução daquilo que limita suas possibilidades de existência (ROLNIK, 2019). Ela inicia a ocupação de terreno para a construção de sua casa. Ajuda outros a construir e ali compartilham o acesso à água, compartilham comida e ajudas nas rotinas cotidianas de cuidado familiar que a possibilitam trabalhar e estudar à noite. Juntos, também se protegem e impedem o despejo das famílias.

Luzia demonstra uma força extraordinária para a concreção de seus desejos. E neste sentido, é preciso ressaltar o que Paula Gonzaga e Lina Aras (2016, p.117–118) reiteram como de salutar reconhecimento: “as mulheres negras são, apesar da pobreza, da escravidão, da fome, da violência sexual e simbólica, segmento social de resistência, de ação e de autonomia sobre suas vidas”. Quando diz que deseja voltar para Minas Gerais, deixa para trás tudo que

³⁶ Referência à canção cantada por Elza Soares, “*A Carne Mais Barata do Mercado é a Carne Negra*”, composta por: Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette. Para Itikawa (2016, p. 57), “poderíamos acrescentar: a carne mais barata do mercado também é a carne periférica, feminina e sem-terra”.

construiu: casa de três cômodos, emprego no hospital, galinhas, patos, plantação de banana, mandioca e milho. Ela se desfaz dos bens que gerou e inicia vida nova, em cidade nova, em barraco novo, que constrói sozinha em dois meses de férias. Ela transforma sua realidade sem resquício de fragilidade, debilidade, incapacidade, presente em suposto imaginário do que seria uma “mulher”.

Ainda assim, incomodada com as falas do marido que dizia que havia ajudado sua família antes de irem para São Paulo, ela deixa com ele o dinheiro de sua demissão e viaja para Minas com um mil e poucos reais, duas filhas e uma irmã. Ela se sente responsável por ele. Luzia repete a norma. Mas isso não constitui barreira para realizar o que planejou. Ela também reinventa a norma. Reitera e cria fissura, desviando-se das linhas que submetem a mulher ao homem.

Luzia tem como aliada uma tremenda habilidade financeira. Habilidade que desenvolveu na rua, administrando o pouco que recebia. Desafiando saberes legitimados por instituições brancas. Ela possui visão econômica que garante à família casa própria para cada um dos filhos; ao total são quatro, um de adoção. Quando seu marido morre em acidente de trabalho, ela recebe o seguro em dinheiro. Investe todo o capital com precisão e em um momento econômico delicado do país (nos anos do Presidente Color). Ela triplica seu montante, enquanto muitos perderam tudo que tinham. Luzia também não obedece à regra de mulher sem domínio de políticas públicas e gestão econômica. Crítica que o movimento feminista negro sempre ressaltou. Para a mulher negra, a restrição da mulher ao universo privado nunca foi uma realidade.

Por fim, com Luzia reflito sobre o lugar da dança na vida dessas mulheres. Da mesma forma que, no caso de Dora e Judite, e da maioria das histórias que conto em sequência, a dança vem depois. Depois de já ter feito muita coisa na vida, depois do “tempo esfriar” como diz Amélia. Antes disso, todas elas descrevem vidas integralmente voltadas ao cuidado da família. Com pouquíssimo tempo para si.

O trabalho de manutenção da vida que envolve dar banho e fazer comida, faxinar a casa, comprar, preparar e cozinhar alimentos, cuidar das roupas, prevenir e remediar doenças, e cuidar da higiene e educação determina e limita os tempos de dedicação à saúde e ao cuidado de quem cuida, de investimento em si e em suas carreiras profissionais. Economia que

determina o fosso entre gêneros, no que tange à remuneração, acesso a bens e recursos, bem como o acesso ao lazer e à cultura (THINKOLGA, 2020).

Segundo *Relatório Tempos do Cuidar* da organização não governamental OXFAM (2020), mulheres e meninas, na faixa etária de 15 anos ou mais, principalmente as que vivem em situação de pobreza e pertencem a grupos marginalizados, dedicam gratuitamente 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado, o que agrega ao menos US\$ 10,8 trilhões de dólares à economia ao ano, três vezes o estimado para o setor de tecnologia do mundo. Dessa forma, reitera-se um sistema econômico sexista, no qual, no mundo todo, os homens detêm 50% a mais de riqueza do que as mulheres. Soma-se a isso o fato de que a diferença de renda entre homens e mulheres aumenta no auge da idade produtiva e reprodutiva das mulheres devido à responsabilidade não remunerada pela prestação de cuidados. Em todo o mundo, 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho, frente aos 6% dos homens. Tal situação se agrava ao considerarmos a situação da mulher negra. Segundo dados do Laboratório de Inovação Social Mulheres em Tempos de Pandemia — Think Olga (2020) —, apenas 10,4% das mulheres negras concluem o ensino superior, enquanto 23,5% das mulheres brancas o concluem. E 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza.

Diante da história de cada uma dessas mulheres, somos incitadas(os) a pensar em práticas responsáveis que combatam injustiças estruturantes na construção de nossa subjetividade. No âmbito desta tese, entre práticas econômicas e/ou pertencentes ao universo do trabalho, destacamos algumas, tendo como base as ações sugeridas pelo Lab Think Olga, em seu Relatório Final sobre Economia do Cuidado (2020).

No setor privado, seria crucial criar possibilidades concretas em que as pessoas que cuidam possam gerir trabalho e vida pessoal de forma equilibrada. Elaborar um desenho de sistemas que encorajem a todas(os) (LGBTQIA+³⁷) a ter tempo para cuidarem de si e de suas famílias. Garantir equiparação salarial, considerando disparidades de gênero, raça, classe, condições físicas entre funcionários. Facilitar o trabalho remoto com ferramentas de gestão, equipamentos adequados (internet, computadores, celulares) e horários flexíveis e/ou

37 Como colocado em pé de página no início desta tese, a sigla LGBTQIA+ é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQI+, diz respeito ao gênero.

agenciamento de grupos de cuidado para crianças, velhas e velhas sob responsabilidade dos funcionários.

No setor público, seria de primeira importância a disponibilidade de renda básica contínua para mães solo, transvestigêneres³⁸, ou qualquer pessoa sem apoio familiar e outras em situação de vulnerabilidade social. Ofertar treinamento, reforço e distribuição dos cargos relacionados ao trabalho de cuidado dentro do funcionalismo público. Criar ações afirmativas na educação básica e no ensino superior, com recorte de gênero e raça. Criar políticas públicas do cuidado (e assegurar direitos trabalhistas) que protejam, visibilizem e valorizem as pessoas que atuam em trabalhos de cuidado.

No âmbito micro e individual, faz-se necessário exercitar dentro de casa um sistema que permita a divisão justa e equânime das tarefas de cuidado, facilitando a logística familiar. Organizar as tarefas da casa e distribuí-las de forma justa entre todos os seus ocupantes, e, para isso, refletir sobre masculinidades com crianças e jovens é determinante. Fortalecer diálogos que ampliem a consciência sobre a divisão equânime do trabalho de cuidado, para que meninas, mulheres e pessoas transvestigêneres tenham acesso pleno à renda, a carreiras e profissões sem estigmas de gênero, bem como sejam valorizadas quando no exercício de profissões vinculadas ao cuidado.

*

38 O nome transvestigêneres se refere a pessoas que possuem identidade de gênero diferente do sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. Uma pessoa transgênero ou trans pode identificar-se como homem, mulher, trans-homem, trans-mulher, como pessoa não binária ou com outros termos, tais como hijra, terceiro gênero, dois-espíritos, travesti, fa'afafine, gênero queer, transpinoy, muxe, waria e meti. Pessoas trans podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual. Em todas as partes do mundo, pessoas trans estão em maior risco de sofrer violência, assédio e discriminação. Violações de direitos humanos vão de bullying e abuso verbal à negação de assistência médica, educação, trabalho e moradia, à criminalização, prisão e detenção arbitrária e à violência, lesão corporal, tortura, ao estupro e assassinato. A exposição a esses e a outros abusos correlatos pode ser exacerbada por outros fatores, tais como idade, etnia, ocupação, classe socioeconômica ou deficiência. (Nota informativa do Relatório Livre e Iguais das Nações Unidas, 2017. (Disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Transgender-PT.pdf>. Acesso em março de 2021).

A história de Luzia convoca a história de Rosana, outra mulher negra do salão. Mulher atravessada por uma série de violências e acontecimentos, sobre os quais teóricas brasileiras nos ajudam a observá-los criticamente para assim identificar como costumamos aprisionar a vida, limitar a complexidade, reforçando os modelos de conduta previamente estabelecidos. Modelos colonizados.

Mapa 8 – 22.11.2019. Belo Horizonte. “Peço para que, quando Deus me levar, que seja de uma vez só. Porque eu não quero ir não. Eu gosto de viver. Mas gosto hoje, porque já sofri demais.”

Cheguei ao bailinho às 14h30m na esperança de encontrar Márcia, mas suspeitava que ela poderia não aparecer. Eu não liguei para confirmar e já havia passado quatro dias. Alta probabilidade de ela se esquecer de mim. Judite se esqueceu com um dia. Assim foi. Márcia não apareceu. Tentei conversar com Antônia. Outra que não me deu bola. “*Não tenho nada para falar*”, disse. “*Gosto de dançar, e é isso*”. Não insisti.

Logo depois, Maria Francisca chegou e se sentou à mesa com uma senhora que observei desde os primeiros dias do bailinho: Rosana. Mulher, negra, heterossexual, 74 anos, com postura ereta, dança empostada e séria.

Fui até ela, encorajada por ter Francisca ao lado. Perguntei se ela não gostaria de conversar comigo. “*Conversar sobre o quê?*”, perguntou. (Ela nem tinha notado minhas entrevistas no salão, e eu achando que ela me olhava com cara feia.) Expliquei que pesquiso a relação entre a dança e a vida de mulheres e que venho coletando relatos no bailinho. “*E não pode ser agora?*”, ela pergunta. *Claro!*, respondi. E fomos para a varanda, logo ali ao lado, para nos escutar melhor. Já havia uma música baixinha de fundo no salão.

Rosana começou contando que dança desde os 13 anos. Nascida em BH, dançava no bairro onde morava e que “*não era dança de salão, não. Só depois que ganhou esse nome*”, diz. Ela conta que sempre dançou, nunca parou, mas que desenvolveu bastante a técnica depois que seu marido morreu, pois passou a dançar mais.

Eu não consegui ligar os pontos no primeiro momento, mas, entre idas e vindas no assunto, consegui entender que ela fora casada dos dezoito aos trinta e três anos com um homem de

quem gostou muito e que tiveram dez filhos, sendo que oito sobreviveram. Esse homem bebia. Batia nela. Fui entender isso mais no meio da conversa, quando ela disse:

“Peço para que, quando Deus me levar, que seja de uma vez só. Porque eu não quero ir, não. Eu gosto de viver. Mas gosto hoje, porque já sofri demais. Apanhei e passei fome com meus filhos. Esse homem que fui casada, bebia e me batia. Me batia de dia e me queria à noite. E ‘ai’ de mim se eu não quisesse. Aí, ele me batia mais. E o homem era bom de fazer filho, viu? Tive quase um por ano. Engravidava um direto do outro. E ele, queria mais...”

Depois da décima, da minha caçula, eu arrumei um jeito de colocar DIU³⁹. Na hora que ele ficou sabendo, me bateu muito. Ele queria mais filhos. Foi nessa época que decidi que não ia apanhar mais. Coloquei na cabeça que não ia levar mais surra. Naquele dia, quem apanhou foi ele. E aí, ele arrumou outra. Me largou por uma mais nova. E eu gostava dele. Gostava dele demais.”

Indignada, eu pergunto se o fato de ele ter ido embora não tinha sido bom, pois pelo menos ela ficaria livre dele. Mas disse que não, que ele a deixou, e a filha mais nova não tinha nem um ano. Ela conta:

“Fiquei sozinha para criar os filhos. Ele tinha que ter esperado criar. E criei todos. Precisa ver. Tenho uns filhos bonitos, fortes! Cada dente! Uns parecem comigo, outros com ele. E tudo filho do mesmo pai. Tudo irmão e irmã de mesma mãe e do mesmo pai. Aí, depois que ele me deixou, que eu peguei para dançar mais firme”.

Rosana conta com bastante orgulho sobre os filhos. Ela também comenta que a gravidez ajudava com o marido. Quando grávida, ele batia menos.

Fico impressionada com a quantidade de opressões interseccionadas sob as quais se encontrava Rosana. Violências físicas e morais dentro de sua relação de matrimônio, carência financeira da família, sobrecarga de trabalho. Rosana conta sobre as dificuldades para criar e sustentar os oito filhos sozinha. Passaram fome juntos. Ela teve que trabalhar demais, dentro e fora de casa. Conta que hoje os(as) filhos(as) são pessoas fortes e saudáveis. *“Cada dente!”*, diz. Uma vitória para ela. E, somado a tudo isso, ela ressalta que filhos e filhas são todos do

³⁹ O DIU constitui pequeno dispositivo que se coloca dentro do útero para evitar a gravidez. Método anticoncepcional reversível, possui validade média de 5 anos.

mesmo pai. Ela repete que alguns se parecem com ela, outros com o pai, mas que todos irmãos e irmãs possuem mesmo pai e mesma mãe. Evidencia o quão importante a instituição família é para ela, mesmo que tenha sido violentada e explorada pela figura do *pai* desta estrutura.

Beatriz Nascimento (2006), em belíssimo artigo sobre o amor⁴⁰, explica que a sobreposição de violências inerentes à vida da mulher negra limita as possibilidades de construção de relações afetivas pautadas no companheirismo, no respeito mútuo e na solidariedade entre o casal. As violências incorridas desde a infância, inerentes a uma cultura racista e sexista, em que a identidade da mulher negra é rotineiramente atrelada às conotações de menor valor, menor estima, abuso de sua força de trabalho e abuso sexual, minam a estima em si mesmo, minam a crença em vínculos afetivos construtivos ao apagar referências de paridade nas relações (NASCIMENTO, 2006).

Como descrevem Luzia e Rosana, entre mulheres negras são recorrentes relações conjugais opressivas, em que a mulher se vê atada à relação, mesmo que esta seja opressiva. Pensando no nível micropolítico destes vínculos, a constante violência na vida dessas mulheres, somada às privações econômicas que dificultam vislumbrarem reconstruções materiais distantes de seus parceiros, reforçam comportamentos reativos, ou seja, padrões que despotencializam a vida e sua reinvenção, própria e das pessoas a elas vinculadas.

Mesmo com toda autoconfiança que Rosana emana, quando ela fala de seus relacionamentos, de seus romances, declara que desacredita na possibilidade de encontrar um parceiro que a respeite como ela gostaria. Ela diz não ter sorte com homem, que ela não tem sorte do homem ser só dela e que tudo bem, já aceitou. Seu último namorado também “engraçou” com outras mulheres.

No que tange às privações materiais, a vida de Rosana também retrata condições subalternas de trabalho e renda. Rosana cria sozinha oito filhos como faxineira em dois turnos do dia, somada ao trabalho doméstico no terceiro turno (quando não saía para dançar!). As mulheres negras estão historicamente vinculadas à prestação de serviços não ou mal remunerados, trabalhos que exigem considerável esforço físico e que comprometem suas saúdes com o passar do tempo. Trabalhos que não possibilitam tempo e investimento em si mesmas,

40 Publicado originalmente em: *Jornal Maioria Falante*, No. 17, Fev – março, 1990, p. 3.

alimentando ciclos de pobreza que perpetuam lugares de dominação e opressão. Atualizando o sistema escravocrata de produção, estabelece-se uma dinâmica social de feminilização e enegrecimento da pobreza (NASCIMENTO, 2019).

Nascimento (2006) ainda denuncia a opressão sobre as mulheres negras e não brancas que de alguma forma conseguem se sobressair financeiramente e adquirem alguma ascensão econômica. Estas mulheres se transformam em referência econômica de todo um grupo, sobrecarregadas como esteio econômico daqueles que não lograram os mesmos retornos.

E, diferente de Luzia, Rosana conta que sempre dançou. *“Sempre dancei!”*, ela continua. *“Dançava escondido dele, mas, depois que ele foi, aí dancei mais. Demorou uns cinco anos até eu firmar, dançar mais, arrumar um namorado. Conheci outro homem dançando. Esse sim dançava e íamos dançar junto. Ele me levava. O outro, não. Dançamos juntos só antes de casar. Depois do casamento, não dançamos mais.”*

Incrivelmente, Rosana mesmo cansada, com o trabalho pesado de faxina e mais oito crianças em casa, avisava que ia chegar mais tarde e ia dançar. Com esse namorado, diz que conheceu e frequentou muitos bailes. Hoje, ela só não dança aos domingos. Nas segundas e nos sábados, frequenta outros salões; de terça a sexta, está na tia Naná.

Sobre a sua rotina, diz que arruma a casa pela manhã para que à tarde possa dançar. Já é costume. Todos já sabem. E que gosta de ouvir as músicas do bailinho em casa. Diz que gosta de colocar *“um bolerão gostoso para sonhar. Sonhar não paga, né?”* Diz que os netos já estão grandes e que são, mais ou menos, trinta netos e vinte e seis bisnetos. Os netos, ela ajudou a criar, mas que os bisnetos são de responsabilidade das respectivas avós. Já cuidou muito. Hoje não.

Nesse momento, Marlon, o músico, passa para cumprimentar Francisca e Rosana. As duas mexem com ele. Dizem que precisam de um namorado como ele. Depois, corrigem: *“Não, ele é muito concorrido”* (risos). Além do ex-namorado, que encontra no bailinho, ainda tem outro paquera, e ambos trocam olhares. *“Acho que nunca ficamos juntos porque não ficamos sozinhos, ao mesmo tempo. Quando eu estava sozinha, ele não estava. Agora, vamos ver, né? Quem sabe aproveitamos esse momento?”*

Em vários momentos, Rosana ressalta a paquera. A “*delícia de ir ver os coroas. Tem coisa melhor?*”, ela diz. Os olhares, as brigas, as relações amorosas são propulsoras do desejo de ir, de dançar, de viver. Uma dimensão da vida que, mesmo sofrido muitos tipos de violências, aos 74 anos não acabou. Planeja arrumar outro namorado se não voltar com o ex.

Rosana, sandália prateada, salto sete. Vestido lilás justo no corpo. Saia rodada, decote médio. Brinco longo de *strass*. Batom roxo. Cabelo escovado. Eu reparava nela desde o primeiro dia do bailinho. Ela dança extremamente ereta. Corpo forte, pernas flexíveis. Quando lhe conto sobre isso, fala com orgulho de já ter sido votada a mais elegante do bailinho.

Por fim, outra força trazida por Rosana que merece destaque é o cuidado estético que vejo nas mulheres que dançam naquele salão. Cuidado estético que possui consigo mesmo, explicitando o que algumas autoras intitulariam de empoderamento, autocuidado, ou autovalorização. Fatores que confrontam, desafiam, sobrepõem o que ressaltamos anteriormente — toda uma cultura de menos valor a elas direcionado.

O cuidado com a roupa, o cuidado com a postura, a forma de se portar no salão demonstram a potência em se autopreservar independentemente de padrões culturais e midiáticos. É claro que as vestimentas e maquiagens performam um modelo de mulher específico, construído segundo a dicotomia homem-mulher, o que pode limitar as possibilidades de ser dessas senhoras, no entanto, por meio dos mesmos adereços, elas encontram formas de aceitarem, gostarem, cuidarem de seus corpos e imagens, exalando bem-estar de como e quem são/estão. Neste quesito, este bem-estar e confiança com própria imagem destoa de uma usual desvalorização da mulher, *locus* da falta, principalmente em se tratando de mulheres atravessadas pela velhice, pela pobreza e pela negritude. A desvalorização da aparência negra constitui ferramenta colonial de perpetuação de privilégios, dessa forma, quebrar com este padrão de funcionamento sociopolítico é também uma estratégia de insurreição da condição subjugada.

Segundo Joice Berth (2018, p. 99),

sem um trabalho contínuo para erradicar do lugar naturalizado na sociedade a crença de que pessoas negras são inadequadas, desprovidas de harmonia e beleza física, fica extremamente difícil para esses sujeitos atingidos diretamente por essa ideologia do padrão branco como única forma aceitável, criar mecanismos interiores de autoamor e autovalorização. Principalmente quando consideramos nas culturas ocidentais, o

belo/bonito sinônimo de superioridade, ou seja, ultrapassa o campo da estética, uma vez que o senso comum aponta que tudo que é bonito só pode ser bom.

A música toma força. Marlon começa animado. Francisca nos chama para dançar lá na frente. Envergonhada, finjo que não é comigo. Rosana não dança sozinha e se nega a tirar homem para dançar. Espera até que algum a chame, o que não demora muito. Assim, a conversa terminou por si só. Agradei muito. Nós nos despedimos. E, não sei por que, não tive muita pressa de sentar em algum lugar para escrever tudinho. Sinto-me mais segura. Fui tomar um café ali no bailinho mesmo, comer alguma coisa.

Volto para perto da mesa da portaria, e Márcia aparece. Disse que se esqueceu de mim. Eu cheguei às 14h30, ela, às 17h50. Passou reto. Francisca a cobrou e por isso me procurou. Mas sinto que não quer conversar. Em um tom pouco preocupado, disse que marcamos outro dia. Ela não quer conversar, e tudo bem.

Acho registrado em meu caderno que este dia foi um dos mais leves no bailinho. Eu me sentei, não me cobrei, não forcei, fiquei até onde me senti bem. Escrevo no diário: “*Começo a gostar mais das músicas, mexer-me um pouco mais com elas. Tenho menos vergonha de reparar as danças. As pessoas me conhecem mais. Me aceitam mais. Eu sorrio e brinco com algumas pessoas. Não insisto em conversas. Escuto quem quer falar. Vou embora quando cansada. De qualquer forma, ficar no ambiente das 14h30 às 18 ainda é muito. A pesquisa começa a ganhar fluidez*”. No mesmo dia, encontro registrada a dificuldade em escrever sobre Maria Francisca. Muitos dias se passaram desde que fui à casa dela e não escrevi nada ainda.

Mapa 9 – 12.11.2019. Belo Horizonte. “Eu gosto de dançar sempre.”

Um dia depois de conversar com Regina, na terça-feira, marquei de encontrar Amélia no bailinho. Combinamos às 14h30 lá. Quando fui chegando, descendo a rua Rio de Janeiro, ela estava na porta, conversando com as vendedoras que trabalham ali na rua. Riam muito. Quando me aproximei, me abraçou, agarrou meu braço e disse: “*Então vamos, hoje tenho uma entrevista com essa moça*”. Subimos as escadas e fomos direto para a varanda.

Começo explicando a ela a pesquisa, o que venho fazendo ali no bailinho, peço autorização para gravar. Pergunto, então, como ela começou a dançar e por que continua dançando. Ela responde: “*Eu gosto de dançar sempre*”. Fala assim, com essas palavras. Fico sem entender. Se sempre dançou, se sempre gostou, como gosta sempre.

Hoje, ela dança todos os dias no bailinho, mas antes, explica: “*Eu não tinha tempo, porque tinha muito trabalho com meus filhos. Tive nove filhos, criei um, dez. Criei meu neto, onze. Então, não tinha tempo. Quando eu comecei dançar com meu marido, quando ele aposentou, já era assim, como se diz, já tava mais ‘esfriado de tempo’*”.

Esfriado de tempo. Amélia se soma aos casos em que a vida (re)produtiva não deixou espaço para outras atividades fora de casa. Mas conta também que, antes do ‘tempo esfriar’, dançava sozinha, se punha a movimentar na frente do espelho. Sozinha, no quarto. “*Às vezes ele [marido] deitava e dormia, eu estava na frente do espelho dançando. Eu ficava lá fazendo movimento, dançando, no espelho*”.

Depois que o marido morreu, entrou em depressão, e a dança aparece como um presente reconciliatório. Ela ficou sabendo que uma amiga ia com a mãe em um projeto de terceira idade da prefeitura. As duas iam pintar, e no mesmo horário havia aula de dança. Todas as quintas-feiras. Ela foi e tomou gosto. Um dia resolveu ir com essa amiga conhecer a tal da tia

Naná, que tanto falavam. Parou de ir a outros lugares e passou a ir todos os dias ao bailinho da tia Naná.

Amélia conta todo esse processo. Por onde andou, quem conheceu, como fazia para ir de um lugar a outro. Como veio a conhecer o bailinho da tia Naná. Só depois de um tanto de prosa, que Amélia me conta que foi quase cega por trinta e cinco anos! Por negligência médica! E que a questão da dança se entrelaça ao esforço de chegar aos lugares e permanecer.

Amélia sofre de uma síndrome chamada “Stevens–Johnson”⁴¹. E que, apenas há um ano e oito meses conseguiu fazer a cirurgia de transplante do olho direito e colocar prótese no olho esquerdo. Eu, até então, não sabia de nada. Nem que ela enxergava pouco. Eu tinha percebido que um dos olhos estava bem delicado, pouco abria e lacrimejava muito. Assim, tratei de fixar o olhar no outro olho (esquerdo), achando que era o que ela melhor enxergaria. Não. O contrário. O olho em que eu me fixava era prótese e o olho mais delicado (direito), era o que ela realmente enxergava. Ou seja, passei grande parte da conversa com a ilusão de que olhávamos nos olhos uma da outra. Ela usava um paninho para ajudar com a lacrimação e tinha bastante dificuldade em falar, pois o rosto se contorcia para deixar o olho mais fechado — e só agora, escrevendo, me dou conta: mais fechado por causa da claridade da varanda.

Mesmo assim, com toda essa dificuldade, Amélia ia dançar e ia sozinha. Sua amiga parou de acompanhá-la. Somada à dificuldade de chegar ao salão, tinha de ficar no salão, pois, sem enxergar, foi difícil aprender, acompanhar os passos e achar um parceiro com paciência.

“Aí então eu comecei a vir sozinha aqui na tia Naná. Oh Paula, eu perdi no centro da cidade umas três vezes. Umas três vezes. Roberto, sabe o Roberto monitor? Então uma vez ele me encontrou lá perto do mercado central, perdida. Ele me encontrou lá e voltou comigo até o ponto de ônibus. E além disso, eu quase não dançava, porque diziam: ‘Ah, você não sabe dançar’. Falava que tava aérea, que eu tava viajando... mas não era. A visão me atrapalhava de eu ver com quem eu estava dançando. Mas eu estava vindo. E tô frequentando até hoje”.

41 Síndrome de Stevens–Johnson (SSJ) é uma reação adversa grave da pele a medicamentos ou infecções. Os sintomas iniciais de SSJ são febre e sintomas semelhantes aos da gripe. Alguns dias mais tarde, a pele começa a ganhar bolhas, esfoliar e descolar, dando origem a áreas de carne viva dolorosas. Geralmente a doença também afeta as mucosas, como a boca e os olhos. Entre as possíveis complicações estão desidratação, sepse, pneumonia e múltipla falência de órgãos. (Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%9Cndrome_de_Stevens-Johnson. Acesso em 28-01-2020)

Amélia tem uma alegria que contagia. Delicada, parece frágil, mas transmite uma energia bárbara. Fico impressionada em saber que enxergava quase nada até alguns meses atrás. E que agora, recupera a visão de um olho. Pergunto:

- E o que a senhora sente quando dança?

- Então, eu sinto bem. Olha, eu saio com a pressão lá de casa, Paula, dezessete por dez, dezessete por nove, por oito. Eu já saí com ela com vinte por treze. Depois do baile, quando eu chego lá em casa, ela tá treze por oito, doze por oito.

Amélia fala que para ela a dança é fisioterapia, ortopedia, psicologia e também retoma a questão do esquecer — que a dança faz esquecer, como Dora, Luzia, Efigênia e Cleuza já haviam falado. “*Esse bailinho para mim, tem sido uma fisioterapia muito boa. Porque todos os médicos que eu passo, eu tô bem. Então eu falo que danço todo dia. Não paro, não. Quando eu estou dançando eu sinto bem. Sinto a cabeça mais leve, o corpo mais... como é que se diz, mole. Fico mais leve, eu esqueço de muitas coisas de atrás. Então para mim é muito bom.. não tem momento que eu tô de preguiça. Eu paro só para jogar o bingo, senão, não paro. Só para isso [o bingo] que eu sento*”.

Sobre o bailinho da tia Naná, enfatiza que pegou amizade com todo mundo e que hoje é como uma família para ela. “Família”, pelo cuidado que tiveram com ela em tempos de cegueira. Ela fala assim:

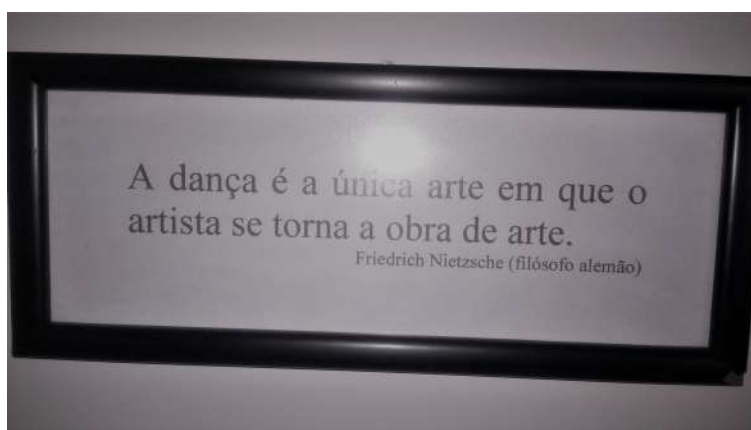
“Então, peguei assim muito intimidade... eu tenho aqui, todo mundo, como meus amigos, meus irmãos, meus parentes. Tudo! E cumprimento todo mundo. Até no início, Paula, por incrível que pareça, quando eu não enxergava, os outros chegavam perto de mim, conversavam, falavam que era fulana, sou beltrana, mas, por mim, eu não guardava ninguém. Mas quando eu comecei a enxergar, aí eu comecei ir na mesa e saber quem era. ‘Eu sou fulana que ia lá falar com você.. eu sou sicrana...’ Hoje eu chego e vou na mesa de todo mundo. Cumprimento todo mundo. Faço a maior festa. Quando dá sexta, eu fico doida, sem paciência para chegar na terça de novo. Para mim é a morte. Quando chega a terça-feira, fico doidinha. Os meninos ficam assim: ‘Mãe, tá armando chuva...’. Eu respondo: Tem portância não. ‘Mãe, olha que chuva que tá caindo’. Respondo: tem portância não!”

Amélia conta sobre seus filhos, sobre seu namorado atual, sobre sua alegria de viver. Muito grata com tudo. Já levávamos mais de uma hora e meia conversando quando começou a chover e tivemos que nos levantar rápido para não molhar. Neste momento, também começaram a chegar amigos para cumprimentá-la pelo aniversário recente, e o músico começou a passar o som. Não tinha mais como continuar. Eu agradei muito, peguei seu nome completo e deixei o termo de consentimento com ela para que ela ficasse com todos meus contatos. O namorado dela chegou, e ela fez questão de apresentá-lo. Ela estava radiante.

Saí, sentei-me a uma mesa e fiz algumas anotações rápidas. Fiquei impactada com a disposição de Amélia, contrastada à questão da cegueira que não sabia, com a minha falta de noção. Que força emanava dela! Uma força alegre, mesmo com todas as dificuldades para estar ali. Pensei nas outras mulheres, nas outras histórias. Como cada vida constitui um universo a parte. Pensei nos contrastes das oportunidades. Pensei em Luzia, pensei em Selma, na diferença de cada uma.

A dança como esquecer-se

Figura 4. Foto tirada de quadro pendurado na parede da casa de Helena



Fonte: acervo pessoal da autora. Foto tirada no dia 19.11.2019.

*Pergunto à Helena o que ela percebeu de mudança em sua vida depois que começou a dançar. Ela responde, citando as palavras do irmão que a apoia: “quando eu falo com ele que eu vou parar de dançar, ele fala: ‘não para! Primeira coisa: quando você sai para dançar, você preocupa em pintar o cabelo, tomar um banho mais bem tomado, botar uma roupa nova, fazer uma unha. Ou seja, em se cuidar’. Então a mulher que sai para dançar, ela se cuida mais. Segundo: **agilidade**. Dançar me dá agilidade. Terceiro: **ânimo**. Por exemplo, ontem eu limpei essas cadeiras. Limpei os detalhes, lavei as cortinas e poli o bastão. Isso foi na sexta, por quê? Dancei na quinta. Limpei tudo. E, também, tem a questão da **música**. Me modifica quando toca ‘Maria Helena’, ‘Amigos para Sempre’. Um pouco depois, na sala, ela complementa a fala do irmão de antes. Diz que no bailinho ela **movimenta o corpo**, que há a emoção da música, e que também rola **namoro**, rolam possibilidades de encontro que ajudam na solidão. Isso ela diz assim, balançando ao ritmo da música, se deliciando. Ela diz que a música preenche a alma, que ouvir uma boa música muda seu dia (Fragmento do diário de bordo dia 19.10.2019).*

Intrigada com o depoimento de Amélia, voltei às 16 entrevistas e recortei as palavras por elas ditas sobre os benefícios ou transformações da dança. Além do depoimento de Helena, que destaquei acima, as palavras encontradas foram: saúde; disposição e ânimo; cura de diabetes; cura pressão alta; faz dormir melhor; agilidade, equilíbrio e força física; mudança na alimentação, no prazer, no sexo; faz sair de casa e possibilita encontros; neurose (se praticada todos os dias); possibilita conhecer gente e gerar novas relações, namoros, romances; distrai e dá prazer; faz esquecer; nos deixa mais cuidadosas com nosso corpo, aumenta a vaidade, dá elegância; *glamour*; muda a rotina; muda o estado de espírito, dá alegria.

Com as falas, percebo que as forças com as quais a dança interatua perpassam uma dimensão física, que diz sobre a disposição e a força física; uma dimensão social ou interpessoal, que diz sobre o estar junto; e também de uma dimensão pessoal, intersubjetiva, que diz sobre a relação consigo mesmo, com a dor, o prazer, ou satisfação de existir, da angústia e alegria de viver. Todas estas dimensões atuam conjuntamente, são inseparáveis. A disposição física facilita a alegria, e vice-versa. Os encontros e os namoros mudam o estado de espírito das senhoras. E que todas as outras forças que compõem o território da dança de salão (o fetiche à riqueza e ao glamour, à competição entre os casais, a rivalidade entre alguns, o sexismo das regras da dança de casal) estão entranhadas às três dimensões.

Diante dessa profusão, a palavra que mais me tocou foi “esquecer-se”. “Esquecer-se” repetida várias vezes e que traduz o que sentia quando as observava. Efigênia, Guilhermina, Judite, Amélia, Dora, Helena, Luzia, Cleuza falam que a dança as deixam mais leves e que as fazem

esquecer: esquecer-se das coisas de casa, do passado, de dores, do marido, das brigas, dos filhos e de si mesmas.

Quando eu peço para que elas me expliquem o que seria esse esquecer, elas falam de um deixar-se levar pelo ritmo, sozinhas ou com o outro, de uma forma que é possível “*descansar a cabeça*”, “*não pensar em nada*”, “*não preocupar-se*”. Esquecer-se de tudo aquilo que não está ali, naquele momento, no presente. Esquecer-se das coisas que estão “lá fora”. “*Deixo as coisas de casa lá fora*”. “*Aqui eu só tenho horário para chegar, e danço até esquecer-me*”. Quando dançam, dizem esquecer-se de tudo que não é o agora. Dizem esquecer-se de ir embora. Esquecem até o próprio corpo. Não se cansam. Dona Jandira dança sem sentir passar quatro horas seguidas, mesmo que no outro dia fique de cama.

Míriam Strack (2017), professora de dança de salão e pesquisadora, em seu mestrado descreve um estado de fluxo livre bastante parecido com as descrições que encontrei. São momentos na dança de intenso prazer em que corpo e mente são indissociáveis, não se percebe o tempo passar e movimenta-se com uma determinada concentração, sem esforço, em que tudo parece estar integrado: o corpo, a mente, os tempos, o outro, a música. Nestes momentos, não existem certo ou errado, eu e o outro, condutor e conduzido, apenas fluxo.

Estas descrições me remetem a outro estado de consciência no qual Mestre Primo⁴², mestre de capoeira angola na cidade de Belo Horizonte, descreve os momentos na luta em que entramos em profunda concentração e integração com os movimentos. Momentos em que parece que não há distinção de quem comanda e executa as ações. Não há antes e depois. O corpo flui, integrado a determinado ritmo e composição com o outro e à música.

Segundo Mestre Primo, existem momentos na luta em que se instala uma inteligência integrada do pensar e agir. Impossível realizar tal distinção. Momento de potência em que realizamos o impensado. Estes momentos contribuem para que o ser se reinvente a partir do entendimento que tinha de si até então. Para o mestre, a repetição destes momentos de expansão de si contribui para que o ser desacredite em uma única forma de se viver, ou forma

42 Mestre Primo, Edson Moreira da Silva, leciona e pesquisa capoeira angola há 36 anos. Atualmente oferece treinos abertos e gratuitos no Grupo Iuna, escola de capoeira angola, localizada na rua Doutor Brochado, 1500, Alto Vera Cruz, bairro popular do município de Belo Horizonte. Acompanho o trabalho de Mestre Primo desde início de 2016, frequentando os treinos semanais, conversando sobre a prática e escrevendo com ele sobre tais conhecimentos.

estabelecida de relacionar-se com seu próprio corpo. Passamos a perceber que o corpo pode muito mais do que acreditávamos. Aí se dá um estado de extrema alegria.

Assim também percebo aquelas senhoras. Percebo que, mesmo que seja por alguns momentos, ao dançarem, ao mesmo tempo que se esquecem de si mesmas, esquecem-se das cobranças, das faltas, dos aprisionamentos, e revolucionam o que pensam e sentem sobre si mesmas. Transformam-se em obra de arte, como escrito na parede de Helena. Entregam-se ao plano intensivo de forças, sem expectativas de um “eu”, estão fora de si mesmas na experimentação de movimentos, de corpos outros, de espaço-tempo outro. Expandem, assim, as diferentes possibilidades de existirem. Elas dizem experimentar criança. Rodam a saia. Dançam sozinhas. Convidam homens para dançar. Transgridem regras. Elas desorganizam expectativas. Compõem novas interações de vida. Desprendem-se do antigo “eu” que dançava, do antigo corpo. Lançam-se a dimensão sutil, e, assim, “a percepção torna-se molecular, já que adquirem uma sensibilidade de captar a dimensão sutil do movimento” (VILENE MOEHLECKE; TÂNIA FONSECA, 2005, p. 57).

Gilles Deleuze e Felix Guattari, no livro *Anti-Édipo*, publicado em 1972, retomam conceito criado por Antonin Artaud, o corpo sem órgãos, para definir situação em que o corpo, no plano do intensivo, não é obstáculo que separa o pensamento de si mesmo, ou o corpo deixa de ser aquilo que deve ser superado para conseguir pensar. “É, ao contrário, aquilo que ele mergulha ou deve mergulhar, para atingir o impensado, isto é, a vida” (DELEUZE, 1992, p. 227)⁴³. Vislumbra-se a possibilidade de experimentação de corpos esvaziados, de corpos desorganizados, do que resta quando “tudo foi retirado: os fantasmas, o conjunto de significâncias e as subjetivações” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 10). Ou seja, corpo isento de moralismos, da falta, da culpa, de idealização, de expectativa, de projeção. Corpo apenas potência. Potência despreocupada com funcionalidade ou utilidade.

43 Pelbart (2016), em sintonia com a proposta de Deleuze e Guattari e à filosofia nietzschiana, reflete sobre a impulsão da ação pela vontade, pelo desejo, como o que caracteriza o humano e não o pensar, rompendo radicalmente com a construção deste eu, indivíduo, platônico, cristão e cartesiano, disciplinado, que determina a construção de nossa subjetividade até hoje. Indivíduo super-homem que pensa e encontra a verdade, que pensa e age de forma coerente, eu que faz conforme o plano estabelecido. Segundo esta linha de raciocínio, é ilusório acreditar que existe um eu, um eu que sabe pensar, e crer em um “sujeito lógico-gramatical como unidade substancial” (OSWALDO GIACÓIA, 2003, p. 04). O eu em seu corpo é condição para o pensar (corpo situado, matérico). Pensa-se através do corpo. Pensamentos e saberes estão posicionados e situados (PABLO MARTINEZ, 2011).

Angélica Munhoz (2011), tendo o corpo sem órgãos como referência, defende o conceito de corpo-dança, para o estado de relação entre corpo-mente-tempo-espaço subversiva, revolucionária. Uma relação de integração em que não há separação, idealização ou projeção. Há um todo integrado no aqui e no agora. Muito diferente da constituição do sujeito moderno, ao qual nossa subjetivação está atrelada, onde o corpo é tido assim como máquina. Máquina de produção e reprodução. Com seus tempos, processos e funções desenhados e determinados para a melhor eficiência e eficácia do espaço-tempo econômico (FEDERICI, 2017)⁴⁴.

Para Munhoz (2011, p. 24), o corpo-dança “existe na virtualidade, no lugar e tempo sem forma, no pensamento leve, no anonimato”, tomando a dança como experimentação da diferença. Isso porque, quando as senhoras se esquecem de “tudo lá fora” e jogam-se ao instante, ao evento, elas desafiam o tempo e o espaço, tornam-se sensíveis à existência, em que não há diferença entre agir e pensar. Neste singular espaço-tempo-corpo-dança,

“o corpo cria o seu próprio lugar e é nesse lugar, no vazio, que ele se diferencia. Ao criar vácuos, o corpo-dança ocupa o lugar como um contínuo que se desterritorializa. [...] Não tem identidade, registro de nascimento, cadastro, categoria. Não pertence a nenhuma escola, fundação ou teoria. Não quer ensinar nada a ninguém, nem passos, nem saltos, nem gestos ou alongamentos. Não quer palco, nem música, figurino ou personagem. Quer apenas a intensidade” (MUNHOZ, 2011, p. 27).

É certo que o corpo-dança é perpassado por forças que o aprisionam, quando, sim, lembram-se da família, do parceiro que quebra a cocondução, da plateia, da roupa desajustada. Mas existem instantes em que estas formatações são suspensas. São estes instantes, são estes momentos moleculares que poderíamos identificar das forças de fuga desse corpo que dança. Nestes instantes, quando os corpos são afetados por essa não organicidade, são apenas potência, corpo e mente se integram em pura intensidade. Intensidade que se desvincula de imagens pré-determinadas do que venha a ser mulher e velha e afunda-se em devir que transforma seu estado de consciência do que é possível ali e agora.

44 É importante destacar que Federici (2017) dialoga com o trabalho do filósofo Michel Foucault e suas investigações sobre os saberes e poderes que controlaram politicamente o corpo. O autor detalha as transformações sociais que, a partir de meados do século XVIII, fazem com que o Estado passe a gerir e não apenas regulamentar a sociedade civil, organizando e racionalizando seus dispositivos de segurança. Diante de uma sociedade urbanizada e disciplinada dentro de espaço arquitetado, o Estado passa a gerir o bem estar e a circulação da população, diante das incertezas provenientes da *má sorte* e da *má natureza do homem*. O Estado passa a atuar conforme relação custos/benefícios de cada política, estabelecendo os limites da “normalidade” aceitável (FOUCAULT, 2008). Dessa forma, a partir de uma normatização que gere biopoliticamente a população, os corpos disciplinados passam a ser peça fundamental para a engrenagem capitalista. Corpo que funciona e incorpora um modo de existir controlado biopoliticamente. Ou seja, corpo adequado, moldado e condizente à normatividade dominante (FOUCAULT, 2006, 2008).

Segundo Moehlecke e Fonseca (2005, p. 53), a sensação da passagem do tempo, ao dançar, denota a complexidade envolta neste processo. Há tempos em que o corpo atende à linearidade, respeitando a ordem dos movimentos e sua harmonia com a música; é um tempo enquanto arborescência, manutenção e conservação de sentidos. Contudo, a dança também suporta o tempo como rizoma. O bailarino, ao dançar, “sente os devires tomarem e transportarem seu corpo para novos corpos; ele sente o tempo rachando, cindindo-se, descentrando-se e crescendo pelos meios. Às vezes é como se o tempo escoasse por entre os gestos do bailarino, num único instante”.

A senhora de saia de *crochet* que dança sozinha num canto e que exala prazer em seu movimento, esquece-se de si, das suas imagens e do que pode ser. Apenas é, sempre diferente. Ou seja, o corpo-dança dá passagem à “pluralidade de intensidades nômades que atravessam corpos e pensamentos” (MUNHOZ, 2011, p.28). Corpo-dança que compõe diferenças e não se preocupa com padrões anteriores. Corpo-dança que “eleva a potência do corpo a grau máximo e o abre para novos possíveis” (MUNHOZ, 2011, p. 29).

Buscando relacionar diretamente com o universo organizacional, os relatos e reflexões desencadeadas pela história de Amélia, também nos alerta para a importância da atenção à dimensão corporal em processos decisórios, e na rotina de trabalho. No campo da imanência, mente e corpo estão completamente imbricados, são indissociáveis. Dançam juntos. É preciso validar as sensações, os limites, as proposições dos corpos em seus espaços, bem como para o que ele aponta, para onde os corpos fluem. É preciso validar as dores, os incômodos, suas doenças, bem como suas facilidades, encantamentos, e momentos em que o fazer está embebido em vitalidade.

No campo de imanência, desprende-se da ideia de identidade ou individualidade. E, ao conectar-se com as forças do impessoal, o corpo que dança se abre para a criação de novos contornos/formatos do coletivo (MOEHLECKE; FONSECA, 2005). Apostamos nestes estados de novos possíveis. Apostamos que, nestes lampejos de suspensão do tempo-espaço, que neste estado em que o corpo experimenta outro estado de consciência e relação com o mundo, faz-se possível (des)organizar processos de distintas maneiras. Processos em que o cuidar-se, o prazer, a relação com o outro possam estar em harmonia com a produção. Que o cuidado com o outro, a solidariedade, os laços de amizade, possam coexistir aos interesses

econômicos. Por fim, que a validação da dimensão corporal potencialize vida e energia necessária para encontrar alternativas àquilo que se apresenta como “pronto”.

Mapa 10 – 03.06.20. La Paloma/Uruguai. Das aprendizagens.

No que tange às aprendizagens neste percurso de tese, além das assinaladas na seção “sobre o percurso”, e demais reflexões que faço ao longo do texto, destaco uma específica: aprendizagem sobre o meu lugar de mulher branca nesta pesquisa e sobre as violências possíveis, caso este lugar não seja pensado criticamente. Para explicar-me melhor, trago a seguir a escrita em meu diário do dia três de junho de 2020, escrita realizada logo após reunião com o grupo Escritas Feministas, e (abaixo dela) detalho o encontro que disparou as reflexões sobre feminismo e branquitude.

*

2h23 am. Quinto dia de lua crescente. 38 semanas de gravidez. Eu acordo. Resolvo transformar insônia em escrita. Mudo a ordem das coisas. É sobre isso que quero escrever. Desconforto do que não era até então; e agora, desloca. Faz mover. Pede resposta. Pede pensamento. Como o parto que, desconectado da ideia de origem, pede abertura para transformação e encontro.

Assim foi a conversa com o grupo de mulheres na segunda. Um parto. Do capítulo que apaguei antes da conversa, nasceu potência. Exposição e mutação de onde doeu na pesquisa – das coisas não escritas, das violências cometidas.

Não foi a primeira vez que ouvi sobre roubo de crianças. Mas foi a primeira vez que fui intimada a depor. Francisca me deslocou do lugar de pesquisadora e me convidou a encarnar política. Como resposta, duvido.

Verdade ao não, que importa? Existe dor e não só dela – mulheres negras, mulheres pobres.

Acusada por depressão pós-parto, levam sua filha. Ela sabe. Ela lembra. A menina é criada perto. Muito perto. Mas só ela sabe. Só ela lembra. Francisca compra um palhaço de brinquedo para a neta que nasceu. Aqueles palhacinhos que se escondem dentro de um cone. Ela não tem coragem de entregar. Só ela sabe. Só ela lembra. Ela me mostra o palhaço e o guarda.

Além de Francisca, Luzia. Negra, morando na rua, tem gêmeos de parto normal em hospital público da cidade de São Paulo. Na saída, senhora rica tenta levar uma das meninas. Luzia briga, sai fugida, sozinha, com as duas no braço.

Francisca encontra amores no salão. Leva rosas amarelas para os cantores, escreve cartas de amor. Se apaixona pelo entregador de compras do seu bairro. Organiza casamento para diminuir a pena do namorado com quem nunca conversou.

Luzia se transforma em bailarina de gafeira. Viaja dançando em apresentações de campanhas eleitorais. Monta empresa de filmagem de eventos. Devires. Criação de novos corpos. Deixam aqueles que não podem mais ser.

As histórias atravessam meu corpo. Levo nove meses para encontrar a forma de começar. Meu lugar de mulher branca determina distâncias. Fala do que não ouvi, do que não escrevi, sobre a branquitude que me 'priva' dos assaltos diários, do esforço contínuo de resistência.

É disso que se trata das aprendizagens. Aprender a ser outro. Aprender a transformar o desconforto em outra coisa. Aprender a fazer denúncia política enquanto escreve. Contribuir com a vida que pede passagem. Enegrecer meu feminismo.

Sinto as contrações da tese na madrugada. O silêncio da noite ajuda a me concentrar nos microsentidos - com o que é autêntico. Como esse corpo vetor pode contribuir para o comum, é a pergunta.

(Diário de bordo do dia 03.06.2020.)

*

Maria Francisca. Ela me encontra no salão e diz que quer falar, pois tem muitas histórias para contar. Relata que seu sonho é escrever um livro. Marca dia e hora para que eu vá até sua casa. Lá, ela guarda cartas e diários para mostrar.

Três ônibus. Viajo quase duas horas para chegar à casa dela. Expando os limites da cidade que até então conhecia. Francisca me espera na praça em frente à sua casa. Praça que varre, planta, limpa, cuida. Onde recebe suas visitas. Conversamos um pouco ali e logo faz questão de me apresentar sua casa (extensão da praça) e todos seus planos de reforma. Ela foi morar ali devido a um grande amor que conheceu dançando. Ela morava do outro lado da cidade, nem conhecia aquele bairro. Foi sozinha para ficar mais perto dele. O relacionamento terminou, e ela ficou.

Francisca dança desde os 17 anos. Hoje tem 72. A dança perpassa toda sua vida. Sempre dançou. Seu pai era músico e dançarino. Aprendeu com ele. Hoje, com diabetes, dança todos os dias, por gosto e recomendação médica.

Entrelaçado à dança, Francisca conta sobre vários relacionamentos que teve. Ela deixa claro que esta é uma dimensão importante para ela na dança. Possui diários e diários sobre seus romances. Escreve quase todos os dias. Faz questão de me mostrar. Sonha em escrever um livro.

Ela conta sobre um romance em especial, seu namorado presidiário, como ela diz. Ela o conheceu no Baile do Careca, aos sábados. Dias de pena em liberdade. Quase não trocaram palavras. Ele a tirava para dançar. Dançavam uma ou duas músicas, e ele ia embora. Ela esperava ansiosa para vê-lo. Até que um dia ele disse que eram namorados. Ela perguntou o nome dele para outra mulher que também dançava com ele. Marcos. O nome dele é Marcos. A partir daí, passou a escrever cartas que nunca lhe entregou.

Francisca pesquisou e descobriu que ele tinha ficha na polícia. Estava preso por assalto à mão armada. Reincidente, já tinha fugido algumas vezes, motivo pelo qual ela justifica os períodos que desaparece do baile. Passou, assim, a acompanhar a vida dele pela delegacia. Ficou amiga da moça que cuidava dos casos. E quando eles se encontravam no baile, ela não falava nada. Não conversavam.

Até que um dia, descobriu que, se casassem, a pena dele seria diminuída. Pesquisou como deveria fazer. Ela organizaria os documentos, e ele apenas teria que comparecer ao casamento comunitário. Assim foi. Ela marcou o casamento, organizou os papéis. Mas, no dia, teve medo de ele não ir. Ela se arrumou toda e, na hora da sessão, não foi. Ela não quis saber se ele compareceu ou não. Depois disso, ele sumiu. Sabe que está foragido. Espera ligação dele todos os dias. E ainda lhe escreve cartas.

Depois de Marcos, não teve outro namorado. Uma semana antes do nosso encontro, ela conheceu um senhor no supermercado. Ele a ajudou a carregar as compras até a casa dela. E nestas idas e vindas, estavam se conhecendo. Ela estava bastante animada com o novo romance. Disse que ele não sabia dançar, mas com ela aprenderia rápido.

Francisca se entusiasma com os casos. Até que parou, ficou uns segundos em silêncio e disse que tinha que me contar uma história difícil. Relata que já tinha vivido muita coisa, mas essa era a mais difícil. Ela me perguntou se podia me contar, e eu disse que sim.

Sobre o que adiantei no diário, ela conta que teve um caso pontual com um homem que trabalhava no mesmo lugar que ela. Uma aventura. Saíram para dançar, tiveram relação sexual naquela noite, e engravidou. Ela vivia sozinha com dois filhos e escondeu a gravidez de todas as formas. Diz que era muito magra e que usava roupas largas para esconder a barriga. Ninguém percebeu. Quando começou a sentir as dores do parto, deixou os filhos com a mãe e foi para o hospital. Disse que passou muito mal. Mas que uma das enfermeiras era sua prima e que a ajudou. Disse que o parto foi complicado, ficou internada e teve que tomar medicamentos fortes, que a tiraram do mundo. Quando acordou, não encontrou sua filha. Sabia que era menina. Sua prima lhe disse que, depois do parto, ela havia rejeitado o bebê e que eles encaminharam para adoção. Um casal da própria família delas iria cuidar da criança. Eles tinham dinheiro e o bebê ficaria bem. Francisca não precisaria se preocupar.

Francisca justifica para mim que, se rejeitou a menina, foi por “essa depressão” que acontece depois do parto. Afirma que ela não se lembrava disso, mas, se foi assim, ela não estava em si. E assim foi. Disse que viu a menina crescer perto dela. Foi criada por um casal de primos que frequentava a casa de sua mãe. Mas que apenas ela, a prima e a outra mãe de sua filha sabiam do acontecido. Mais ninguém. Ela acompanhou de longe o crescimento da moça, a qual teve tudo do bom e do melhor. Agora, recentemente, a moça teve um bebê. Seu netinho.

Ela comprou um presente para ele. Tira do armário um embrulho e me mostra. Um palhacinho, desses que se escondem no cone de papel. Ela não teve coragem de entregar.

Eu pergunto por que ela não fala com a menina, com a família, não sei. Por que não pede ajuda? Ela responde que já passou muito tempo, mais de vinte anos, e que a mãe adotiva já morreu. Hoje, apenas sua prima sabe, mas que está muito doente. Ela suspeita que o pai não sabe de nada. Ela não saberia como provar. E que ela contou essa história para seus filhos. Apenas o mais velho acreditou nela. As duas mais novas não acreditam. Assim que ela segue calada, mas que dói. E que a moça é muito linda. Ela diz que a filha já foi gorda, mas que agora emagreceu muito e ficou ainda mais bonita. Ela é branca e lembra o pai.

Depois que Francisca me conta essa história, fico sem lugar. Olho em volta. Duvido. Questiono se aquilo seria possível assim como a história do namorado presidiário. Fico sem saber o que dizer, o que pensar. Já era tarde, quase hora do almoço. Percebo que preciso ir. Ela ainda faz questão de registrar que tem muitos planos de melhorias para o bailinho. Afirmo que ela queria me falar sobre isso; que ainda fará um curso de turismo e criará um programa de terceira idade; que o bailinho precisa de reforma, uma nova pintura, e que os ônibus que viajam para excursões são muito velhos e desconfortáveis; ainda diz que hoje é muito diferente de quando tia Naná era viva, pois era mais organizado. Os lanches, muito melhores. Relata que ela quer trabalhar no ramo. E que não fará estas melhorias por ela, que já está velha, mas por seus filhos, pois todos ficarão velhos um dia.

O ânimo, os planos, a vitalidade de sua fala, tudo me impressiona. Preciso mesmo ir. Ela me leva até o ponto de ônibus. Ela me mostra o supermercado onde encontra seu novo paquera. E combinamos de nos ver no bailinho na próxima quarta-feira.

Eu subo no ônibus, confusa e aérea. Viajo outras duas horas até o centro da cidade, onde chego morta de fome. Passo em frente ao salão do bailinho, subo as escadas. Ali se serve almoço até as 14h30, restaurante Cheiro Verde. Almoço e faço questão de me sentar no local onde tia Naná costumava ficar para avistar o salão como um todo. Fico me lembrando da conversa com Francisca, mas não consigo escrever. Extremamente incomodada, não sei o que escrever. Questiono e duvido se tudo aquilo que ela me contou era verdade. E qual seria a diferença?

Passado um mês, outro relato sobre roubo de criança depois do parto. Mais uma vez, mulher negra e pobre. Depois, muito depois, em encontro com o grupo Escritas Feministas, compartilho minha inquietação. Minha dificuldade com a escrita dos casos específicos. E, conversando, fica evidente o meu distanciamento, o meu silenciamento branco às denúncias de violências cometidas contra mulheres negras. Era preciso escrever.

Segundo Maria Aparecida Bento (2002), a branquitude compreende um sistema de valores em que o branco não se identifica com as dores das pessoas negras e coadunam-se entre si no que intitula de *Pacto Narcísico*. Pacto em que o branco silencia, oprime ou distorce situações racistas vivenciadas como se não fosse um problema também seu. E dessa forma, beneficia-se da situação, perpetuando formas de convivência que lhe garantem privilégios materiais e simbólicos, permanecendo confortáveis em suas formas de pensar e fazer o cotidiano.

Identifico essa branquitude na minha relação com Francisca. A dúvida, o questionamento, a sensação de não saber o que fazer, a não escrita sobre seu caso, a distância entre nossas vidas, geográfica e simbolicamente. Branquitude que coloca entre mim e Francisca tamanho intervalo que garante o conforto que eu possa continuar minha vida tranquilamente, depois de ouvir tal história. Ela não. Branquitude que cria justificativas para suposta impotência ou aceitação, pois as soluções para os casos de racismos ou estão para além de minhas forças, ou constituem questões muito antigas, de difícil resolução.

Bento (2002a, 2002b) atenta que o racismo é um problema de *relação* atual e cotidiana entre negros e brancos e não apenas de negros, como usualmente se pensa no Brasil. Fetichizam-se e naturalizam-se relações racistas com a justificativa de que são fatalidades da exploração e expropriação de vidas negras no passado, que demandarão tempo para serem solucionadas; isentando a concreção de responsabilidades no presente. A autora reitera que é preciso escrever, identificar, marcar, denunciar, explicitar as situações de racismos vivenciadas hoje. O racismo é um problema de branco, e não apenas de negros, um problema atual, e não do passado (BENTO, 2002a, 2002b).

Problema tão atual que, em simples busca no *Google* sobre “adoção ilegal”, aparece reportagem recente do Jornal MetrÓpole (jornal digital pertencente ao Distrito Federal/Brasília), do dia seis de dezembro de dois mil e vinte, sobre adoção ilegal no país. Em pesquisa realizada para a reportagem, ressaltam que a maioria das adoções ilegais ou forçadas

se dão dentro dos próprios hospitais, com ajuda dos profissionais de saúde, com mães negras, mães pobres e empregadas domésticas⁴⁵. E que, devido a sua recorrência, casos como os de Francisca e de Luzia são conhecidos como *adoção à brasileira* nos inquéritos judiciais, derivados do *jeitinho brasileiro*.

Com atenção para essa proximidade e atualidade de tais violências, no universo de trabalho e ambiente dos estudos organizacionais, a própria Maria Aparecida Bento (2002a) indica que, no Brasil, em torno de 94% dos lugares de poder em instituições de trabalho são ocupados por homens brancos. Segundo ela, organizações públicas e privadas, por onde vêm realizando suas pesquisas por mais de 14 anos, têm, por definição, que garantir a manutenção da estrutura de pessoal vigente, fazer durar seus valores e assegurar sua transmissão. Branquitude claramente identificada nos processos de recrutamento, seleção e contratação, bem como nas políticas internas de progressão de carreira, que perpetuam privilégios. E assim, as instituições estão feitas para rejeitar a diversidade de condutas e de pensamentos, bem como resistir à diversidade racial, de orientação sexual e entre outras.

Angela Davis afirmou em seu discurso proferido em 1979, em Okland, nos Estados Unidos, que, em uma sociedade racista, não basta não sermos racista, devemos ser antirracistas. A jornalista, ativista antirracista e uma das organizadoras da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, Juliana Gonçalves (2018), nos traz uma explicação valiosa, amparada nos percursos construídos por Angela Davis, que nos ajuda a compreender de modo tangível o que constitui esse posicionamento antirracista:

Quando Angela Davis fala em ser antirracista, significa assumir uma prática antirracista. Como é que você se posiciona em relação ao racismo nas situações do seu dia a dia? Falando especificamente para pessoas brancas, como você faz esse exercício? Se você chega a um espaço que só tem pessoas brancas, como você se move com relação a isso? Como isso te toca e te leva a uma ação? Se você percebe no seu trabalho que não tem pessoas negras, que as pessoas negras que estão lá estão todas em posições subjugadas ou até mesmo recebem um salário menor fazendo a mesma coisa, como é que você se posiciona com relação a isso? Inclusive entre as pessoas brancas em espaços ainda embranquecidos a que os negros ainda nem chegam para ter voz. Colocar-se ao lado da luta antirracista é entender que isso é uma questão realmente estruturante, principalmente num país de forte passado colonial e recente passado escravocrata, e que isso não é uma questão de segunda ou terceira necessidade. Para pessoas negras, **o corpo é a primeira fronteira, e o racismo se coloca como algo imperativo nas nossas vidas, que vai nos influenciar do nascer ao morrer**. Ter aliados brancos, pessoas brancas conscientes disso, de seus privilégios, é essencial, porque, como eu disse, há espaços que são tão

45 Reportagem disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/maes-e-filhos-separados-pela-adocao-ilegal-se-unem-em-buscas-de-familias>. Acesso no dia 26/01/2021.

embranquecidos e tão segregados que os negros nem chegam para ter voz. Nesse sentido, é **importante ter a voz branca tensionando também**. Quando a gente fala, a gente está falando com a nossa adversidade. A voz branca tensionando, na educação, na saúde, no trabalho, ajuda a fortalecer a luta antirracista [...]. Entender que o Brasil é um país extremamente desigual, que a **riqueza ainda está nas mãos de um grupo muito pequeno e completamente embranquecido**, também é importante para ser antirracista. Ser antirracista é prática diária. Não é só dizer não a esse racismo etéreo, é falar não para o **racismo que traz a mortalidade para muitos corpos** (GONÇALVES, 2018, s/p – grifos nossos).

A partir de uma perspectiva feminista, Lia Schucman (2012) ressalta que é condição indispensável identificar o lugar social e subjetivo de onde se age, fala, observa e escreve, para não coadunar com o *pacto narcísico* dentro do movimento. Continuaremos perpetuando violências, caso não haja autoavaliação crítica que localize e nos faça responsáveis pelos privilégios dos lugares que ocupamos.

No caso, aprendo que, como mulher branca, heterossexual, de classe média, não me cabe apenas tristeza, culpa ou paralisção, como salienta Djamila Ribeiro (2018). Como atitude feminista, antirracista e anticolonial, cabe responsabilização pela desconstrução cotidiana de relações de opressão naturalizadas como *norma*. Mascaradas, despercebidas, invisibilizadas pelos modelos universais de humanidade sob os quais fomos forjadas.

É preciso tensionar contradições, para delas desvelar violências. No caso, a heteronormatividade e a branquitude precisam ser questionadas como norma compulsória. Norma colonial que invisibiliza, silencia, oprime, apaga, exclui vidas que não cabem nestes padrões. E, nesse sentido, pensando no universo administrativo, no mundo do trabalho e das relações econômicas, destaco algumas pistas para o enfrentamento de branquitudes trazidas por Élide Almeida (2019, p. 1609). Pistas para investigação de si e responsabilização de quando agimos como norma:

“A negação do preconceito; a reatividade frente à discussão das relações raciais; a europeização e americanização da compreensão de mundo, que levam a distorções da realidade brasileira; a relativização dos efeitos da escravidão; a relativização da escravidão como fato histórico; o apelo às questões de classe como unificadoras das diferenças raciais; a interrupção da fala negra; a apropriação da fala negra; a recorrência em nomear a outra, ou seja, dizer quem é negra e quem não é; o profundo desconforto em ser marcada como branca; oferecimento de explicações, mas não de compreensão; o ressentimento pessoal; o desconforto com a ascendência social de pessoas negras; o apelo ao branqueamento quando a pauta é a branquitude, ou seja, a isenção branca e a culpabilização negra; o apelo aos critérios de descendência, quando a marca racial no Brasil é fenotípica; a carteirada, ou seja, a demonstração de filiação antiga a movimentos históricos para deslegitimar as

vivências do cotidiano; o recalque do corpo, onde questões da sexualidade também são abafadas e acachapadas na luta de classes e no cadinho de raças”.

É preciso nomear a norma, desnudar o silêncio, e assim “descolonizar os afetos da branquitude, [...] investigar onde se age pela norma e quais as consequências subjetivas e materiais dessas ações no mundo, visando assumir responsabilidade política por gestar novos mundos e reconhecer novos mundos” (ALMEIDA, 2019, p. 1608). Partir do princípio de que é tão fundamental abraçar a própria violência quanto se tornar responsável por ela (MOMBAÇA, 2016).

*

Como resultado das reflexões ocasionadas pelo atrito entre branquitude e norma, resultantes do meu habitar na pesquisa, ao observar as entrevistas como um todo, e os lugares nos quais nós mulheres estivemos habitando, como exercício de aprendizagem, gostaria de tensionar mais um conceito, bastante caro a esta tese: o conceito de complexidade.

A mesma norma que silencia, exclui e simplifica, branqueia (apaga) a complexidade. Norma que institui a coerência devida entre sexo, gênero e sexualidade (BUTLER, 2007) também institui a cor da pele, os hábitos e a cultura a ser habitada e perpetuada. Mina potência ética dos tantos outros modos de existir.

Nesta pesquisa, entre as linhas duras capturadas, pudemos perceber a força destas normalizações instituídas. Os enrijecimentos por elas causados. Em meu corpo e no corpo delas. Como mulheres, como mulheres heterossexuais cisgêneros⁴⁶, como perpetuadoras de um modo de existir branco, ocidental, europeu. Normatização que estabelece e estabiliza os seres em seus devidos lugares sociais. Mantém pessoas em seus papéis, limitando vida. Mulheres não brancas que perpetuam lugares de trabalho (em casa e fora de casa) que reiteram a imagem e o papel de “prestadora de serviços”, mal ou não remunerados.

46 Segundo Brune Bonassi (2017, p. 19), “cisnorma é uma palavra-conceito que vem sendo utilizada a partir da década de 1990 por militantes trans e não binários em blogs e páginas da internet. Recentemente, a partir de 2011, publicações acadêmicas brasileiras começaram a utilizá-la para descrever a normalidade compulsória, esperada e regulada por instituições religiosas, biomédicas e jurídicas que produzem o entendimento que as pessoas possuem um verdadeiro sexo. Esse sexo será binário, ou homem ou mulher, designado ao nascimento a partir da anatomia (mesmo que a anatomia tenha de ser cunhada), permanecerá imutável no decorrer da vida da pessoa, e será considerado o mais verdadeiro, o mais legítimo, o mais normal, posicionando automaticamente pessoas trans e não binários como ilegítimas, anormais, delirantes”.

E sobre este aspecto, o pensamento de Lélia Gonzales é de fundamental importância, ao destacar as especificidades do racismo no Brasil. Para ela, o “racismo latino americano é bastante sofisticado para manter índios e negros na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz; a ideologia do branqueamento” (GONZALES, 2019b, p. 345). Racismo que garante o padrão europeu como superior, correto, verdadeiro, universal. Racismo interiorizado que desqualifica o não branco, mesmo pelas pessoas de cor.

Lélia Gonzales (2019a, 2019b) denuncia que está no micropolítico, nos desejos, ações e pensamentos, a internalização de um ideal de branqueamento que nega a própria cultura. Ideal que reduz significativamente a complexidade da experiência cultural nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos. Experiência cultural de uma América Latina, diversa, múltipla, inspirados em modelos indígenas e africanos.

O branqueamento faz parte de um reducionismo normatizador que mantém estruturas de dominação e opressão, perpetuando lugares de decisões, ciclos econômicos, relações de trabalho, acessos à educação e à saúde, relações afetivas, ciclos de amizade. Modos de conviver e de compartilhar os resultados dos esforços coletivos. Branqueamento que apaga o desenvolvimento de formas alternativas de organização livre, como os quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronagens e *maroon societies* (GONZALES, 2019). Organizações baseadas na cooperação e na solidariedade, na multiplicidade e na diversidade baseada em solidariedade firmada entre mulheres. Outros referentes.

Ademais, para Lélia Gonzales (2019b), o racismo no Brasil passa por um processo de denegação, referindo-se ao conceito freudiano. Segundo ela, nega-se, com violência, aquilo que mais se deseja. E no caso da mulher negra, perpetua-se amor e ódio pelas figuras que (ainda) representam: a mulata, a mucama, a mãe de leite. Lugares de desejo, dependência, carinho e servidão. Lélia explica que, devido às imagens que estas mulheres ainda carregam (herdam), sobre elas pesam ocupações sociais vinculadas aos trabalhos físicos mais duros, imersas em ciclos de dependência e pobreza que dificilmente as possibilitam escape. Ciclos de perpetuação da pobreza que passam pela negação de moradia, educação e saúde de qualidade, assim como trabalhos pouco ou nada remunerados, que possuem explicações em um tipo de racismo bastante particular. Um racismo que deteriora as raízes culturais dos

indivíduos, mina a autoestima, educa para que aceitem lugares subalternos, cria sistemas de seleção racistas, disfarçados por “boa aparência”, “nível escolar”, ou “mérito”.

Por isso, é de tamanha importância nomear a norma, como ressaltamos anteriormente. Explicitar o que é tido como padrão e normal, para que sejam colocados em dúvida, para que sejam coloridos, para a complexidade ganhe evidência. E para tanto, como afirma bell hooks (2019, p.174), é preciso sair de nossa zona de conforto, criar e sustentar vínculos de solidariedade, sem precisar eliminar nossas diferenças. É preciso “compartilhar interesses e crenças, unidas pelo apreço pela diversidade e pela solidariedade política”.

4 Considerações finais: pistas para uma administração menor

Fizemos o que nos propusemos. Cartografamos. Desenhamos mapas das forças que encontramos *em* caminho, deixando com que o processo acontecesse. Usando meu corpo como vetor, eu me lancei em território desconhecido, apostando em sua importância por si só — vidas muito pouco conhecidas, faladas, descritas. Vidas de mulheres velhas. Forço o pensamento a transitar pelo desconhecido, a construir outros arranjos, outras passagens. Forço o pensamento a encontrar diferença nele mesmo e no que fazemos com ele (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016).

E agora, ao final desse processo, percebo que a busca pela diferença coaduna com a defesa de uma administração menor, administração rizoma, uma administração atenta e cuidadosa com a complexidade inerente ao plano de imanência, defendido por Gilles Deleuze. Inspirada no trabalho de Luciana Oliveira, que acompanhei e vi ser concretizado em tese em dezembro de 2020, “Por um cuidado menor: mulheres, violências e psicologia(s) feminista(s)”⁴⁷, busco uma *administração menor* — administração que tensione o pensar e o fazer de relações produtivas e reprodutivas para expansão, atenção e cuidado à forças e formas não usuais de sua área de conhecimento. Administração atenta às fissuras, às lacunas, ao que escapa, ao que rompe o costumeiro.

Como conversado na introdução deste trabalho, pertencemos a uma tradição de pensamento marcadamente platônica e cartesiana, em que a representação e a busca idealizada pela reprodução de modelos constituem a forma usual de nos relacionarmos com o mundo. E, se há um modelo, um ideal a ser perseguido, a cópia, a representação que fazemos será sempre menos, pior, uma farsa em relação ao prospectado. Dessa forma, este padrão de pensamento que também estrutura a ação está regido por dicotomias hierarquizantes de certo ou errado,

47 Luciana Oliveira, amiga, pesquisadora doutora e psicóloga, faz parte do grupo de escritas feministas a qual faço parte e com o qual escrevemos coletivamente o texto “Fragmentos coletivos de uma pandemia (corpo escrita de nós)” — posfácio desta tese.

bem ou mal, X ou Y, e assim por diante. Dicotomias que organizam, classificam, reduzem, simplificam, padronizam o mundo.

O pensamento administrativo, ou as técnicas de gestão, estão predominantemente a serviço desta forma de habitar o mundo. A administração serve justamente como ferramenta para consolidação destes padrões que organizam o mundo do trabalho, da produção e reprodução material. E ela passa a ser cada vez mais necessária, à medida que a função trabalho se fragmenta, ganhando especial importância no modo de produção capitalista. De forma cada vez mais acentuada, o capitalista passa a exercer a função de direção econômica, deixando os trabalhadores exclusivamente ligados à realização do processo produtivo, despidos da potência de controlar as coisas e a si mesmos (PAÇO CUNHA, 2018).

O que Deleuze (2002a) propõe com o plano de imanência é a reversão (ou subversão) do pensamento-representação, convocando para que usemos pensar, usemos fazer rizoma, respeitando a multiplicidade de forças, extrapolando modelos e protocolos. No plano de imanência, a complexidade é invocada com suas contradições — não há exclusão, e sim soma. O dentro e o fora, o aberto e o fechado, são inseparáveis quando pensados enquanto dobra. No mesmo sentido, as forças e as formas, as forças intensivas e as formas extensivas, fazem parte da mesma estrutura. Elas convivem no mesmo corpo.

Dualismo, complementaridade de um sujeito e um objeto, a dependência entre ambos, todas essas questões não desapareceram. Há um plano de organização que lida com as classificações, com as identidades, com a reprodução do mesmo a partir de um centro (sistema arbóreo), como as funções administrativas tradicionais. Mas, também, há um plano de consistência (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016) ou plano de composição (SCHOPKE, 2004; KLINGER, 2014) que sai do domínio da representação e entra no domínio da experimentação⁴⁸, das intensidades e do singular, na profusão de forças, na pulsão de vida, apostando nas invenções de um sistema sem centro — rizomático.

48 Deleuze amplia a dimensão da experiência por meio do conceito de experimentação. Ele propõe a busca do fora - o sair de nós mesmos. A busca pelo intensivo de forças que se dão entre os corpos. Na experimentação não há sujeitos identificados. “O que interessa não é um sujeito, o eu, ou um objeto, mas a relação estabelecida entre os dois num movimento de dessubjetivação: o entre, o impessoal, de onde emerge o virtual como nó de forças que surgem nos encontros, como dessubjetivação” (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016, p. 85).

A sensação da passagem do tempo ao dançar nos ajuda a reconhecer tal complexidade. Como salienta Moehlecke e Fonseca (2005, p. 47), “há tempos em que o corpo atende à linearidade, respeitando a ordem dos movimentos e sua harmonia com a música; é um tempo enquanto arborescência, mantendo e conservando os sentidos”. Mas, também, há tempos que o bailarino, ao dançar, “sente os devires tomarem e transportarem seu corpo para novos corpos; ele sente o tempo rachando, cindindo-se, descentrando-se e crescendo pelos meios. Às vezes é como se o tempo escoasse por entre os gestos do bailarino, num único instante” (p. 53). Tempo enquanto rizoma.

A administração menor, sem letras maiúsculas, abarcaria estes dois planos, estes dois tempos, sem exclusão. O plano habitual de organização, mas, também, atenta e cuidadosa com a experimentação, os encontros, o singular, com o traçar desordenado da vida que pede passagem. Neste caso, a palavra menor não indica menos importância. Com referência ao conceito *literatura menor*, desenvolvido por Gilles Deleuze e Felix Guattari, no texto referente à literatura de Franz Kafka (1977), já explicitado no início desta tese, nota-se que menor brinca com estes significados, dando ênfase às forças e intensidades singulares, que permeiam as micropolíticas cotidianas. Menor como “combinações inéditas, diferentes, que apontam não uma permanência de sentido do objeto através dos tempos e sim o que o faz diferir” (OLIVEIRA, 2020, p. 150). Recusa aos modelos que aspiram ao majoritário. Ao contrário: invenção de desvios, de linguagem própria (TOTORA, 2015).

Como ressalta Bento (2002b), fazer permanecer o sentido do objeto no tempo é a principal função de qualquer instituição. Elas utilizam as técnicas administrativas de seleção, admissão, controle, avaliação, justamente para perpetuar a estrutura de poder existente. Uma administração menor estaria atenta então ao que rompe, ao que modifica, ao que inventa desvios para possibilitar que a complexidade e a multiplicidade persistam aos processos de normatização.

Por isso a vida de mulheres velhas que dançam no bailinho da tia Naná é de especial importância para este trabalho. Administração disposta a observar, perseguir e cartografar forças não vinculadas ao controle, à finalidade e à utilidade. Administração sensível à amizade, à solidariedade, à pulsão e às necessidades dos corpos, que não são máquinas. Uma administração não dicotômica e hierárquica, mas interessada em perceber onde a vida pulsa, o

que a revigora, em detrimento daquilo que a consome, “cafetina”, imobiliza. A administração menor expande seu plano de atuação inicial, atenta às contradições, aos encontros, aos acontecimentos, ao diferente que sobrevive *apesar de*.

Administração que congregate, como dobra, o organizar e o compor, a ordem e o caos, a função e a desconexão — “polaridades que geram tensões, e portanto, movimento” (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016, p. 67). Administração menor que cria e também respeite o fluxo, o corpo e toda a integração existente entre vida e seu meio. Administração que integre o corpo sem órgãos para Deleuze, o corpo-dança (MUNHÓZ, 2011), o ser-em-casa de Rolnik (1998). Guiada por bússola ética com interesse na potência imanente da vida, com o que somos capazes de fazer aqui e agora, desapegados de parâmetros universais (TOTORA, 2015).

Além das vidas marcadas pela rotina dura da casa, comida, roupa, maridos, filhos, as senhoras dançam. Encontram dança — movimento — onde há rigidez na casa-corpo e na casa-família, rigidez no contrato social-sexual. Dançam com as dores do corpo, com os papéis que representam. Dançam com o padrão de limpeza, com o que é dito como obrigação de mulher. Dançam na relação com o marido e suas funções de esposa. Dançam com a condução masculina, com a submissão de gênero. E assim ensinam sobre cocondução, confiança e liberdade para que o fluxo e a alegria aconteçam. Ensinam sobre o esquecer-se de si e sobre ser empreendedoras de vida em coletivo, em que diferenças podem ser compostas sem dominação.

Com a dança, estas senhoras ensinam sobre uma *administração menor* que, junto ao *planejar*, tecem. Junto ao *organizar*, compõem; ao *avaliar*, cuidam. Senhoras que, tecendo, compondo e cuidando, habitam suas casas com o “ser sendo” antropofágico de Rolnik (1998). E assim inventam modos de existir revolucionários, vaga-lumes, que iluminam, dão pistas, para uma vida mais potente, alegre, inventiva (DIDI-HUBERMAN, 2011). Vida que não dissocia: o público e o privado, a mãe e a puta, a bailarina e a costureira, o dentro e o fora, o intensivo e o extensivo.

Com referência à explicação de Oliveira (2020, p. 210) para o sentido dado à palavra menor por Deleuze e Guattari, proponho uma administração que: 1. desterritorialize, transvalore, reinvente, transforme o que se entende e o que se faz como administração maior; 2. crie outras

ramificações políticas, ampliando percepção crítica de como a administração está atrelada à construção da subjetividade capitalística; e 3. lance mão de agenciamentos coletivos de enunciação e aposte no coletivo, na construção conjunta, na força do comum.

Para isso, resgatando as aprendizagens do percurso desta tese, a seguir proponho pistas, lampejos, proposições que podem contribuir para a construção de uma administração menor, sem pretensão nenhuma de esgotar o assunto, muito menos produzir um manual “passo a passo”. Ciente que o processo é singular e único, compartilho reflexões que podem contribuir para processos interessados na preservação, não apenas do instituído, mas das potências de inventividade.

1. Aposta no desejo, e não apenas no problema. Aposta na potência, e não na falta. Observação atenta ao que move o desejo e a vontade, de onde emana a força de ação do grupo em questão e sua capacidade inventiva para a criação de alternativas não formuladas até então. Os modelos de ação e pensamento não são balizadores para representações castradas de inventividade.

Assim como não há uma velhice única padrão, não há certo e não há errado. Há percurso. E confiante na potência inventiva, aposta-se no desconhecido, onde se aprende o novo. Aposta-se na coragem de sair do conforto das casas para explorar domínios públicos, assim como nos ensinam as mulheres do bailinho.

Uma administração menor aposta em grupos de trabalho atentos aos sonhos, aos desejos, sem medo do erro. Abertos para a experimentação de novos arranjos possíveis, buscando desfazer-se das mochilas de classificações carregadas e dos pensamentos estruturados nos padrões existentes de até então. Incentiva-se potência inventiva.

Se não há padrão, há multiplicidade, diversidade, outras possibilidades de continuidade de um processo. Multiplicidade de possibilidades, de saídas e respostas às situações vivenciadas. Há aprendizagem coletiva de limites, possibilidades, potências, alternativas, interações, com as forças que aparecem e desaparecem, nas distintas situações. Aprendizagem de como fazer dobras. De como vergar-se, envelhecer juntos, cuidando da potência de criação de devires.

2. Aposta nos saberes múltiplos, na diversidade de possibilidades de entradas e saídas, nas diversas possibilidades de invenção da vida e de soluções cabíveis, assim como a velhice-rizoma, proposta por Barreto (2019), assim como a discussão sobre gênero cunhada por Butler (2003, 2007), ou o conceito de mulher trazida por Braidotti (2000).

Dora nos convida a refletir sobre a dicotomia heterossexual e hierarquização de gêneros que também ocorrem nas organizações do trabalho. Ela nos convida a pensar em formas de administração ou organização de processos que reconhecem a multiplicidade de possibilidades de composição ente sexo, desejo e sexualidade, destituindo polarizações que perpetuam a concentração de poder, tempos e retornos a determinado grupo. Organizações que dancem entre tais categorias, destituindo a dureza das divisões patriarcais do trabalho.

Judite nos ensina que, se não há único modelo, única forma de pensar e seguir; há singularidade, localização de saberes, atentos às especificidades das forças que compõem os percursos. Os padrões de pensamento e ação tomados como verdade até então pela administração podem e devem ser questionados. Há outras formas de fazer que podem ser instituídas por outras formas de se pensar as categorias existentes. Processos de seleção, estruturação de cargos, distribuição dos resultados. Todos estes aspectos revelam relações coloniais de restrição de acesso e partilha. Olhares cuidados reclamam por abertura, participação, redistribuição, mudança de rota.

Luzias, Franciscas, Amélias e Rosanas conclamam o feminismo negro para se repensar a hierarquização de diferenças, a concentração de privilégios, a urgente redistribuição de oportunidades. O feminismo negro escancara a branquitude inerente às instituições com as quais nos organizamos em coletivo, evidenciando estruturas normativas que performam um jeito normatizado (branco) de se organizar em sociedade.

Ressalto as reinvenções necessárias dadas à condição culturalmente construída ao lugar da mulher. Atenção à invisibilidade da economia do cuidado que sequestra o tempo e perpetua dominações, que posterga alegrias e determina o roteiro profissional de tantas. É preciso, assim, criar, articular, fortalecer rede de apoio social e familiar para descentralizar demandas das figuras femininas, redistribuindo o trabalho do cuidado entre todos. Até mesmo dentro e nos horários de trabalho institucional.

3. Aposta no corpo sem órgãos, bastante distinto dos órgãos sem corpo, das máquinas operárias aos quais nos transformamos (BRAIDOTTI, 2000). Busca do corpo que dança em potência alegre. Como nos conta Efigênia, corpo sensível ao que permite que a vida continue em composição, e não apenas em função/organização *para*. Corpo que *afecta* e permite ser *afectado* (em sentido deleziano), pois se percebe integrado, e não em funcionamento isolado. Em escuta atenta, o corpo sem órgãos percebe-se em processo de cocondução, em fluxo, desprendendo-se do sentido de autoria. Cria-se junto, tece-se em confiança.

Uma administração menor feminista, antirracista e anticolonial, subverte a cafetinagem dos corpos que os restringe às funcionalidades biológicas ou células de produção isoladas e aposta em corpos que dançam, que compõem, que cocriem e coconduzam — em fluxo, juntos, desvelando processos produtivos que ultrapassam o retorno econômico de curto prazo.

4. Aposta no coletivo, na construção de um comum⁴⁹ que potencialize os *afectos* como forma de recomposição das relações. Não há ato solitário. Aposta-se em micropolítica ativa tecida nos encontros que opera em outro sistema de valores, como nas trocas que não estão baseadas em fins; e em ações que não tenham como finalidade a acumulação (KLINGER, 2014).

Outros modos de existir em coletivo contados por Efigênia, Amélia, Eliana, Luzia. Modos coletivos de partilha de potência de vida, de cuidado uns com os outros, onde se faz possível a subversão dos modelos de casa como território de dominação e castração, para a construção de “casas-corpo” e “casas-famílias”, onde é possível “ser sendo” sem medo do outro.

Cuidado menor, como aponta Luciana Oliveira (2020). Junto. Solidário. Atento às especificidades e multiplicidades de cada etapa da vida. Respeitoso aos diversos modos de ser, reconhecendo a existência de desejos e vontades de um corpo próprio. Administração menor produtora de forças e formas que articulem encontros potentes, associações solidárias, por si só combativas a processos de exclusão, inferiorização e dominação.

6. Aposta na vida. Vida que apenas é se integrada. Em decisões orientadas por bússola ética, atenta à integração de todos os seres vivos para além do humano. Bússola ética que substitui

49 Como no decorrer desta tese, aqui utilizamos o termo comum como empregado por Rolnik (2019, p.33), em diálogo com Negri e Hard. Comum como campo imanente de pulsão da vida de um corpo social, de modo a direcioná-la na criação de modos de existência para aquilo que pede passagem. Da construção do comum resultam mudanças nas formas de realidade.

processo de colonização, de dominação do outro, do meio ambiente, dos recursos naturais, pela aliança; e, assim, destituir a humanidade como parâmetro fundamental para processos decisórios que interfiram no ecossistema que habitamos.

Com referência à Judith Butler (2018), ter como referência que:

Uma vez que outras vidas, entendidas como parte da vida que está além de mim, são uma condição de quem eu sou, a minha vida não pode fazer nenhuma reivindicação exclusiva sobre a vida, e a minha própria vida não é todas as outras vidas, nem pode ser. Em outras palavras, estar vivo já é estar conectado com o que é vivo, não apenas além de mim mesmo, mas além da minha humanidade, e nenhum ser e nenhum humano pode viver sem essa conexão com uma rede biológica de vida que ultrapassa o domínio do animal humano. A destruição de valiosos ambientes construídos e da infraestrutura que nos sustenta é a destruição do que idealmente deveria organizar e sustentar a vida de modos que sejam suportáveis. A água corrente seria um caso enfático. Esta é uma das razões por que ao se opor à guerra alguém não se opõe apenas à destruição de outras vidas humanas (embora o faça), mas ao envenenamento do meio ambiente e à agressão mais generalizada ao mundo vivo. Não é apenas porque o humano dependente não pode sobreviver em solo tóxico, mas que o humano que torna o solo tóxico mina sua perspectiva de vida em um mundo comum, no qual as 'próprias' perspectivas de vida de alguém estão invariavelmente ligadas às de todos os outros (BUTLER, 2018, p. 33).

E assim fecho esta etapa de tese, buscando compartilhar o brilho daquelas mulheres que vi derivarem no salão em alegria. Alegria de vaga-lumes (DIDI-HUBERMAN) que ainda resistem aos holofotes dos *outdoors*; à indústria farmacêutica ou imagética do *marketing*; à produção máquinas operárias. Holofotes fixados por um modelo hegemônico de se produzir, empenhado nas vendas de modelos de mulher, corpo, velhice, que insistem em ofuscar modos de existir menores. Em (r)existência, persistimos em dar visibilidade às [d]obras de arte que nos ensinam a potencializar a vida, reinventar passagens, descobrir novos percursos. Tarefa nada fácil. É preciso aprender. É preciso insistir e aprender a estar junto. Como velhas acumuladoras de experimentações menores, com sensibilidade apurada para perceber onde pulsa vida.

*

Antes de nos despedir, é imprescindível registrar sobre a tristeza que acomete nossos corações neste momento de fechamento do trabalho ao receber a notícia de que muitas senhoras e senhores que frequentaram o bailinho faleceram neste último ano marcado pela pandemia de COVID-19. Faleceram em grande parte por ataque cardíaco, acompanhados de tristeza e depressão, privados de poderem cultivar suas alegrias no salão. Com coração apertado,

dedicamos este trabalho a todas as pessoas que ali dançaram, dançarão e também a todas as pessoas que de alguma forma se dedicam à velhice. Esperamos que este trabalho possa inspirar e fortalecer ações de administração e cuidado menor, cientes da importância que são para a manutenção e potencialização da vida.

Compartilhamos também sugestões sobre outras possibilidades de investigações sobre o tema. No que tange ao retorno da pesquisa às mulheres e ao bailinho, seria de extrema relevância a produção de rodas de conversas sobre o ser mulher, sobre a velhice, sobre a dança e com eles, e reproblematicar o que aqui foi exposto. Outra sugestão seria aprofundar as relações teóricas entre velhice e administração. Sobre como o primeiro ensina o segundo. Buscar outros lugares compostos por velhas e velhos e observar como gerem a convivência ali. Também, fica como sugestão o aprofundamento teórico da relação filosofia da diferença e estudos administrativos. Percebendo detalhes, contradições, provocações. Tensionando dicotomias e produzindo movimentos onde se é dado como inviável, impossível, desconexo. Tensionar administrações outras, lugares não autorizados, como salienta Carrieri (2014), em busca de reinvenções cotidianas das nossas formas de fazer junto.

*

E assim, nós nos despedimos. Reativando alegria, com a esperança de nos vermos em breve, no próximo baile.

5 Posfácio: Fragmentos coletivos de uma pandemia (*corpoescritas*⁵⁰ de nós)⁵¹

Estar à vontade para a escrita do possível. Para a escrita de um possível: um parágrafo, uma frase que seja. Para que não fiquemos coladas na obrigação de escrever, e estejamos mais ligadas na vontade de fazer algo juntas, enfim. De colocar no papel o que a gente já vem fazendo juntas. A proposta é que possamos pensar um pouco mais livremente sobre a escrita nesse momento das nossas vidas, porque a obrigação às vezes nos afasta dessa possibilidade.

*

Em tempos de crise, afirmar a vida e enfrentar o presente. O que há de vital em nós? No nosso caso, a pandemia insurgiu a conexão virtual de seis mulheres pós-graduandas para a partilha do que grita e silencia nossos corpos e nossas escritas. Vivendo em diferentes cidades, em construção provocativa, juntas, tecemos textos contra-hegemônicos. Esses fragmentos foram escritos na intensidade, com os sentidos, o ouvido, as mãos; pelas cores, texturas, espessuras; em experimentações e acontecimentos. Uma escrita coletiva, afetiva, que tece e destece palavras, entremeia ideias, multiplica sentidos, desburocratiza histórias. Tecido forjado nas linhas da contração e da expansão, no qual, enquanto tecelãs, estamos continuamente a nos inscrevermos e nos apagarmos, nos diferenciando de nós mesmas. Assim, resistimos aos aprisionamentos estruturais e experimentamos a tecitura rizomática, inventando múltiplas entradas e sustentando a aposta viva de nos fazermos escritoras a partir do rigor dos afetos que movem nossos *corpoescritas*.

*

50 Conceito cunhado por Priscila Tamis em sua tese em construção: *O Belo Surto - experiências finitas de um corpoescrita*. (Título provisório). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2016 – atual.

51 Primeira parte do texto escrito no coletivo Escritas Feministas e publicado na revista Alegrar (SILVA, Fernanda *et al.* Fragmentos coletivos de uma pandemia (*corpoescritas* de nós). Revista Alegrar. n. 26 - jul/dez 2020 - ISSN 1808-5148). O texto expõe as dificuldades do processo de escrita em meio à pandemia de COVID-19, além de buscar reinventar, segundo uma perspectiva feminista, nossa participação textual na academia.

Quando a gente aprende a palavra, aprende a fazer beleza e também aprende a machucar. Quando a gente aprende a necessidade do ser de enfrentamento às agruras, aprende a inevitável dureza da ternura revolucionária que não trabalha com paz. Viver a guerra em nós em tempos de guerra. Não existe dom para escrever, cada liga de palavra feita em linguagem é um rasgo na pele. A pele riscada pelas palavras, a dor de ter tantos alguéns para se lembrar.

Toda semana você começa assim triste. E toda semana você começa assim. Triste.

Olha bem pra esse rosto. O que você acha que sabe não se fundou ainda. O que está vivo e que você não pode ver, a inflamação da carne, o correr dos dias entre máscaras e desinfetantes, esse estado de espera do dia que não quer chegar. O alvorecer. A redenção. O novo normal. Não escrevo para você, testemunho as marcas e me coloco para dentro, a pungente volta para o abismo das incertezas. Eu me sinto primitiva e bruta com as burocracias, a náusea das lutas que aqui estão e do que não alcançamos. O caos vexatório da liberdade que não conseguimos viver. Esses dias que estamos assim há anos. Sim, é sempre mais do mesmo. Dizem os intercessores de mim que, quando acontece uma tristeza profunda, um instinto selvagem por perseverar nos coloca em estado de percepção e criação de si. Será? Às vezes tenho vontade de que tudo exploda. Tomo um café pra ver se algo se acolhe, lavo a louça como quem expurga o que não entende do espírito de nossa relação, tomo banho para encontrar ajuda nos elementos vivos do fora, sinto o coração bater na própria escuta, alecrim para o corpo e lavanda para os pés, mandinga ritualística para sustentar os afetos que vive. Alimentos para a alma, afagos para o coração. O que cura é o corpo do amor, aquele que se levanta todos os dias com o olhar à altura dos olhos da vida e da morte. O cuidado é o nervo à flor da pele que pede ao olhar do encantamento delicadeza firme. Não perder a mão de si, não ser obrigada a dívidas ou culpas, não seres obrigado a me suprir. Nós, pequenas ilhas de desorientação na quarentena que não acaba. Tão amadoras. Não nos deixaremos morrer durante o plano de nos matarem, cantamos e escrevemos para os espíritos que nos guiam. Mano velho, mana velha, saúde! O campo das Humanidades está aqui por um fio, enquanto algumas ciências e suas tecnologias parecem nunca terem impedido a guerra e suas torturas. Tecnologias sociais explicam isso. Povos originários há centenas de anos denunciam a queda do céu.

Vai, tira o pó, passa o aspirador com a vitalidade de quem segue, maneja os sonhos, põe a escrita para antes das tarefas. Dança os abraços virtuais e os que de nós, como avesso rebelde do governo da morte, estão para nascer e inventar sentido menos igual. Não adianta essa tentativa de nos roubar, de nos fazer zumbis, de nos esgotar. Nossos corpos estão em chamas, só que olha aí — não paramos de nascer.

Quando é que não há mais tempo?

Somos a história dentro das estórias que ficam no entre infinito das palavras.

E escrevemos. Escrevemos porque queremos. Porque ganhamos corpo. E nas palavras criamos vida. Interstícios de luz. Pequenos gérmens de alegria.

*

Na quarentena. Eterna, quase eterna, infindável, recebo um vídeo de uma amiga que está isolada em Portugal. São mulheres dançando. São dançarinas. Enquanto dançam, juntas, em ritmos variados e se movimentam maravilhosamente, um texto incrível é narrado. Uma voz de mulher diz: “Ouço vozes”⁵². “Nós somos quem luta porque somos quem pode falar. Nem sempre foi assim”. “Meu corpo é o corpo de todas que lutaram para eu estar aqui”. Essas frases invadem minha existência. Estão ecoando em minha cabeça faz alguns dias, uns 15 dias talvez. Entre sons de tambores e o som de um instrumento que parece árabe e que não me lembro o nome, assisto à dança que às vezes me lembra uma mandinga de capuêra e outras os movimentos frenéticos de um baile funk, ouço: “quiseram-nos caladas”, “nos tapam, nos matam, nos casam, nos calam, nos silenciam, nos castram”, “putas poderosas, bruxas”. Choro. Fico arrepiada. Choro e me emociono mesmo que seja a décima, a quinquagésima ou a milésima vez que assisto a esse vídeo. O texto narrado durante o espetáculo do qual sou plateia atenta a partir da tela do meu celular é de uma mulher chamada Piny, dançarina, performer, arquiteta, professora, coreógrafa, nascida em Lisboa. A narradora (me) diz: “Somos muitas e sempre uma, que foi carregada nove meses por uma mulher, e ela por outra, e ela por outra, e ela por outra, e ela por outra e por outra e por outra e por outra e somos nós, as filhas das mães, as filhas das putas, as putas que também fomos, que

52 ORCHIDACEAE, Piny. *Manifesto Feminista*. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CAf-sJVfYWk/?igshid=2o5t5ypj89bk>. Acesso em 06/10/2020.

somos”. Ancestralidade. “E não temos que ter vergonha do que somos, do que sempre fomos”. Somos mulheres. Brasileiras. E nós nos atrevemos a escrever juntas. Decidimos escrever parte de nossos textos tesudos e dissertativos coletivamente. Escritoras do terceiro mundo que devem ousar escrever, como nos suplica Glória Anzaldúa⁵³. Escrever nossas vivências, escrevivências, como nos convoca Conceição Evaristo⁵⁴. Somos muitas e queremos que todas falem juntas a nós, para que não sejamos mais apagadas, para que nossas vozes alcancem os ouvidos necessários, para que nossas letras escrevam outras possibilidades para as próximas que virão. Escrever é um ato político, nos diz Grada Kilomba⁵⁵.

*

Escrevo este texto na expectativa de partilhar com vocês um pouco das minhas angústias a respeito da experiência de escrever. Digo um pouco, pois elas são múltiplas, difusas, inomináveis, insuspeitas, de modo que, vez por outra, me dou conta de sua presença em mim de forma ostensiva, integral. Como a visita indesejada que chega a sua casa, abre a geladeira, toma a última cerveja, cospe no chão, xinga o cachorro e se deita em sua cama sem ao menos tirar os sapatos. E por mais que você queira, ela não vai embora. Não importa que você não esteja feliz ou confortável. Ela veio para ficar.

Em outras vezes, ela aparece assim meio que de relance, sorrateira, como em uma piscadela. E se torna quase impossível identificar seus modos de funcionamento. Seu sistema de opressão.

Penso também que logo de início me traio, porque escrever não é somente uma dor, escrever também é um prazer. Um deleite. Brincar com as palavras. Construir frases como quem esculpe uma qualquer coisa a se dizer. Frases sem nenhuma importância. E quanto menos importância, mais brincante, mais prazer. Essa escrita não abre passagem à angústia, e o corpo que a encarna é a potência de vir a ser, de deixar ser, de deixar-se. Ela é o que é e ponto. Sem falta, sem vazio. Sem o lamento inglório de não ser o que deveria ter sido. Às favas com os louros ressequidos dos textos relegados à condição de cópias, que por infortúnio não

53 ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229–236, 1º semestre/2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em 06/10/2020.

54 EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

55 KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. 1º ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

alcançaram a ascese dos bons escritos. A escrita quando viva, pulsa e faz correr por caminhos desconhecidos, que se fazem no próprio ato de caminhar.

Sigo no pressuposto de que há uma qualidade de escrita que se faz enquanto potência através do próprio ato de escrever: livre, afirmativa, inventiva sem intencionalidade, no sentido de que ao texto não falta nada. Não lhe cabe atender a nenhum tipo de expectativa, ele simplesmente é. E que a experiência desta modalidade de escrita mobiliza uma certa qualidade de afetos. Consideremos a seguinte questão: que tipo de atravessamentos disparam modos tristes de experimentar o exercício da escrita? A que eles se conectam? Que afetos eles mobilizam? Que efeitos produzem em nossos textos, em nossos corpos, em nossas relações e em nossas vidas — potências de existir?

Proponho-me a analisar as questões colocadas acima a partir da perspectiva de que, para compreender tais processos, é imprescindível ampliar o campo problemático acerca dos afetos que me atravessam e que produzem determinados efeitos em mim. E, para tanto, é imprescindível rastrear as linhas do que me acontece mediante a necessidade de escrever. Investigar o que se passa em mim, de que forma, em função de quê. Ser sujeito e objeto de pesquisa ao mesmo tempo.

Escrita-vida. Escrita-respiração. O escrever não está dissonante da vida, do cotidiano. Escrita-clipse como a procura pelo fio propulsor do traço, da primeira palavra digitada ou escrita. Da primeira palavra respirada. Rotina-escrita: opostos? Integrados?

Pulsão de escrita-vivência, que faz nascer sentidos e significados de vida, que faz do fim, começo, e do começo, o fim. Viver sem escrita? Escrita sem viver? Onde encontrar alimento pro traço preciso das palavras senão na vida-escrita.

*

Escritavida, vidaescrita. Eu as leio e pergunto onde e como a escrita dá passagem à vida, gera vida, possibilita. Onde e como a escrita nos atravessa como criação e reinvenção do que somos, do cotidiano, das possibilidades para os que ainda não chegaram.

Uma vez, meu avô me deixou uma nota num presente de aniversário. Nela, estava escrito que ele e vovó me amavam e que deixavam isso escrito, pois foi escrevendo que os homens encontraram a forma para imortalizar o que julgam importante.

Os homens. A importância. Não me lembro do presente. Mas tenho o pequeno cartão que escreveu guardado em um livro.

Ao lê-las me vem de súbito essa passagem. E também: os homens, a importância.

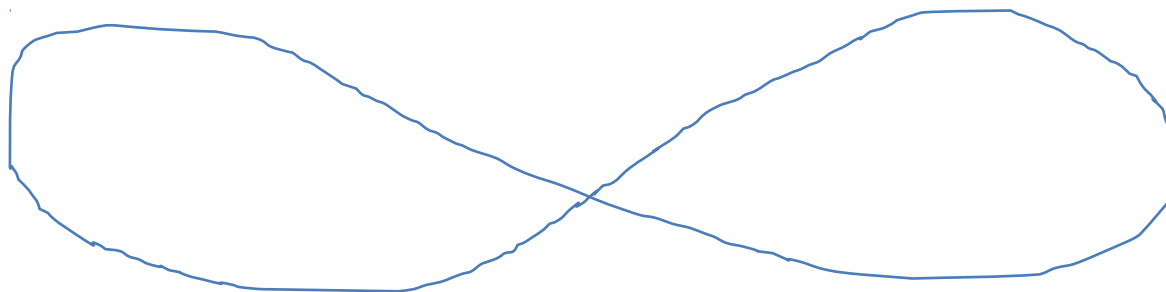
Depois da louça. Depois da roupa. Os bichos. Coisas da casa. Coisas de menina. Coisas sem sentido. Palavras que me despertaram e que agora vão secando junto com os pratos. *Escritavida, vidaescrita*. Como fazer da escrita, vida?

Conversa. Penso na escrita como diálogo possibilitado. Como escuta do longe. Desejo ler mulheres. Das importâncias que não encaixaram.

*

As escritas são também as pessoas e suas circunstâncias, acontecem antes mesmo de acontecer, é o processo já de antes, é o corpo que se vai costurando até ser, corpoescrita que se faz no enquanto e seus ressoares, corpoescrita é o processo que está no infinito entre as palavras. Quando o corpo está no processo, ou melhor ainda, cara companheira, caro companheiro, quando o processo está no corpo a narrativa produz e cria consistência antes que se possa tornar ela própria escrita, a confiança de afirmar valores que estão para a Vida. É linguagem de corpo, é língua pulsando palavra no corpo, corpo pulsando língua na palavra. Corpo e escrita — corpo e mente indissociáveis, produzindo manejo na diferença e na diferenciação de si.

Se vive se encarna se padece se percebe se ocupa.



Corpoescrita de si

Corpoescrita de si

Corpoescrita de nós

Deixar solto o processo é rigorosamente cuidar para que ele seja livre. Deixar o processo acontecer e aparecer, deixar a travação acontecer e aparecer, deixar o que nos vitaliza e o que nos constrange aparecerem como forças vivas que compõem o deixar-se escrever-se. A vida tem texto.

*

Eu escrevo porque gosto. A escrita para mim funciona como um certo mecanismo capaz de favorecer a acomodação de experiências *indigestas* da realidade. Experiências fruto da desacomodação e de *afectos* que ainda não têm nome, e nos deixam sem lugar, como que de ressaca. Soma-se a isso o fato de que não sou uma pessoa dada às confidências nem aos desabafos, logo, a página em branco acaba ganhando pontos extras em uma relação estabelecida sem muitos concorrentes à altura. Desta forma, com o passar dos anos, fomos estreitando nossos laços em uma tríade quase perfeita: uma pessoa solitária, a escrita para o

desabafo e os livros por companhia. Fui tomando gosto pelo processo imbricado na experiência de escrever: a construção das frases, formas de criar sentido, a troca de palavras. Enfim, eu definitivamente gosto de escrever, mas gosto de escrever quando é assim *pra mim*. E daí tem início a maioria dos meus problemas (pelo menos os problemas relacionados à escrita).

Tudo estaria muito bem SE toda essa relação com a escrita se estendesse também às ocasiões em que eu PRECISO escrever. Entretanto, isso está muito longe de ser o que acontece. Simplesmente as palavras me fogem, as ideias são como água no deserto do meu ser. Passo semanas sem abrir o computador. Eu, que escrevia textos sobre minhas questões de pesquisa muito antes da existência mais remota da possibilidade de haver uma pesquisa. Anos antes. E escrevia por quê? Porque gostava, porque queria, porque me ajudava a pensar, porque aquelas questões pulsavam em mim.

Eu me pergunto atualmente por quais caminhos trilhar para fazer doer menos. Para deixar fluir. Estou tão cansada de sofrer com coisas pequenas.

A vida é tão impermanente.

*

Em tempos de crise, afirmar a vida toma muitos sentidos. Nesse texto, cada uma de nós assume-se como uma fiandeira ou tecelã, trazendo nossos próprios fios para compor um tecido textual que se afirma como uma escrita contra-hegemônica, implicada com as diferenças e também com nossas composições múltiplas. Uma escrita que coloca em evidência modos de produzir conhecimento que não são dissociados de nossas vidas e de nossas marcas. Em nossos processos de pesquisa, fomos/somos afetadas por diferentes teorias e práticas, manuseamos diferentes modelos, que nos exigem rigor na tecitura. Tal rigor não nos impede de pensar e de escrever com cuidado e com amorosidade. Escrevemos na intensidade, com os sentidos, com o ouvido, com as mãos, pelas cores, texturas, espessuras, em experimentações e acontecimentos. Um modo afetivo de escrever, o qual tece e destece palavras, entremeia ideias, multiplica sentidos, de modo que a escrita vai ganhando a forma de um tecido múltiplo e infinito, no qual, enquanto tecelãs, estamos sempre a nos escrever e nos apagar, nos dissociando de nós mesmas, nos reinventando em diferentes lugares.

É curioso pensar que, no decorrer dos tempos, a atividade de tecer foi bastante relacionada ao universo feminino, pois, para tecer, as mulheres unem-se umas às outras para conversar, fiar, urdir, enfim, tecer diferentes tecidos. Nesse nosso movimento de tecer a escrita, às vezes realizado de forma solitária, outras coletivamente, mas sempre contando com momentos de partilha de experiências e histórias de vida, fomos nos tornando aliadas nas nossas produções textuais, enfiando-nos nas palavras umas das outras. Enfiar-se na escrita é enfiar-se no múltiplo, tecer novos fios, emaranhar, desmanchar e reinventar os sentidos, é confiar na transvaloração dos pontos. É que às vezes, na construção dos pontos tecidos, um ou outro caminho desmancha-se, produzindo novas tramas: escrever de novo e de novo; compor e decompor relações por meio da escrita. Assim, um processo no qual tecer correspondeu à operacionalização de uma ética do cuidado, pois foi preciso cuidar de si, mas também cuidar das outras, dos fios tecidos na escrita das outras, cuidamos do nosso encontro, cuidamos do espírito de nosso tempo, reunimos nossas intensidades, criamos condições de experimentação e, juntas, tecemos novos possíveis. Resistimos ao aprisionamento e experimentamos tecer rizomas, inventando múltiplas entradas e saídas e cultivando bons encontros por meio de uma escrita tecida na diferença.

Sobre encontros

(de nós para todas as outras)

Quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, e ao contrário, quando um decompõe o outro destrói a coesão das suas partes⁵⁶.

Senti o desejo de escrever sobre encontros. Sobre os nossos bons encontros. Sobre os afetos alegres em que mergulho quando estamos juntas e que aumentam minha potência de agir. Surgem ideias, sentidos, inspirações, caminhos, desejos. Efeitos de composição, ao invés da decomposição que sinto diante de algumas tarefas, obrigações e prazos da academia. Composição coletiva, que me desloca do “eu” para o “nós”. Leio vocês, escuto vocês e me afeto com vocês. Permito que meu corpo seja atravessado pelas narrativas e causos de vocês,

56 DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002, p. 25.

pelas dores, sofrimentos, angústias, e também pelas alegrias, pelas pequenas conquistas e pelos prazeres cotidianos. Sinto que, assim, nos implicamos mutuamente. Nos misturamos. Nos acolhemos. Nos conhecemos. Sinto-me brincante. Nos sentimos umas nas outras. Compartilhamos palavras: nossas e de outras. Compartilhamos nossas vozes. E a cada palavra lida, a cada voz que ouço contando um caso, sinto que nossos *olhos d'água*⁵⁷ se encontram, como se estivéssemos frente a frente, mesmo estando cada uma em sua casa, em seu bairro, em sua cidade, e mesmo em estados e países diferentes. As telas e os áudios de nossos aparelhos celulares parecem se dissolver e não impedem que toda a porosidade dos nossos corpos se abra e se deixe afetar. Nos autorizamos a sentir e a chorar por questões que são de uma, mas que também são de todas nós. Nos conectamos e experimentamos a partilha no encontro de nossos *olhos d'água*. Somos múltiplas. Somos juntas.

57 EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

6 Referências

ALCADIPANI, Rafael. Réplica: a singularização do plural. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 9, n. 1, jan/mar., 2005.

ALCOOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, p. 129–43, 2016.

ALEMANY, Carmem. Violências. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

ALMEIDA, Élide Lima de. Anti-colonizar os afetos da branquitude no feminismo Brasileiro. **Brazil Jornal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 1603–1610, jan. 2019.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ALVESSON, Mats; WILLMOTT, Hugh. Recasting emancipation in management and organization studies. IN: ALVESSON, Mats; WILLMOTT, Hugh (Orgs.). **Making sense of management: a critical introduction**. London: Sage, 1996. (p. 177–211)

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229–236, 1º sem. 2000.

ASPIS, Renata Lima. Fazer filosofia com o corpo na rua: experimentações em pesquisa. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021 (no prelo).

BARCELLOS, Rebeca; DELLAGNELO, Eloise ; UGLIONE, Helena Práticas organizacionais em organizações de resistência: o caso do circuito fora do eixo. **Revista Administração em Diálogo**. v. 17, n. 2, p. 41–80, 2015.

BARRETO, Raquel; CARRIERI, Alexandre; ROMAGNOLI, Roberta. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2020.

BARRETO, Raquel. Cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no Médio Vale do Jequitinhonha. **Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais**, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração. Belo Horizonte, 2018.

BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151–161, mar./abr., São Paulo, 2015.

BARROS, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Nova Fronteira, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte, São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, pp. 549–559, 2011.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. IN: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Org). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002a. (p. 25–58)

BENTO, Maria Aparecida. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. **Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. 2002b.

BETHONICO, Marina Romagnoli; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Deslocamentos deleuzianos na pesquisa em artes visuais: estratégias para uma prática híbrida através da imagem. **Revista Digital do LAV**, v. 9, n. 1, p. 063–088, 2016.

BONASSI, Brune Camilo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. **Dissertação apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAIDOTTI, Rose. **Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual em la teoría feminista contemporánea**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Anais da 2ª CNDPI - Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **El género em disputa: El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Editora Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARANO, Ana Amélia. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres. Nota Técnica 81. **Disoc-Diretoria de Estudos e Políticas Sociais**. IPEA, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

CARRIERI, Alexandre. A gestão ordinária. **Tese Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

CARRIERI, Alexandre. As gestões e as sociedades. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Belo Horizonte. n. 1, p. 19–57, jun. 2014.

CARRIERI, Alexandre; PERDIGÃO, Denis; MARTINS, Paula; AGUIAR, Ana Rosa. Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 12. e141359. São Paulo, 2018.

CARRIERI, Alexandre; PERDIGÃO, Denis; AGUIAR, Ana Rosa. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.

CARVALHO, Cristina A. P. **Outras formas organizacionais: o estudo de alternativas ao modelo empresarial na realidade brasileira**. Recife: Procad/CNPq, 2006.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. **La hybris del punto cero: Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750–1816)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CAVALCANTI, Maria Fernanda. Estudos Organizacionais e Filosofia: A contribuição de Deleuze. **RAE**. v. 56, n. 2,, p. 182–191. mar/abr. São Paulo: 2016.

COSTANZI, Rogério Nagamine *et al.* **Breve análise da nova projeção da população do IBGE e seus impactos previdenciários**. N51. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. IPEA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8792>. Acesso em 02/02/2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–189, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE OLIVEIRA PIMENTEL, Joamara; LOCH, Mathias Roberto. “Melhor idade”? Será mesmo? A velhice segundo idosas participantes de um grupo de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 25, p. 1–7, 2020.

DEBERT, Guita Grin. Velho, terceira idade, idoso ou aposentado? Sobre diversos entendimentos acerca da velhice. **Revista Coletiva, Cidade**, n. 5, 2011.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.

DEBERT, Guita. G. Gênero e Envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**. Ano 2, n. 1, p. 33-55, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... **Revista Educação e realidade**. v. 27, n. 2, p. 10-17, jul/dez, 2002a.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Editora Escuta, 2002b.

DELEUZE, Gilles. **Curso sobre Spinoza**. Vincennes, 1978 – 1981.3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gille; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia**. Trad. Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Munõz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Micropolítica e segmentaridade. IN: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3; tradução de Aurélio Guerra Neto *et al.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Introdução: Rizoma. IN: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1; tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. “Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra.” IN: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELLAGNELO, Eloise; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Novas formas organizacionais e o modelo burocrático de organizações. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, p.71–94, 2000.

DESPENDES, Virginie. **Teoria King Kong**. Epub r10. Editor Primo: 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Revista Pós**, v. 2, n. 4, p. 204–219, novembro, Belo Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**: revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, n. 13, p. 155–161. 2005.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Debora Pazetto; SAMWAYS, Samuel. Para além de damas e cavalheiros: uma abordagem queer das normas de gênero na dança de salão. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 14, n. 3, p. 157–179, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. Anti-édipo: uma introdução à vida não fascista. IN: ESCOBAR, C. H. (Org). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991. Tradução de Carmen Bello a partir do texto editado na revista Magazine Littéraire, nº 257, septembre 1988. Disponível em: <http://www.michelfoucault.com.br/files/Foucault%20Anti-edipo%20-%2022jun13.pdf>. Acesso em 8/10/2016.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. IN: MOTTA, Manoel Barros de (org). **Ética, Sexualidade, Política** / Ditos e Escritos V. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264–287, 2010.

GARCIA, Marília. **Parque das Ruínas**. São Paulo: Editora Luna Parque, 2018.

GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo. Corpo: ponte para o mundo. IN: **Cartografias e devires: A construção do presente**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

GOES, Juliana. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48373, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100205&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 20/05/2020.

GONÇALVES, Juliana. Para pessoas negras o corpo é a primeira fronteira. In: BERTONI, Estevão. O que é ser antirracista? Estes 4 ativistas respondem. **Nexo Jornal**, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/11/19/O-que-%C3%A9-ser-antirracista-Estes-4-ativistas-respodem>>. Acesso em 20/03/2021.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; ARAS, Lina Maria Brandão de. O ventre negro e o roubo dos direitos reprodutivos: da escravização das mulheres negras à criminalização do aborto. **Caderno Sisterhood**, p. 110–120, mar. 2016.

GONZALES, Lélia. A categoria politico-cultural da Amefricanidade. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

HARAWAY, Dona. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. v. 5, p. 07-41, 1995.

HEFFESE, Solange; PACHILLA, Pablo; SCHOELE, Anabella. **Lo que fuerza a pensar: Deleuze, ontología práctica 1**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: RAGIF Ediciones,

2019.

HELENE, Diane. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951–974, set/dez, 2019.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. 2 semestre. n. 2. 1995. p. 464–478.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. **Mulheres na periferia do urbanismo**: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência. em Mumbai, São Paulo e Durban. *Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg.*, Recife, v. 18, n. 1, p. 57–76, jan./abr., 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó. 2019.

LAPOUJADE, David. Do campo transcendental ao nomadismo operário – William James. IN: ALLIEZ, Éric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. Editora 34, 2000. (p. 333-355)

LAZZARATO, Maurizio. Para a definição do conceito de “bio-política”. **Revista Lugar Comum**. n. 6, p. 81–96, 1998.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividades**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

LIBERMAN, Flavia; LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. Um corpo de cartógrafo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 183–194, 2015.

LINS, Isabella Lourenço; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. A feminilização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. 1. **Mediações**, v. 23, n. 3, p. 436–465, 2018.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a

LORDE, Audre. Idade, raça, classe, gênero: mulheres redefinindo a diferença. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MARQUES, Emanuele Souza *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00074420, 2020.

MARQUEZ, Renata. Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial. **Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia**. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MARTINEZ, Pablo. Reactivando la imaginación: practicas educativas em el CA2M em torno de la experiencia. **Revista Arte y Política de Identidad**. v. 4, p. 11–22. Madrid: 2011.

MATOS, Maria Izilda S. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael. K.; BÖHM, Steffen. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações e Sociedade**. v. 15, n. 45, abr/jun, 2008.

MOEHLECKE, Vilene; FONSECA, Tânia M. G. Da dança e do devir: o corpo no regime sutil. **Revista do departamento de psicologia da Universidade Federal Fluminense**. v.17, n. 1, p. 29–44. Jan./jun, 2005.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. **Oficina de imaginação política**. Fundação Bienal de São Paulo, 2016. (p. 11-15)

MUNHÓZ, Angélica Vier. Flutuações de um corpo-dança. **Revista Repertório**. n. 16, p. 24–30, Salvador: 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. IN: RATTTS, Alex. Eu sou atlântica. **Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OLIVEIRA, Luciana da Silva. Por um cuidado menor: mulheres, violências e psicologia(s) feminista(s). **Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2020.

ORELLANA, R. C. A ética da resistência. **Revista Ecopolítica**, v. 2, n. 37, A. 63, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.pucsp.br>. Acesso em 22/04/2016.

OXFAM Brasil. **Relatório Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2019. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em 30/01/2021.

PAES, Kettle; DELLAGNELO, Eloise. O sujeito laciano e a organização: a inexorabilidade dos afetos/libido na produção do organizar. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. IN: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, 2016.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André. A cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. Apresentação. IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PELBART, P. P. **A vertigem por um fio**. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PELBART, Peter. Paul. **O avesso do niilismo**: Cartografias do esgotamento. 2a. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e Dramas de Gênero e de Cor: a violência doméstica contra mulheres negras**. Brasília: Brado Negro, 2016.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2019.

RAGO, M. Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. **Revista Interface (Botucatu)**, 23: e180515. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICH, Adrienne. **Nacemos de Mujer**. Buenos Aires: Editora Paidós, 2019.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 4, p. 64–73, 2003.

ROLNIK, Suely. Subjetividade Antropofágica. Subjetividade Antropofágica / Anthropophagic Subjectivity. IN: HERKENHOFF, Paulo; PEDROSA, Adriano (Edit.). **Arte Contemporânea Brasileira: Um e/entre Outro/s**, XXIVa Bienal Internacional de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Subjantropof.pdf>. Acesso em 09/04/2020.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2019. .

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte. v. 21, n. 2, p. 166–173,, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta C. Transversalizando as políticas públicas: quando a intersectorialidade se torna rizomática. **Revista Psicologia Estudos**. Maringá, v. 22, n. 3, p. 421–432, jul./set. 2017.

SAIS, Almir Pedro. Dispositivo de velhice : uma analítica interpretativa. **Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2011.

SCHAVELZON, Salvador. Corpo Isolado, revolta e poesia. Artigo publicado em **N-1 Edições**. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/046>. Acesso 08/05/2019.

SCHOPKE, R. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edusp, 2004.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. **Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos. CES** 18: 106–31, 2012.

SILVA, Fernanda; DIAS, Juliana; VIEIRA, Kelly; OLIVEIRA, Luciana; MARTINS, Paula; TAMIS, Priscila. Fragmentos coletivos de uma pandemia (*corpoescritas* de nós). **Revista Alegrar**. n. 26 – jul./dez. 2020.

SILVA, Fernanda; MARTINS, Paula; CARRIERI, Alexandre. For the Decolonization of the Researcher's Self: An Encounter with Brazilian Quilombola Women and Reflections about the Coloniality of Rurality. **Hypatia Journal**, v. 35, n. 3, p. 490–508, 2020.

SILVEIRA, Paola de Vasconcelos. Os papéis de gênero na dança de salão: pela urgência do fim da boa dama. **Anais ABRACE**, v. 19, n. 1, 2018.

SKURA, Ivania; VAZ, Aline. O envelhecer sensível no curta-metragem Guida. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 45, n. 49, p. 201–213, 2018.

SOUZA, Eloisio M.; SOUZA, Susane. P.; SILVA, Alfredo. R. L. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, art. 4, p. 198–217, mar./abr. 2013.

SOUZA, Mariana. M. P. Reciclando a crítica nos estudos organizacionais: uma pesquisa-ação no contexto da Astriflores. **Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, Ronaldo. G.; MENDES, Ana. Magnólia. Resignificação do TEPT a partir da clínica psicodinâmica do trabalho. **Revista Guillermo de Ockham**. v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usb.edu.co/index.php/GuillermoOckham/article/view/2424/2141>. Acesso em 08/10/2016.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 69, pp. 442–464, abr. 2018.

STRACK, Mírian Santos. Dança de Salão: Cartografia de uma abordagem feminista. **Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

THINKOLGA. **Relatório Final Economia do Cuidado: ThinkOlga Exercícios do Futuro**. Laboratório de Inovação Social Mulheres em Tempos de Pandemia, 2020. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/relatorio-final-economia-do-cuidado/>. Acesso em 24/01/2021.

TÓTORA, Silvana. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo: EDUC-Editora da PUC-SP, 2016.

UNITED NATIONS. **World Social Report**. Department of Economic and Social Affairs Social Inclusion. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/world-social-report/2020-2.html>. Acesso 18/02/2021.

VIZEU, Fabio. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do “management”. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 5, art. 1, pp. 780–797, set./out. 2010.

WALSH, Catherine. ¿ Son posibles unas Ciencias Sociales/Culturales otras?: Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. IN: **Tentativas, contagios, desbordes: Territorios del pensamiento**. Universidad de Granada, 2012. (p. 55–72)

WOOD Jr, Thomas; PAULA, Ana. **Pop management: a literatura popular de gestão no Brasil**. São Paulo: FGV/EAESP, 2002a

WOOD Jr, Thomas; PAULA, Ana. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. **Organizações & Sociedade**. v. 9, n. 24, p. 39–51, 2002b.

XAVIER, Wesley; BARROS, Amon; CRUZ, Rafaela; CARRIERI, Alexandre. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar. **Revista de Administração**, v. 47, n. 1, p. 38–50, 2012.

ZILIO, Lara B; BARCELLOS, Rebeca M. R.; DELLAGNELO, Eloise H. L.; ASSMANN, Selvino J. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Cadernos EBAPE**. Fundação Getúlio Vargas, v. 10, n. 4, A.1, p. 789–803, Rio de Janeiro, dez., 2012.

APÊNDICE 1. Fotos e imagens do bailinho da tia Naná**Figura 5. Salão de dança (a).**

Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019).

Figura 6. Salão de dança (b).

Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019).

Figura 7. Salão de dança vazio no horário de almoço.



Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019)

Figura 8. Varanda onde entrevistas foram realizadas.



Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019)

Figura 9 e 10. Acesso ao bailinho, segundo perspectiva de quem entra e de quem sai.



Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019).

Figura 11. Entrada para o bailinho – acesso pela rua Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019).

Figura 12. Cartaz afixado na porta de entrada do bailinho.



Fonte: Acervo pessoal da autora (novembro de 2019).

Figura 13. Foto do cartaz afixado por Naná (“Beijinho... Só depois das 8h”).



Fonte: Acervo pessoal de uma das entrevistadas (outubro de 2018)

Figura 14. Foto de mesa de lanches produzido por tia Naná (década de 90).



Fonte: Acervo pessoal de uma das entrevistadas (outubro de 2019)

Figura 15. Tia Naná (década de 90).



Fonte: Acervo pessoal de Regina (filha de Naná)

APÊNDICE 2. Temas e linhas de forças por encontro

Quadro 1: Temas e linhas de forças por encontro

Encontro	Temas em destaque	Linhas duras	Linhas de fuga
Ana Contraposição dentro e fora da casa. (Público X Privado)	Vida marcada pelo casamento e pelo trabalho. Casamento. Maternidade. Mãe com muitos filhos. Valorização do estudo externo e formal. Admira muito tia Naná. Dança como soltura, liberdade. Valorização do homem como exemplo de sucesso. Exemplo do irmão. Questionamento da lógica masculina – tudo é dinheiro. Peso do marido. Diferenciação entre tempo do homem e tempo da mulher. Ressalta a solidariedade/comunidade formada no bailinho.	Casamento. Família. Admira as questões do fora, do externo, predominantes do mundo masculino. O irmão é exemplo de prosperidade, mas é a mãe que cuidou de 8 filhos só.	Questiona o “tudo é dinheiro” do marido. Dedicação ao que lhe faz bem: academia e bailinho. Criação de comunidade de ajuda no bailinho.
Guilhermina Importância do público. *Continuidade da exploração doméstica na velhice.	Começa a dançar depois da morte do marido. *Importância do ambiente público: “Arrumar para ficar dentro de casa para quê?” Importância das relações – namoros. Lurdinha evidencia os benefícios da paquera, do sentir-se bonita, desejada, de sentir-se com o corpo ainda vivo e disposto. O bailinho como o fora de casa, o externo, o que a tira do universo domiciliar, doméstico. No bailinho: esquece. Sustento do filho, nora e neta. A casa própria e a aposentadoria dos idosos se tornam o meio de vida dos filhos e netos. (Federici) + Cuidado das(os) netas(os) (continuidade da exploração doméstica) Questionamento do padrão de trocas financeiras.	Solidão. Medo. Manutenção das relações familiares de sustento do filho, nora e neta.	Sair de casa. Busca outras formas de recriar a vida. Dança para esquecer.
Os tocos (os desvios)	Meu medo dos homens do bailinho. Sinceridade e honestidade da velhice. Não tem tempo a perder. Prazer de dançar. Bailinho como um lugar de prazer. Leveza, confiança. Bailinho como comunidade. Amizade. No bailinho, eles esquecem a classificação de	Medo (meu). Solidão.	Prazer. Leveza (deles). Esquecer classificação de velhos. Amizade.

	<p>ser velhos. A importância das relações amorosas na terceira idade. A solidão como algo muito difícil de lidar.</p>		Namoro.
<p>Efigênia Bailinho como “ser em casa”. Alegria e confiança para ser processo (Suely Rolnik)</p>	<p>Bailinho como tradição e patrimônio cultural. Bailinho como extensão da casa, família. Começa a dançar depois que se aposenta. A questão do lazer. Lazer para o velho na cidade. Dança como opção de lazer para as(os) aposentadas(os) no âmbito da cidade. Os não privilégios dos trabalhos das mulheres pobres. Muito esforço. Dança como disposição e alegria. Aniversário. Alegria que desperta vontade de viver. Trabalho doméstico por conta da mulher velha. Ciúmes do marido. Para ele, dança como “farra e assanhamento”. Amizades. Tia Naná e sua ação aos idosos. Entendeu o quanto a dança os fazia bem. O trabalho com Avon e Natura que a encaminham para o extradomiciliar, sem deixar que as funções internas também não estejam sob o domínio da mulher.</p>	<p>Não lazer antes da aposentadoria. Bailinho como extensão do doméstico e familiar – limitação das experiências.</p>	<p>Dança como disposição e alegria. Usava o trabalho de vendedora para ir dançar. Eleger seu tempo livre. Bailinho: “estar em casa” - subjetividade que acolhe e não se alimenta pela falta.</p>
<p>Eliana Bailinho como comunidade, ajuda, amizade. Importância da tia Naná para a terceira idade.</p>	<p>Bailinho depois da morte do pai. O pai não gostava que a esposa e as filhas dançassem. Dança desde os 18 anos. Sua vida atrelada à dança. Dança como lugar de amizade e encontros. Socialização. Dança = prazer que não cansa. Bailinho como comunidade de ajuda, amizade e cuidado. Gratidão à tia Naná. Dança como cuidado, estímulo.</p>		Dança
<p>Judite Violência doméstica. Interseccionalidade de privilégios e a capacidade de reinvenção da vida. Regras sexistas da dança de salão e</p>	<p>Reservas das mesas no salão. Construção de espaços próprios. Empoderamento estético. Vaidade. Produção para o bailinho. Dançar a faz dormir melhor, dá a ela disposição, ânimo. Prazer. Dança a tira da solidão. Sexualidade e relações sexuais entre idosos. Homem que não deixa dançar – pai/marido. Ciúme de dançar com outro. Mulher como propriedade. Casamento como negócio. Mesmo separada, ela não dançava mais. (feminicídio, estupro, assédio)</p>	<p>Recrimina mulheres que vão ao baile para namorar. Valores cristãos fortes. Regras que limitam. Sônia: repreensão às roupas das mulheres. São as mulheres que se</p>	<p>Proteção entre mulheres no bailinho. Regras que protegem de abusos e assédios. Empoderamento sobre sua imagem e eleição dos homens que desejam OU dos</p>

<p>regras morais do bailinho da tia Naná</p>	<p>Regras de dança de salão machistas. Geração? Relação de gênero no baile. Homem elege. Abuso durante a dança. Empoderamento da mulher: escolha do par. Regras morais do bailinho da tia Naná e regras que protegem mulheres de abusos. Bailinho: apoio entre mulheres: Ana, Regina e Magnólia. Bailinho: fiscalização de abusos. Interseccionalidade! Classe social. Privilégios. Outra classe social, outras oportunidades de reinventar a vida – Magnólia. Modos de existir e privilégios interseccionais. Capacidade de se reinventar. Começar de novo. (re)existir. Mulheres que cuidam. Magnólia cuida da mãe, cuida da tia, cuida de tia Naná. Desconfiança de que a história pessoal não vale como relato.</p>	<p>vestem de modo negativo.</p>	<p>homens com que deseja dançar. Dançar como manutenção de saúde e alegria. Capacidade de se reinventar apesar das violências sofridas. Dança e ameaça à relação de propriedade do casamento.</p>
<p>Carta - Um dia no bailinho com Flavinha Dança, sexualidade e capitalismo. A dança e seu estímulo ao corpo ameaça aos valores burgueses de família e propriedade. Viuvez como liberdade.</p>	<p>Meu julgamento de vulgar. Sentimento de acolhimento no bailinho (eu). Importância dos aniversários. Dança depois da separação do marido. Preconceito da família com a dança. Viuvez como liberdade. Questão do casamento e da dança. O marido que não deixa dançar. A mulher como propriedade e aquela que não exerce sua sexualidade com outros. Esposa X prostituta. Memória saudosista de tia Naná. Especial acolhimento de tia Naná às mulheres do salão. Recebe M. Antônia, oferece sua casa para ela. Tia Naná coloca as mulheres para dançar. Muitas regras, mas coloca. Questão da religião em contradição com a dança? O estímulo à sexualidade? Bailinho como família. Amizades. Professor fala da mãe prostituta e mãe dançarina. Mudança do baile Continental para o Elite. Uma questão de classe. A elite pede que o baile mude de lugar para não estar mais na Guaicurus - lugar de prostituta. Classe e espaço urbano. Separação de sexualidade. Mesmos homens frequentam os dois lugares (reclamações sobre o lugar do bailinho ainda existem). Professor fala dos homens do salão que são namoradores. Homens que dançam são namoradores, e mulheres que dançam são prostitutas. A questão da propriedade burguesa em conflito com o corpo, com a sexualidade fica evidente. Se o lugar incomoda, as mulheres sexualizadas incomodam, separação de</p>	<p>Julgamento das mulheres que, após morte do marido, se acham donas do mundo. Na dança: homens namoradores, mulheres promíscuas. Minha introjeção do que é um ambiente vulgar, que ameaça os valores cristãos em que fui criada.</p>	<p>Afetividade e acolhimento. Dançar sozinha. Sentir prazer em dançar. Sexualidade na terceira idade. Aniversários compartilhados. Alegria e pertencimento ao grupo. Viuvez.</p>

	classes pela relação com a sexualidade? O corpo da mulher como propriedade do marido para a reprodução e fortalecimento da família. O corpo que dança é livre. Não pertence a uma instituição apenas.		
Visita à casa de Helena Mulher como propriedade. Benefícios da dança. Origem da dança de salão.	Pai que não deixa dançar. Violência doméstica. Arma. Não deixar sair de casa. Mulher como propriedade sexual do homem. “Impossível uma mulher não pensar em outra mulher, na condição de ser mulher”. Preconceito da família com a dança. Empoderamento em eleger com quem dança. Tia Naná como referência para a dança na terceira idade em Belo Horizonte. Gestão do bailinho. Tratamento igualitário. Visão humanística. Afetividade, acolhimento. Benefícios da dança: cuidado; agilidade; ânimo; mudança do estado de espírito (música); exercitar-se, mexer com o corpo; e possibilidades de encontros, namoros Gosto de dançar sozinha. Limitações do dançar a dois. Contradição: namoro X solidão. Origem da Dança de Salão: corte europeia. Dança de salão. Tradição. Civilidade, corte, “boa sociedade”. Trabalho de popularização da dança de salão por tia Naná. Preconceito como lugar do bailinho – centro. Corpo: “a dança é a única arte em que o artista se torna a obra de arte.”	Crença na intervenção divina para a manutenção dos casamentos. Tradicionalismo e moralismo religioso na dança de salão. Manutenção das relações de classe. Solidão.	Alegria: de dançar, estar em grupo, estar à vontade. Estímulo à sexualidade, ao cuidado do corpo. Capacidade de reinvenção de si. Trabalho de popularização da dança de salão de tia Naná.
Visita à casa de Eliana Relacionar com diário do dia 31-10. Festa das bruxas.	A cidade, suas subdivisões de classe, de gênero. A vida do centro. O centro onde está o bailinho. Prostituição e drogas. Atividade sexual na terceira idade. Contratam garotos de programa. Naná, sua vaidade, sua braveza. Acolhimento e aconselhamento. Censura de Naná sobre as roupas das mulheres.		Incentivo à vida amorosa e sexual das senhoras.
Maria Regina, filha da tia Naná. Popularização das opções de lazer para idosos urbanos.	Naná: disposição para o trabalho, o coração gigante, as mil e uma atividades que liderava e sua força. Regina diz que Naná era uma mulher muito forte e autônoma. Conselheira. Naná: desenvolvimento de atividade para envolver, ocupar e profissionalizar mulheres idosas. Preocupação com o sustento da mulher. Bailinho como ponto de encontro para outras atividades. Primorosa organização das atividades. Limpeza, qualidade dos alimentos, estrutura.	Religiosidade. Não se fala do público gay no salão. Disciplina e rigor.	Preocupação e acolhimento do(a) sujeito(a) idoso(a) pobre urbano(a). Estímulo ao corpo e à sexualidade.

	<p>Religiosidade e clima familiar do bailinho. Importância dos aniversários. Não se fala do público gay.</p>		
<p>Silvana e Ailton Gestão do bailinho</p>	<p>Diferença do bailinho com outros estabelecimentos do centro. Gestão do bailinho. Minhas dificuldades em estar no bailinho. Desconforto, insegurança. Senhoras que dançam sozinhas. Ana não para de trabalhar. Dança: “Distrai, alegre, dá ânimo. É recomendado pelos médicos. Faz amizade. Só de ficar ali, vendo, já alegre”. Vaidade – empoderamento da imagem da mulher velha. Bailinho como tempo de ninguém. Tempo de todos. Não devem nada. Não há desconforto. Estão ali, apenas ali. Esquecem, como dizem. Pai que não deixa dançar. Bailinho família: pessoas boas, conhecidas, onde nunca aconteceu nenhuma confusão, roubo ou problema. Importância da tia Naná. Novatos e as paqueras no salão. Bailinho depois das 18h muda: música, luz, clima.</p>	<p>Recriminação da mulher que dança e já fica com o homem.</p>	<p>Reinvenção da relação de namoro. Do jeito deles. Alegria das mulheres que dançam sozinhas. Bailinho como tempo do nada, do esquecimento.</p>
<p>Selma Interseccionalidade dos privilégios</p>	<p>Prisão domiciliar pelo marido e ao papel de esposa. Antes e depois da morte do marido. Reinvenção da imagem de velha (vó e casa) Privilégios para outras formas de existir. Dança: reorganização da vida. Transformação do corpo e das relações. Diferentes bailes para diferentes classes. Glamour da dança de salão. Bailinho: subversão e popularização da dança de salão por Naná. Dança de Salão e tradicionalismo. Bailinho: opção de lazer acessível para idosos de classes populares. Passei a pensar a viuvez para a mulher como sinônimo de liberdade sexual e financeira. Redescoberta sexual e do papel de esposa. Experimentam outros tipos de relações. “Viuvez poderia ser apontada como: liberdade do papel social de esposa; liberdade da repressão sexual imposta pela instituição casamento, antes e durante sua</p>	<p>Tradicionalismo, conservadorismo e dicotomias da dança de salão. “O que é ser mulher e ser homem obedecem a padrões pré-determinados bastante rígidos”</p>	<p>Reinvenção das relações amorosas. Dança. Resistência ao marido.</p>

	existência; ou mesmo, até mesmo depois, pois em geral os filhos não aceitam o namoro de suas mães; e também a independência financeira em relação ao homem.”		
Amélia Morte + aposentadoria + depressão. Dificuldade com as regras sexistas da dança de salão. Diferença do bailinho com outros lugares.	<p>Esforço para ir ao bailinho</p> <p>Superação da cegueira e da falta de companhia</p> <p>Criação de filhos e netos. Não ter tempo.</p> <p>Dançar sozinha com o espelho.</p> <p>Depressão após morte do marido. + Aposentadoria: mudança radical de vida, acostumada a uma rotina de exigências e sem nenhuma contraposição de lazer ou cuidado de si.</p> <p>Morte, aposentadoria e depressão: Não há, na vida destas mulheres, conciliação entre lazer e vida produtiva, lazer e vida reprodutiva, o que gera um rompimento muito extremo ao final da vida.</p> <p>Dança como presente reconciliatório.</p> <p>Importância do namoro.</p> <p>Ineficiência do serviço público de saúde; ainda mais, saúde integral.</p> <p>Bailinho: acolhimento à diferença. Regras de tia Naná aos monitores.</p> <p>Formação de família: ajuda mútua.</p> <p>Dança que abaixa a pressão. Ficar mais leve, esquecer. Dança como fisioterapia, ortopedia, psicologia. Pressão e tranquilidade da mente “não pensar em coisas de atrás”.</p> <p>Parceria da família.</p> <p>Relação de intimidade com o bailinho e com tia Naná.</p> <p>Fala das regras da dança, dos incômodos e também dos porquês que o bailinho é diferente dos outros lugares. Gosto mais é de dançar sozinha, dificuldade em seguir os comandos. Afasta homem que dança muito junto. Hierarquia de gênero na dança de salão.</p> <p>Diferença com os outros bailinhos: homens escolhem demais, namoro e luzes.</p> <p>Bailinho: acolhimento de mulheres que se sentem mais frágeis.</p> <p>Festa surpresa. Importância dos aniversários.</p> <p>Presença da tia Naná como marco para o bailinho.</p>	Família como repressão cristã. Bailinho como “ambiente sadio”, sem namoro.	Família como ajuda, como apoio às diferenças e dificuldades. Resistência à cegueira, às limitações. Continua a dançar.
Márcia e Cleuza Solidão + depressão de velhas =	Márcia: depressão. Solidão. Bailinho: homens velhos, feios, amigas e liberdade de dançar só.	Márcia: busca por companhia/parceiro.	Márcia: Resistência em dançar, apesar das doenças.

consequência do acúmulo e efeitos da vida cafetina?	<p>Cleuza: forte por fora. Bailinho: só dança. Não amigos. Esquece. Pai que a punha para dançar. Diferença de mundos entre eu e ela. Dançava escondido do marido. Trabalho como desculpa para dançar. Submissão às regras da dança de salão. Obedece mesmo que não aguento mais. Relação de gênero na dança Acostumada a ambiente de muita violência, principalmente contra mulher. Mãe, filhas. Solidão: velhice é a soma das colheitas dessa vida pautada na produção e no indivíduo, de uma subjetividade cafetina.</p>	<p>Cleuza: Submissão às regras da dança de salão. Submissão de gênero.</p>	<p>Cleuza: Resistência em dançar, apesar do marido, apesar das doenças. Força e submissão.</p>
Maria Francisca O caso que não escrevi.	<p>Visita à casa. Viagem para outra cidade. Distância que percorre para chegar ao bailinho. Histórias que não consigo escrever. Distanciamento com minha vida. Duvido. Não legítimo. Não relação com a dança. Pobreza. Críticas e sugestões sobre a organização do bailinho. Vivacidade, sonhos. Não fala de solidão. Não reclama de viver sozinha e do tempo livre. Não há registros em sua fala do choque que foi envelhecer. No entanto, suas mil histórias de relações não correspondidas dizem sobre uma busca contínua por afeto. Preocupação com as estruturas existentes para o acolhimento da terceira idade. Tem muitas ideias como um local, uma casa, uma casa de baile, uma empresa de viagens, todas com segurança e conforto para pessoas idosas. Diferença de quando Naná estava viva.</p>	<p>Não reclama de tristeza ou solidão, mas busca constantemente por um amor.</p>	<p>Resistência via dança, via histórias. Vivacidade, sonhos ainda frescos.</p>
Rosana Os desvios da pesquisa. Alegria de viver. Tradicionalismo X resistência à dança. Interseccionalidade	<p>Sempre dançou. Antes escondida. E depois que o marido morreu, desenvolveu mais. Hoje, só não dança aos domingos. 10 partos, 8 filhos. Gosto de viver. Agora. Violência doméstica. Violência de gênero. Gravidez como forma de apanhar menos. Sobrecarga, responsabilidade da mulher para criar os filhos. Interseccionalidade de opressões. Fome. Negra e pobre. Orgulho da eficiência como mãe. Não fala em solidão, depressão. Sempre dançou.</p>	<p>Tradicionalismo familiar e na dança. Orgulho dos filhos serem do mesmo pai. Mulher eficiente e casta. Nega-se a dançar sozinha e espera ser chamada para dançar. Submissão à violência</p>	<p>Sempre dançou, escondido ou não. Alegria de viver. Aberta a relações com 74 anos, planeja arrumar outro namorado, se não voltar com o ex. Vaidade e cuidado.</p>

<p>de violências. Empoderamento estético.</p>	<p>Relação entre dança e namoro. Bailinho como família. Aceita que o homem não seja fiel. Trabalho que homem dá. Dança como rotina. Gosta de ouvir música. A música lhe faz sonhar, e sonhar não paga. Não cuida mais de netos. E os bisnetos, as “filhas” cuidam. Importância da paquera. Dança e libido. Cuidado com as roupas. Vaidade. Empoderamento estético.</p>	<p>de gênero, além das regras sexistas da dança de salão. Repreensão às roupas das mulheres.</p>	
<p>Dora Dança e alegria. “Mulher como suporte, homem como peso”. *Abdicação do lazer durante vida (re)produtiva. Continuidade da exploração doméstica após a aposentadoria, na velhice.</p>	<p>1. Benefícios da dança: Vontade de viver Alegria. Vontade de viver, vontade de potência. Dança e acolhimento. Dança a dois como acolhimento. “Não gosto de dançar sozinha não”. Rotina de casa + dança = rendimento. “Levantei e fiz tanta coisa”. Vaidade Esquecer chateações. Dança como esquecimento, dança como refúgio, dança para encontrar pares – grupos identitários Dança, sair de casa, por causa das dificuldades em casa? Dança ou como alternativa à solidão, ou como alternativa à chatice da rotina em casa. De qualquer forma, é trazer alegria para a vida</p> <p>2. Mulher como suporte + homem como peso Esforço de quem sai do interior, da roça, para estudar Mulher que sustenta o homem. Independência financeira em relação ao marido – sai para dançar como quer, mas mesmo assim sustenta opressões de gênero. Dinheiro e poder? Tarefas de casa. Rotina de trabalho. Sobrecarga da mulher em casa. Exploração doméstica do trabalho. Marido como trabalho. A vida melhora depois que o marido vai embora</p> <p>3. Deixar o lazer de lado. Largar de dançar para cuidar dos afazeres da casa. Não há tempo de lazer, com tempo</p>	<p>Neto é prioridade em relação à dança. Mantém casamento extremamente abusivo. Idealização de casais, idealização de padrões de gênero.</p>	<p>40 anos. Força para reinventar a vida. Reinventar rotas de fuga por meio da dança e da alegria. Cuidado estético. Vaidade.</p>

	<p>produtivo. Dança só após aposentadoria. E o lazer antes? Vizinha deixa de dançar para olhar neto. Lazer, mais uma vez, postergado. Responsabilidade da mulher-vó, antes da dança.</p> <p>4. Reinvenção da imagem de velha (vontade de viver). Depois que eu conheci a dança, depois que eu me aposentei. Aproveitar a vida e estabilidade financeira. Viagens com a filha. Eu adoro uma segunda! Adoro uma segunda! Vontade de viver, vontade de morar sozinha. Independência financeira.</p> <p>5. Formas de libido. Sexo na terceira idade e histórias de opressão. "Não sinto isso de libido". Trauma sexual no casamento. Libido para além de relação sexual.</p> <p>6. Dança mal vista Dança como coisa errada. "Eu não falo para ela que eu danço não, porque ela é muito puritana, sabe? Igual meu marido". Dança como coisa errada, de mulher da vida = contraposição à tia Naná. Regras da tia Naná que ajudam.</p> <p>7. Homem na dança Assédios no salão. Em menor número que as mulheres.</p> <p>Idealização do casal. Tradicionalismo no tipo de casal. Tradicionalismo em relação a gênero.</p> <p>Será que a depressão (de muitas) tem a ver com a menopausa também?? Aposenta, família se desfaz, marido morre, menopausa.</p>		
<p>Luzia Administração da vida, mulher e finanças. Sustento da</p>	<p>Diversas formas de sobrevivência e uma extraordinária inteligência financeira para a sobrevivência da família. Importância dos relacionamentos para a dança. Depois de aposentada, queria ficar perto do povo. Continuar em atividade.</p>	<p>Sustenta relações abusivas. Destino, fé que justifica a vida.</p>	<p>Capacidade de reinvenção e recomeçar a vida. Força e reinvenção da</p>

<p>família. Interseccionalidade e ocupação da cidade. *Abdicação do lazer durante vida (re)produtiva.</p>	<p>Dança como exibicionismo, principalmente do corpo da mulher. “Tinha que aparecer a calcinha”.</p> <p>Várias formas de organizar, sustentar a vida – relação entre mulher e dinheiro, sustento da família. Extraordinária inteligência financeira. Reinvenção de vida.</p> <p>Relações do baile. Ciúmes, dança, homens do salão. Sexismo.</p> <p>Tranquilidade de morar sozinha.</p> <p>Aposentadoria. Desejo de parar, continuar a relacionar-se.</p> <p>* Reinvenção da imagem de mulher - reinventa-se de várias formas ao longo da vida, superando preconceitos de gênero na área técnica e também preconceitos de idade. (FORÇA)</p> <p>Dança = saúde (cura diabetes) + terapia + arte + carência</p> <p>Sobrevivência entrelaçada à condição de mulher, pobre e negra.</p> <p>Interseccionalidade das violências e a ocupação da cidade</p> <p>Fé. Deus. Razão para sua sobrevivência. Entrega, explicação.</p> <p>Minha irmã olhava as meninas (mulher que ajuda mulher).</p>	<p>Carência.</p> <p>Submissão da dança ao homem, às regras da dança de salão.</p> <p>Relação de gênero nos bailes. Explicação divina para sua vida.</p>	<p>imagem de mulher.</p> <p>Mulheres. Gênero, Idade, Classe, Raça.</p>
---	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 3. Temas e linhas de forças

Quadro 2. Temas e linhas de forças

Temas	
<p>1. Privação de vida pela instituição casamento e pelo papel de esposa Mulher como propriedade sexual do homem. Mulher como esposa (reprodução, acumulação de capital). Mulher como prostituta (prazer).</p> <p>2. Casamento como negócio Exploração da mão de obra feminina para o cuidado e organização da família/casa Sobrecarga e responsabilização da mulher para cuidar de filhos e netos. Prisão domiciliar. Orgulho da eficiência como mãe. Privação da dança (lazer) de mulheres por pais, irmãos, maridos e filhos. Mulher para casar é diferente de mulher para o prazer. Privação do acesso ao universo público. Descoberta do público com a dança.</p> <p>3. Papel de esposa Mulher como suporte + homem como peso. Exploração do trabalho doméstico. Marido como trabalho. A vida melhora depois que o marido vai embora. História pessoal (doméstica) com menos valor. Desconfiança de que a história pessoal não vale como relato. Minha irmã olhava as meninas (mulher que ajuda mulher).</p>	<p>15. A cidade A cidade e suas subdivisões em classe e gênero. A vida do centro. O centro onde está o bailinho. Acessibilidade, prostituição e drogas. Visita às casas das senhoras. Viagem para outra cidade. Distância que percorre para chegar ao bailinho. Cidade não feita para velhos. Interseccionalidade (de opressões e privilégios) e ocupação da cidade.</p> <p>16. tia Naná: Importância da tia Naná para a terceira idade. Tia Naná e sua ação aos idosos. Entendeu o quanto a dança os fazia bem. Popularização das opções de lazer para idosos urbanos. Popularização da dança de salão. Tia Naná como referência para a dança na terceira idade em Belo Horizonte.</p> <p>17. Bailinho tia Naná: Bailinho como “ser em casa”. Alegria e confiança para ser em processo. Bailinho como tempo do nada, do esquecimento. Esquecem a classificação de ser velhos. Bailinho como tempo de ninguém. Tempo de todos. Não devem nada. Não há desconforto. Estão ali, apenas ali. Esquecem, como dizem. Bailinho como comunidade, ajuda, amizade. Solidariedade/comunidade formada no bailinho. Cuidado entre pares.</p>

<p>Mulheres que cuidam.</p> <p>4. Exploração do trabalho público Independência financeira em relação ao marido, mas, mesmo assim, sustenta opressões de gênero. O dinheiro não apaga violência de gênero (interseccional).</p> <p>5. Continuação da exploração doméstica pela mulher velha: casa + aposentadoria + herança + cuidado dos cônjuges + cuidado dos netos. Trabalho doméstico por conta da mulher velha. Largar de dançar para cuidar dos afazeres da casa. Vizinha deixa de dançar para olhar neto. Lazer, mais uma vez, postergado. Responsabilidade da mulher-vó, antes da dança.</p> <p>6. Consequências da instituição casamento mesmo depois do término Mesmo separada, ela não dançava mais (feminicídio, estupro, assédio). Mãe não pode namorar após a morte do marido. Traumas sexuais.</p> <p>7. Viuvez como liberdade Viuvez como sinônimo de liberdade sexual (liberdade ao papel de esposa, redescoberta sexual) e liberdade financeira (aposentadoria, herança). “Viuvez poderia ser apontada como: liberdade do papel social de esposa; liberdade da repressão sexual imposta pela instituição casamento; e também a independência financeira em relação ao homem.”</p> <p>8. Mulher e finanças Administração da vida, mulher e finanças. Sustento da família. Diversas formas de sobrevivência e uma extraordinária inteligência financeira para a sobrevivência da família.</p> <p>9. Reinvenção da imagem de velha (vó e casa) Reinvenção da imagem de mulher: reinventa-se de várias formas ao longo da vida, superando preconceitos de gênero na área técnica e também</p>	<p>Comunidade identitária - pertencimento ao grupo. Lugar de prazer. Leveza, confiança. Bailinho como tradição e patrimônio cultural. Bailinho como extensão da casa, família. Bailinho família: pessoas boas, conhecidas, onde nunca aconteceu nenhuma confusão, roubo ou problema. Diferente de outros bailinhos onde “os homens vão só para arrumar mulher”. Formação de família: ajuda mútua. Bailinho: acolhimento à diferença e às fragilidades. Regras de tia Naná aos monitores. Religiosidade e clima familiar do bailinho. Regras que protegem de abusos e assédios. Fiscalização. Proteção entre mulheres no bailinho. Bailinho: apoio entre mulheres. Acolhimento de mulheres que se sentem mais frágeis. Festa surpresa. Importância dos aniversários.</p> <p>18. A dança de Salão: Origem da Dança de Salão: corte europeia. Dança de salão. Tradição. Civilidade, corte, “boa sociedade”. Dança de Salão e tradicionalismo. Glamour da dança de salão. O dançar a dois. Suas limitações e potências. Regras sexistas da dança de salão. Relação de gênero no baile. Homem elege. Abuso durante a dança. Mulher obedece mesmo que não aguenta mais. Assédios no salão. Reclamam por falta de homem no salão. Dança como exibicionismo, principalmente do corpo da mulher. “Tinha que aparecer a calcinha”. Namoro X solidão. Dança e acolhimento. Dança a dois como acolhimento. O gosto de dançar sozinha. Gosto mais é de dançar sozinha, dificuldade em seguir os comandos. Afasta homem que dança muito junto. Hierarquia de gênero na dança de</p>
---	--

<p>preconceitos de idade. Velha que dança, ativa sexualmente, independente financeiramente. Libido e prazer na terceira idade. Atividade sexual na terceira idade. Contratam garotos de programa. Vontade de viver e alegria. Depois que eu conheci a dança, depois que eu me aposentei. Aproveitar a vida e estabilidade financeira. Viagens com a filha. Eu adoro uma segunda! Adoro uma segunda! Vontade de viver, vontade de morar sozinha. Independência financeira. Formas de libido. Sexo na terceira idade e histórias de opressão. "Não sinto isso de libido". Trauma sexual no casamento. Libido para além de relação sexual.</p> <p>10. Empoderamento estético Cuidado de si, do corpo e da imagem. Vaidade. Empoderamento da própria imagem. Reconstrução da imagem da mulher velha. Valorização do corpo velho.</p> <p>11. Conciliação lazer e vida (re)produtiva: (velho como consequência da vida capitalista) Não ter tempo para si. Começa a dançar depois que se aposenta. A questão do lazer. Lazer para o velho na cidade. Morte + aposentadoria + depressão. Depressão após morte do marido. + Aposentadoria: mudança radical de vida, acostumada a uma rotina de exigências e sem nenhuma contraposição de lazer ou cuidado de si.</p> <p>12. Morte, aposentadoria e depressão: Não há, na vida destas mulheres, a mínima conciliação entre lazer e vida produtiva, lazer e vida reprodutiva, o que gera um rompimento muito extremo ao final da vida. Dança como presente reconciliatório. Solidão + depressão de velhas = consequência do acúmulo e efeitos da vida cafetina?</p>	<p>salão</p> <p>19. A dança</p> <p>Sair de casa. Sair do universo doméstico e descoberta do universo público. Dança, sair das dificuldades da casa-casamento, sair da solidão da velhice. Dança como <i>afectos</i>. Como máquina de guerra. <i>Afectos</i> que atravessam o corpo como flechas. Dança como ameaça à relação de propriedade do casamento. Dança, sexualidade e capitalismo. A dança e seu estímulo ao corpo ameaçam os valores burgueses de família e propriedade. O corpo da mulher como propriedade do marido para a reprodução e fortalecimento da família. O corpo que dança é livre. Não pertence a uma instituição apenas. Dança mal vista. Preconceito. Sexualidade. “farras e assanhamento”. Dança como coisa errada, de mulher da vida. “Eu não falo para ela que eu danço, não, porque ela é muito puritana, sabe? Igual meu marido” (mulher para casar X mulher para o prazer). Alegria. Fazer esquecer. Esquecimento. ** Ao dançar, as senhoras reinventam a forma de vida concreta. Ao experimentarem o corpo em seu infinito presente, eliminam o abismo entre o concreto e o abstrato, entre o dado e a promessa. Dessa forma, a dança se revela como ato revolucionário ao trazer para o agora o infinito presente, esquecendo-se do passado. Esquecendo-se das promessas de futuro (Benjamin e Deleuze). Dança a tira da solidão. Reorganização da vida. Transformação do corpo e das relações. Vontade de viver. Alegria. Vontade de viver, vontade de potência. Esquecer chateações. Dança como esquecimento, dança como refúgio, dança para encontrar pares – grupos identitários. Saúde Dançar a faz dormir melhor, dá a ela disposição, ânimo. Prazer. Benefícios da dança: cuidado; agilidade; ânimo; mudança do estado de espírito (música); exercitar-se, mexer com o corpo; e possibilidades de encontros, namoros. Dança que abaixa a pressão. Ficar mais leve, esquecer. Dança como fisioterapia,</p>
---	--

<p>Solidão: velhice é a soma das colheitas dessa vida pautada na produção e no indivíduo, de uma subjetividade cafetina. Dança = linha de fuga = alegria.</p> <p>Ineficiência do serviço público de saúde; ainda mais, saúde integral.</p> <p>Dança só após aposentadoria. E o lazer antes?</p> <p>13. Interseccionalidade de opressões: Trabalhos das mulheres pobres. Muito esforço. Interseccionalidade de opressões. Fome. Negra e pobre. Sobrevivência entrelaçada à condição de mulher, pobre e negra. Interseccionalidade das violências e a ocupação da cidade</p> <p>14. Interseccionalidade de privilégios: Classe social. Privilégios. Outra classe social, outras oportunidades de reinventar a vida. Modos de existir e privilégios interseccionais. Capacidade de se reinventar. Começar de novo. (re)existir. Privilégios para outras formas de existir.</p>	<p>ortopedia, psicologia. Pressão e tranquilidade da mente: “não pensar em coisas de atrás”.</p> <p>Rotina de casa + dança = rendimento. “levantei e fiz tanta coisa”.</p> <p>“Distrai, alegre, dá ânimo. É recomendado pelos médicos. Faz amizade. Só de ficar ali, vendo, já alegre”.</p> <p>20. Processos da pesquisa Os desvios da pesquisa. Os tocos. Inseguranças. Julgamento de vulgar. (JULGAMENTO COMO VULGAR?) O medo dos homens. A distância da realidade. Privilégios.</p>
Linhas duras	Linhas Flexíveis e de fuga
<p>Solidão, medo, carência.</p> <p>Manutenção de relações abusivas com a família. Filhos, marido. Netos.</p> <p>Bailinho como extensão do doméstico (burguês) e familiar (cristão) – limitação das experiências. Valores religiosos fortes. Regras que limitam.</p> <p>Exaltação do conceito família. Bailinho como família. Conforto e conservadorismo. Acolhimento e repressão cristã.</p>	<p>(Re)existência. Reinvenção de forma de vida. Capacidade de se reinventar, apesar das violências sofridas.</p> <p>Resistência à cegueira, às limitações do corpo velho. Continua a dançar.</p> <p>Resistência em dançar, apesar do marido, apesar das doenças. Força e submissão.</p> <p>Reinvenção da mulher velha.</p> <p>Alegria de viver. Vontade de vida.</p> <p>Empoderamento sobre imagem mulher e velha.</p>

<p>Sexismo.</p> <p>Repreensão às roupas das mulheres. São as mulheres que se vestem de modo negativo. Recrimina mulheres que vão ao baile para namorar.</p> <p>Na dança: homens namoradores, mulheres promíscuas.</p> <p>Julgamento das mulheres que após morte do marido se acham donas do mundo.</p> <p>Crença na intervenção divina para a manutenção dos casamentos.</p> <p>Conservadorismo e tradicionalismo. Manutenção das relações de classe.</p> <p>Reforço à dicotomia de gênero. Não se fala do público gay no salão.</p> <p>Bailinho como “ambiente sadio”, sem namoro.</p> <p>Busca e idealização constantemente por um amor. Idealização do casal. Tradicionalismo no tipo de casal. Tradicionalismo em relação a gênero.</p> <p>Orgulho da eficiência como mãe.</p> <p>Submissão da dança ao homem, às regras da dança de salão. Submissão à violência de gênero, além das regras sexistas da dança de salão.</p>	<p>Eleição dos homens com os quais desejam dançar.</p> <p>Preocupação e acolhimento da sujeita idosa pobre urbana.</p> <p>Estímulo ao corpo e à sexualidade.</p> <p>Reinvenção da relação de namoro. Do jeito deles. Alegria das mulheres que dançam sozinhas.</p> <p>Família como ajuda, como apoio às diferenças e dificuldades.</p> <p>Aberta a relações com 74 anos, planeja arrumar outro namorado, se não voltar com o ex.</p> <p>Cuidado estético.</p> <p>Capacidade de reinvenção de si e de recomeçar a vida. Diversas formas de sobrevivência e uma extraordinária inteligência financeira para a sobrevivência da família.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE 4. Matriz sobre as forças encontradas nas entrevistas

Quadro 3. Matriz sobre as forças encontradas nas entrevistas.

Encontro	Heteronormati- vidade Exploração da mulher velha	Interseccionalida -de Possibilidades de reinvenção da vida Não conciliação lazer e vida reprodutiva	A velhice	A dança de salão, origem, conservadorismo . Sexismo.	O bailinho da tia Naná	A dança como esquecer-se	O bailinho e seus modos de existir outros. Alegria de ser e ser sendo	Percurso e Aprendizage m no processo de pesquisa.
Ana: Mulher Heterossexual Branca 62 anos	Contraposição público X privado		Solidão.		Destaca a questão da solidão. No bailinho, as pessoas se ajudam, estão juntas, se preocupam.	Soltura.		
Guilhermina: Mulher Heterossexual Não-branca 71 anos	Continuidade da exploração doméstica na velhice. Antes, vivia só para o marido. Antes, não sabia o que era a rua e gostou.		Medo da solidão.		sim	Os muitos namoros. Dança para sair de casa, conversar, ver gente, se arrumar.		Método de não gravar as entrevistas. Prós e contras.
Carta: Os tocos (os			“A solidão é muito			“É que conheci uma		Os tocos (os desvios).

desvios)			difícil.”.			peessoa aqui. Já faz 15 anos. Ele veio ontem.”		
Efigênia: Mulher Heterossexual Não-branca 81 anos	Ciúme do marido com a dança: bailinho com farra e assanhamento. Trabalho com Avon e Natura como linha de fuga.	Trabalho pesado da mulher pobre.	Morte do marido.		Bailinho como tradição-patrimônio cultural. Bailinho como família	Animação. Disposição. Alegria.	Bailinho como “ser em casa”. Alegria e confiança para ser processo.	Pergunta sobre evento que mais a marcou no bailinho.
Eliana: Mulher Heterossexual Negra 62 anos			Morte da mãe.		Importância da tia Naná para a terceira idade.		Bailinho como comunidade, ajuda, amizade.	
Judite: Mulher Heterossexual Branca 60 anos	Violência doméstica. Perseguição do ex- marido.	Interseccionalidad e de privilégios e a capacidade de reinvenção da vida.		Regras sexistas da dança de salão.	Regras morais do bailinho da tia Naná	Dança a faz dormir melhor, dá a ela disposição, ânimo. Brinca, se diverte com todos.	sim	
Diário de bordo: Um dia no bailinho com Flavinha: Mulher Heterossexual Branca 43 anos	Helena expulsa de casa por ser cega. Pai e irmão que não a deixam dançar.	Viuvez como liberdade.				Dança. Sexualidade. Dança como coisa para prostituta.		Diário. Preguiça, cansaço.

Visita à casa de Helena: Mulher Heterossexual Branca 68 anos	Mulher como propriedade. Pai, marido, irmão não a deixam dançar.	sim	Reflexões sobre dança, sexualidade e capitalismo no final do texto.	Origem da dança de salão.	sim	Cuidado de si; agilidade; ânimo; mudança do estado de espírito (música); exercitar-se, mexer com o corpo; e possibilidades de encontros, namoros.	sim	
Visita à casa de Eliana					Relacionar com diário do dia 31-10. Festa das bruxas.		Relacionar com diário do dia 31-10. Festa das bruxas.	
Maria Regina, filha da tia Naná. Mulher Heterossexual Branca					Religiosidade X sexualidade na terceira idade. Popularização das opções de lazer para idosos urbanos.			
Silvana Mulher Heterossexual Branca 71 anos; e Ailton Homem Heterossexual					Gestão do Bailinho	“Distrai, alegre, dá ânimo. É recomendado pelos médicos. Faz amizade. Só de ficar ali, vendo, já	“Aquele tempo ali, parece tempo de ninguém. Tempo de todos.” Não devem nada.	

Negro 75 anos.						alegra.” Elegância.		
Selma: Mulher Heterossexual Branca 70 anos	Privação de gênero.	Interseccionalidad e dos privilégios.		A dança de salão em Belo Horizonte.		Transformou sua relação com o seu próprio corpo, reorganizando seus hábitos e sua rotina. Compromisso de se cuidar, se arrumar, cuidar da alimentação e da força física. Novos tipos de relações.		
Amélia: Mulher Heterossexual Negra 81 anos	Abdicação do lazer durante o tempo (re)produtivo. “dança só depois do “esfriado de tempo”.		Morte + aposentadori a + depressão.	Dificuldade com as regras sexistas da dança de salão. Gosto por dançar sozinha.	sim	Dança sozinha em frente ao espelho. Reinvenção da vida (cega) com a dança. Fisioterapia, ortopedia, psicologia. “Cabeça mais leve esqueço de muitas coisas de atrás.”	Diferença do bailinho com outros lugares.	Não sabia da cegueira de Marlene. Olho para o olho errado.

Márcia Mulher Heterossexual Não-branca 62 anos; e			Morte da mãe. Separação do marido. Depressão. Solidão. Consequência da vida cafetina.			Diz que não dá satisfação para ninguém e que ali se esquece. Dançam, <i>apesar de</i> dores, doenças, remédios.		“Na minha época, as meninas casavam com dezesseis.” Ainda não havia me dado conta do universo que nos separava.
Cleuza Mulher Heterossexual Não-branca 65 anos.		sim						
Maria Francisca: Mulher Heterossexual Negra 72 anos					sim	sim	sim	O caso que não escrevi.
Rosana Mulher Heterossexual Negra 74 anos	sim	Interseccionalidad e de violências.			sim	Alegria de viver. Empoderamento estético. Os namoros/Romances	sim	Desencontro com Márcia. Os desvios da pesquisa.
Dora Mulher Heterossexual Não-branca 71 anos	“Mulher como suporte, homem como peso.” Abdicação do lazer durante vida (re)produtiva.	Continuidade da exploração doméstica após a aposentadoria, na velhice.	Alegria de ser velha. A vida começou após 40.			Dança e alegria.. “Gosto é da segunda feira” ₂ ajuda nas questões de casa (ânimo). Vaidade. Sono.	O bailinho possibilita a reinvenção dessa história e a experimentação e outros tipos de relacionamentos que não o	

						Esquecer. Prazer de estar entre pares.	casamento, além de sentir outros corpos.	
Luzia Mulher Heterossexual Negra 78 anos	Administração da vida, mulher e finanças. Sustento da família. Abdicação do lazer durante vida (re)produtiva.	Interseccionalidad e: mulher, preta, pobre e velha + ocupação da cidade.	Reinvenção após aposentadori a. Filmagem dos bailes.	Regras sexistas da dança de salão. Relações do baile. Ciúmes, dança, homens do salão.		Saúde (cura diabetes) + terapia + arte + carência.	sim	

Fonte: Elaborado pela autora

ANEXO 1 – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do Projeto: Entre cafezinhos e bolachas Maria, danças de mulheres no bailinho da Tia Naná.

Projeto de tese apresentado ao Centro de Pós Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito para o processo de doutoramento.

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Entre cafezinhos e bolachas Maria, danças de mulheres no bailinho da Tia Naná**”. A senhora foi convidada em virtude de possuir características importantes para a pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. É preciso entender as implicações de sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

2) Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar as relações, possibilidades e transformações entre a arte da dança e a vida de mulheres.

3) Procedimentos do Estudo

Se concordar em participar deste estudo, a senhora será solicitada a responder e a conversar sobre questões colocadas pela pesquisadora. A entrevista poderá ser gravada e,

posteriormente, transcrita. Posteriormente, as informações serão analisadas pela pesquisadora. A identificação das respondentes será preservada.

4) Riscos e desconfortos

A senhora poderá ter receio de que alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada. De forma alguma os pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgar você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente as relações entre a dança e o cotidiano de mulheres.

5) Benefícios

A participação da senhora na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas pela pesquisadora, a senhora poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, a senhora contribuirá para que a universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

6) Custos/Reembolso

A senhora não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

7) Caráter Confidencial dos Registros

A senhora não será identificada quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas do roteiro de entrevistas para a construção de uma análise global sobre as relações entre a arte da dança e o cotidiano de mulheres. Após a transcrição das entrevistas, essas serão mantidas sob a guarda da pesquisadora, que apenas autorizará o uso e o manuseio do material escrito, caso não haja identificação das entrevistadas. Nas transcrições de partes da fala da entrevistada, estas serão referidas por siglas ou por nomes fictícios, conforme a preferência da respondente.

8) Participação

A coleta de dados dessa pesquisa será realizada pela pesquisadora responsável, que solicitará às entrevistadas um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar à pesquisadora. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciará suas relações particulares com nossa instituição.

9) Para obter informações adicionais

Você receberá uma cópia deste termo na qual constam o telefone, o endereço e o e-mail da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

10) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistada deste estudo.

Nome da participante (em letra de forma)

Assinatura da participante

Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Acredito que a participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível, e que ela compreendeu essa explicação.

Assinatura da pesquisadora

Data

Pesquisadora: Paula Gontijo Martins, pesquisadora do Centro de Pós Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais - Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901.

Endereço residencial: Rua Antônio Torres, 53, Sagrada Família, Belo Horizonte, Minas Gerais. Telefone para contato: (31) 988545955. E-mail: pgontijomartins@gmail.com